

O COOPERATIVISMO URUGUAIO NA HABITAÇÃO SOCIAL DE SÃO PAULO

Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha

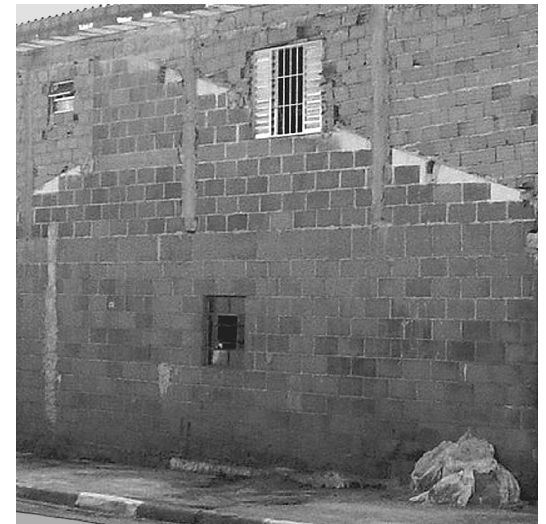
José Eduardo Baravelli

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da FAU/USP como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre

Área de concentração: Habitat

Orientador: Prof. Dr Reginaldo L. N. Ronconi

São Paulo - Setembro de 2006



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Para Renata, mãe de João.

Esta pesquisa contou com apoio da bolsa de
mestrado (GM) do Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Alexander Yamaguti, Beatriz Tone, Caio Santo Amore, Henrique Reinach, João Marcos, João Whitaker,
José Batista, José Paulo Gouveia, Leandro Coelho, Mário Attab Braga, Noemi Alves, Pedro Arantes,
Raimundo Soares, Reginaldo Ronconi, Sérgio Coelho:

Muito obrigado!

Benjamín Nahoum, Carlos Cabello, Carlos Osório, Diego Barrios, Francisco Dilerba, Jorge di Paula,
José “Pepe” Piñeiro, Javier Vidal, Jorge Toranza, Juan Almiratti, Luiz Schlee Ramirez, Maria Rosario,
Maria Schlee Ramirez, Mario Figoli, Mirna Sierra, Raúl Vallés, Teresa Buroni:

¡Muchas gracias!

RESUMO

Esta dissertação trata da inserção em São Paulo do cooperativismo de habitação uruguaio na sua vertente por ajuda mútua representada pela Fucvam - *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*. Como estudo de caso, recupera as experiências de moradia social originadas por este modelo em Vila Nova Cachoeirinha - gleba municipal que concentrou os primeiros mutirões autogeridos da cidade - e compara sua evolução com as diferentes fases de implantação das cooperativas de habitação por ajuda mútua em Montevideu. Como contexto histórico, estuda a formação dos temas econômicos e políticos do movimento cooperativista e analisa sua adequação aos marcos institucionais das políticas de habitação do Uruguai e de São Paulo.

RESUMEN

Esta tesis de maestría trata de la inserción en San Pablo del cooperativismo de vivienda uruguayo en su vertiente por ayuda mutua representada por Fucvam - Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua. Como estudio de caso, recupera las experiencias de vivienda social originadas por este modelo en Vila Nova Cachoeirinha - área municipal que concentró las primeras obras civiles colectivas autogestionadas de la ciudad - y compara su desarrollo con las diferentes fases de implantación de las cooperativas de vivienda por ayuda mutua en Montevideo. Como contexto histórico, estudia la formación de los temas económicos y políticos del movimiento cooperativista y analiza su adecuación a los marcos institucionales de las políticas de vivienda en Uruguay y en San Pablo. [tradução de Pablo Hereñu].

ABSTRACT

This dissertation deals with the application in São Paulo of a model of a mutually beneficial housing co-operative developed in Uruguay by Fucvam - the Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua. It is a case study of the experience of social living through the application of this model at Vila Nova Cachoeirinha - an area that was home to the first autonomous self-help housing projects in the city - and compares its development with different phases of mutually beneficial housing co-operatives in Montevideo. It places in their historical context the development of economic and political themes in the co-operative movement and analyses their adaptation to the institutional and political environment affecting housing policy in Uruguay and São Paulo. [tradução de Jonathan Whitley]

LISTA DE FIGURAS

1. Moradias no familistério de Guise.....	14	40. Acesso a Vila Nova Cachoeirinha	111
2. “Lanark Cotton Mills, the property of Robert Owen Esq. and Co.”	16	41. Painel da gleba municipal de Vila Nova Cachoeirinha	112
3. New Lanark em 2001	16	42. Guilherme Coelho.....	113
4. “View of a community as proposed by Robert Owen”	18	43. Painel do filme “Super 8” de Guilherme Coelho	115-116
5. Retratos de dois Robert Owen.....	19	44. Planta geral do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha”	117
6. Treze dos “pioneers” de Rochdale.....	25	45. Perspectiva do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha”.....	117
7. Sede da Rochdale Equitable Pioneers Society.....	26	46. Favela Boi Malhado e “lixão” de Vila Nova Cachoeirinha.....	118
8. Rochdale Pioneers Museum.....	26	47. Construção da casa-modelo de Vila Nova Cachoeirinha	119
9. Congresso de 1995 da Associação Cooperativista Internacional	27	48. Casa-modelo de Vila Nova Cachoeirinha em 1983.....	119
10. Pagamento de dividendos.....	29	49. Projeto Nossa Senhora da Penha	120
11. Esquema espacial de uma escola Freinet	31	50. Perspectiva do mutirão Funacom Vila Nova Cachoeirinha.....	121
12. Agência rural do Reiffeisenbank	35	51. Casa-protótipo do mutirão Vila Nova Cachoeirinha.....	122
13. Centro de reunião das agentes de crédito do Grammeen Bank	35	52. Fabricação de blocos em 1991	122
14. Sede corporativa das cooperativas Mondragón.....	38	53. Mini-usina de pré-fabricação de Vila Nova Cachoeirinha	123
15. Escola politécnica de Mondragón	38	54. Bloco 1 do Cingapura Vila Nova Cachoeirinha.....	123
16. Sede do movimento <i>piquetero</i> Teresa Rodríguez.....	53	55. Garagens na “Zona 1” e no Cingapura Vila Nova Cachoeirinha	124
17. Vista de avião dos pampas do Departamento de Lavalleja	56	56. Projeto Cachoeirinha Leste hoje.....	125
18. Imagem de satélite de Montevideú	60	57. “Sector vivienda” do CCU.....	128
19. Evolução da mancha urbana de Montevideú.....	60	58. Núcleo Básicos Evolutivos em construção	130
20. Montevideú - taxa de crescimento populacional	60	59. “Sistema cáscara” na Coviitu 78.....	131
21. “Cantegriles” em Montevideú	61	60. Cooperativa Covifu	132
22. Assembléia geral numa cooperativa por ajuda mútua	65	61. Usinas de pré-fabricação dos IATs Cedas e CCU.....	133
23. Sede nacional da Fucvam.....	67	62. Linha de montagem na “planta de Fucvam” nos anos 1980.....	134
24. Fotos e bandeiras na sede da Fucvam.....	67	63. Pré-fabricação de painéis de tijolos nos anos 1970	134
25. Salão comunitário da Fucvam.....	68	64. Laje de cobertura da cooperativa Covimt 1	135
26. Moradia vazia na Covimt 9.....	69	65. Cobertura com laje de “losetas de ladrillos” plissada	135
27. Marcha convocada pela Fucvam em defesa da propriedade coletiva	70	66. Isolamento com água na cooperativa Tacuabé.....	136
28. Muro em Montevideú	71	67. Maquete móvel do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha”.....	138
29. Localização em Montevideú das cooperativas de habitação apresentadas	72	68. Unidade habitacional do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha”	139
30. Painel das cooperativas uruguaias: origem e atualidade.....	73	69. Canteiro de obras da cooperativa Covilacar.....	140
31. Painel das cooperativas uruguaias: desenho urbano	74	70. Reunião da Associação de Moradia em dezembro de 1982	141
32. Painel das cooperativas uruguaias: <i>Cartera de Tierras</i>	75	71. Unidade do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha” em 2006	142
33. Painel das cooperativas uruguaias: reciclagens	76	72. Esquema construtivo do mutirão Vila Nova Cachoeirinha.....	143
34. Urbanização com NBE.....	91	73. Construção dos vedos no mutirão Vila Nova Cachoeirinha.....	143
35. Casas-embrião em Cidade Tiradentes	93	74. Fundações e pilares no mutirão de Vila Nova Cachoeirinha.....	144
36. 1º Encontro dos Movimentos de Moradia	98	75. Montagem de escola com componentes pré-fabricados do Cedec.....	144
37. Favela Recanto da Alegria.....	98	76. Preparação de forma na mini-usina de Vila Nova Cachoeirinha	145
38. Sistema viário entre Santana e Freguesia do Ó	109	77. Cooperados da Fecovi inspecionam uma obra	147
39. Largo do Japonês	110	78. Casa-modelo de Vila Nova Cachoeirinha em setembro de 2006	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O SOCIALISMO DAS COOPERATIVAS.....	10
1.1 Uma utopia do trabalho	11
1.2 O controle do capital.....	23
Princípios	25
Tipologias.....	31
1.3 A democracia econômica	42
2. COOPERATIVISMO NA HABITAÇÃO SOCIAL: URUGUAI E SÃO PAULO.....	54
2.1 A cooperativa de vivienda uruguaia.....	55
Evolução urbana no Uruguai e em Montevideu	55
Cooperativas na <i>Ley Nacional de Vivienda</i>	62
A Federação Uruguaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua	67
Oito cooperativas por ajuda mútua em Montevideu	72
2.2 A associação de construção paulistana.....	77
Legislação cooperativista no Brasil	77
A institucionalização da autoconstrução.....	86
A autogestão nas políticas de habitação em São Paulo	95
3. UM CANTEIRO POR AJUDA MÚTUA EM SÃO PAULO.....	106
3.1 Vila Nova Cachoeirinha	107
A gleba municipal e os caminhos da Zona Norte	107
Do Promorar ao Cingapura.....	113
3.2 O assessoramento técnico.....	126
Os <i>Institutos de Asistencia Técnica</i>	126
As Assessorias Técnicas em Vila Nova Cachoeirinha	136
CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

INTRODUÇÃO

Numa conferência feita em 2004 no Seminário de Pesquisa “Políticas habitacionais, produção de moradia por mutirão e processos autogestionários”, o sociólogo Francisco de Oliveira fala de uma “concepção romântica” do mutirão autogerido, para a qual “o operário e o trabalhador vão recuperar o controle dos meios técnicos da produção autoproduzindo esses meios técnicos”, e complementa:

Isso é o oposto do socialismo. O controle dos meios de produção que o socialismo prega é a abolição do capital [...] O objetivo do socialismo não é voltar as forças produtivas ao estágio em que são comandadas pelas mãos do trabalhador. O objetivo é dar um salto por cima e comandar as forças que comandam esse processo (Oliveira, 2006: 82).

Entender as formas autogeridas de construção habitacional como “um salto por cima” das forças produtivas do capital, isto é, como uma organização do trabalho capaz de assimilar estas forças e direcioná-las para um projeto legitimamente socialista, é a primeira motivação desta pesquisa. Em outros tempos, o desenvolvimento - vamos dizer “realista” - desta motivação tomaria como modelo as práticas autogestionárias em países do socialismo real ou em Estados de Bem-Estar Social. No entanto, a própria decadência destes modelos (que se faria representar no Brasil pelo fim do desenvolvimentismo) é interpretada por Francisco de Oliveira como a contraprova de que o mutirão não pode ser uma proposta anticapitalista e que está confinado a relações de poder clientelistas ou práticas voluntaristas, todas despolitizadoras.

Ora, o estudo de caso onde se iniciou esta dissertação - os empreendimentos habitacionais por autogestão de Vila Nova Cachoeirinha - oferecia uma outra possibilidade, uma vez que são empreendimentos que se colocam em continuidade com as cooperativas de habitação por ajuda mútua uruguaias, e estas só entendem a si mesmas como uma ponta na América Latina de uma história de 160 anos do socialismo cooperativista. É um socialismo de estigma utópico, certamente, mas que nem por isso deixou de confrontar a empresa capitalista, tanto no mercado quanto nas políticas públicas, para colocar o trabalho no comando do processo de valorização do capital. Foi pela aplicação deste modelo na habitação social que gerações de técnicos militaram com a Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha neste pedaço da zona norte de São Paulo desde 1982.

Os resultados desta militância, como se verá, parecem ser muito limitados. Já o seu estudo permitiu articular duas ressalvas às idéias daquela conferência. A primeira, feita no subcapítulo 1.3, defende que é possível existir projetos políticos anticapitalistas fora dos marcos do trabalho assalariado, o que exigiu manusear contra as idéias de um sociólogo da importância de Francisco de Oliveira as idéias de um outro pensador, no caso o economista Paul Singer. A segunda ressalva, feita no subcapítulo 2.2, defende que é possível existir empreendimentos econômicos tão universalizáveis e eficientes quanto as

empreiteiras privadas para produzir a habitação social financiada por fundos públicos: as cooperativas de habitação. Para tanto, me amparei na pesquisa de campo, não apenas a realizada em São Paulo, mas também a que se estendeu para outra cidade em que os canteiros autogeridos igualmente enfrentaram os problemas latino-americanos de um passado autoritário e um presente de pobreza e desestruturação produtiva: a capital do Uruguai, Montevideu.

As ressalvas e a motivação fazem parte da seguinte ordem de capítulos.

O primeiro capítulo - “O socialismo das cooperativas” - estuda os temas, princípios e tipologias do cooperativismo em função tanto de sua origem no movimento socialista no século XIX quanto da perspectiva dos desafios mais atuais da democracia: a assimetria do poder da burocracia governamental e o fim das instâncias representativas das sociedades de pleno emprego. Assim, a recorrência, em diferentes épocas e países, dos princípios de controle do capital pelo trabalho e das tipologias cooperativistas que estes princípios geram nos mercados de consumo, crédito, comércio e produção serviu de ligação entre as concepções de trabalho em Charles Fourier e Robert Owen e as discussões sobre economia socialista e poder democrático em Norberto Bobbio e Paul Singer.

O segundo capítulo - “O cooperativismo na habitação social” - quer aprofundar a compreensão recíproca da *cooperativa de vivienda por ayuda mutua* uruguaia e do mutirão autogerido paulistano, representado pela “associação comunitária de construção”. São estudadas as condições sociais e institucionais em que o cooperativismo de habitação se desenvolveu no Uruguai e é apresentado um painel das cooperativas na área metropolitana de Montevideu. Em São Paulo, a análise das mesmas condições para o mutirão autogerido começa pela legislação federal sobre as cooperativas de habitação e chega às políticas de habitação desenvolvidas pela Prefeitura Municipal num quadro de aprofundamento da autoconstrução e da mobilização popular.

O terceiro capítulo - “Um canteiro por ajuda mútua em São Paulo” - analisa o que Paulo Sérgio Souza e Silva já chamava em 1991 de “Complexo Vila Nova Cachoeirinha”, uma gleba de pouco mais de 250 mil metros quadrados em que se sucederam dois “projetos” de ajuda mútua que tiveram como modelo as cooperativas uruguaias no começo dos anos 1980, um mutirão (que adotou este nome a partir de sua resignificação na administração municipal Erundina), um loteamento para autoconstrução assistida, duas favelas e um dos maiores conjuntos do programa municipal “Cingapura”, isto em meio a uma seqüência de desastres ambientais. O distanciamento e a aproximação de cada um destes empreendimentos de habitação social (incluindo aqui nossas favelas) em relação ao cooperativismo são discutidos a propósito do assessoramento técnico, um outro plano em que a experiência uruguaia, através dos *Institutos de Asistencia Técnica*, ilumina questões da habitação social em São Paulo.

Em outro trecho daquela conferência, Francisco de Oliveira recomenda o seguinte encaminhamento para a produção da habitação social em São Paulo:

Você tem que endereçar a construção da habitação decididamente para seu caráter de mercadoria. Isso fala o velho e jurássico socialista, porque o pior no mundo da mercadoria é quando você não é mercadoria (Oliveira, 2006: 73).

Se a análise se restringir à São Paulo, Vila Nova Cachoeirinha é hoje uma coleção de não-mercadorias que não oferece argumentos contra esta recomendação. Apenas quando se persegue suas origens que levam ao Uruguai e ao cooperativismo é que estes canteiros autogeridos aparecem como uma proposta coerente de socialismo, que se contrapõe ao capital para criar um mundo sem mercadorias - e em que o pior que nele pode acontecer é ser mercadoria.

* * *

Não alterei os textos estrangeiros que puderam ser lidos na língua original dos autores. Em todo caso, são línguas francas em meio acadêmico: inglês e francês, principalmente nos textos teóricos do primeiro capítulo, e espanhol nos documentos e personagens uruguaios do segundo e terceiro capítulo. Algumas vezes esta decisão produz uma aparência de exagero (a nota de rodapé 38, por exemplo, contém citações em todas as línguas mencionadas), mas sustento que o leitor perderia mais se, ao invés do texto em sua expressão original, tivesse contato com minhas traduções.

Já os textos de Marx e Engels aparecem em português, uma vez que foram lidos em inglês e não fazia sentido manter a expressão original de uma tradução. Houve apenas o cotejo com a terminologia em alemão, o que, no subcapítulo 1.2, permitiu dar importância ao qualificativo “*übergreifendes*” que Marx atribui ao capital, tornando-o um sujeito “usurpador” do processo de criação de valor.

Por conveniência de edição, algumas composições com fotos e textos são tratadas como uma única imagem e aparecem sempre intituladas como “painéis”. Em sua maior parte, “imagem” se refere a uma única foto ou ilustração que ocupa uma faixa lateral ao texto corrido. Sua função é complementar a informação escrita com argumentos eminentemente visuais, ainda que auxiliados de textos explicativos.

Todas as fotos que aparecem sem menção de crédito são de minha autoria, com exceção das que abrem os capítulos. Na abertura do capítulo 1, a foto de New Lanark é do acervo da *Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland* e pertence ao processo de 1961 que declarou esta utópica fábrica de Robert Owen patrimônio histórico do Reino Unido. Na abertura do capítulo 2, a imagem de 2005 da *cooperativa de vivienda* “Vicote” é do morador Ignácio “Nacho” Sanz, que foi um importante apoiador das ocupações de terra no bairro do Prado por cooperativas da Fucvam em 1989. Na abertura do capítulo 3, a foto de 1985 é de Paulo Sérgio Souza e Silva e mostra a casa-modelo do mutirão N. S^a da Penha em Vila Nova Cachoeirinha, com fortes referências a concepções arquitetônicas das cooperativas de habitação uruguaias. A mesma casa aparece na foto, feita recentemente, que está na folha de rosto desta dissertação.

1. O SOCIALISMO DAS COOPERATIVAS

Os socialistas do século XIX acreditavam que o futuro estaria inscrito no presente e que a ciência deveria desvendá-lo. Mas um acusava o outro de “utópico” sem encontrar um critério de verdade que fosse consensual. Isso porque o problema não é teórico, mas prático. Quer dizer, somente a prática política vai decidindo se o vislumbre do real-futuro está certo ou errado. Enfim, na verdade criamos o mundo a partir de dados do presente. É com invenção que traçamos este futuro.

José Arthur Giannotti - Entrevista para revista “Sexta-Feira”, n°6



Rosedale Street, New Lanark

1.1 UMA UTOPIA DO TRABALHO

Mesmo a menor das cooperativas é atravessada por uma ambivalência de objetivos fundamental: ela é um empreendimento econômico, com todos os compromissos com a lei e o mercado implicados nas atividades comerciais, e é ao mesmo tempo um discurso de confrontação política e moral do mundo.

Que sejam objetivos conciliáveis não impede a percepção de que, afinal de contas, são objetivos de natureza distinta, e a ambivalência resultante se torna uma questão identitária das cooperativas. A sua atual definição internacional, formulada em 1995 pela Aliança Cooperativa Internacional e incorporada pela Organização Internacional do Trabalho da ONU, foi antecedida por um documento preparatório que faz uma pergunta que seria um contra-senso para uma empresa convencional: *“if co-operatives do nothing more than succeed in being as efficient as other businesses in a commercial sense, is that good enough?”* (apud Birchall, 1997: 64). A definição de cooperativa produzida por preocupações como esta é a seguinte:

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (OCB, 2006).

No centro desta definição está a polarização entre “associação” e “empresa” (*“association”*, *“association”*, *“asociación”* e *“enterprise”*, *“entreprise”*, *“empresa”* nas línguas oficiais dos documentos da Aliança Cooperativa Internacional: inglês, francês e espanhol). No pólo associativo, pessoas escolhem de forma autônoma que vão satisfazer suas aspirações e necessidades por meio de um pólo empresarial, uma entidade jurídica apta a desenvolver atividades em ambientes de mercado tais como agenciar trabalho, formar capital e operar crédito. É um instrumento eminentemente econômico para o qual se impõe a obediência a condições políticas, que são a associação “autônoma” e a empresa “de propriedade coletiva” e “gerida democraticamente”.

Uma autoridade brasileira, a economista Diva Benevides Pinho, opta por concentrar os pólos desta ambivalência nas definições em separado de “cooperativa” e “cooperativismo”. Em “Cooperativismo nos meios capitalistas e socialistas” (Pinho, 1961), que foi escrito com o propósito de avaliar a permanência da identidade cooperativa nos dois lados em conflito pela Guerra Fria, a definição das cooperativas como “sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também realizar determinados programas educativos e sociais” é uma definição que tenta se manter próxima a uma descrição factual (a referência a “bases democráticas” serve exclusivamente à análise dos regimentos internos), enquanto que o programa

político se concentra na definição de cooperativismo como “doutrina que, fazendo uso das cooperativas, tem por objeto a correção do social pelo econômico” (Pinho, 1961: 18) [1]. Assim, a constatação de que “é possível a organização de cooperativas no sentido simplesmente técnico-econômico, isto é, despojadas de sua finalidade de corretivo do social” (Pinho, 1961: 15) fica reduzida a uma trivialidade. A doutrina cooperativista não determina que a cooperativa tenha existência jurídica ou comercial. Determina, isto sim, se esta existência tem alguma relevância social e política.

Trata-se de uma relevância medida pelas origens teóricas e práticas do cooperativismo no século XIX. São origens que impedem as cooperativas de se despojarem de seu ideário político e as tornam empresas permanentemente cobradas quanto sua adequação a um ou outro modo de produção, lamentadas quando são criadas apenas por conveniências tributárias ou atacadas quando descumprem as promessas de emancipação que ela herda de uma história pregressa. Portanto, o primeiro passo de uma dissertação que quer tratar da relevância do cooperativismo precisa ser dado na origem deste movimento no século XIX, quando era então o único significado concreto do socialismo.

* * *

No final do XVIII, já estava disseminada nas teorias econômicas européias a noção de “cooperação” tal como formulada pela escola fisiocrata: uma operação produtiva cuja eficiência resulta não da soma de capacidades de trabalho individuais, mas da ação combinada entre elas (Kreis, 2005). Assim, há cooperação quando a própria união de capacidades de trabalho se torna fator de eficiência produtiva [2].

É esta noção que Karl Marx desenvolve no capítulo 11 do “Capital”, onde a cooperação entre trabalhadores é uma evidência social da transformação de um incremento quantitativo numa diferença qualitativa. O “trabalho combinado” que é mobilizado pelos processos de cooperação possuiria um efeito produtivo maior que a soma dos trabalhos realizados por cada trabalhador e, tal como na “Lógica” de Hegel, “num certo ponto, diferenças meramente quantitativas se tornam, por uma inversão dialética, em distinções qualitativas”:

Quando muitos trabalhadores trabalham juntos lado a lado de acordo com um plano, quer no mesmo processo, quer em processos diferentes mas conectados, esta forma de trabalho é chamada de

1 O prefácio escrito por Paul Hugon para a mesma obra leva esta definição para ainda mais longe da economia: “*le progrès du coopérativisme ne se limite pas au plan purement économique, quel’important soit-il. Ce progrès intéresse aussi et surtout l’homme lui-même*”.

2 Esta definição foi incorporada posteriormente pela biologia ao tratar de espécies cuja estratégia de sobrevivência está baseada no comportamento social dos indivíduos.

cooperação [...] por meio da cooperação, além do crescimento no poder produtivo do indivíduo, temos a criação de um novo poder produtivo, que é intrinsecamente coletivo (Marx, 1990 [1868]: 443).

O exemplo que ilustra esta idéia é a construção de um edifício:

Uma combinação de trabalho ocorre quando um edifício, por exemplo, é construído por diferentes lados simultaneamente. Pressupondo que um pedreiro trabalhe 12 horas por dia, doze pedreiros, num dia de trabalho coletivo que soma 144 horas, fazem um progresso muito maior que o de um pedreiro que trabalhasse sozinho por 144 horas, ou 12 dias. A razão para isso é que o corpo de homens trabalhando coletivamente tem mãos e olhos tanto na frente quanto atrás das paredes e, em certa medida, podemos dizer que são onipresentes. As várias partes do produto se mostram para fruição ao mesmo tempo (Marx, 1990 [1868]: 445).

O que é uma condição lógica para o trabalho social - a produtividade como fator coletivo - foi transformado no início do século XIX em paradigma de um movimento que quer controlar as forças produtivas que o capitalismo mobiliza através da concorrência e da competição.

Em “Socialismo utópico e científico”, Engels anota que a emergência de dois “grandes utopistas” ao final do século XVIII era indicativa de que a crença iluminista no indivíduo tinha se tornado uma “caricatura decepcionante”: em 1799, Charles Fourier (então com 27 anos) esboça em Lyon os fundamentos de sua teoria sobre o “trabalho atrativo” e em 1800, Robert Owen (então com 29 anos) se torna um dos proprietários e principal administrador da tecelagem escocesa de New Lanark, base para todas as “comunidades experimentais” que posteriormente vai propor e, mais ainda, implementar. Este subcapítulo vai analisar mais detidamente a ambos [3].

Charles Fourier foi um pensador sem vínculos com correntes políticas, um comerciante que publicou apenas de forma intermitente e restrita uma obra cuja parte mais importante (e mais cifrada) foi deixada em espólio (Beecher, 1987). *Le nouveau monde industriel et sociétaire*, publicado em 1829, é uma sistematização teórica que Fourier escreve especialmente para divulgação de sua teoria sobre a organização social das paixões humanas (contém, por exemplo, a única planta de um *phalanstère* que publicou em vida), mas ainda assim não é uma leitura fácil. O texto, povoado de neologismos, é produto de um incessante raciocínio classificatório, cujo conteúdo combina noções científicas do século XVIII com idéias que, por outro lado, são extremamente visionárias. Não é à toa que Fourier é contado entre os precursores tanto do socialismo quanto do surrealismo.

Para esta dissertação basta reter uma idéia-chave: o trabalho que a humanidade desempenha desde a Antiguidade como um suplício é um trabalho desnaturalizado. Uma vez adequado às leis naturais da

3 Um terceiro “grande utopista” mencionado por Engels, o conde de Saint Simon - idealizador de uma produção planificada que combinava tecnocracia e misticismo - tem interesse menor para investigar as origens do cooperativismo.

paixão humana, o que implica um enorme esforço de transformação da sociedade, será um trabalho mais produtivo quanto mais fundado no prazer [4].

Este esforço de transformação do trabalho resulta nos falanstérios, complexos de produção, consumo e moradia que é propriedade comum de 1.620 homens e mulheres (número precisamente derivado de uma classificação de “*types psychologiques*”). Dentro deles, uma intrincada subdivisão prevista para encorajar a inter-relação permanente das paixões humanas vai permitir que, pela primeira vez na história, a “*loi d’attraction passionnelle*” atue desimpedida entre as pessoas tal como a lei universal da atração gravitacional atua entre os corpos físicos. O trabalho “atraente” tem sentido estrito para Fourier, pois sua dedução a partir de leis universais vai organizá-lo em “séries passionais” em que estão harmonizadas as paixões naturais e psicológicas do homem [5].

Os poucos falanstérios erguidos na França o foram depois da morte de Fourier em 1837 e em versão modificada como “familistérios”, com ênfase no alojamento de famílias. Em 2000, pude visitar em Guise (em L’Aisle, a meio caminho de Paris e Bruxelas) o familistério erguido em 1860 por Jean-Baptiste André Godin, fundador de uma das mais tradicionais metalúrgicas europeias (ver Birchall, 1997: 22). Hoje o conjunto de edifícios é um dos monumentos históricos franceses [6].

O falanstério, tal como apresentado em *Le nouveau monde industriel e sociétaire*, é um empreendimento essencialmente rural, uma vez que a qualificação “*industriel*” do título não se refere ao trabalho que seja combinado com a máquina: “*les manufactures ne figurent pas dans l’état sociétaire [que sucederia o “état civilisatoiro” que lhe era contemporâneo] qu’à titre d’accessoires et complements du système agricole, fonctions subordonnées à ses convenances*” (Fourier, 1973 [1829]: 184). Assim, quem instalasse no falanstério uma tecelagem que tenha como matéria-prima o algodão, “*commettrait une faute choquante, car cette phalange que je suppose fondée en France, Allemagne ou Angleterre, ne cultiverait pas le coton; ses voisins ne le cultiveraient pas non plus: elle adopterait donc une fabrique dépourvue de lien avec ses cultures et passions locales*” (Fourier, 1973 [1829]: 185).

Este detalhe permite passar à análise de Robert Owen observando como a revalorização do trabalho que este industrial britânico empreende tem sinal trocado com Fourier e passa a ser um ideal essencialmente progressista no socialismo. É significativo que um dos principais impulsos de sua ascensão de aprendiz numa oficina de cortinas a co-proprietário e principal administrador de um dos

4 “O móvel de toda construção (de toda combinatória) fourierista não é a justiça, a igualdade, a liberdade etc.; é, sim, o prazer” (Barthes, 1990: 78).

5 “Fourier sexualizes work itself - the life of the Phalanstery is a continual orgy of intense feeling, intellection, & activity, a society of lovers & wild enthusiasts [...] It’s been jokingly said of him that the only sin in his system is eating lunch alone” (Bey, 1991).

6 “Charles Fourier não era homem de ação e nunca quis que seu projeto de falanstério fosse realizado por discípulos. Seu sonho era que algum capitalista se interessasse pelo seu sistema e se dispusesse a experimentá-lo” (Singer, 2002: 36).



Imagem 1: Moradias no familistério de Guise.

Pátio de um dos edifícios residenciais para trabalhadores das indústrias Godin, em foto de 2000. As galerias abertas e a cobertura sobre o pátio central são um elementos de projeto previstos por Fourier para promover o encontro das pessoas durante os deslocamentos entre os equipamentos coletivos acopladas ao familistério.

maiores cotonifícios do Reino Unido tenha sido o aperfeiçoamento que ele introduziu no processamento do algodão, principalmente das fibras norte-americanas. Foi como homem de ação que Owen se tornou um personagem revelador das transformações sociais da 1ª Revolução Industrial e, sem ter a paixão livresca de Fourier [7], muito do enfadonho de seus textos está na sua origem em cartas abertas, manifestos e convocações escritos para os diversos grupos sociais que atravessaram sua vida: industriais, aristocratas, governantes, filantropos, desempregados, trabalhadores urbanos, militantes do sufrágio universal e os primeiros sindicalistas.

Ao reconhecer, tal como Fourier, uma inadequação entre homem e indústria, Owen acredita que o pólo a ser transformado é o homem e não a indústria. Para tanto, propõe agregar entre os objetivos do desenvolvimento tecnológico uma função pedagógica: moldar o trabalhador para que sua relação com o progresso das forças produtivas resulte em emancipação do ideário individualista.

A formulação de Owen para o socialismo baseado na cooperação - “*the co-operation of all for the benefit of each*” - enfatiza que o indivíduo é beneficiado mais pela ação coletiva do que pela mais desimpedida soma de ações individuais. É uma inversão das doutrinas derivadas do utilitarismo de seu tempo, em que a maximização dos interesses individuais resulta no bem maior para a coletividade [8]. A insistência na transformação do homem através da educação e do trabalho também se voltava contra a crença de origem malthusiana de que a pobreza é inevitável uma vez que o crescimento populacional sempre vai superar o crescimento da produção de alimentos. Owen é um dos primeiros contestadores desta teoria a alegar que ela desconsidera o potencial produtivo da industrialização (Andrew, 1997). Para ele, a máquina introduz um problema inverso, que é o da miséria no interior de uma economia com crises de superprodução:

Human labour, properly directed, may be made far more than sufficient to enable the population of the world to live in the highest state of human enjoyment. Shall we then continue to allow misery to predominate, and the labour of man to be most absurdly applied or wasted, when it might be easily directed to remove that misery? (Owen, 2005 [1816]: doc. eletrônico).

Esta inversão aparece desde o primeiro de seus principais textos, “*Observations on the effect of the manufacturing system*” (Owen, 2005 [1815]). Vários temas recorrentes do socialismo do século XIX aparecem nesta denúncia da degradação das condições de trabalho da incipiente industrialização inglesa, todos vinculados à desumanização do processo de acumulação de riqueza através da indústria, que atinge tanto o capitalista quanto o trabalhador quando submetidos a um ciclo entre competição e opressão do trabalho:

7 Fourier escreve todo um anexo a “*Le nouveau monde industriel e sociétaire*” em que se preocupa em atacar Owen por um único aspecto de sua face pública: ele era ateu.

8 Curiosamente, um dos frequentadores mais constantes do círculo social e intelectual de Owen é Jeremy Bentham

The acquisition of wealth, and the desire which it naturally creates for a continued increase, have introduced a fondness for essentially injurious luxuries among a numerous class of individuals who formerly never thought of them, and they have also generated a disposition which strongly impels its possessors to sacrifice the best feelings of human nature to this love of accumulation. To succeed in this career, the industry of the lower orders, from whose labour this wealth is now drawn, has been carried by new competitors striving against those of longer standing, to a point of real oppression, reducing them by successive changes, as the spirit of competition increased and the ease of acquiring wealth diminished, to a state more wretched than can be imagined by those who have not attentively observed the changes as they have gradually occurred. In consequence, they are at present in a situation infinitely more degraded and miserable than they were before the introduction of these manufactories, upon the success of which their bare subsistence now depends (Owen, 2005 [1815]: doc. eletrônico).

O destinatário deste diagnóstico é o governo britânico mais do que trabalhadores. Isto porque a militância de Owen é marcada pela crença de que o nascente operariado inglês não conseguirá deixar de se submeter ao trabalho degradante enquanto concepções individualistas lhe são inculcadas pela própria industrialização. É por isso que as medidas que o texto reivindica para o controle do sistema fabril são “*legislative measures*” que garantam não apenas condições salubres de trabalho, mas sobretudo educação universal para crianças. O paternalismo de Owen, calcado em intervenções de governo, deriva de uma concepção de educação voltada não apenas para o fim da pobreza, mas para a promoção de uma concepção progressista da indústria. As revoltas luddistas estavam em seu auge nas cidades industriais britânicas e a posição de Owen era isolada. Afinal, como defender a máquina e ao mesmo tempo atacar a degradação do trabalho humano?

Os argumentos para responder a esta questão foram os experimentos com o regime de trabalho e os serviços de educação para filhos de trabalhadores realizados por Owen no cotonifício de New Lanark (South Lanarkshire, Escócia), assim descritos por Engels em “Socialismo utópico e científico” [9]:

Uma população originalmente formada pelos mais diversos e, em sua maior parte, desmoralizados indivíduos, e que gradualmente cresceu até 2.500 pessoas, foi transformada por Owen numa colônia em que eram desconhecidos alcoolismo, polícia, juizes, julgamentos, caridade e leis assistencialistas [*poor laws*]. E tudo isso simplesmente por alocar as pessoas em condições dignas de seres humanos e especialmente por educar cuidadosamente a geração mais jovem (Engels, 2004 [1880]: doc. eletrônico).

As modificações no regime de trabalho de New Lanark anteciparam medidas cuja implantação através de leis trabalhistas tomaria todo o século XIX [10]. Os saltos de produtividade obtidos celebrizaram a

- 9 A obra que associou em definitivo o termo “socialismo utópico” aos escritos de Robert Owen faz ao mesmo tempo uma defesa de suas ações concretas que surpreende apenas quem não sabe que a primeira militância do jovem Engels na Inglaterra foi na imprensa owenita. Esta militância de Engels é tratada por Marx no prefácio da edição francesa de 1880.
- 10 De fato, a primeira das *Factory Act* britânicas que impôs limites ao trabalho infantil em 1819 resultou de ações implantadas por Owen em New Lanark e da sua incansável defesa junto a autoridades escocesas.

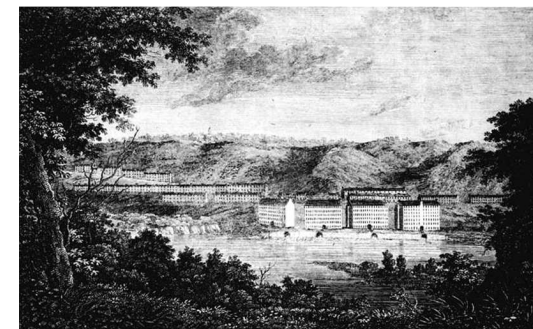


Imagem 2: “*Lanark Cotton Mills, the property of Robert Owen Esq. and Co.*”

A gravura do início do XIX ressalta a relação de New Lanark com o rio Clyde (em cuja foz se encontra Glasgow). Os quatro cotonifícios estão à margem do rio e mostram drenos centrais que escoam as águas de um canal artificial. A máquina à vapor só será introduzida na fábrica em 1880. As moradias e escolas são os edifícios baixos em meia encosta.



Imagem 3: New Lanark em 2001

Foto realizada em 2001, quando New Lanark foi declarada Patrimônio Histórico da Humanidade (*Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland*).

fábrica entre autoridades e intelectuais de militância filantrópica, principalmente porque ela competia, utilizando um antigo sistema de moinhos de água, com os primeiros teares dotadas de máquinas à vapor e que são até hoje a memória negra da industrialização britânica [11].

Também deriva de New Lanark a principal publicação de Owen, “*A new view of society*” (Owen, 2005 [1816]), reunião de três ensaios sobre “o princípio da formação do caráter humano e sua aplicação prática”. O “princípio da formação do caráter humano” é quase auto-explicativo [12] e representa um ideário comum no século XIX que Engels não tem dúvida em classificar de “materialista”: uma vez que os homens são produto de seu ambiente, para mudar o homem é preciso apenas mudar os fatores que constituem tal ambiente, que, nestes ensaios, são basicamente as condições de trabalho, mas em outras obras serão as instalações de ensino, a moradia e a cidade, de forma que “*this environmentalism of Owen’s became a cornerstone of all socialist theories and programs of the 19th century*” (Kreis, 2005: doc. eletrônico). Assim, mais do que o princípio, a verdadeira novidade apresentada em “*A new view of society*” são as propostas de “aplicação prática” deste ambientalismo, a principal delas sendo um programa econômico de subsídio estatal ao pleno emprego, o que só seria praticado pelo keynesianismo durante a crise econômica dos anos 30. Owen esperava muito destas medidas práticas:

The members of any community may by degrees be trained to live without idleness, without poverty, without crime, and without punishment; for each of these is the effect of error in the various systems prevalent throughout the world. They are all necessary consequences of ignorance (Owen 2005 [1816]).

Em 1817, Owen apresenta um plano ao governo britânico - na forma de um *Report to the committee for the relief of the manufacturing poor* (Owen, 2005 [1817]) - que visa reverter o empobrecimento por desemprego que se espalhava nas cidades britânicas durante a estagnação econômica das guerras napoleônicas. O plano continha um raciocínio inovador, no qual pobreza e estagnação industrial eram fenômenos mutuamente implicados e que não poderiam ser resolvido de forma independente [13].

A proposta de Owen para romper este ciclo era mudar a aplicação dos fundos governamentais de auxílio a pobreza, até então distribuídos para uma rede de entidades de caridade baseadas em “*poorhouses*”, cuja imagem legada por Dickens em “*Oliver Twist*” é eloqüente o bastante sobre o modo com que combatiam a pobreza. Ao invés do gasto que hoje chamaríamos de “assistencialista”, Owen

11 Em 1825, o livro de visitas de New Lanark tinha mais de 20 mil assinaturas: “*the visiting crowds included such dignitaries as the Grand Duke Nicholas, later to be Tsar Nicholas I of Russia, Princes John and Maximilian of Austria, and a whole covey of parish deputations, writers, reformers, sentimental ladies, and skeptical businessmen.*” (Heilbroner, 1999: 98).

12 “*Any general character, from the best to the worst, from the most ignorant to the most enlightened, may be given to any community, even to the world at large, by the application of proper means, which are to a great extent at the command and under the control of those who have influence in the affairs of men*” (Owen, 2006 [1816]: doc. eletrônico).

13 “O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devido à queda da demanda total) é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho” (Singer, 2002: 26).

politiza pela primeira vez a palavra “cooperação” ao defender que estes fundos governamentais fossem investidos na construção de uma rede de “aldeias cooperativas” (“*villages of co-operation*”), centros de produção industrial e agrícola delimitados por um edifício em “paralelogramo” contendo moradias e escolas para 1.200 famílias.

O *Report* se tornou conhecido por traduzir pela primeira vez a emancipação do trabalho num plano arquitetônico e urbanístico que combina habitação privada, serviços coletivos (principalmente de educação) e instalações para processamento agrícola e industrial. Segundo Steven Kreis, “*Owen was confident that his villages would spread rapidly because first, they were based on cooperative labor and second, they could produce more than private enterprise*” (Kreis, 2005: doc. eletrônico). De fato, o discurso e os desenhos que descrevem estes espaços estão desprovidos de qualquer ânimo utópico. Ao contrário, Owen faz um cálculo cuidadoso para expor o quanto a reinserção produtiva das massas empobrecidas resultaria em economia nos orçamentos de governo tanto com caridade quanto com repressão policial.

Nas aldeia cooperativa, o investimento governamental não seria destinado diretamente aos trabalhadores, mas à construção e instalação de um parque produtivo de propriedade coletiva. O resultado da comercialização da produção ou sua troca com outras aldeias cooperativas seria distribuído de forma eqüitativa, expressão que Owen usa para indicar uma proporcionalidade estrita entre renda e dispêndio de trabalho humano. Haveria também economia de escala pelo consumo coletivo de serviços, que iriam da alimentação à educação infantil. Mais tarde, Owen chamaria a generalização desta aldeia “socialismo”. Para Engels, trata-se de uma proposta diretamente “comunista”:

As gigantescas forças produtivas recém-criadas, até então usadas apenas para enriquecer indivíduos e escravizar as massas, ofereceram a Owen as bases para a reconstrução da sociedade; elas estavam destinadas, como propriedade comum de todos, a ser operadas para o bem comum de todos. O comunismo de Owen estava baseado neste fundamento puramente empresarial. Era o resultado, por assim dizer, de um cálculo comercial e manteve sempre este caráter prático. (Engels, 2004 [1880]: doc. eletrônico).

Para Owen, era essencial que a primeira aldeia cooperativa fosse implantada no Reino Unido e com capital governamental. A recusa da proposta pelo parlamento britânico o leva a uma combinação arriscada: funda, com capital próprio e nos Estados Unidos, a comunidade cooperativista de New Harmony. Ao contrário de New Lanark, a experiência americana sofre de seguidas crises de produtividade (além de um desfalque de parte dos co-financiadores) e dura apenas de 1825 a 1829 [14].



Imagem 4: “*View of a community as proposed by Robert Owen*”

Gravura de 1838 baseada nos desenhos do arquiteto Stedman Whitwell que acompanham o “*Report to the committee for the relief of the manufacturing poor*”. As habitações destinadas às famílias e à educação infantil formam uma membrana que separa o campo cultivado no exterior das instalações industriais no interior. O edifício circular no centro do “paralelogramo” resultante é a cozinha e refeitório coletivo.

14 Steven Kreis vê no fracasso de New Harmony a emergência no cooperativismo da gestão democrática como valor preponderante ao mero coletivismo: “*Owen found that he was no longer dealing with rather hardworking and complacent* [continua]

Todo empreendimento que Owen volta a implementar deixa de ser uma iniciativa pessoal. Ele se afasta da administração de New Lanark e passa a organizar empreendimentos a serem implantados pelas primeiras organizações de trabalhadores britânicos. É o próprio Engels que acrescenta alguma dramaticidade a esta passagem:

O avanço de Owen em direção do comunismo foi uma inflexão na sua vida. Enquanto era apenas um filantropo, ele foi premiado com nada além de riqueza, aplauso, honra e glória. Ele era o homem mais popular na Europa. Não apenas pessoas da sua classe, mas também governantes e príncipes o ouviam com aprovação. No entanto, quando ele apareceu com suas teorias comunistas, tudo ficou bem diferente [...] Banido da sociedade oficial, com um conspiração de silêncio na imprensa, arruinado por seus experimentos comunistas fracassados na América, em que sacrificou toda sua fortuna, ele se voltou para os trabalhadores e continuou trabalhando em seu meio por 30 anos. Todo movimento social, todo avanço real na Inglaterra em benefício dos trabalhadores está ligado permanentemente ao nome de Robert Owen (Engels, 2004 [1880]: doc. eletrônico).

Esta inflexão de Owen começa por organizar, em 1832, um sindicato de trabalhadores da construção civil (*Operative Builders' Union*), formado como uma federação de sete tradicionais corporações de ofício (*trades*). Segundo a historiadora Marjie Bloy, o sindicato organizou o protótipo de uma cooperativa de produção ao dispensar os *“middle-men”*, isto é, os empreiteiros que agenciavam trabalhadores para clientes privados, algo que somente seria possível *“because there was little fixed capital involved in the building trade”* (Bloy, 2005: doc. eletrônico). A primeira greve organizada por um sindicato na Inglaterra foi deflagrada em 1833 em protesto contra os impedimentos criados por empreiteiros e agenciadores para a filiação de trabalhadores [15].

O sucesso da greve na construção civil, que durou 16 semanas em Liverpool e Manchester, levou Owen a promover uma escalada na organização sindical. Uma central sindical de todos os trabalhadores do Reino Unido foi organizada em 1834 - a *Grand National Consolidated Trade Union* - desta vez tendo como programa que *“all individual competition would cease and industry would be carried on by 'national companies”* (Bloy, 2005: doc. eletrônico).

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs não à moda dos utópicos da época, aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos (Singer, 2002: 33).

Scottish workers. The Americans among the owenites, coming from a democratic tradition, began to have reservations about submitting to Owen's authority, whether paternalist or not (Kreis, 2000: doc. eletrônico).

- 15 O principal instrumento dos empreiteiros era sintomaticamente conhecido como *“The Document”*, um compromisso assinado pelo trabalhador em não se filiar ao sindicato organizado por Owen, sob pena de demissão e confisco de salários devidos. As primeiras palavras do documento, a ser firmado por trabalhadores supostamente tão livres quanto seu empregador, são: *“We declare that we do not belong to the society called the 'Union”...* (Bloy, 2005).



Imagem 5: Retratos de dois Robert Owen

À esquerda, o filantropo de New Lanark desenhado em 1800 pela aristocrata escocesa Mary Ann Knight. À direita, o socialista pintado em 1844, ano de fundação da primeira cooperativa, pelo artista e militante político norte-americano John Cranch.

Assim, as greves da primeira central sindical do mundo não visavam melhorar as condições do assalariamento - visavam eliminá-lo. Uma fábrica em greve era ocupada pelos trabalhadores, que instituíam pagamento proporcional unicamente ao trabalho despendido e gerenciavam a produção através de assembléias com voto igualitário. Em reação a esta reversão produtiva, surgiu a greve patronal na força do significado original de “*lockout*”: numa situação de insubordinação, era preciso manter os operários longe dos meios de produção, trancá-los do lado de fora das fábricas [16].

Não é caso desta dissertação estudar as razões que levaram à destruição da *Grand National Consolidated Trade Union* juntamente com o movimento cartista - que propunha o direito de voto para todo homem acima de 21 anos - após a greve geral de 1842 [17]. O importante a reter é que este primeiro período de organização do trabalho seria associado permanentemente a uma fase “utópica” do socialismo, denominação lançada seis anos mais tarde pelo Manifesto Comunista de 1848:

As imagens fantasiosas da sociedade futura [...] encerram também um elemento crítico. Elas atacam cada princípio da sociedade existente e, desta forma, estão repletas do mais valioso material para o esclarecimento do proletariado. As medidas práticas que elas propõem - tais como a abolição da distinção entre cidade e campo, da família, da condução das indústrias em benefício de indivíduos privados, do assalariamento, a proclamação da harmonia social, a conversão da função do Estado para a supervisão da produção - todas estas propostas apontam para o desaparecimento dos antagonismos de classe que na época acabavam de germinar e que, nestas publicações, eram reconhecidas apenas em suas primeiras formas indistintas e indefinidas. Estas propostas, portanto, são de um caráter puramente utópico (Marx; Engels, 1848: doc. eletrônico).

A qualificação de utópica para as cooperativas é, portanto, uma caracterização por negação: elas não oferecem estratégias para a luta de classes. Isto não se deve a um encobrimento ideológico de uma realidade desagradável, mas sim à incapacidade de antever o que ainda estaria em germe no primeiro estágio de desenvolvimento do capitalismo industrial: “teorias rudimentares para condições rudimentares da produção capitalista” como dirá Engels em “Socialismo utópico e científico”.

Este diagnóstico vai acompanhar todo o arco de socialistas que se formou justamente na criação de partidos revolucionários para organizar o proletariado industrial no contexto de uma luta de classes. Não é muito diferente o que afirma Lênin em “Sobre o cooperativismo”, texto escrito na consolidação final da Revolução Russa:

16 Que um dos mais importantes campos de atuação das cooperativas de operários deste início de século XXI seja a ocupação de fábricas abandonadas pelo capital é portanto uma imensa volta deste relógio da história. Expulsos das fábricas no início de seu ciclo produtivo, as cooperativas só retornam quando seus meios de produção são relegados pelo capital, na forma de máquinas abandonadas, pessoas jurídicas falidas e mão-de-obra desempregada.

17 Discussão tratada em Cole; Postgate, 1964: 242 *et seq.*

Por que os planos dos velhos cooperativistas, a partir de Robert Owen, eram fantasiosos? Porque sonhavam em transformar pacificamente a sociedade moderna em socialismo sem levar em conta problemas tão fundamentais como o da luta de classes, a conquista do poder político pela classe operária, a derrubada da dominação da classe exploradora. Por isso temos razão quando consideramos que este socialismo 'cooperativista' é puramente fantasioso (Lênin, 1948 [1923]: 1019).

Mais adiante, Lênin acrescenta que, uma vez consolidada a ditadura do proletariado, as cooperativas poderiam ser incorporadas à supervisão do Estado e impostas aos trabalhadores que proferissem valores contra-revolucionários [18].

Os acontecimentos que se seguiram no século XX já são avaliação suficiente do sucesso da implantação do socialismo pela tomada de poder estatal. Quanto ao que as cooperativas teriam de "fantasioso" (e, por isso, "utópico"), mais uma vez não são seus objetivos, que elas compartilham com todos os socialistas alegadamente científicos e os programas de seus partidos organizados como uma vanguarda operária. O que seria utópico é justamente sua face mais visível e seu instrumento mais concreto: as associações autônomas que atuam no mercado como empresas coletivas e democráticas.

Antes de estudar nos próximos subcapítulos os limites para implantação do socialismo através de empresas inseridas em ambientes econômicos capitalistas, é preciso entender que o que colocou a emancipação do trabalho em relação ao capital na base de todos os programas socialistas foram as propostas que Charles Fourier e Robert Owen formularam a partir da percepção que os processos produtivos da industrialização degradam o trabalho humano. Num caso, onde havia aniquilamento do prazer, haverá as paixões em Harmonia (sempre em maiúscula na escrita de Fourier). Noutro caso, onde havia competição e violência, haverá cooperação e equidade - a "*equity*" que anima todos os empreendimentos de Owen.

Talvez seja Simone Weil, não por acaso uma das primeiras vozes dentro do marxismo a contestar o caráter emancipatório do regime soviético, quem melhor tenha idealizado um ponto de chegada para um socialismo baseado na dignificação do trabalho:

Que plenitude de vida não se poderia esperar de uma civilização em que o trabalho fosse transformado a ponto de exercer plenamente todas as capacidades, de constituir o ato humano por excelência? Ele deveria, então, se encontrar no próprio centro da cultura [...] As relações sociais seriam diretamente modeladas pela organização do trabalho; os homens se agrupariam em pequenas coletividades trabalhadoras, onde a cooperação seria a lei suprema e onde cada um poderia claramente compreender e

18 A pesquisa de 1961 de Diva Benevides Pinho confirma que a doutrina cooperativista não sobreviveu ao dirigismo estatal do antigo bloco soviético. É da perspectiva do socialismo real que ela vaticina que "quando as associações preconizadas pelo socialismo utópico caem em descrédito devido às críticas de Marx, as cooperativas deixam de ser consideradas pelos socialistas como meio eficiente de emancipação do trabalhador. Desde então, tanto para os marxistas como para os pós-marxistas, as cooperativas nunca mais representarão um meio radical de libertação do trabalhador" (Pinho, 1961: 82).

controlar a relação das regras às quais sua vida estaria submetida com o interesse geral (Weil, 2001 [1933]: 130-132).

Que seja este um objetivo que as cooperativas valorizem para além de seus objetivos comerciais. Se é a imediação na execução que tinge de utopia este objetivo, uma vez que quer prescindir de uma estratégia política articulada por partidos operários, no centro dele está um discurso que é legitimamente socialista: a dignificação do trabalho implica no controle do capital.

1.2 O CONTROLE DO CAPITAL

O propósito deste subcapítulo é apresentar a evolução e expansão das cooperativas em torno de algumas questões teóricas sobre a função do capital na produção e circulação de riquezas. É um propósito deliberadamente esquemático, que quer fornecer um pano de fundo conceitual para a recuperação histórica que de fato interessa a esta dissertação e que está circunscrita a iniciativas cooperadas em locais e períodos mais restritos que a de qualquer linhagem do cooperativismo.

Este pano de fundo conceitual permite também contornar as cronologias oficiais do cooperativismo, onde é comum que este evolua em função de fins que são muito bonitos, mas escamoteiam que as cooperativas são essencialmente movimentos de negação do capital. A especificidade das empresas de usuários e gestão democrática só aparece em contraste e (como se verá) em competição com empresas de investidores e gestão autocrática.

Antes de tudo isso, o que se deve entender por negação do capital? Uma resposta bem dimensionada a esta pergunta precisa recorrer à noção chave do primeiro volume do “Capital” (Marx, 1990 [1867]): o capital é a riqueza submetida a uma relação social capaz de preservar e ampliar seu valor, é o valor no processo de valorização. Portanto, sua manifestação corriqueira - como dinheiro, títulos financeiros, ferramentas, máquinas, instalações ou recursos naturais - tem sempre algo de parcial, pois a valorização é mais propriamente um fenômeno que ocorre na transição entre estes diversos receptáculos de valor, e não no entesouramento de algum deles [19].

“A fórmula geral do capital” proposta por Marx expressa esta acumulação pelo movimento no circuito “Dinheiro - Mercadoria - Mais Dinheiro”, no qual, quando o capital mergulha na produção de mercadorias, o faz para emergir acrescido de ainda mais dinheiro, seja na forma de juros ou de lucro:

Ao assumir incessantemente a forma tanto de dinheiro quanto de mercadoria, o valor é o sujeito de um processo independente em que muda sua própria magnitude, retira mais valor de si mesmo enquanto valor originário e, assim, valoriza a si mesmo. Pois o movimento pelo qual adiciona mais valor é seu próprio movimento, sua valorização é portanto autovalorização (Marx, 1990 [1867]: 255).

19 “Se o capitalista é um sovina racional, então o sovina não passa de um capitalista que enlouqueceu. O incessante aumento de valor que o sovina busca atingir guardando seu dinheiro fora da circulação, é obtido pelo perspicaz capitalista ao lançar seu dinheiro mais e mais na circulação” (Marx, 1990 [1867]: 254).

Na fluidez desta transação, o capital parece não só se preservar como se fortalecer pelas sucessivas transformações em mercadoria e dinheiro. Na expressão de Marx, ele se torna um “*übergreifendes Subjekt*”, um sujeito que se apodera, que toma controle do processo de valorização [20].

A negação do capital por parte das cooperativas consiste na reversão desta “tomada de poder” do capital sobre os processos econômicos, pela qual ele se torna o “sujeito” da criação de valor (e, posteriormente, de “mais-valia”). Obviamente, este é um desafio que impõe dificuldades maiores do que simplesmente “destruir” capital, tarefa que, aliás, o próprio capitalismo realiza de forma contínua. A começar porque reverter o domínio do capital no próprio plano de sua circulação, agora que os fluxos financeiros ganharam escala global, não parece mais ser uma tarefa humana.

No entanto, onde esta reversão ainda parece possível é no centro do circuito de valorização do capital, quando, por alguns momentos, ele se despe de sua forma dinheiro e passa a operar diretamente na produção de bens e serviços. É neste âmbito, quando o capital é um fator de produção diretamente contraposto ao trabalho, que as cooperativas se propõem a reverter seu controle [21].

Depurado das terras e ferramentas que alguma vez possuiu, o trabalhador passa nos centros de produção capitalistas por uma nova etapa de abstração, na qual perde sua própria individualidade: submetido ao capitalista, “que é o capital personificado”, ele é regulado segundo a produtividade média de um determinado setor de produção de bens ou serviços, de forma que “não seja mais do que tempo de trabalho personificado” (Marx, 1990 [1867]: 302). Nestas condições de controle, a extração de mais valor - a valorização - se torna apenas uma questão de tempo, tal como exposto no capítulo do “Capital” sobre “a jornada de trabalho”:

O capital se desenvolve dentro do processo de produção até adquirir comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho autocontrolada, em outras palavras, o próprio trabalhador. O capitalista, que é o capital personificado, agora cuida para que o trabalhador faça seu trabalho com regularidade e com o grau adequado de intensidade. O capital também se desenvolve numa relação coercitiva, e isto compele a classe trabalhadora a realizar mais trabalho do que seria preciso pelo círculo estreito de suas próprias necessidades (Marx, 1990 [1867]: 425).

A compra de tempo de trabalho é coerção da capacidade produtiva por imposição ao trabalhador de condições alheias para que se consuma esta venda. Os meios de produção, isto é, matéria prima, instrumentos manuais, máquinas, controles gerenciais e técnicas organizacionais, tudo isto confronta o trabalhador como capital, como uma racionalidade externa que inverte as relações de domínio entre o produtor e seus instrumentos:

20 “Übergreifen” também tem o sentido político de “usurpar”.

21 As cooperativas de crédito mútuo, apesar de operarem apenas com serviços financeiros, são expressão direta do controle do trabalho sobre o capital, pois lidam com pessoas e empresas que poupam e emprestam entre si em bases solidárias, o que necessariamente é uma dimensão econômica externa ao mercado de capitais.

Se considerarmos o processo de produção do ponto de vista do simples processo de trabalho, o trabalhador se relaciona como os meios de produção não na sua qualidade de capital, mas como meros meios e materiais para sua própria atividade produtiva e objetiva. Mas isto fica diferente assim que consideramos o processo produtivo como um processo de valorização. Os meios de produção são de imediato convertidos em meios de absorção do trabalho de outros. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Ao invés de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, eles o consomem como fermento necessário para seus próprios processos vitais, e o processo vital do capital consiste apenas em seu próprio movimento como valor que se valoriza (Marx, 1990 [1867]: 425).

Controlar o capital é controlar sua própria valorização. De imediato, este é um desafio que a cooperativa não pode enfrentar apenas por seu aspecto jurídico-comercial, ao converter todo cooperado em proprietário de partes do capital da cooperativa. Esta é uma condição franqueada pelos registros comerciais e facilmente assimilável pelo capitalismo, pois o que torna o trabalhador empregado dos meios de produção não é a empresa e suas diversas personificações jurídicas, mas o próprio “processo vital do capital” e seu “movimento como valor que se valoriza” [22].

Para tornar o trabalho sujeito da atividade econômica, as cooperativas precisam ir além das condições jurídicas e permitir que, na regulação das relações de produção, o trabalhador tome *como seu objeto* o capital incorporado nas máquinas, instalações, técnicas, controles e procedimentos. Só então ela será uma empresa em que “*capital is the servant, not the master of the organization.*” (MacPherson, 1996 *apud* Birchall, 1997: 67).

Princípios

Apenas quando o movimento cooperativista se cristaliza em entidades internacionais é que ele adota como primeira cooperativa da história uma sociedade comercial formada em 1844 por 28 operários em Rochdale, centro têxtil nas imediações de Manchester: a “*Rochdale Equitable Pioneers Society*”, Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. A data, posterior às aldeias cooperativas de Owen e às sociedades de fundos mútuos ligadas aos primeiros sindicatos ingleses, não aponta para uma

- 22 De toda maneira, a propriedade coletiva de capital nas cooperativas é uma situação formal distinta dos programas de divisão de lucros das empresas de capital aberto, que tornam seus empregados proprietários de títulos de capital comercializáveis no mercado financeiro. É um programa comum nas empresas dos EUA, onde 8,5 milhões de trabalhadores fazem parte de algum ESOP - “*Employee Stock Ownership Plan* (Ortellado, 1999). Estes programas estão limitados a um escambo com benefícios trabalhistas, pois os trabalhadores-acionistas não têm qualquer controle sobre as metas comerciais ou os regimes de trabalho da empresa de que seriam supostamente co-proprietários.



Imagem 6: Treze dos “*pioneers*” de Rochdale

Em 1865, 13 dos 28 fundadores da “Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale” posaram para esta foto, em que o cenário e as roupas tentam representar o sucesso da cooperativa que estes operários fundaram 21 anos antes. Atrás da mesa cenográfica, para indicar sua proeminência na redação dos estatutos da cooperativa, está Charles Howarth (acervo do *Rochdale Pioneers Museum*).

origem histórica, ainda que isso não tenha impedido controvérsias (ver Ortellado, 2004). Trata-se de uma origem conceitual, na qual a “sociedade dos pioneiros” serviu bem às questões identitárias do cooperativismo através dos documentos que compõem seu estatuto de fundação e das várias emendas que recebeu ao longo de uma existência de décadas até ser incorporada à rede atacadista do cooperativismo inglês em 1906.

Compilado pelo mais *owenite* dos 28 fundadores - Charles Howarth, “a alma da cooperativa de Rochdale” (Pinho, 1961: 32) - os “estatutos de Rochdale” suscitaram disputas que muitas vezes lembram hermenêuticas religiosas (Lambert, 1959), ainda que seu objetivo não tenha sido mais do que organizar uma loja capaz de furar a cadeia de intermediários que comercializavam produtos de primeira necessidade a preços escorchantes para a população operária da região de Manchester. Esta loja seria uma “*co-operative shop*” como as propostas desde 1828 pelo semanário “*The Co-operator*”, promovida pelo médico e militante cooperativista William King. Frente às “comunidades experimentais” de Robert Owen, ridicularizadas (quando não combatidas) em toda imprensa britânica, a proposta de pequenos estabelecimentos comerciais geridos pelos próprios clientes que William King defendia em seu periódico se tornaram o mais eficiente divulgador do cooperativismo no Reino Unido.

Like Owen, he had in mind an eventual self-sufficient community in which the workers would produce to meet their own needs [...] but unlike Owen, he realised that the benefits of co-operation could be realised within the existing society; he advised that if his readers wanted to set up co-ops within an existing town, then this was also a legitimate goal (Birchall, 1997: 5).

Assim, William King não deixava de afirmar que o objetivo final de uma cooperativa inserida na cidade capitalista era estabelecer uma Comunidade Cooperativa (“*Co-operative Commonwealth*”) tal como proposta por Robert Owen, apenas fazia a ressalva que, para este objetivo, uma prosaica loja é um meio pertinente: “*we must go to a shop every day to buy food and necessaries - why then should we not go to our own shop?*” (apud Birchall, 1994: 28) [23].

No entanto, a loja dos 28 operários de tecelagens tinha uma distinção radical, e não apenas de tamanho, com as aldeias cooperativas para milhares de trabalhadores: ela não é constituída por investimentos de origem governamental como pleiteava Robert Owen, mas sim por capital integralizado pelos próprios associados, ainda que tenha sido o pouco que era destinado ao sindicato dos tecelões até este ser destruído nas greves de 1842. Outra distinção radical, por sua vez, impediria que o poder de gestão fosse baseado na propriedade, mesmo que coletiva, de capital: princípios estatutários garantiriam que estes portadores de capital fossem os gestores do negócio com base numa outra

23 Em vista deste truísmo, Owen respondeu com certa propriedade que “*a community might set up a shop, but a shop could never set up a community*” (apud Birchall, 1997: 4). Johnston Birchall comenta da seguinte forma esta disputa no nascimento do cooperativismo através de pequenos empreendimentos dentro das cidades capitalistas: “*no doubt something was lost, but the vision of a co-operative commonwealth did not die; it merely changed shape, became more realistic*” (Birchall, 1997: 31).



Imagem 7: Sede da Rochdale Equitable Pioneers Society.

Antiga sede da primeira cooperativa do mundo, já convertido em museu. A foto de 2002 (de Margaret Curry) não mostra que do outro lado da rua está o maior shopping center de Rochdale.



Imagem 8: Rochdale Pioneers Museum.

Cenário um tanto artificial do interior do museu, utilizando objetos originais do comércio de trigo (acervo do Rochdale Pioneers Museum)

condição, a de portadores de direitos políticos e sociais. O empreendimento criado por este estatuto não seria portanto uma empresa de investidores privados. Seria algo inédito: uma cooperativa.

Em 1895, diversas entidades regionais, algumas oriundas da Internacional Socialista, fundam a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e unificam numa instância supranacional a identidade do cooperativismo em torno do estatuto de Rochdale [24]. Após atualizações em 1937 e 1966, a ACI promove uma revisão abrangente dos princípios de Rochdale em seu Congresso do Centenário, em 1995, assim descrita por Johnston Birchall:

It included not only an update of the Rochdale Principles but an identity statement and two sets of values (basic and ethical) that underlie the principles. From the inside it was an attempt to revitalise a co-operative 'movement' and give it some future direction. From the outside it looked like an attempt to develop a global 'brand' for co-ops and other 'membership-based' businesses. It employed a deliberative approach to principle-building that provided a practical consensus (Birchall, 2005: 4).

O resultado são sete princípios em torno dos quais a Aliança Cooperativa Internacional pretende traçar “a co-operative strategy for globalisation” (Birchall, 2005: 11), o que torna mais interessante sua análise em comparação com a redação original do estatuto dos “Pioneiros Eqüitativos de Rochdale”, muito marcada pela reação à primeira industrialização britânica [25]. Obedecendo à transmissão mundial destes princípios a todas as representações nacionais do cooperativismo, as transcrições a seguir são da tradução realizada Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2006).

1º Princípio - Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2º Princípio - Gestão democrática: as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

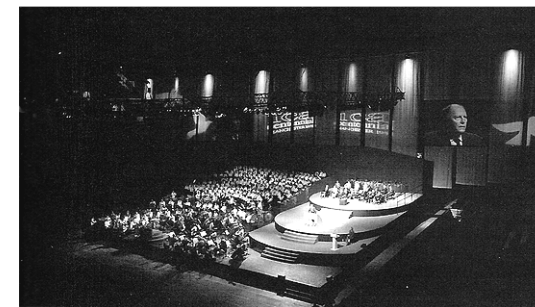


Imagem 9: Congresso de 1995 da Associação Cooperativista Internacional

Com uma abertura cercada de simbolismos, o “Congresso do Centenário” da ACI empreende a revisão dos princípios do cooperativismo em Manchester, a poucos quilômetros de Rochdale (Birchall, 1997).

24 Outro objetivo da ACI, promover o comércio mundial entre as cooperativas, nunca foi cumprido (Birchall, 1997: 61).

25 Dois princípios originais da cooperativa de Rochdale, descartados por desuso, revelam o rigor moralizante daquele empreendimento. O primeiro exigia que todas as compras dos cooperados tivessem pagamentos à vista, eliminando a aparência caritativa de sua política de compra e venda a “preço justo”, desonerado de atravessadores e da formação de lucro. O segundo se comprometia a não adulterar os produtos à venda, particularmente o trigo, o que era uma novidade nas cidades inglesas de 160 anos atrás: muitos dos primeiros cooperados de Rochdale nem sequer conheciam o sabor de produtos feitos com trigo puro. O capítulo sobre a “Jornada de trabalho” do “Capital” recupera relatos impressionantes sobre a adulteração de alimentos durante a industrialização inglesa (Marx, 1990 [1867]: 358-9).

Os dois primeiros princípios situam valores democráticos no centro da identidade cooperativa ao instituir sucessivamente os principais aspectos formais da democracia e das suas “regras do jogo”: quem são os participantes e quais são as formas de participação (Bobbio, 1992; Bobbio, 1983: 56).

Começando pelas formas de participação, o princípio da “gestão democrática”, também chamada simplesmente de “princípio democrático”, é o traço distintivo da empresa cooperada: “*Le principe de la démocratie est le principe fondamental de la coopération. Ce principe distingue l’entreprise coopérative le plus nettement de l’entreprise capitaliste [...] Chaque membre a une voix par le seul fait qu’il est un homme*” (Lambert, 1959: 48). De fato, a gestão democrática tem a intenção de ser uma gestão realizada por pessoas e não por portadores de capital (cujo voto tem um poder proporcional à quantidade de capital que personifica), o que a afasta de uma “assembleia de acionistas”, qualquer que seja seu tamanho. Desta forma, o voto a que cada associado tem direito “*par le seul fait qu’il est un homme*” deve ser igualitário, válido para todos os aspectos da empresa e, quando delegado a representantes, estes recebem um misto de mandato imperativo e mandato autorizativo, pois têm liberdade de decisão mas são passíveis de destituição por seus representados independentemente de eleições ordinárias.

“Quem são os eleitores” é o tema do princípio da “adesão livre” (a exigência de que a adesão a uma cooperativa, além de livre, deve ser voluntária só é introduzida pela ACI em 1966 em reação às filiações compulsórias promovidas nos países do socialismo real). O princípio presente desde Rochdale (em inglês, “*open membership*”) obriga que uma cooperativa aceite em seu quadro associativo qualquer pessoa que faça um pedido de adesão. As únicas restrições admissíveis são as oriundas da finalidade comercial da cooperativa, que podem ser extensas nas cooperativas baseadas na produção de bens e serviços, em que os membros devem ter formação e habilidades específicas, ou praticamente inexistentes nas cooperativas baseadas no consumo, em que nada mais pode ser exigido para admissão do que a integralização de uma cota mínima de capital (que em Rochdale era de uma única libra). Também conhecido como “princípio da porta aberta”, sua função de controle da valorização do capital é clara: ele faz com que o sucesso econômico de uma cooperativa seja acompanhado do aumento de beneficiários de sua valorização, impedindo que ganhos crescentes se restrinjam a poucos associados.

3º Princípio - Participação econômica dos membros: os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

O princípio da “participação econômica” estabelece numa única redação o controle democrático das duas mais importantes formas monetárias da valorização do capital: juros e lucro. O controle dos juros é simplesmente sua limitação a uma taxa fixa, o que praticamente restringe a formação de capital de uma cooperativa aos investimentos oriundos dos próprios cooperados ou de investidores para os quais a taxa limitada represente uma remuneração de capital pouco menor que a média de outros investimentos

disponíveis, pois “*limited’ interest means that a co-op will pay only what it has to in order to obtain the use of capital*” (Birchall, 1997: 67). Além disso, não é vazia a ressalva “se houver [remuneração]”: a grande maioria das cooperativas apenas corrige sem pagar juros sobre seu capital integralizado.

É o controle do lucro que revela uma engenhosidade do cooperativismo, pois é um controle exercido através de um dividendo distribuído exclusivamente às transações econômicas que cada cooperado realiza como atividade específica da cooperativa, sejam compras nas cooperativas de consumo, vendas nas de comércio, operações financeiras nas de crédito e horas trabalhadas nas chamadas cooperativas “de trabalho”. O “dividendo cooperativo” provoca um descolamento entre o desempenho político e o desempenho econômico dos cooperados e esta foi uma das originalidades da cooperativa de Rochdale. A condição de associado dá direito pleno à participação nas assembleias que orientam e sancionam a direção da cooperativa, onde todo voto é igualmente válido, mas o acesso à valorização produzida pela cooperativa é desigual e proporcional à atuação de cada cooperado dentro das atividades econômicas desempenhadas em cada exercício financeiro [26].

A distribuição do valor excedente da cooperativa através destes dividendos devolve ao cooperado o valor que este adicionou à cooperativa por sua atividade, individualizando-o em relação aos demais cooperados. Trata-se de uma valorização que não é capturada pela propriedade do capital, pois a cooperativa só incorpora excedentes e se valoriza através de fundos coletivos para o “desenvolvimento das suas cooperativas”. O resultado deste controle estatutário é que o “lucro” passa a ser registrado como “sobra em caixa” (na nomenclatura contábil brasileira), passível de ser distribuído como dividendo cooperativo.

No caso da cooperativa de Rochdale, que adquiria no mercado atacadista bens de consumo doméstico para revendê-los a seus associados, as transações que davam direito ao dividendo eram as compras realizadas nas lojas da cooperativa. O consumo remunerado (que na prática aparece como um desconto de preços proporcional ao valor da compra) remodelou a busca do “justo preço” nas atividades cooperativas, pois permitiu que a cooperativa praticasse preços pela média do mercado para produtos e serviços mediante a redistribuição do que exceder o necessário para investir na própria cooperativa.

4º Princípio - Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

-
- 26 Paul Lambert relata uma prolongada polêmica interna ao cooperativismo a respeito da prevalência do princípio da participação econômica sobre o da gestão democrática, em que repartição desigual da valorização da cooperativa autorizaria uma repartição igualmente desigual de seu poder de gestão (Lambert, 1959: 66). Esta polêmica não sobreviveu à decadência das grandes cadeias cooperativas de consumo européias a partir dos anos 1970.



Imagem 10: Pagamento de dividendos

Na década de 30, cooperados britânicos fazem fila para receber dividendos na *Co-operative Wholesale Society* (Birchall, 1997).

A autonomia da cooperativa é essencial para sua gestão democrática. No estatuto de Rochdale foi defendido através de um princípio de neutralidade política que hoje aparenta uma despolitização mas que na verdade era uma precaução em tempos de repressão às agremiações trabalhistas. Sua nova redação em 1995 indica que o novo inimigo da autonomia das cooperativas são as relações de subordinação institucional e de dependência de financiamentos externos a seus membros.

Ora, a fonte de toda heteronomia é o poder estatal e aqui sempre vão se cruzar os propósitos emancipatórios do cooperativismo e os propósitos universalizantes do Estado. E este de fato exerce seu poder sobre as cooperativas tanto pelo controle institucional direto, com legislações de diversas ordens e órgãos de fiscalização ou de vinculação obrigatória, quanto pelos financiamentos públicos e subvenções às atividades produtivas.

As cooperativas que se submetem a empresas privadas (ameaça mais presente entre as cooperativas prestadoras de serviço) são comumente cooperativas de baixo desempenho econômico. No entanto, sem algum grau de submissão a órgãos ou empresas estatais, tanto por obrigação legal quanto por apoio financeiro, é impossível para as cooperativas bem sucedidas atuarem em áreas em que a regulação é voltada preferencialmente para as empresas de capital, com o caso notório da habitação.

5º Princípio - Educação, formação e informação: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

O “princípio pedagógico” representa um dos mais duradouros legados das teorias de Robert Owen para o cooperativismo: o de que a educação não tem limites para transformar os valores associados ao trabalho [27]. Assim que foi fundada, a cooperativa de Rochdale criou uma biblioteca e uma escola infantil em suas dependências e, a partir de 1854, uma parte de seus excedentes passou a ser destinada a um fundo para alfabetização e capacitação profissional de seus membros, fundo que se disseminou para os estatutos de todas as cooperativas européias do século XIX (Birchall, 1997: 68) [28].

O valor da educação é tão presente no ideário das cooperativas que no livro de Paul Lambert se aproxima de uma questão identitária (que ele expressa à maneira bem francesa): “*durons-nous qu’une coopérative qui ne ferait aucune dépense d’éducation cesserait d’être une coopérative? Nous n’irons pas jusque là. Elle resterait une coopérative authentique, tout en étant une bien triste coopérative*” (Lambert, 1959: 75). Daí que o cooperativismo esteja frequentemente associado aos métodos pedagógicos baseados no valor da autonomia e da função educativa do trabalho. Neste sentido, é notável a proximidade entre Robert Owen e um pedagogo em especial: Célestin Freinet. Os espaços de

27 “O princípio do empenho na educação cooperativa é uma herança owenista” (Singer, 2002: 42)

28 A legislação brasileira exige que 5% do excedente líquido se destinem à atividades educativas.

ensino criados por Freinet para sua “Educação do trabalho” (Freinet, 1998 [1949]) - um misto de oficinas e salas de aula que são referência para diversas atividades ao ar livre - parecem cumprir o desafio que Owen lançou um século antes para as práticas educativas nas cooperativas: “*where are these rational practices to be taught and acquired? Not within the four walls of a bare building, in which formality predominates [...] but in the nursery, play-ground, fields, gardens, workshops, manufactures, museums and class-rooms*” (Owen, 1842 *apud* Kreis, 2005: doc. eletrônico).

6º Princípio - Cooperação entre cooperativas: as cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio - Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Dois princípios introduzidos pelo Congresso da ACI de 1995 para atender questões impossíveis de serem antecipadas até então: a organização das cooperativas em instâncias de representação cada vez mais abrangentes e a incorporação de uma suposta frente de combate ao capital que é o “desenvolvimento sustentado” (*sustainable development*). Lidados em conjunto, os princípios combinam um espraiamento dos interesses cooperativos e seu enraizamento local. Sem recuperar o antigo objetivo do cooperativismo em criar uma “comunidade cooperativa”, Johnston Birchall comenta que ambos comportam vantagens econômicas imediatas: “*It emphasises more the practical need to cooperate in order to survive and meet the needs of members in an ever more competitive global economy*” (Birchall, 1997: 70).

Tipologias

Da fundação da cooperativa de Rochdale até o Congresso do Centenário da ACI, foram analisados apenas princípios para realizar o controle do capital, que são sinais de identidade dos empreendimentos cooperativados e também tábua moral de suas disputas doutrinárias. Para poder se aproximar da atuação histórica das cooperativas sem precisar fazer um panorama das cooperativas pelo mundo (o que pode ser consultado em Birchall, 1997), a análise destas cooperativas ideais será desdobrada dos princípios que estabelecem o controle do capital por parte do trabalho para as diversas configurações de relações entre capital e trabalho que têm abrigo dentro dos marcos de identidade das cooperativas.

É uma tipologia que confronta os objetivos cooperativistas com situações econômicas que unem diferentes realidades no tempo e no espaço, embora nenhuma delas, se analisadas concretamente, deixem de ter nuances que embaralham (ou tornam ainda mais nítidas) estas cooperativas-tipos. A vantagem imediata é descartar a tipologia jurídica que povoa a literatura do cooperativismo e que é afetada por toda espécie de casuísmos das legislações comerciais e trabalhistas.



Imagem 11: Esquema espacial de uma escola Freinet

Esboço de uma escola baseada em “jogos-trabalho” na edição brasileira de *A educação do trabalho*, de Célestin Freinet (1998 [1949]: 371).

“Não agiremos arbitrariamente nesta distribuição de tarefas. Nós nos contentaremos em oferecer possibilidades de atividades (local, instrumentos, materiais e técnicas), em colocar nossos alunos numa atmosfera de trabalho, em organizar já na escola nosso embrião de sociedade com suas regras, seus costumes, suas leis, seu ritmo, sua honra, em íntima conexão com o processo da sociedade atual” (Freinet, 1998 [1949]: 369).

As cooperativas-tipos analisadas a seguir - cooperativas de consumo, cooperativas de crédito, cooperativas de comércio e cooperativas de produção - obedecem a considerações de ordem econômica em que foi inevitável recorrer à autoridade das obras de Paul Singer, economista e principal pensador brasileiro dos novos desafios do cooperativismo impostos pelo capital [29].

Cooperativas de consumo

Na cooperativa de consumo, os sócios constituem uma cooperativa para, através dela, adquirir bens e serviços com um poder de barganha que não têm quando se comportam como consumidores isolados no mercado. Sendo este o primeiro propósito da “Sociedade dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale”, o consumo marcou a origem do cooperativismo se debatendo em como ultrapassar esta condição e reorganizar a produção e a circulação segundo os princípios cooperativistas, gerando o que Diva Benevides Pinho chamou de “um programa econômico ordenado pelo fim” (Pinho, 1961: 21).

Não era uma incoerência comercial que a sociedade dos “pioneiros de Rochdale” buscasse estender os princípios do cooperativismo para a produção, incorporando cooperados para produzir os bens e serviços que fornece a seus associados. Trata-se de um raciocínio por etapas que sustentou por muito tempo dentro do cooperativismo o ideal da “República Cooperativa” [30]. Ainda assim, em 1866 (um ano depois de feita a foto da página 31), a cooperativa de Rochdale se separa juridicamente das unidades de produção que havia fundado e concentra sua atividade econômica exclusivamente na aquisição e distribuição de mercadorias:

Os pioneiros deram personalidade jurídica separada a suas cooperativas de produção porque tinham desistido do intento original de constituir uma “aldeia cooperativa”, em que todos seriam ao mesmo tempo

29 Desde a posse da presidência Lula em 2002, portanto durante todo o período de elaboração desta dissertação, Paul Singer foi responsável no Ministério do Trabalho por elaborar e articular políticas públicas federais para as cooperativas que se inserissem no marco da “economia solidária”.

30 A “república cooperativa” teve seu teórico mais consistente no economista Charles Gide (1847-1932), que elaborou um programa para constituí-la a partir da generalização do cooperativismo no consumo: “O programa de transformação seria realizado em três etapas: a organização de cooperativas de consumo, com eliminação do lucro e a obtenção do justo preço; a criação de cooperativas de produção industrial com os fundos acumulados pelas cooperativas de consumo; e, terceira etapa, a organização de cooperativas de produção agrícola. [...] Esta corrente do pensamento cooperativista que propunha uma transformação social a partir dos consumidores e tinha sua matriz nesta proposição de Charles Gide formava a corrente, dentro do movimento cooperativista, que defendia a *hegemonia do consumidor* [...] Quando da formação da ACI em 1895, acabou predominando o plano de integração cooperativa embasado na hegemonia do consumidor, o que levou à consolidação dos Princípios de Rochdale, que se constituíram nos critérios de autenticidade do cooperativismo” (Xavier de Souza, 1999: 33).

produtores e consumidores do resultado do trabalho comum. A comunidade teria sido cooperativa de produção e de consumo, possivelmente com troca equitativa de trabalho (Singer, 1998: 103) [31].

Num período em que as massas urbanizadas precisavam sobreviver com baixos salários num mercado altamente oligopolizado, a proteção contra o capital que os associados buscavam estava eminentemente na sua organização como consumidores. Tratava-se de potencializar a necessidade de consumir ao invés da capacidade de produzir, seguindo a observação de William King de que, afinal de contas, todos precisam ir à compras.

Restrita ao consumo, as práticas cooperativas desenvolveram ainda assim um papel relevante para controle do capital comercial, pois inverteu contra ele os efeitos da concorrência de mercado e da conseqüente assimetria entre os agentes econômicos que ela gera. Primeiro internalizaram o consumo e depois o ampliaram ao longo da cadeia produtiva, gerando no começo do século XX as enormes cooperativas atacadistas inglesas, as *Wholesale Society*, que abarcavam o processamento, transporte, distribuição, embalagem e venda de produtos de consumo doméstico: *They went as far back in the supply chain as they could [...] When ship owners put up their prices, the Co-operation Wholesale Society simply began its own shipping line* (Birchall, 1997: 10).

Desde os primeiros sinais de sucesso deste tipo de cooperativa no controle dos preços de bens de consumo, se instalou um debate entre socialistas para saber se este controle implicaria num rebaixamento posterior da massa salarial. É um debate que lembra em muito as polêmicas suscitadas pelo mutirão na urbanização de São Paulo e está representada num texto de Engels que é referência básica da relação entre habitação popular e acumulação capitalista, “A questão da habitação”:

Vamos assumir que em uma certa região uma generalização de cooperativas de consumo consiga reduzir o custo de vida dos trabalhadores em 20%; a longo prazo, os salários nesta região vão cair em 20% aproximadamente (Engels, 2002 [1872]: doc. eletrônico).

De qualquer forma, é um debate em torno de custo de vida quando as cooperativas de consumo procuravam na verdade alterar a própria estrutura de aquisição, estocagem e distribuição no comércio varejista das cidades do Reino Unido, que era atrasado em relação às cadeias produtivas criadas pela industrialização. Em meados do XIX, as massas urbanizadas britânicas tinham à disposição um comércio restrito de vendedores ambulantes, feiras semanais e pequenas lojas, quase todas com apenas um proprietário. A prática generalizada era a venda de produtos adulterados e ofertados a preço e crédito caro. O enfrentamento desta situação por parte das cooperativas de consumo não foi apenas uma política de preços, mas sim a formação de cadeias atacadista e a criação das primeiras lojas de

31 As únicas “cooperativas integrais” semelhantes ao modelo de Owen que sobreviveram até os dias de hoje são os “*kibbutzim*” israelenses, ainda assim com a ressalva de Johnston Birchall: “*comprehensive co-operation is rare, and tends to survive only among people who share a strong common bond of religion or ethnicity*” (Birchall, 1997: 31).

varejo diversificadas semelhantes aos supermercados (*multiple retailer*), que “*virtually invented modern retail distribution*” (Birchall, 1997: 10).

Inventaram a distribuição de varejo moderna, mas não a aperfeiçoaram. Após a 2ª Guerra, o consumo cooperado chegou a um limite de desempenho em ambientes de concorrência de mercado. O crescimento do uso de automóveis permitiu a criação de grandes supermercados em subúrbios de terras baratas, onde os compradores podem ter contato direto com mercadorias em embalagens de pequenas quantidades, que cada vez mais assumiam o papel de anúncios publicitários:

Estas inovações reduziram profundamente os custos de intermediação, mas não eram facilmente aplicáveis pelas cooperativas de consumo, que eram entidades comunitárias, formadas por vizinhos de bairro e que vendiam apenas a sócios. Repugnava aos cooperados a concorrência, o recurso à propaganda comercial visando ao lucro e a massificação (Singer, 2002: 55).

A cooperativa de consumo foi eliminada dos setores onde passou a concorrer com as modernas redes de supermercados, que espalharam o consumo massificado pelas grandes cidades do mundo com uma política imbatível de preço, qualidade e propaganda. Restou ao cooperativismo de consumo um setor em que a impessoalidade não é ainda aceita nos centros urbanos, que é o de serviços continuados:

O cooperativismo de consumo não está morto, mas perdeu a batalha contra o grande capital comercial, que é atacadista e varejista ao mesmo tempo [...] Onde o cooperativismo de consumo pode ombrear com qualquer concorrente que visa ao lucro é nos serviços em que a qualidade é importante, mas não pode ser verificada antes que o serviço seja prestado, ou seja, em que uma relação de confiança é imprescindível entre prestador e consumidor. É por isso que as cooperativas escolares, habitacionais, de seguros e semelhantes continuam fortes ante a concorrência do grande capital (Singer, 2002: 59).

Cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito surgiram quase que simultaneamente à cooperativa de consumo de Rochdale. Em meados do XIX, duas redes de cooperativas, chamadas pelos nomes de seus fundadores Schulze-Delitzsch e Reiffeisen, financiavam os negócios de artesãos urbanos e pequenos camponeses nos estados germânicos então em processo de unificação. Atendiam classes trabalhadoras cujo acesso a crédito era inimaginável no sistema bancário de então, ainda mais concentrado do que hoje em emprestar apenas para governos ou grandes empresas.

No fundo, o controle do capital da cooperativa de crédito é semelhante ao da cooperativa de consumo: ambas combatem a intermediação capitalista, que tende a ser monopolista também na venda de serviços financeiros como a guarda e empréstimo de valores. Isoladamente, a poupança de cada cooperado de crédito é tão insuficiente para garantir empréstimos como a renda do cooperado de consumo para obter produtos de qualidade. Isolados, um pequenos comerciantes ou agricultores só tinham à disposição para a obtenção de crédito os serviços de agiotagem com juros ilimitados,

enquanto que unificados em cooperativas podiam dispensar atravessadores e constituir garantias que os habilitavam até mesmo a operar com créditos externos.

Nas cooperativas de crédito, a origem dos empréstimos que alguns associados tomam junto à cooperativa provém do capital fornecido por todos os associados, seja na integralização de cotas de capital, seja na guarda de suas poupanças. Os cooperados são proprietários solidários também das dívidas ativas da empresa e, na prática, todos são igualmente avalistas dos empréstimos que cada um de seus membros solicita.

Como são as relações de confiança que dão aval ao empréstimo, os juros podem ser baixos. Este é o sentido das sociedades ditas “mútuas”, onde poupadores se unem para disponibilizar crédito entre si, para que ele seja usado coletivamente ou por indivíduos, desde que a maioria esteja em condições de poupar e apenas uma minoria precise recorrer a empréstimos concedidos com garantia solidária.

As cooperativas de crédito mútuo na Europa prosperaram com o aumento de renda e mudança de hábitos de seus membros. É comum que se reúnam em bancos cooperativos, capazes de financiar empreendimentos como indústrias processadoras de produtos agrícolas ou frotas transportadoras (Singer, 2000: 153). Nesta escala de operação, foram afetadas pela concorrência com empresas de capital tal como aconteceu com o as cooperativas de consumo:

De forma semelhante ao cooperativismo de consumo, o de crédito enfrenta nos países desenvolvidos a concorrência de intermediários financeiros privados e públicos de grande dimensão e capacidade de desenvolver e aplicar tecnologias avançadas de informática. Para enfrentar tal concorrência, o movimento de cooperativismo de crédito tende a se centralizar e burocratizar, buscando ganhos de escala e atendimento em massa, com o que abre mão a autogestão e do caráter comunitário da cooperativa de crédito (Singer, 2002: 73).

Assim como a cooperativa de consumo prospera sem concorrentes na oferta de serviços que exigem confiança mútua entre quem vende e quem compra, as cooperativas de crédito prosperam na sua origem mutualista, onde o crédito está baseado nas relações de solidariedade.

Um caso exemplar é o Gramei Bank (“Banco da Aldeia”), fundado em Bangladesh nos anos de 1980 pelo economista Muhammad Yunus, instituição que Paul Singer diz representar “a volta às raízes do cooperativismo de crédito” (Singer, 2002: 75). Ao pesquisar a pobreza em Bangladesh, Yunus percebeu que ela convive com focos de superprodução e é, portanto, um fenômeno de crédito. Conseguiu com metodologia própria, baseada no reforço de laços de confiança entre poupadores e tomadores de empréstimo e na valorização do papel feminino na administração patrimonial, financiar empreendimentos econômicos para populações excluídas de qualquer mercado de crédito.

O Banco da Aldeia é o antibanco, faz tudo o que os bancos convencionais fazem... porém ao contrário. Estes se preocupam com a capacidade de reembolso do prestatário. O Banco da Aldeia se preocupa com que seus clientes sejam realmente pobres. Os bancos convencionais têm a responsabilidade ante os acionistas de maximizar o lucro sobre o capital próprio. O Banco da Aldeia tem como acionistas seus depositantes e mutuários” (Singer, 2002: 81).



Imagem 12: Agência rural do Raiffeisenbank, (Birchall, 1997)



Imagem 13: Centro de reunião das agentes de crédito do Grammeen Bank

Mulheres cooperadas do Grameen Bank (e filhos) posam para foto com economista Muhammad Yunus na zona rural de Bangladesh (foto em www.grameenbank.org).

Cooperativas de comércio

Enquanto a cooperativa de consumo visa fortalecer quem compra produtos de fornecedores capitalistas, a cooperativa de comércio visa fortalecer quem vende produtos para compradores capitalistas. Aqueles constituirão uma pessoa jurídica que atua como uma loja que compra no mercado o que seus sócios-proprietários consomem. Estes, uma loja que vende no mercado o que seus sócios-proprietários produzem.

Os cooperados que se unem para comercializar são portanto produtores de bens e serviços e é nesta condição que se associam. A associação de pequenos produtores proporciona ganhos de escala que são especialmente adequados para atividades agropecuárias e é o grande impulsionador das cooperativas rurais em todo mundo (Birchall, 1997). Nas cidades, unificam serviços que são tipicamente exercidos por trabalhadores autônomos: motoristas de táxi podem assim contratar um serviço de radiocomunicação e médicos podem manter um centro de exames e serviços administrativos para fornecerem planos de saúde, situações que estão presentes nas cidades brasileiras através das “Unimed” e das “Coopertáxi” [32].

As compras da cooperativa de comércio se concentram em bens de capital e acontecem à medida que os produtores cooperados precisam atingir o nível tecnológico médio dos concorrentes capitalistas. É por isso que Paul Singer denomina esta tipologia como “cooperativas de compra e venda”. No entanto, os ganhos de escala na aquisição de máquinas e insumos destas cooperativas estão a reboque dos ganhos de escala na venda de produtos e serviços e da obtenção de uma condição mais elevada para lidar com o mercado.

O comércio em via dupla, no qual a cooperativa tem um importante papel como fornecedor aos cooperados, é mais visível entre pequenos e médios proprietários e arrendatários de terras, que só podem mecanizar sua produção se investirem em conjunto na compra de bens de capital, do plantio ao beneficiamento. Mas a venda em comum é ainda mais necessária para controlar o capital externo à cooperativa, pois as pequenas cooperativas agropecuárias precisam fazer frente às políticas de compras de poucas indústrias processadoras, em transações altamente assimétricas. Não se trata aqui das cooperativas agropecuárias que reúnem grandes empresas do agrobusiness e que são apenas uma fachada jurídica para cartéis formados para monopolizar mercados, principalmente de fornecedores de produtos agrícolas para beneficiamento.

32 “Cada associado detém a propriedade individual dos meios de produção, podendo exercer posse coletiva dos meios pertencentes à cooperativa. São muito comuns no Brasil. Alguns dos exemplos a serem citados são as cooperativas de médicos (Unimeds), de secretárias, de taxistas. Seus trabalhadores, que são também seus associados, são classificados como autônomos pela lei brasileira” (Rech, 1995: 53).

Nem sempre o novo cooperativismo se insere nos mesmos espaços institucionais do tradicional. Estes muitas vezes foram cooptados por órgãos governamentais, ou se burocratizaram, ou degeneraram mesmo. Há "cooperativas de comercialização" – sobretudo agrícolas ou agroindustriais – cujos sócios são empregadores capitalistas. Obviamente estas pretensas cooperativas nada tem em comum com a esmagadora maioria das cooperativas, formadas por trabalhadores que procuram criar para si e para toda a sociedade alternativas democráticas e igualitárias ao capitalismo (Singer, 1999: 25) [33].

No entanto, vale para todas as cooperativas de comércio a constatação de que no plano da produção não se aplicam os princípios cooperativistas, onde a norma é o assalariamento ou outras formas de contratação que não integram o trabalhador à propriedade e gestão do capital, estatuto em que são mantidos os trabalhadores das lojas e centros de distribuição das cooperativas de consumo ou das agências e centros de administração das cooperativas de crédito:

As cooperativas de compras e vendas que assalariam seus operadores - dos diretores e gerentes aos simples executantes de tarefas - são entidades híbridas, metade solidárias e metade capitalistas [...] o cooperativismo de compra e venda não se constitui num modo de produção alternativo ao capitalismo exatamente porque não estende a democracia e a igualdade à totalidade dos que trabalham nele (Singer, 2002: 87-88)

Para entender este hibridismo entre solidariedade e capitalismo, convém avançar a exposição tipológica para a cooperativa de produção.

Cooperativas de produção

Cooperativas de produção associam os trabalhadores - sejam eles administradores, técnicos ou simples executantes de tarefas - na produção de bens e serviços a serem vendidos em mercados.

Na nomenclatura oficial brasileira, ela é um caso da cooperativa de trabalho. Quando a cooperativa de trabalho detém a propriedade individual e a posse coletiva de meios de produção necessários para produção de mercadorias, ela é uma "cooperativa de produção". Quando a cooperativa de trabalho é apenas um intermediário para que outras empresas contratem a mão-de-obra de seus associados, ela é

33 As grandes cooperativas agrícolas, que são o esteio não só do cooperativismo como também do agronegócio brasileiro, suscitam uma resistência entre investigadores atentos à origem e identidade cooperativa. Para Daniel Rech, elas "passaram da situação de cooperação para a de grandes empresas, onde a maioria das características da cooperação foram substituídas por administrações centralizadas, exercício de poder capitalizado e intervenção no mercado de forma agressiva, o que, aliás, praticamente não as distingue mais das grandes sociedades comerciais" (Rech, 1995: 44).

uma “cooperativa de mão-de-obra”, muito empregada para terceirizar atividades de faxina e segurança com burlas à legislação trabalhista [34].

Na cooperativa de consumo ou de comercialização, as relações desiguais e heterônomas entre capital e trabalho estão presentes no interior das relações igualitárias e autônomas exercidas no exterior da sua atividade econômica. Esta diferenciação entre âmbito interior e âmbito exterior se dá, segundo Paul Singer, porque as cooperativas dedicadas a operações de comércio “se relacionam com seus instituidores *externamente*, pois prestam-lhes serviços sem que estes trabalhem dentro delas” (Singer, 2002: 90 - grifo do autor). Nas cooperativas de produção, os instituidores necessariamente trabalham “dentro delas” e apenas cooperados exercem sua atividade-fim, a produção - assalariados ou empresas capitalistas só atuam em atividades eventuais como contabilidade ou transporte.

Paul Singer vai eleger a cooperativa de produção como protótipo de “empresa solidária”, pois nela o controle do capital se entende por toda atividade econômica. Em outras tipologias cooperativas, o capital é controlado pelas atividades de compra e venda, numa composição híbrida entre autogestão de associados que adquirem os bens ou usam os serviços da pessoa jurídica e heterogestão sobre os trabalhadores que produzem estes bens ou serviços.

A quantidade de cooperativas de produção existentes nos diversos países é incomparavelmente menor do que a dos outros tipos de cooperativa. Talvez a única experiência de economia solidária mundialmente conhecida pelo seu sucesso é o complexo de cooperativas de produção industrial e serviços sediada em Mondragón, no País Basco espanhol. As atividades de produção se originaram da união de cooperativas metalúrgicas nos anos 1950 e estão presentes da “linha branca” de eletrodomésticos Fagor (muito disseminada na Espanha) à construção civil: foi um dos braços desta cooperativa que usinou e montou a complexa estrutura metálica do Museu Guggenheim de Bilbao. Atualmente, A “*Mondragón Corporación Cooperativa*” (MCC) é o sétimo maior grupo empresarial da Espanha e se desdobrou em redes de cooperativas de consumo e de crédito: “ainda mais notável é a aplicação coerente dos princípios do cooperativismo a todas estas sociedades: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional” (Singer, 2002: 98).

Outro crescimento necessário foi em centros tecnológicos, que se transformaram nas cooperativas de pesquisa industrial *Ikerlan* e *Ideko*, integradas desde 1997 na Universidade Mondragón:

A elevada competitividade das empresas do agrupamento de Mondragón deve ser atribuída em parte ao grande investimento feito em educação e pesquisa desde antes de sua criação [...] A elite gerencial do agrupamento se compõe majoritariamente dos egressos da escola técnica. formados na adesão aos valores da economia solidária e treinados em autogestão. Graças a isso, é possível dizer que em



Imagem 14: Sede corporativa das cooperativas de Mondragón

O conjunto de edifícios reúne sedes dos braços financeiro e industrial da *Mondragón Corporación Cooperativa* (Mondragón, 2004).



Imagem 15: Escola politécnica de Mondragón

A escola integra a rede de pesquisa tecnológica das Cooperativas de Mondragón (Birchall, 1997)

34 Estes aspectos legais são retomados no subcapítulo 2.2 desta dissertação.

Mondragón e em grande parte do País Basco a cultura do cooperativismo é hegemônica (Singer, 2002: 104).

É uma cultura hegemônica no país basco, mas não em suas filiais internacionais. A protocolar página com as “perguntas mais freqüentes” no sítio das cooperativas de Mondragón na internet (www.mcc.es) inclui a seguinte questão: “¿Continúa Mondragón manteniendo sus señas de identidad cooperativa?”. A pergunta lembra os permanentes auto-questionamentos cooperativos analisados no subcapítulo anterior e, no caso da Corporação Cooperativa de Mondragón, faz sentido não por sua atuação no país basco, mas por sua expansão internacional, que assalariou 14.121 trabalhadores, ou seja 18% “del conjunto corporativo”, em 16 países (Mondragón, 2004) [35]:

La compra y constitución de empresas de capitales es una necesidad impulsada por el propio proceso de internacionalización [...] En este proceso de expansión, el capital puede desplazarse sin problemas, pero no así los cooperativistas, que necesitan un terreno abonado para desarrollarse [...] En la mayoría de los países no existe una legislación adecuada de carácter cooperativo como la que tenemos aquí; en muchos casos constituimos dichas empresas en joint-venture con otros socios y, en tercer término, y éste es posiblemente el principal argumento, para crear cooperativas se precisan cooperativistas habituados a trabajar dentro de una cultura cooperativa y éste es un proceso que requiere tiempo (www.mcc.es/esp/contacto/faqs.html - consultado em novembro de 2005).

Segundo o *Plan Estratégico* definido no último Congresso em maio de 2003, há uma meta de incluir até 2008 30% dos trabalhadores das principais filiais em programas de participação acionária.

* * *

O que se pode esperar das cooperativas que compõem esta tipologia anticapitalista?

O cooperativismo sempre defenderá um ideal de que estas cooperativas-tipo funcionem em redes solidárias ao invés de se atomizarem na concorrência contra empreendimentos capitalistas. As redes fechariam um ciclo entre produção e consumo à semelhança da “Comunidade Cooperativa” de Owen ou da “República Cooperativa” de Charles Gide, que desta forma levam a ideação do cooperativismo até uma conclusão lógica.

Pois bem, atualmente as cooperativas não conseguem ser mais do que pontos de socialismo num campo de atividades capitalistas, quando não únicos ocupantes de áreas abandonadas pelo

35 Mondragón é a principal controladora de 57 empresas fora da Espanha em 2006. Cinco destas empresas estão instaladas no Brasil, a maior delas sendo a fábrica de componentes para fogões a gás Copreci, sediada em Taubaté.

capitalismo, que vão dos latifúndios cadastrados para reforma agrária, passam pelos edifícios em áreas urbanas degradadas e chegam às fábricas em processo de recuperação falimentar.

Para que as cooperativas determinem sua própria dinâmica de crescimento ao invés de gerir as massas falidas do capitalismo, Paul Singer propõe duas condições. A primeira é um sistema de crédito cooperativo para incubar empreendimentos solidários e dar suporte financeiramente à expansão das cooperativas que se consolidarem, no modelo da *Caja Laboral Popular* de Mondragón. A segunda, “um sistema de geração e difusão de conhecimentos, para dar formação técnica e ideológica aos futuros integrantes da economia solidária” (Singer, 2002: 117).

Estas condições permitiriam desatrelar o crescimento das cooperativas do “consumo solidário”, isto é, a demanda por bens e serviços que é ideologicamente motivada (produtos “naturais”, “de camponeses”, “éticos”), capacitando-as a sair de mercados cativos para competir em mercados dominados por empresas capitalistas:

A economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidário (Singer, 2002: 121).

O primeiro desafio competitivo das cooperativas é o acesso aos fundos públicos geridos por órgãos governamentais, onde sofrem uma concorrência feroz das empresas privadas:

O ambiente mais competitivo onde as cooperativas de produção têm de enfrentar as empresas privadas não é o mercado consumidor, mas sim do financiamento público. As empresas privadas costumam ter acesso mais fácil à isenções fiscais e créditos subsidiados. Esse apoio raramente se estende à cooperativa de produção, vista pelo lado conservador do espectro político como anomalia. Também a esquerda, que aposta tudo na tomada do poder político como via única de transformação estrutural, enxerga a cooperativa de produção como quimera” (Singer, 2002: 93)

Não sendo uma empresa dominada pelo capital, a cooperativa vai enfrentar um segundo desafio: o mercado. Nesta competição, os princípios cooperativistas de controle do capital vão impedir que a autovalorização se imponha como objetivo final, mas também é essencial que sua produtividade não seja menor que a produtividade média de uma sociedade em que prevalece o modo de produção capitalista. Boa parte da renúncia à transformação moral das cooperativas mais bem sucedidas está na

estratégia de sobreviver entre concorrentes fazendo uso de regimes de dominação do trabalho pelo capital, a começar pelo assalariamento e depois pela pura e simples precarização do trabalho [36].

Para a cooperativa ser superior às empresas capitalistas não é necessário subjugar-las nos mercados concorrenciais ou substituí-las nos mercados monopolistas. Se ela simplesmente se mostrar competitiva sem deixar de ser solidária, tornará seus valores uma alternativa real e factível para quem consome, poupa, comercializa e produz:

[A empresa solidária] poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida pra ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma *vida melhor* (Singer, 2002: 114).

* * *

Da discussão tipológica, é necessário por fim classificar as cooperativas que são tema desta dissertação: as cooperativas de habitação por ajuda mútua.

O que se disseminou internacionalmente como “cooperativa habitacional” é uma cooperativa de consumo mediante crédito mútuo: os associados criam uma incorporadora que potencializa a pequena poupança de cada um para contrair novos financiamentos e contratar no mercado os serviços necessários para construir a moradia dos cooperados.

A substituição do “crédito” pela “ajuda” que acontece nas cooperativas de habitação por “ajuda mútua” implica que o que vai ser organizado e utilizado solidariamente não são as economias, mas a capacidade de trabalho dos associados. Ela é então uma cooperativa de consumo mediante produção direta, pois só pode proporcionar moradia para seus associados se organizá-los como produtores das mesmas. Sem possuírem poupança ou renda para contrair um empréstimo conjunto, os cooperados criam uma empreiteira além de uma incorporadora, cujos controlador e principal contingente de trabalho serão eles mesmos.

Desta forma, as cooperativas que são o foco desta dissertação subordinam os interesses do consumidor aos interesses do produtor, o que as colocam em relação direta tanto com as estratégias estatais de financiamento quanto com a gestão pública da provisão habitacional.

36 Uma piada amarga diz que as cooperativas que vão mal fecham as portas, as que vão bem deixam de ser cooperativas.

1.3 A DEMOCRACIA ECONÔMICA

O tema da democracia econômica leva a dissertação a um bom ponto de partida para o estudo do cooperativismo de habitação no Uruguai e em São Paulo, pois conduz a questões que foram decisivas para as políticas habitacionais baseadas na autogestão. Estas questões são a valorização da democracia na atividade produtiva, a requalificação da relação entre cooperativas e o poder público e o enfrentamento das novas condições de acumulação capitalista, no momento em que estas se revelam destruidoras do trabalho.

Os princípios que estabelecem nos estatutos das cooperativas a autogestão do empreendimento pelo trabalho remetem o controle da atividade econômica a uma associação de trabalhadores e não a uma associação de capitais [37]. Esta associação de trabalhadores exerce sua soberania através de uma assembleia geral, que delega poderes em graus diferentes para coordenarias e direções eleitas, formando um regime de controle empresarial que diversos pesquisadores do cooperativismo chamam de “democracia econômica” [38].

Para analisar a correção do uso da palavra “democracia”, é possível recorrer aos diversos esclarecimentos de Norberto Bobbio para a constituição e desafios da democracia moderna. A começar pela legitimidade desta se fundar não mais no critério descritivo, que diz respeito ao número de governantes, mas sim no valor prescritivo de uma ordem jurídica baseada na “liberdade como autonomia” (Bobbio, 1992) [39]. É um valor prescritivo que dá às ordens jurídicas democráticas uma distinção absoluta em relação às ordens jurídicas não-democráticas, pois ou as normas são instituídas

37 “O processo cooperativista começa a atingir o seu ideal à medida que desemboca na autogestão, isto é, à medida que o trabalho assumir a hegemonia sobre o capital” (Follman, 1980: 70).

38 “A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão” (Singer, 2002: 18); *What is remarkable about co-operative democracy is that it confers democratic rights on people in the economic sphere, which is otherwise dominated by investor-owned companies, which give voting rights based on the number of shares owned* (Birchall, 1997: 66). “Sabemos que es rasgo fundamental de la empresa cooperativa la democracia económica. Y más en concreto, la autogestión es uno de los elementos determinantes del sistema cooperativo” (Aranzadi, 1976: 455). “Dans son sens le plus large, la démocratie économique est la participation des intéressés aux délibérations et aux décisions dans le domaine économique. Quand elle est pure, la démocratie économique exclut entièrement le capital comme source d'autorité” (Lambert: 1959: 177).

39 A respeito desta valoração da liberdade, Bobbio declara o seguinte: “não tenho muito a dizer sobre os motivos pelos quais a liberdade como autonomia é considerada comumente um valor positivo: a liberdade como autonomia é um daqueles valores últimos - mesmo se veio emergindo, historicamente, pouco a pouco - que, exatamente como valor último, é indedutível (Bobbio, 1983: 84)

por pessoas para as quais elas se aplicam (daí que sejam criadas em regime de autonomia) ou por pessoas diferentes daquelas para as quais se aplicam (pessoas que estarão submetidas a um regime de heteronomia). Onde não houver democracia, há apenas autocracia.

A democracia só consegue conciliar lei e liberdade quando a única lei a que seus cidadãos se submetem é a que eles próprios instituem livremente. É uma atualização do tema rousseauiano da liberdade como "*l'obéissance à la loi qu'on s'est prescrite*" (Contrato Social, Livro I, capítulo 8), ao qual Marilena Chauí dá a seguinte versão: "Todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores" (Chauí, 2005: 24). Portanto, a autogestão na atividade econômica, pela qual o trabalhador obedece a metas e regimes de trabalho que ele mesmo institui, mantém uma continuidade conceitual com os marcos modernos que ligam a democracia ao valor da "liberdade como autonomia".

Cabe agora ver na democracia econômica não apenas uma variação coerente da democracia moderna, mas também uma variação oportuna diante das dificuldades crescentes que esta encontra para se sustentar nas sociedades de massa.

A primeira delas, segundo Bobbio, que não varia segundo as realidades locais e históricas pois é "intrínseca aos grandes números da democracia representativa", é a apatia política, a renúncia dos cidadãos a participar nos negócios públicos à medida que estes se povoam de políticos profissionais e quadros tecnocráticos (Bobbio, 1983: 105). É um espécie de "fraqueza dos gigantes" que foi percebida já na seminal viagem de Alexis de Tocqueville pelos Estados Unidos em 1831 (dois anos depois de fracassada a comunidade experimental de Robert Owen neste país). A publicação que resultou desta viagem - "A democracia na América" - conclui advertindo que a incorporação da democracia por uma massa de pessoas dispersas em grandes territórios pode gerar paradoxalmente um regime concentrador de poder. É uma advertência que Gérard Lebrun comenta da seguinte forma:

"O que eu mais receio no futuro", afirma Tocqueville, "é a *omissão dos cidadãos* em favor de um poder tutelar" - e o fato de que os representantes deste poder sejam eleitos pelo sufrágio universal não altera coisa nenhuma... Depois de renunciarem a todo poder político concreto, mesmo em pequena escala, como os homens ainda seriam capazes de tomar decisões políticas em grande escala? A origem deste perigo é o individualismo que se desenvolve nas sociedades democráticas e a tentação que por isso se oferece ao poder para que se valha do isolamento e da fraqueza dos indivíduos. O único remédio possível é a 'liberdade política' entendida como a participação efetiva dos cidadãos nos negócios públicos. Só ela pode impedir a *atomização* do tecido social [...] Foi assim que os norte-americanos "venceram o individualismo que era gerado pela igualdade": conferindo "a cada porção do território uma vida política, a fim de multiplicar ao infinito as ocasiões para os cidadãos agirem em conjunto, e fazê-los sentir todos os dias que dependem uns dos outros". O problema político moderno consiste, portanto, em reconstituir-se artificialmente a sociedade como uma comunidade orgânica, para assim entrar a propensão dos povos democráticos a esfarelarem-se em indivíduos e impedi-los de deslizarem para a centralização político-administrativa' (Lebrun, 1984: 97-98 - grifos no original).

Para Norberto Bobbio, vencer o desafio da apatia política significa conferir uma escala à autonomia democrática insuspeita para seus idealizadores:

Contrariamente à democracia dos antigos - que, fundada sobre o governo da assembléia, não reconhece nenhum ente intermediário entre o indivíduo e o Estado, o que faz com que Rousseau (seu moderno advogado de defesa) condene as sociedades parciais, capazes de dividir o que deve permanecer único -, a democracia dos modernos é pluralista, vive sobre a existência, a multiplicidade e a vivacidade das sociedades intermediárias. Mais que pela igualdade das condições, a sociedade americana impressionou Tocqueville pela tendência que têm os seus membros de se associarem entre si com o objetivo de promover o bem público, tanto que 'independentemente das associações permanentes, criadas pela lei sobre o nome de comunas, cidades e condados, há uma multidão de outras, que devem seu surgimento e seu desenvolvimento tão-somente a vontades individuais'. E o associacionismo converte-se num critério novo para distinguir uma sociedade democrática de uma não-democrática" (Bobbio, 2001: 152).

É este critério associacionista que justifica a célebre prova de democracia formulada por Bobbio, que na modernidade é um regime medido mais pela questão "onde se vota" do que pela questão "quem vota", isto é, uma vez que se admite o sufrágio universal numa escala que ultrapassa em muito os objetivos do movimento cartista que esteve nas origens do cooperativismo inglês, a democracia só pode combater a apatia política quando é exercida em instâncias de decisão que preenchem a distância cada vez maior que se abre entre o indivíduo e o Estado. A democracia moderna será mais forte quanto mais locais existam em que se exerce o voto, seja num prosaico grêmio estudantil ou num abrangente conselho paritário de governo e sociedade civil.

Ora uma literatura sociológica extensa (que pode ser referida em Antunes, 2001) mostra que, na passagem do século XX ao XXI, entraram em crise as mais importantes sociedades intermediárias entre indivíduo e Estado, que são as formadas nas grandes democracias a partir de embates em torno do trabalho: sindicatos, partidos, comissões de fábrica, associações classistas, todas entidades produtoras de direitos econômicos e sociais que são veiculados pela condição do trabalho. As obras mais recentes de Francisco de Oliveira permitem que a análise se mantenha próxima da realidade latino-americana.

Em "Os direitos do antivalor", Francisco de Oliveira associa a institucionalização da representação social dos trabalhadores com a transferência da negociação sobre o trabalho da esfera da economia para a esfera da política, dando conseqüência à percepção de que os negócios privados nunca são suficientemente privados quando empregam o trabalho de massas humanas. O ápice desta transferência é a regulação dos salários e das jornadas de trabalho, que deixam de ser atributos do mercado (ou até mesmo dos sindicatos) e se tornam objeto de políticas econômicas do Estado. O resultado final é a desmercantilização do trabalho através de intervenções do Estado nos processos de valorização da economia capitalista, intervenções em que o uso dos fundos públicos se faz com uma racionalidade contrária à racionalidade de concorrência do capital (Oliveira, 1998).

Um texto recente, oportunamente intitulado "O capital contra a democracia" (Oliveira, 2005), mostra esta politização do confronto entre capital e trabalho em dois tempos. No primeiro tempo, que acompanhou o nascimento e morte das políticas de bem-estar social vigentes em graus diferentes nos países do capitalismo central e do capitalismo periférico, os embates entre capital e trabalho promoveram a "desprivatização da democracia":

A construção das organizações dos trabalhadores, seus sindicatos e seus partidos políticos, opôs-se à ditadura da empresa e à não-publicização do conflito de interesses entre o capital e os trabalhadores, reinventando a democracia. [...] Apenas com a criação dos partidos da classe trabalhadora o princípio da alternância no poder, o equivalente da formação *ad hoc* das majorias e minorias da Ágora grega, chegou a ser real na política do Ocidente capitalista. Pode-se dizer sem nenhum sectarismo, que a democracia, tal como a conhecemos, foi praticamente reinventada pela luta de classes em sua forma política. Mas foi preciso a maior crise da história do capitalismo, a Grande Depressão dos anos trinta, para que a publicização dos conflitos, até então assunto privado na relação capital-trabalho -- inclusive na acepção de Marx, pois os trabalhadores são donos de sua força-de-trabalho -- formasse uma nova arena pública de conflitos e transitasse para as instituições democráticas do Estado contemporâneo; o canal exclusivo do privado tornou-se insuficiente para processar a enorme contradição da formidável destruição de capital, e a publicização tornou-se estrutural à sua produção e reprodução (Oliveira, 2005: 15).

O segundo tempo das instituições democráticas é o da “reprivatização da democracia” e liga-se diretamente aos novos processos tecnológicos que permitiram a flexibilização da jornada de trabalho e a precarização de sua contratação legal: a informática, as organizações em rede, a mobilidade global da produção e sua financeirização. Para Francisco de Oliveira, “a temporalidade é substituída por uma estrutura atomística do trabalho”:

Para os trabalhadores, a estruturação atomística lhes diminui, anula e mesmo elimina suas organizações que um dia puderam contrarrestar a assimetria originária para o capital, as empresas agigantaram-se e operam também em redes, mundializaram-se [...] A hegemonia, processo pelo qual o dissenso era um elemento insubstituível da estrutura do consenso, tornou-se transparente: a empresa assumiu esse lugar, tornou-se hegeliana. Ela é a sociedade civil. A empresa faz política e a grande empresa é a política. Que o digam todos os financiamentos de campanhas políticas e de políticos [...] A política, neste caso, torna-se, necessariamente, um espetáculo, e deixa de ser operada pelos cidadãos. Não é de individualismo que se trata, mas da atomização (Oliveira, 2005: 17-19).

A citação destaca o tema da atomização na política, alertado por Gérard Lebrun em sua leitura de Tocqueville, mas num grau maior de risco à democracia: a irrelevância da participação política é uma tendência comandada pelo processo produtivo quando este elimina as associações intermediárias formadas por décadas de conflitos trabalhistas na área de fronteira entre mercado e Estado.

Ao trazer para a América Latina a análise da democracia reprivatizada, Francisco de Oliveira vê na emergência das políticas compensatórias a despolitização final da massa trabalhadora, depois que se fragmentam no trabalho informal e perdem suas referências partidárias nos escombros do desenvolvimentismo [40]:

40 No momento que esta dissertação é finalizada, está em pleno curso a campanha das eleições gerais de 2006 e a confirmação da despolitização do jogo partidário brasileiro.

Como as forças do trabalho foram grandemente erodidas e perderam a capacidade de propor políticas e afiançá-las ou de vetar as anti-reformas, os Estados nacionais na América Latina roçam o que a literatura chamou no passado de populismo. Mas a denominação é equívoca, pois o populismo no passado significou a inclusão pela “via passiva”, autoritariamente, das classes trabalhadoras na política, enquanto o neo-populismo – aceitemo-lo por enquanto – é a exclusão dos trabalhadores da política e sua transformação em objetos de políticas compensatórias (Oliveira, 2004: 21).

É uma análise que se integra ao impasse econômico que, segundo Francisco de Oliveira, caracteriza em especial o Brasil: a má-formação de uma sociedade assalariada impede a generalização de um padrão de acumulação capitalista baseado nas “tecnologias da revolução molecular-digital”, confinando o trabalho cada vez mais nas despolitizadas políticas compensatórias [41].

No Brasil, o desmonte do trabalho atinge diretamente as cooperativas. Enquanto parte delas assalaria seus trabalhadores [42], outra parte, impossível de ser oficialmente dimensionada mas que parece ser crescente, precariza o próprio assalariamento. Segundo a nossa legislação trabalhista, a ausência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados (uma vez que estes são indistintamente trabalhadores e proprietários de capital) é extensível para a relação destes com um contratante da cooperativa. Em vista disso, empresas privadas contratam cooperativas para prestação de serviços continuados, que caracterizariam vínculo empregatício, e pagam aos trabalhadores apenas o valor do salário direto, sem encargos sociais e trabalhistas. Quando as empresas criam estas cooperativas para demitir e recontratar os próprios funcionários, desta vez como associados de cooperativas, estas passam a merecer o epíteto de “cooperfraudes” (Lima, 2004).

A precarização em massa torna ambíguo até mesmo o termo “trabalhador autônomo”, com o qual nossa legislação trabalhista classifica os cooperados. Por um lado, o termo confere ao trabalhador a liberdade do empreendedor e o poder do produtor direto, justificando a derivação da “autonomia” que funda os valores democráticos. Por outro lado, é um disfarce, entre recatado e fraudulento, do desemprego e da exclusão dos direitos que gerações de trabalhadores associaram apenas ao assalariamento [43].

41 O quadro é de um truncamento evolutivo que Francisco de Oliveira ilustra pela figura de um “ornitorrinco” socioeconômico: “O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a segunda revolução industrial propiciava; não há possibilidade de avançar no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte” (Oliveira, 2003: 130)

42 Tal como aparece nos registros da Organização das Cooperativas Brasileiras (ver Tabela 2, p. 78).

43 “A possível superioridade do trabalho autônomo fica oculta da opinião pública e dos próprios trabalhadores porque só o trabalho assalariado, aparentemente, faz jus aos direitos trabalhistas. A jurisprudência neste sentido indica que o trabalho bom e digno é o assalariado pois só ele garante a quem o exerce direitos que deveriam ser de todos os que trabalham para viver. Se os trabalhadores autônomos tivessem os mesmos direitos dos assalariados, é provável que muito mais pessoas optassem por esta condição social, o que tornaria a sociedade melhor porque seus membros seriam mais
[continua]

O desafio que Francisco de Oliveira lança ao trabalho autônomo é extensível às cooperativas. Nesta quadra do capitalismo, será que elas podem fazer algo além de funcionalizar o desemprego?

Uma entrevista de Paul Singer em 2004 para Renato Rovai e Anselmo Massad fornece uma opção para dirimir esta preocupação. Questionado se a chamada “economia solidária” pode transformar o conjunto da economia brasileira e se é orientada por uma convicção socialista, a resposta de Paul Singer começa com uma menção direta a Francisco de Oliveira:

Parto de um princípio diferente do de Chico de Oliveira: acho que a economia brasileira não é capitalista por inteiro. Do ponto de vista social, é menos da metade da população economicamente ativa que vive na lógica capitalista, basta olhar as estatísticas: dos que trabalham, menos da metade está em empresas capitalistas. Uma enorme quantidade trabalha por conta própria e outros em produção de mercadorias - camponeses, pescadores, artesãos, donos de bar, feirantes. Não é capitalismo, é outra coisa [...] Até os anos 80, acreditava que a sociedade teria de ter apenas um modo de produção. Era uma postura do Marx que se revelou falsa. Ele dizia que no século XIX o capitalismo era um pedaço da economia, mas que em pouco tempo seria uniforme, uma sociedade de capitalistas, trabalhadores e um punhadinho de burocratas (Singer, 2004: 9).

Para Francisco de Oliveira, o desmonte das instituições do antivalor não deixa ao trabalho espaços de resistência para fora de relações capitalistas. Desde suas primeiras obras está presente a intuição de que fenômenos aparentemente marginais ao capitalismo são, feitas análises mais acuradas, elementos funcionais para seu padrão de acumulação, o mais notório destes fenômenos sendo a autoconstrução durante a aceleração da urbanização brasileira: a população que autoconstrói sua moradia, o faz mobilizando frações mínimas de relações capitalistas, mas obtém um produto final - uma residência em meio urbano - que permite que ela seja incluída na mercado de trabalho com um salário rebaixado (Oliveira, 1972, 2003). Assim, é de forma coerente que sua análise do capitalismo recente ofereça a expectativa de que o fim das barreiras antimercadológicas deixe como única alternativa ao trabalhador uma integração ainda mais subordinada à exploração do capital. É como se o exército industrial de reserva abrigasse agora em suas fileiras o que antes era lumpesinato. Os desempregados se convertem em trabalhadores informais e todos são funcionalizados de uma forma ou de outra pela acumulação capitalista, agora impulsionada por uma revolução tecnológica cada vez mais concentradora do emprego. A única exclusão definitiva do trabalho é da política, pois nela só restaram os interesses do capital, e “a empresa faz política e a grande empresa é a política”.

Como diz Singer, para delinear as condições em que as cooperativas podem ser alternativas dignificantes para o trabalho é preciso “partir de um princípio diferente”, o princípio de que a hegemonia da empresa capitalista admite oposição ao se observar o complexo articulado de relações produtivas que ela estabelece com outros modos de produção. Para tanto, Singer mobiliza uma linha de raciocínio

instruídos, mais capazes de tomar iniciativas e enfrentar problemas e mais propensos a práticas democráticas em todos os âmbitos da vida” (Singer, 2005: 5).

que recupera a categoria marxista de “formação social” e que se tornou o principal eixo conceitual de “Uma utopia militante” (Singer, 1998):

Quando falamos de “capitalismo”, estamos nos referindo simultaneamente a um modo de produção e a uma formação social. Esta última contém vários modos de produção, dos quais o capitalista só ser o maior e hegemônico [...] Os modos de produção em conjunto formam a infra-estrutura econômica da formação social capitalista. As relações sociais que se estabelecem entre os produtores e consumidores, inseridos nos diversos modos de produção, são regulados por normas, leis e valores derivados de estruturas legais, políticas e culturais que formam a superestrutura [...] A infra-estrutura capitalista se move pela incessante revolução das técnicas de produção e pela ininterrupta invenção de novos produtos. Estas mudanças originam-se, via de regra, nas empresas capitalistas e é fundamentalmente por isso que o capitalismo, enquanto modo de produção, é hegemônico (Singer, 1999: 137-139).

A “formação social” inclui portanto a rede de controles sociais que existe sobre a produção, uma superestrutura política que, se não é integralmente subordinada às relações econômicas como se polemiza há muito no marxismo, não pode ser analisada em separado da infra-estrutura produtiva da sociedade, onde a hegemonia se dará no plano material em que se relacionam vários “modos de produção”.

O modo de produção diz respeito simultaneamente a uma organização da atividade produtiva e uma distribuição de seus resultados entre os produtores. Assim, o modo de produção capitalista organiza a atividade produtiva em empresas de propriedade privada; nelas, quem comanda a produção recebe dividendos sobre lucros e quem executa são trabalhadores remunerados por tempo de trabalho ou quantidade produzida. Este modo hegemônico interage com outros modos dentro da formação econômica capitalista, dos quais se destacam quatro, descritos a seguir em duplas para melhor entender suas interações com a empresa capitalista.

Uma primeira dupla ocupa os extremos da vida política: o *modo de produção doméstico*, onde as atividades produtivas visam apenas o consumo doméstico, e o *modo de produção público*, onde organizações controladas pelo Estado e compostas unicamente por assalariados oferecem bens ou serviços de consumo coletivo: segurança, ensino, infra-estrutura urbana etc. São modos formados sob dominação intensa do modo capitalista de produzir e distribuir riqueza, pois o principal resultado da produção doméstica é a força de trabalho, e esta, para ser utilizada pelo capital com o nível de destreza e os custos que ele exige, precisa receber os serviços coletivos fornecidos pela produção pública.

Uma segunda dupla mantém relações econômicas com empresas capitalistas dentro do mercado em que estas são hegemônicas, e, portanto, estão em condições legais para competir com elas. É composta pelo *modo de produção simples de mercadorias*, que aparece na resposta de Paul Singer através de “artesãos”, “donos de bar” e “feirantes”, em que os produtores diretos de mercadoria são proprietários dos meios de produção e assalariam apenas funções auxiliares pois os trabalhadores mais ativos são geralmente familiares, e *modo de produção cooperativo*, que aparece na mesma resposta através de “camponeses” e “pescadores”, atividades econômicas em que os participantes mantêm entre si trabalho cooperado, ainda que sem a forma jurídica de cooperativas. Tal como na produção simples

de mercadorias, no modo de produção cooperativo os produtores diretos são também proprietários dos meios de produção, mas com a diferença fundamental de que obtém escala da produção suficiente para diversificar os produtos e os produtores. Por não se limitarem a comunidades fechadas, se organizam segundo princípios democráticos.

No terceiro volume do “Capital”, Marx reconhece no modo de produção cooperativista uma complexidade que é da mesma ordem que a da empresa de sociedade anônima, pois ambas exigem o desenvolvimento prévio das forças produtivas do capital até que a expansão da produção só possa ocorrer com o fracionamento da propriedade do capital e o desenvolvimento do sistema de crédito. Assim, a cooperação alçada a modo de produção se torna uma “forma de transição” para o socialismo inserida entre as forças produtivas do capitalismo:

Dentro das fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores, a contradição entre capital e trabalho está superada, mesmo que inicialmente apenas na forma de que os trabalhadores, enquanto associação, são seus próprios capitalistas, o que significa que utilizam os meios de produção para a valorização de seu próprio trabalho. Elas mostram como, num determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formações sociais de produção, se desenvolve e toma forma, a partir de um modo de produção, um novo modo de produção. Sem o sistema fabril, originado do modo de produção capitalista, a fábrica cooperativa não poderia se desenvolver e tampouco sem o sistema de crédito originário do mesmo modo de produção. Este sistema, que forma a principal base para a transformação paulatina das empresas privadas capitalistas em sociedades anônimas capitalistas, oferece igualmente os meios para a paulatina expansão das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações devem ser consideradas, tanto quanto as fábricas cooperativas, formas de transição do modo de produção capitalista ao (modo de produção) associado (ou socialista), somente que numa a contradição é superada negativamente e na outra positivamente (Marx, 1959 [1867], III: 481-482 *apud* Singer, 1998: 128-9).

Assim, o aumento da complexidade do capitalismo não equivale a um aumento do domínio da produção capitalista. Além de modos de produção menos complexos subsistirem necessariamente, outros mais avançados aparecem como unificadoras de capital e trabalho, a ponto de sociedades anônimas serem consideradas por Marx uma forma transitória para um modo de produção socialista, o que ainda parece visionário.

A sobreposição entre complexidade e diversidade nas formações econômicas, leva Paul Singer à concluir a entrevista para Renato Rovai e Anselmo Massad afirmando que, analogamente, a evolução das cooperativas não deve visar a eliminação do assalariamento:

Não acredito que daqui a 50 anos a economia solidária será a única economia do país. Não é nem desejável, porque é sadio para ela própria que haja alternativas, inclusive o capitalismo [...] Hoje, uma parte dos trabalhadores quer ser assalariada, e não levar uma empresa para casa. Imagine se não pudesse? Seria uma forma de restrição às liberdades individuais. Sonho com o socialismo em que as pessoas tenham mais chances de escolha, não menos (Singer, 2004: 9).

Trata-se então de um socialismo em que a combinação com liberdades individuais tem sentido econômico real, uma vez que não pode ser concebido na ausência de outros modos de produção. Para

que empreendimentos socialistas venham a ser hegemônicos num ambiente de liberdade interno à formação social capitalista, é preciso então que aconteça uma transformação que é antes do trabalhador do que da economia:

O fracasso do “socialismo realmente existente” revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista *dentro da mesma formação social* [...] Continua sendo verdadeiro que o socialismo pressupõe a transferência do controle efetivo dos meios de produção dos capitalista aos trabalhadores. Mas esta transferência requer muito mais do que um ato jurídico-político de transferência de propriedade ou posse. Ela requer, antes de mais nada, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle e que se possam habilitar para exercê-lo em nível aceitável de eficiência [...] A transferência do controle dos meios de produção aos trabalhadores, para ser autêntico, não pode ser decretado de cima para baixo, mas tem de ser conquistado de baixo para cima, dentro do capitalismo. E esta conquista não pode deixar de levar muito tempo pois implica em verdadeira revolução cultural protagonizada pelos trabalhadores que se transformam, por sua iniciativa, de dependentes assalariados - ou ex-assalariados desempregados - em empreendedores coletivos (Singer, 1998: 9-11 - grifos no original).

Vê-se assim que a renúncia à implantação do socialismo por golpes de Estado ou dominações totalitárias atualiza o projeto emancipatório de Robert Owen, em que a transformação do trabalho é no fundo uma tarefa pedagógica, com a condição de que um modo de produção socialista só pode dar autonomia ao trabalhador se mostrando como alternativa dentro da formação social capitalista [44]. Como um de seus modos de produção, precisa conquistar a hegemonia competindo com as empresas capitalistas no mercado e na superestrutura desta formação social, onde são geridos os fundos públicos cada vez mais comprometidos com as empresas de capital e seus *lobbies*.

Não traçar estratégias totalizantes é típico do cooperativismo, que quer resolver aqui e agora as necessidades do trabalho. Em sua história do cooperativismo, Johnston Birchall defende que o cooperativismo só se transformou doutrinariamente quando precisou lidar com a inserção das cooperativas como empreendimentos econômicos dentro do capitalismo, isto é, quando renunciaram a refletir por aproximação a fins totalizantes como uma República Cooperativista:

Co-operatives were a response to a process of modernisation of society. We should not be surprised that co-operators chose not to opt out of that society but to work within it to meet the immediate needs of their members. That is why they are still relevant today (Birchall, 1997: 31)

Um programa baseado em democracia não pode se impor de outra forma. Para que novamente seja o trabalhador que empregue os meios de produção, não são estes últimos que devem mudar. É preciso

44 “A forma mais provável de crescimento da economia solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países” (Singer, 2002: 121).

que o primeiro possa se inserir num regime de trabalho capaz de aprimorá-lo e que promova igualdade sem eliminar diferenças, enfim, um regime de trabalho democrático.

O desmonte do assalariamento não dá outra forma de resistência ao capitalismo se os trabalhadores não constituírem o socialismo como um modo de produção dentro do capitalismo, ao invés de dentro de comunidades isoladas ou blocos totalitários. Mais ainda, não há outra forma de defender a democracia da apatia e da redução do Estado às políticas compensatórias. E com isso é possível fechar algumas reflexões deste capítulo.

Como que desdobrando o título do artigo de Francisco de Oliveira - “O capital contra a democracia” - Paul Singer conclui “Uma utopia militante” com o seguinte desafio: “ou a liberdade do capital destrói a democracia ou esta penetra nas empresas e destrói a liberdade do capital” (Singer, 1998: 182).

À medida que este desafio corresponde a uma diversidade econômica real dentro das formações sociais do capitalismo, introduzir a democracia nas empresas e controlar a mobilidade de seu capital, submetendo-o às necessidades do trabalho é todo o programa do modo de produção cooperativo.

A economia é o espaço por excelência da autocracia, seja nas decisões que emanam de circuitos extremamente fechados de governo, seja nos regimes de produção instituídos pelas hierarquias internas das empresas de investimento privado, da grande fábrica ao menor dos escritórios de serviços. Diante destas autocracias econômicas, sempre é insuficiente lutar pela democracia no plano dos partidos, pois não é aí que se vai enfrentar a atual atomização do trabalho. Assim, o que torna relevante a democracia econômica na modernidade é que ela cria associações fundadas no valor da liberdade como autonomia lá onde este valor é mais rechaçado - na esfera da produção:

Pedir mais democracia significa pedir a extensão das decisões que competem àquele que, pelas condições objetivas do desenvolvimento da sociedade moderna, se torna sempre mais incompetente; o que é válido sobretudo no setor da produção, justamente o que escapou até agora a qualquer forma de controle popular, e que é aquele no qual se vence ou se perde o desafio democrático (Bobbio, 1983: 61).

A possibilidade da democracia controlar o capital na esfera da produção é também a possibilidade de acabar com uma distância de origem entre democracia e socialismo, pois o socialismo é uma doutrina que nasce tendo como objeto a organização da produção e da repartição dos recursos, sem implicar na democracia, que é um discurso que diz respeito a um modo de organizar e distribuir o poder (Lebrun, 1984: 105-106).

Fazer com que democracia e socialismo se impliquem reciprocamente é a essência do socialismo das cooperativas. Esta é a linha evolutiva que conduziu a ambivalência de objetivos abordada no início deste capítulo a uma sobreposição entre objetivos econômicos e objetivos éticos. Norberto Bobbio vê justamente no valor ético do socialismo seu fator de convergência necessária com a democracia:

O socialismo é um movimento que visa não somente à eliminação da exploração econômica, mas também à emancipação do homem de todas as suas escravidões históricas e, no limite do possível, naturais. Não pode, portanto, deixar de acolher e tornar suas as instituições fundadas no princípio da autonomia em vez do princípio da heteronomia. Não sei dar outro sentido à “liberdade” de que falam Marx e os marxistas,

quando contrapõem o reino da liberdade ao da necessidade, senão o da autonomia [...] Naquela sociedade ideal que é a sociedade sem Estado, não é imaginável que não existam leis: mas existirão leis autônomas e não heterônomas, eis tudo (Bobbio, 1983: 86).

É um socialismo que pretende opor a liberdade (um valor caro à superestrutura da formação social capitalista) ao poder autocrático que o capital institui no interior das empresas de capital e destas para as instituições econômicas do Estado. Portanto, a formação de uma democracia econômica é organicamente contra golpes de Estado [45]. No século XIX, esta atitude suscitou o comentário irônico de Engels de que os socialistas utópicos “não desejam emancipar uma classe particular, mas toda a humanidade de uma vez” (Engels, 1880: doc. eletrônico). Ao menos seja concedido este realismo democrático às cooperativas de hoje: elas não querem emancipar toda humanidade, nem mesmo uma classe, mas apenas os cooperados.

* * *

Antes de deixar estas considerações teóricas, é interessante perceber que os atuais truncamentos econômicos e democráticos da América Latina não conseguem esconder a vitalidade de tradições cooperativas em algumas de suas regiões.

No plano em que Robert Owen defendeu a implantação de aldeias cooperativas no Reino Unido do começo do XIX, estas tinham o propósito de combater tanto a pobreza quanto o seu assistencialismo:

It will supersede the necessity for poor rates or any pecuniary gifts of charity, by preventing anyone from being poor or subject to such unnecessary degradation as poorhouses (Owen [1817]: doc. eletrônico).

Em 2004 pude acompanhar na periferia de Buenos Aires uma reversão semelhante de práticas assistencialistas. Após a crise de 2001-2002, o governo federal argentino implantou uma vasta política assistencialista baseada na distribuição de *planes sociales*, quantias em dinheiro, entre 150 e 200 pesos argentinos (em torno de 50 e 66 dólares americanos), distribuídas para chefes de família desempregados.

O movimento de trabalhadores desempregados argentinos - formado por diversas entidades que são nomeadas genericamente de *piqueteros* - deram uma nova destinação aos *planes*, que serviram de bases produtivas em suas organizações nos bairros da periferia. A partir da criação de fundos comuns - nos quais cada família deposita mensalmente em torno de 15 pesos - foram criadas estratégias para

45 Algumas vezes, tentações totalitárias aparecem. Pablo Ortellado pede para o cooperativismo “romper com a lógica que forma gestores”, pois “do contrário, se tudo for bem-sucedido, teremos no melhor dos casos apenas um pouco mais de democracia no capitalismo” (Ortellado, 2004: 59). E este não é um objetivo válido o suficiente?

baixar o custo de vida dos desempregados, como cozinhas comunitárias, hortas, padarias. Estas iniciativas eram articuladas por pequenas cooperativas que compravam os produtos de quem recebesse um *plan* e os distribuíam numa rede de entidades espalhada pela região de Buenos Aires.

Foi a primeira manifestação que presenciei da força do cooperativismo na região do Prata.

Como movimento de desempregados, os *piqueteros* nasceram excluídos da representação política argentina, que foi fortemente sindicalizada até que as reformas menemistas fragmentassem o quadro partidário do país, principalmente as linhagens peronistas. A eles caberia apenas a condição de massa de manobra das políticas de clientela, que são uma versão do assistencialismo especificamente direcionada para pessoas que possuem o direito formal de votar.

É em desafio às políticas de clientela que estes desempregados insistem em se manterem como produtores, pois através das suas cooperativas precárias reivindicam ter uma participação ativa nos debates e nas políticas públicas. A pauta de idéias destoa do repertório conhecido da esquerda e eles ainda estão procurando seu chão (que não é mais o mesmo chão de fábrica dos partidos-sindicatos), mas produziram um ganho imediato: estão salvando a democracia.



Imagem 16: Sede do movimento *piquetero* Teresa Rodríguez.

Finalização da ampliação do *Cabildo*, o edifício-sede do movimento Teresa Rodríguez em Jorge Newbery, Buenos Aires. A ampliação abriga a cozinha e padaria coletiva. Ao fundo se vê o viveiro de plantas, cuja produção é comercializada periodicamente numa feira de cooperativas em Mar del Plata.

2. COOPERATIVISMO NA HABITAÇÃO SOCIAL: URUGUAI E SÃO PAULO

El desconocimiento de las lógicas de los mercados informales ha generado el desarrollo de programas hacia sectores de bajos ingresos que son consumidores de productos habitacionales en estos mercados. Las formas de acceso al suelo, a la vivienda, al alquiler que se desarrollan en estos están teniendo una participación estructural en América Latina. ¿Puede el estado desarrollar políticas públicas con eficacia hacia estos sectores desconociendo absolutamente las lógicas de estos mercados?

Plan Quinquenal de Vivienda 2005-2009



Cooperativa Vicote, Montevidéo

2.1 A COOPERATIVA DE VIVIENDA URUGUAIA

A primeira parte deste capítulo vai tratar das condições históricas que levaram a *cooperativa de vivienda por ayuda mutua* uruguaia a ser um modelo de política habitacional não só para São Paulo como para outras cidades da América Latina. O estudo destas condições segue os impasses passados e futuros das instituições que formam a política habitacional do Uruguai e dá representatividade às cooperativas visitadas em Montevidéu entre 2005 e 2006. A apresentação de oito destas cooperativas ao final do subcapítulo poderá, assim, ficar atenta às especificidades de cada uma delas.

O panorama prévio das condições socioeconômicas da urbanização uruguaia não vai se prender nas evidentes diferenças entre Uruguai e Brasil, que já são patentes na evolução demográfica e territorial de um e outro, mas sim na convergência dos efeitos do desemprego estrutural e da informalização do mercado de trabalho em suas maiores cidades, o que implicou em enfatizar os problemas atuais associados ao crescimento e deslocamento da pobreza no espaço urbano de Montevidéu.

A apresentação do arcabouço legal e institucional do cooperativismo habitacional uruguaio aborda as suas variações operacionais e programáticas e se concentra no que ele manteve de mais singular, que é o embasamento jurídico que sustentou a autonomia e os valores solidários das cooperativas de ajuda mútua através da uma conturbada história de 40 anos.

E o fio condutor para narrar esta história será a entidade que representa estas cooperativas tanto nacionalmente quanto internacionalmente, a Fucvam. Para a grande maioria das cooperativas, contar sua história através dos órgãos de representação é se limitar a uma abordagem corporativa e presa à defesa de interesses parciais. No caso da Fucvam, ela permite retratar os principais conflitos da história recente da democracia uruguaia.

Evolução urbana no Uruguai e em Montevidéu

Em meados do século passado, o ciclo de reformas modernizantes do “batllismo” transformou o Uruguai na imagem mais próxima que a América Latina teria de um Estado de bem-estar social. De 1915, quando José Batlle y Ordóñez conclui seu segundo mandato como presidente da república, até 1952, quando conclui o mandato seu sobrinho Luís Batlle Berres, o país consolidou uma complexa rede de

instituições econômicas e sociais, em que se sobressaem a infra-estrutura exportadora, a regulação do sistema financeiro, a universalização do ensino público e a implantação de legislação trabalhista e previdenciária [46]. Segundo o historiador José Pedro Barrán, “*el país de los años 50 parecía recordar al país de los años 20. El desarrollo cultural era muy importante y el analfabetismo tendía a desaparecer. Desde el gobierno se insistía en que el Uruguay era la Suiza de América, tanto por la continuidad de su democracia, como por la fuerza de su clase media*” (Barrán, 1995: doc. eletrônico) [47].

Em 1956, o PIB per capital uruguaio alcançou um dos valores mais elevados do mundo, quando este país relativamente pequeno era o maior exportador mundial de produtos derivados da criação de gado, principalmente carne, couro e lã. O sucesso comercial da pecuária (“*ganadería*”), atividade que emprega pouca mão-de-obra no campo e necessita de muito beneficiamento, foi um dos principais incentivadores da urbanização precoce do país (Rial; Klaczko, 1981).

Foi uma urbanização acompanhada de um crescimento populacional lento, mas que aconteceu com antecedência em relação aos demais países latino-americanos: em 1908, viviam em Montevideu 30% dos uruguaios e, em 1970, 80% da população do país já residia em áreas urbanas. A duplicação da população residente nas cidades uruguaias entre 1920 e 1960 é acompanhada da quadruplicação do estoque de imóveis no mesmo período (Terra, 1969). A partir de então, a curva de crescimento da urbanização uruguaia começa a ser menos acentuada, quando no Brasil ela começa a atingir taxas cada vez mais altas.

Portanto, a gravidade da atual situação sócio-econômica do Uruguai só se mostra plenamente quando confrontada com a precocidade do desenvolvimento do país. Segundo Daniel Chávez e Susana Carballeda, trata-se de uma arrefecimento econômico iniciado já nos anos 1960, “*al agotarse la coyuntura favorable que había postergado la caída del mercado ganadero, cuando se produjo un reordenamiento al variar las condiciones de producción en los países que competían con el Uruguay*” (Chávez; Carballeda, 1997: 14). É o ponto final numa longa decadência da economia exportadora uruguaia, que foi continuamente amenizada por serviços públicos cuja qualidade e universalidade ainda impressionam brasileiros, mas que há muito são encaradas por uruguaios como retrocedentes.

Na virada do século XXI, os níveis de desemprego já tinham levado para fora do Uruguai cerca de 10% de seus habitantes. Ficou no país uma população envelhecida pelas próprias políticas de bem-estar

46 O “batllismo” se torna uma corrente hegemônica dentro do partido *Colorado* para representar os interesses da classe média urbana e imigrante contra o partido *Blanco*, dominado por proprietários de terra do interior. Apenas dois eventos vão suplantar este bipartidarismo oriundo das guerras civis que formaram o Uruguai no século XIX: a ditadura militar de 1973-1985 e a ascensão da Frente Ampla (*el Frente Amplio* - concordando com o gênero masculino em espanhol), conglomerado de partidos de esquerda que se tornou a principal força política do país quando Tabaré Vázquez, presidente da república desde 2005, foi eleito *Intendente* de Montevideu em 1990.

47 Talvez não seja necessário lembrar a brasileiros que este é também o período das maiores conquistas do futebol uruguaio.

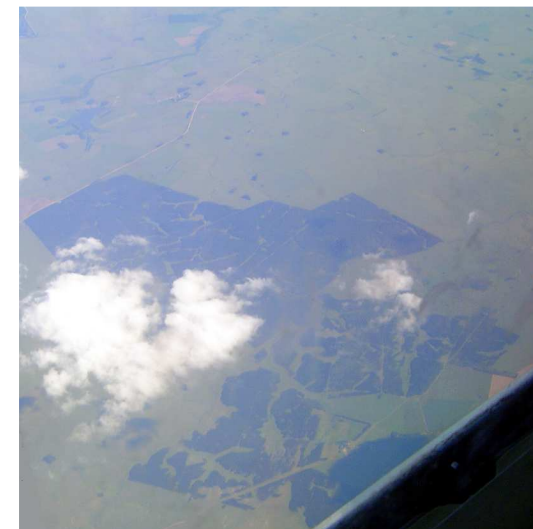


Imagem 17: Vista de avião dos pampas do Departamento de Lavalleja.

A própria ocupação das propriedades rurais uruguaias segue um ordenamento territorial rigoroso, que se assemelha a um espraiamento urbano; numa viagem de avião, a paisagem dos campos aparece recortada por pequenas áreas de mata e reflorestamento formados por poucos e quilométricos segmentos de reta.

social das décadas anteriores, sendo 1/5 dela composta por beneficiários de alguma forma de aposentadoria ou pensão social (López, 2000).

Em 2002, o quadro recessivo se converteu numa crise financeira que atingiu em cheio a tentativa do governo uruguaio de criar vantagens comparativas ao país por seus serviços bancários. A crise de confiança junto a operadores financeiros internacionais - apenas em parte decorrente da moratória da dívida pública argentina em 2001 - arrasou os bancos privados uruguaio e fragilizou ainda mais o parque industrial do país. Naquele ano, a taxa de desemprego chegaria a 19%.

Apesar do crescimento econômico que se esboça nos anos seguintes, a taxa de desemprego não mais se reduz do patamar de 13%, num quadro que é assustadoramente chamado pelos economistas uruguaio de “*crecimiento sin empleo*” (Gráfico 1). É um quadro compatível com a crescente informalidade do mercado de trabalho uruguaio, que envolvia 36,3% dos trabalhadores ocupados em 1998 e, em 2004, chega a 40,7%. Não é de surpreender que a renda média domiciliar (*ingresos medios de los hogares*), que é essencial para o planejamento de uma política de financiamento habitacional, tenha caído 30% entre 1999 e 2004 (INE, 2006).

Os índices de pobreza resultantes carregam portanto um significado diferente dos índices de pobreza da sociedade brasileira, pois dizem respeito a um descenso social maciço e recente. Em apenas quatro anos, entre 2000 e 2004, quase que dobrou o número de pessoas que vivem em domicílios cuja renda mensal é insuficiente para cobrir “*el costo en alimentación y otros bienes y servicios no alimentarios [...]* entre otros, la vestimenta, la vivienda, la salud, el transporte y la educación” (INE, 2005: 7) [48]:

Tabela 1: Uruguai - Evolução da participação da população pobre (%) - 2000/2004

Regiões do Uruguai	2000	2001	2002	2003	2004
Montevideu	17,7	18,4	22,9	29,9	31,7
Demais zonas urbanas	17,9	19,2	24,4	31,8	32,5
TOTAL	17,8	18,8	23,6	30,9	32,1

Fonte: INE, 2005

No Gráfico 2 se vê que os tipos de pobreza são classificados do ponto de vista do descenso da classe média uruguaia uma vez que o empobrecimento da população se dá entre pessoas que sofrem de “*pobreza reciente*” e não na camada decantada mais abaixo, classificada como “*pobreza crónica*” porque a renda individual não permite sequer satisfazer necessidades básicas alimentares. Há a

48 O valor da renda domiciliar (*ingreso del hogar*) que define esta linha de pobreza no Uruguai é de US\$ 140/mês em Montevideu e US\$ 93/mês no restante do país (INE 2005).

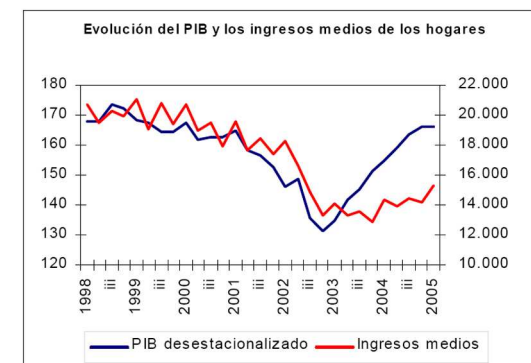


Gráfico 1: Uruguai - Evolução desazonalizada do PIB e da renda mensal domiciliar - 1998/2005
Fonte: Uruguay, 2005: 71.

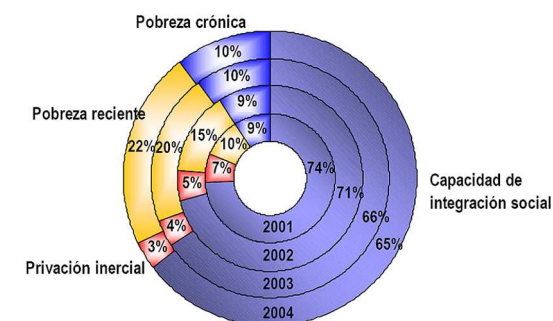


Gráfico 2: Uruguai - Evolução da população pobre por categoria de pobreza - 2000/2004
Fonte: INE, 2005: 25.

preocupação também em delimitar uma população na borda superior da linha de pobreza, que é capaz de satisfazer necessidades sociais, mas na iminência de se tornar pobre.

É claro que as novas condições econômicas afetaram um movimento com grande participação na economia do país: o cooperativismo. Segundo o último recenseamento da entidade que representa nacionalmente as cooperativas uruguaias, a Cudecoop (*Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas*), em 1999 havia no Uruguai a impressionante quantia de 844.928 associados em 1.241 cooperativas. Ainda que não seja incomum que um uruguaio faça parte de mais de uma cooperativa (por exemplo, todo o transporte público por ônibus de Montevideu é realizado por cooperativas e uma grande parte de seus associados integram diversas cooperativas de habitação espalhadas na cidade), o número ainda assim mostra a importância do cooperativismo num país de 3 milhões de habitantes.

Ao caracterizar o socialismo como “utopia militante”, Paul Singer defende que ele é uma contraposição a “duas tendências” inerentes às economias capitalistas, “que se manifestam em momentos diferentes e em função de fatores distintos, mas cujos efeitos acabam se somando em um prazo mais longo”:

Uma, perene, é a concentração da renda e a exclusão da economia capitalista de uma parte significativa da população que vive do seu trabalho. Outra, intermitente, é a destruição de empresas e empregos, cujo lugar é tomado por outras empresas mais avançadas tecnologicamente e por isso mais competitivas. Esta tendência produz oscilações de conjuntura, que maximizam a insegurança e o desespero dos que subitamente perdem seu meio de vida (Singer, 1999: 118-119).

Ambas as tendências - a concentração de renda e a destruição de empresas e empregos - se alinham no Uruguai neste início de século, o que é bem ilustrado por um caso que envolveu o maior produtor de laticínios do Uruguai, a Conaprole (*Cooperativa Nacional de Productores de Leche*), cujos produtos têm presença constante no cotidiano uruguaio, do doce servido nos bares ao patrocínio de programas de televisão. Em 2000, esta cooperativa que era ao mesmo tempo um dos mais fortes remanescentes da agropecuária e do cooperativismo uruguaio estava negociando sua venda para a multinacional de produtos lácteos Parmalat. As negociações geraram uma polêmica assim resumida pelo geógrafo Alvaro López:

Una empresa que se rige por criterios de lucro característicos en el capitalismo transnacional, que busca captar a los mayores proveedores de Conaprole con contratos que no puede suscribir individualmente una cooperativa, que cuenta con recursos que no se originan en el país, que posee plantas en los principales países del Mercosur y que se dirige, como todos los exportadores del área a satisfacer el déficit lácteo del mercado brasileño, lleva pausadamente a un cambio de reglas de juego en el mercado lácteo uruguayo (López, 2000: doc. eletrônico).

O plano do conglomerado Parmalat era tornar sua produção no Uruguai uma base exportadora para o mercado brasileiro e o Mercosul. Para isso, a compra da Conaprole implicaria em concentrar a produção de leite em grandes propriedades pecuaristas e excluir como fornecedores mais de 800 cooperados que seriam incapazes de refrigerar leite nos locais de ordenha, por falta de eletricidade ou de acesso a caminhões com tanques de refrigeração.

Los partidarios de adaptarse a las nuevas condiciones que impone la globalización fundamentan la conversión de Conaprole en sociedad anónima en la que el productor ideal debe tener al menos 300 hectáreas, explotadas con tecnologías avanzadas (López, 2000: doc. eletrônico).

O desfecho desta negociação nos anos seguintes não deixa de ser revelador dos desafios da economia e do cooperativismo uruguaio. Em 2003, a Parmalat envolve-se em escândalos financeiros e fraudes tributárias na União Européia. O declínio dos investimentos e a subsequente perda de participação no mercado latino-americano de laticínios foram tão grandes que a empresa chegou a negociar a venda de sua subsidiária no Uruguai para a própria Conaprole.

A primeira reflexão que esta reversão de expectativas proporciona é a de que as empresas capitalistas também têm fragilidades para obter ganhos de produtividade, e que algumas vezes são desastrosas. São fragilidades que se originam a partir de seus mecanismos de competição e evidentemente são diferentes das fragilidades das cooperativas ao tentar obter ganhos de produção a partir de mecanismos de solidariedade. De qualquer forma, são um argumento a mais para que as cooperativas reivindiquem para si o direito a existir tanto quanto as “*investor-owned business*”:

It seems that investor-owned business, because they now have an ideological dominance throughout the world, can be embroiled in financial scandals and unfair trading practices, can damage the environment and downsize their workforces, yet their right to exist in that form is hardly questioned (Birchall, 1997: 231).

A segunda reflexão que fica é que a abertura do mercado interno a competidores internacionais elevou em definitivo os patamares de produção exigidos aos cooperados uruguaio. Segundo depoimento de José Piñeiro, dirigente da Cudecoop, será impossível as cooperativas viabilizarem economicamente a produção de seus cooperados enquanto a crise econômica mantiver o Estado uruguaio como aliado unicamente de projetos de investimento de conglomerados capitalistas. É uma aliança persistente e que está na base da frustração de militantes da Frente Ampla com as iniciativas governamentais recentes em subsidiar indústrias européias de celulose e promover um tratado de livre comércio com os EUA.

* * *

Um contexto sócio-econômico para o desenvolvimento das cooperativas de habitação por ajuda mútua no Uruguai não pode se completar sem uma análise em separado da urbanização de Montevidéu. É lá, na capital uruguaia, que a história das cooperativas de habitação está se confrontando com os efeitos urbanos do desemprego estrutural, cujo similar só pode ser encontrado em metrópoles de outros países latino-americanos, entre as quais se destaca São Paulo.

O Censo Demográfico uruguaio de 2004 quantificou a população da área metropolitana de Montevidéu em 1.668.335 pessoas, mais da metade da população uruguaia de 3.241.003 pessoas. A grande maioria desta população, 1.325.968 pessoas, está concentrada no Departamento de Montevidéu, o que justifica o peso político que tem no país este governo departamental, que é exercido por um *Intendente*

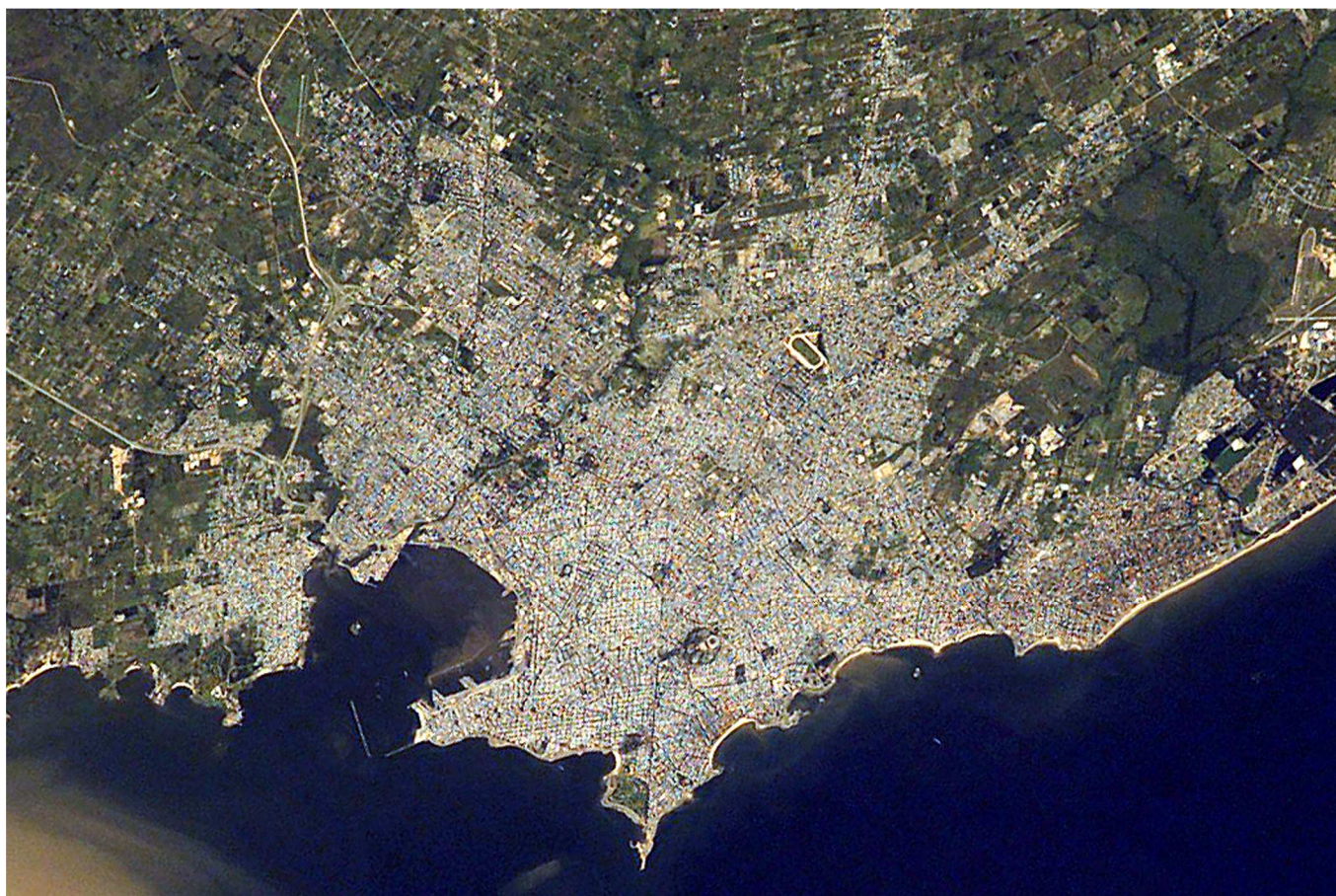


Imagem 18: Imagem de satélite de Montevideu (escala aproximada de 1:175.000)
 Fonte: NASA (*Earth Sciences and Image Analysis Laboratory*).

em nível imediatamente abaixo do governo nacional. Desde 1990, todos os Intendentes foram políticos da Frente Ampla e estes procuraram ganhar escala na administração de uma cidade única em tamanho e importância no Uruguai através da descentralização do planejamento em *Centros Comunes Zonales* (CCZ) semelhantes às subprefeituras de São Paulo, para os quais está em implantação um orçamento participativo no modelo de Porto Alegre (Leitão, 2003).

Em 2005, foram tabulados dados censitários referentes à condição socioeconômica das moradias (*Censo Fase 2*), o que permitiu localizar nos *barrios* que compõem os *Centros Comunes Zonales* um fenômeno demográfico que se iniciou nos anos 80: a perda de população da cidade, que foi de 1,5% quando comparado à população quantificada no Censo de 1996.

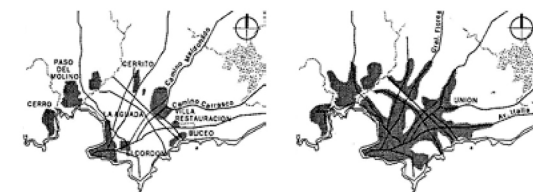


Imagem 19; Evolução da mancha urbana de Montevideu na passagem do século XIX ao XX.
 Fonte: IMM, 1998.

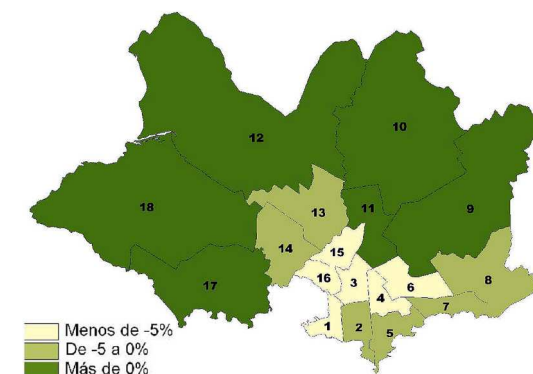


Imagem 20: Montevideu - Taxa de crescimento populacional por Centro Comunes Zonales
 Fonte: *Censo Fase 1*

A nova tabulação localizou a perda de população justamente nos *barrios* de Montevidéu que integram os vetores de ocupação da cidade formados no início do século XX. Estes vetores partem do centro histórico e portuário, no braço sul da Baía de Montevidéu, e seguem para norte através de eixos de ocupação por ferrovias, indústrias e bairros operários, e para leste, num eixo junto ao Rio da Prata, onde se concentraram os bairros e equipamentos da preponderante classe média. A maior perda de população aconteceu no ponto inicial destes eixos, na *Ciudad Vieja*. O outrora denso núcleo histórico de Montevidéu perdeu em apenas oito anos 18,3% da sua população, o que é facilmente visível para os turistas que freqüentam esta parte deserta e museificada da cidade.

A pesquisa revela que, entre as causas para o despovoamento da cidade consolidada, a principal delas não é a fragmentação dos núcleos familiares - que atualmente são cada vez menores e distribuídos por mais domicílios. É a pura e simples desocupação das residências: os imóveis vazios em Montevidéu (rubricadas na pesquisa como “*viviendas desocupadas*”) duplicaram entre os censos de 1996 e 2004, passando neste período de 28.374 para 57.709 unidades. A análise da população bairro a bairro revela também que a parte da cidade que não se esvazia e, pelo contrário, cresce em termos populacionais, o faz principalmente pela ocupação informal de terras por parte da crescente população empobrecida. É uma equação conhecida em São Paulo, onde o esvaziamento da cidade consolidada se dá concomitantemente ao adensamento da cidade precária.

Assim, nos bairros que crescem, o aumento populacional é resultado principalmente do aumento de residências em “*asentamientos irregulares*”, denominação oficiosa para o que os uruguaios chamam de “*cantegriles*” [49]. Em 2004, a população dos *cantegriles* atingiu um décimo dos moradores da cidade (10,1% ou 135.545 pessoas). Não são migrantes expulsos do campo, mas trabalhadores urbanos expulsos da cidade formal e consolidada.

Outra vertente do atual jogo entre despovoamento/povoamento de Montevidéu foi vista com preocupação pela pesquisa censitária: numa sociedade envelhecida pelo baixo crescimento demográfico e onde 12% de sua população com idade entre 20 e 34 anos emigrou do país desde 1996, a pouca população jovem de Montevidéu se concentra cada vez mais em áreas periféricas e em habitações congestionadas. Nas habitações com mais de 5 moradores, 36% deles têm menos de 15 anos. Das crianças com menos de 9 anos, 18,7% mora em “*asentamientos irregulares*”. Já existem índices preocupantes de delinquência juvenil na cidade.

Desta forma, o aumento da expectativa de vida em Montevideo, de 73,7 para 74,8 anos (uma das maiores da América Latina) é um sinal contraditório sobre a vitalidade do país. Segundo declarou ao



Imagem 21: “*Cantegriles*” em Montevidéu

Cantegriles próximos ao aeroporto de Carrasco, uma das áreas periféricas de maior crescimento populacional em Montevidéu; a baixa densidade ameniza a precariedade construtiva e fundiária.

49 Este nome, dado nos anos 70 pelos próprios habitantes de uma das primeiras favelas de Montevidéu, revela uma ironia precisa em relação à segregação social. “*Cantegril*” é o nome de um bairro de residências de luxo no balneário de Punta del Leste, onde passam as férias milionários de todo o mundo. Seria algo como chamar nossas favelas de “*Costa do Sauípe*” ou “*Búzios*”.

principal jornal uruguaio o *intendente* de Montevidéu, Ricardo Ehrlich, “*por un lado aumentó la esperanza de vida, pero también aumentó la desesperanza ante la vida*” (“*El País*” - 15NOV05 - Caderno “*Ciudades*” - p. 2).

Cooperativas na *Ley Nacional de Vivienda*

A percepção da crise econômica uruguaia foi permanente nas visitas de estudo às cooperativas de habitação por ajuda mútua realizadas em 2005 e 2006. Nascidas da força do sindicalismo uruguaio, o desmonte do assalariamento em massa e do seus correspondentes sistemas de financiamentos tinham empurrado as cooperativas para a disputa por políticas compensatórias e assistencialistas, um lugar que nunca foi confortável para movimentos sociais baseados na valorização do trabalho.

O primeiro aspecto a observar é naturalmente o quantitativo. No país em que a construção por empreendimentos autogeridos mais se disseminou, o ritmo de construção diminuiu constantemente desde que o regime militar uruguaio e o governo civil de Julio María Sanguinetti deixaram de conceder “*personerías jurídicas*” a cooperativas de habitação por escandalosos treze anos entre 1976 e 1989, impedindo assim a formalização de financiamento a milhares de pessoas [50].

Na somatória da produção realizada desde as primeiras experiências de 1966, as cooperativas por ajuda mútua construíram pouco mais de 16 mil unidades habitacionais (Uruguay, 2005: doc. eletrônico) [51]. Isto significa um número de residentes em torno de 60 mil pessoas, o que é menos de 2% da população do Uruguai. Ora, segundo dados *Comisión Social Consultiva de la Universidad de la República* (*apud* Uruguay, 2005), o desemprego e a queda de renda elevaram o déficit habitacional quantitativo do país (que não contabiliza a necessidade de reformas no seu envelhecido estoque habitacional) para 82 mil unidades habitacionais, mais de três vezes o estoque produzido em 40 anos pelas cooperativas de habitação por ajuda mútua.

Uma primeira pergunta se impõe: por estes dados poderíamos concluir desde já que o cooperativismo de habitação uruguaio é um fracasso? Adianto que diversas características do cooperativismo uruguaio observadas nas visitas técnicas indicam que não. A maior parte destas características dizem respeito a aspectos qualitativos que incidem na mobilização social dos moradores, nos conflitos em torno da

50 Este “*trancazo de las personerías*” só foi levantado em 1989 depois que a Fucvam apoiou diversas ocupações de terra por parte de cooperativas sem registro (Soto; Alaggia, 2004).

51 A outra modalidade de cooperativa de habitação uruguaia, a de poupança ou “*ahorro previo*”, semelhante às cooperativas de consumo brasileiras, construíram até hoje 4 mil unidades.

política urbana, e no meio profissional voltado para a habitação popular num contexto de trabalho informal e fragmentação do espaço urbano, como vai se ver no terceiro capítulo da dissertação.

Quanto ao aspecto quantitativo, há a advertência do arquiteto Mariano Arana, titular desde 2005 do *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* (MVOTMA), que dá mais elasticidade à quantificação das unidades construídas pelo cooperativismo por ajuda mútua [52]:

En el medio nacional las experimentaciones y soluciones tipológicas ensaiadas por la cooperativas fueran asumidas de modo extendido, como en el caso, por ejemplo, del conjunto habitacional “Barrio Norte” de la ciudad de Maldonado [promovido por investidores privados] o de otras modalidades de vivienda social, como las gestadas a través de los llamados “fondos sociales” [fondos privados destinados à habitação, formados coletivamente e mantidos em condições tributárias especiais pelo que restou dos sindicatos uruguaios], entre ellos los conjuntos destinados a los trabajadores del transporte colectivo, emplazados en Montevideo, resultando obras de singular calidad (Nahoum, 1999: 18-19).

O momento preciso em que as cooperativas de habitação se tornam interlocutoras das instituições técnicas e políticas do setor habitacional foi a elaboração e promulgação em 1968 da Lei Nacional de Habitação uruguaia, *Ley Nacional de Vivienda*, até hoje o mais importante marco legal da urbanização uruguaia [53]. Segundo Daniel Chávez e Susana Carballal, é uma lei oriunda de mobilizações de classe (não só operárias como também as empresariais) que se incrementavam não apenas pela consolidação de uma sociedade salarial no Uruguai, mas sim pelo início da deterioração da sua economia:

La Ley Nacional de Vivienda se promulgó en un contexto político definido por un significativo avance de los trabajadores en sus movilizaciones, que marcaba una inflexión en la historia nacional de la lucha de clases y el inicio de un acelerado proceso de profundización de la crisis económica (Chávez; Carballal, 1997: 15)

De fato, em 1967, um ano antes da promulgação da Lei Nacional de Habitação, a inflação monetária uruguaia ultrapassava 136% ao ano. A taxa de câmbio elevou a cotação do dólar a 128 pesos uruguaios, quando era de 11 pesos em 1962. Os impactos na construção civil foram proporcionais: em 1956, ano do pico da relação PIB per capita, foram construídos mais de 1,5 milhões de metros quadrados no país. Em 1963, foi construída metade desta área. Apesar da inflação, o valor de face dos

52 Mariano Arana também é ex-intendente de Montevideu e tem uma atuação próxima das cooperativas de habitação por ajuda mútua, para as quais já coordenou diversos projetos e obras. Tive uma amostra desta proximidade (e da falta de distanciamento do poder num país de 3 milhões de habitantes) ao visitar as cooperativas da área central de Montevideu com o arquiteto Raúl Vallés. Ao terminar a visita, ele estacionou seu veículo num edifício sem qualquer aparato especial de segurança ou pompa que indicasse que se tratava de um ministério e disse: “*Bueno, ahora tengo una cita con el ministro*”.

53 Para um arquiteto brasileiro, acostumado com as letras mortas da nossa legislação urbana, é um tanto comovedor observar o apego a este texto legal de tantos anos por parte de todos os envolvidos na política habitacional uruguaia. É possível ouvir citações acuradas da *Ley de Vivienda* da boca de estudantes de arquitetura ou de qualquer integrante de cooperativa.

financiamentos habitacionais promovidos pelo Estado decresceram de 10 bilhões de pesos uruguaios em 1958 para 350 milhões em 1968 (Melgar; Cancela, 1985).

Não apenas por seu nascimento num contexto inflacionário, há muitas semelhanças entre a Lei de Habitação uruguaia e o extinto Sistema Financeiro da Habitação brasileiro. Ela constitui um fundo público - *Fondo Nacional de Vivienda* - que, à maneira de nosso FGTS, é composto principalmente pela apropriação de parte da massa salarial do país através de um *Impuesto a la Retribuciones Personales* (IRP), popularmente conhecido entre os uruguaios como “*impuesto a los sueldos*” [54]. Também à maneira de nosso BNH, um banco de financiamento seria o operador deste fundo público: o *Banco Hipotecário del Uruguay* (BHU). Fundado em 1912 e posteriormente nacionalizado, o BHU atravessa o período de vigência da Lei de Habitação expandindo seu controle sobre os financiamentos habitacionais em relação ao órgão de governo que deveria ser o agente gestor da política habitacional no país, a *Dirección Nacional de Vivienda* (Dinavi). Em 1991, o deficitário BHU é retirado da concessão de empréstimos subsidiados para a habitação social e passa a atender exclusivamente a demanda solvente do país. Ainda assim, “*el BHU destinaría más fondos a cubrir sus gastos operativos que a la construcción y financiación de viviendas*” (Nahoum 1999:29).

Atualmente, a transferência de recursos para o *Fondo Nacional de Vivienda* é intermediada pela área econômica governamental e sua operação pelo *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* prevê quatro faixas de subsídios: além do subsídio de 100% para os “núcleos básicos evolutivos” destinados a famílias sem renda (cuja contestação pelo cooperativismo será analisada no próximo capítulo), o subsídio para as demais modalidades financiadas pelo fundo vai de 20%, para moradias com custo de construção total de US\$ 32.866, até 46%, para moradias com custo de construção total de US\$ 22.533 [55].

Entre as várias similitudes com bases legais das políticas de habitação de outros países, o que é uma absoluta singularidade na *Ley Nacional de Vivienda* uruguaia é o seu Capítulo 10, que proporciona um marco legal e de crédito para as cooperativas de habitação por ajuda mútua [56]. Neste marco legal, o primeiro ponto a observar é que as cooperativas que operam através da ajuda mútua de seus associados são instituídas como entidades complementares às *cooperativas de vivienda por ahorro previo*, cooperativas de habitação cuja contrapartida ao financiamento pelo fundo habitacional é uma poupança previamente formada pelos membros cooperados. São complementares porque, do ponto de

54 Atualmente está em estudo no governo uruguaio uma mudança tributária que evite a descapitalização do fundo habitacional pela crescente informalidade no mercado de trabalho. Segundo dados apresentados no atual *Plan Quinquenal de Vivienda* (Uruguay, 2005), o IRP arrecada aproximadamente US\$ 80 milhões por ano.

55 Valores aproximados em agosto de 2006.

56 Três experiências pilotos realizadas em 1966 pelo “*Centro Cooperativista Uruguayo*” (CCU) foram decisivas para elaboração deste capítulo pelo legislador Juan Pablo Terra, arquiteto e docente da *Universidad de la República*.

vista da lei, a *ayuda mutua* é tratada como um investimento não monetarizado que cumpre o papel de contrapartida ao financiamento para as famílias cuja renda é suficiente apenas para amortizar uma dívida de longo prazo, mas não para formar uma poupança antes de obter uma moradia.

As cooperativas por *ahorro previo* não são essencialmente diferentes do que se denomina no Brasil de “cooperativas de habitação”, nas quais os associados formam uma cooperativa para contrair empréstimos em condições vantajosas e comprar a habitação que é oferecida no mercado ou encomendar sua construção através de empresas particulares. Como visto no subcapítulo 1.2, são cooperativas de consumo combinadas com cooperativas de crédito mútuo, enquanto que na cooperativa de habitação por “ajuda mútua” o consumo da habitação será alcançado pela cooperação da capacidade produtiva dos seus associados.

Portanto, o capítulo sobre cooperativas de habitação da *Ley de Vivienda* permite, através de uma figura jurídica incomum que é uma cooperativa de produtores habitacionais desvinculados da construção civil, que famílias de baixa renda tenham uma nova opção de acesso ao crédito habitacional ao invés do consumo subsidiado. Para tanto, devem criar segundo princípios cooperativistas uma empresa que é uma união de força-de-trabalho ao invés de uma união de capacidade de consumo e através dela formalizar o financiamento estatal, obter em seu nome terra urbana, comprar insumos e contratar o assessoramento técnico previsto em lei, além da mão-de-obra especializada que esta determinar. As mesmas famílias, isoladamente, não poderiam assumir nenhuma destas responsabilidades e ficariam relegadas a uma política compensatória (que de qualquer forma não se confunde com a autoconstrução nas cidades brasileiras, como será discutido no próximo subcapítulo).

Quanto aos aspectos estatutários, não são impostos às cooperativas de habitação por ajuda mútua obrigações muito diferentes do que o previsto na legislação comercial do Uruguai. O número de associados é de no mínimo 10 e no máximo 200 pessoas, que devem integrar uma estrutura decisória composta de comissão fiscal, comissão de formação cooperativista e conselho de direção, além de participar da instância máxima da cooperativa, a assembléia geral. Grupos maiores podem ser formados como entidades intercooperativas e se tornaram comuns nos grandes conjuntos de cooperativas dos anos 1970. O organograma deve garantir que a atividade econômica realizada obedeça aos princípios básicos do cooperativismo: a incorporação e distribuição do excedente e gestão democrática e igualitária, com decisões tomadas em assembléia geral sem que nenhum associado tenha direito a mais que um voto, não importa sua contribuição para o capital social da cooperativa.

De qualquer forma, a parte do fundo público instituído pela Lei de Habitação que é destinado às cooperativas por ajuda mútua permanece fora do campo de atuação de empreiteiras e chega até às demais empresas que constituem o setor da construção civil de forma muito filtrada, quase que exclusivamente pela compra de insumos de pouco valor agregado para a construção de alvenarias e lajes. A mão-de-obra externa (sempre contratada formalmente e pagando “leyes sociales” que



Imagem 22: Assembléia geral numa cooperativa por ajuda mútua (acervo Fucvam)

representam 95% do valor dos salários) é a de pequenas equipes de autônomos, o que não impede que em algumas fases de construção e em cooperativas pequenas chegue a ser metade da mão-de-obra em atividade [57]. Mesmo as equipes de assessoramento técnico (que serão objeto de análise no próximo capítulo) são legalmente obrigadas a se constituírem numa rede de *Institutos de Asistencia Técnica* sem fins lucrativos, o que retira do cooperativismo as gerenciadoras e projetistas ligadas a empreiteiras. É por isso, adverte Benjamín Nahoum, que “*no era este, sin embargo, el sistema que servía a los grupos de empresarios que habían presionado para que la Ley de Vivienda fuera votada y que la habían impulsado por conducto de sus representantes en las Cámaras*”:

Estos sectores propulsaban la construcción de viviendas por el régimen de promoción privada, en el que el Estado proporciona créditos a inversores privados para construir viviendas que luego serán vendidas en el mercado, o por el sistema público, que implica la construcción por empresas privadas de proyectos administrados por el Estado. Para propiciar estos sistemas, para regular las inversiones y proveer los recursos necesarios, para poner en marcha, en fin, el vasto plan de construcciones que las empresas requerían luego de una década de crisis de esa industria, es que se vota la Ley. Dentro de esa estrategia, el sistema cooperativo aparecía como un capítulo marginal, integrado al proyecto más para facilitar su tránsito parlamentario que para apoyar verdaderamente en él un intento serio de solucionar los problemas habitacionales (Nahoum, 1999: 28).

No entanto, em 1975, metade das solicitações de financiamento feitas ao Banco Hipotecário Uruguaio correspondiam ao sistema cooperativo, 70% delas para a formação de cooperativas por ajuda mútua. A disputa em torno dos fundos públicos de habitação que estes empreendimentos mantiveram contra o centralismo estatal atravessaram toda história subsequente do cooperativismo de habitação uruguaio.

Ao analisar a origem das cooperativas habitacionais na Europa do século XIX, Johnston Birchall destaca que a habitação é o primeiro empreendimento de alto valor a se tornar uma das atividades cooperadas. Até então, estas se limitavam ao consumo de bens de uso doméstico, à comercialização de pequenos produtores rurais, ao fornecimento de crédito mútuo e à organização de trabalhadores autônomos. Tudo isso é diferente numa cooperativa dedicada à obtenção de uma moradia:

By its very nature it requires a large investment at the start of its useful life, which then turns into a long-term financial commitment. Working-class people have never been able to make the initial commitment [...] Then the cost of servicing a loan or a landlord's investment, of maintenance and refurbishment, may all be too high for many people to afford (Birchall, 1997: 24).

O resultado desta combinação, continua Birchall, é que “*in contrast to other forms of co-operative, housing co-ops have nearly always needed state aid to get started*” (Birchall, 1997: 25). Segundo este

57 A mão-de-obra contratada é especializada até mesmo em cooperativismo por ajuda mútua: todos os trabalhadores externos nas obras que visitei moravam em cooperativas e, naturalmente, integraram a mão-de-obra por ajuda mútua que as ergueram.

historiador do cooperativismo, o consumo da habitação foi o primeiro campo em que o cooperativismo enfrentou a interferência do poder do Estado. É basicamente para contrarrestar esta interferência que se formou uma instituição tão essencial para o cooperativismo habitacional uruguaio quanto a *Ley de Vivienda*: a Federação Uruguaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua - Fucvam.

A Federação Uruguaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua

A rigor, a Fucvam (acrônimo do espanhol *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*), não cumpre nenhuma função no quadro institucional que criou o cooperativismo de habitação uruguaio e, do ponto de vista da Lei de Habitação, ela é apenas uma associação de segundo grau não vedada legalmente, uma vez que o artigo 141 da Lei de Habitação diz que “*las unidades cooperativas de vivienda y las cooperativas matrices podrán integrarse a organismos cooperativos nacionales e internacionales en acción solidaria*”.

A importância da Fucvam para o cooperativismo está fora do plano legal e é mais lembrada por unificar as representação das 330 cooperativas de habitação por ajuda mútua do Uruguai numa proporção capaz de se contrapor à concentração de poder do Estado ou das entidades empresariais da construção civil. Sem esta unificação, dificilmente o cooperativismo teria sobrevivido às diversas derrotas que sofreu na disputa pela gestão do fundo de habitação ou se renovado através de suas poucas vitórias.

Antes de relatar estes conflitos, é preciso seguir um aviso feito por um dos principais militantes do cooperativismo de habitação por ajuda mútua, Benjamín Nahoum: em paralelo às campanhas populares, a Fucvam desenvolve um trabalho permanente de capacitação de quadros de direção e de organização da demanda por moradia que, de outra forma, não poderia ser realizado apenas entre cooperativas e entidades de assessoria técnica. Com a diminuição de grupos formados previamente em sindicatos, a Fucvam se torna cada vez mais a organizadora de cooperativas a partir de vínculos comunitários e oriundos de redes de trabalho informal.

Outras das atividades permanentes da Fucvam é reforçar uma rede latino-americana de movimentos sociais por moradia. Neste sentido, a federação é tão responsável quanto o meio profissional brasileiro pela divulgação do cooperativismo uruguaio entre os movimentos de moradia em São Paulo [58]. A sede da Fucvam está repleta de documentos e símbolos referentes a encontros realizados com lideranças

58 Perguntado onde tinha aprendido o português que usa com desenvoltura, o presidente da Fucvam Mario Figoli explica: “isso aconteceu depois de tantos encontros com movimentos de moradia brasileiros”



Imagem 23: Sede nacional da Fucvam.

A sede, próxima ao centro de Montevidéu, está a poucos metros do mais importante *Instituto de Asistencia Técnica* do cooperativismo de habitação uruguaio, o CCU.



Imagem 24: Fotos e bandeiras na sede da Fucvam

As bandeiras emolduradas são da União de Movimentos de Moradia e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia. No quadro de fotos aparecem imagens de Luiza Erundina no início de seu mandato de prefeita.

comunitárias de diversos países da América do Sul, além de países europeus com entidades cooperativistas de longa tradição, como Holanda e Suécia. Entre eles, não são poucos os sinais de intercâmbio com os movimentos de moradia brasileiros, particularmente a União de Movimentos por Moradia (UMM). Um painel inteiro na sala de recepção da Fucvam é dedicado a fotos da ex-prefeita Luiza Erundina em visita a mutirões paulistanos.

Há também uma dimensão produtiva entre suas atividades permanentes de apoio à ajuda mútua, que é a compra, manutenção e rodízio de equipamentos de construção civil entre cooperativas. Esta atividade de apoio à produção é um resquício de um papel mais amplo que a Fucvam chegou a assumir em duas frentes durante a forte expansão do cooperativismo de habitação no início dos anos 70. A primeira frente foi organizar um sistema centralizado de compras de insumos de construção - central de suprimentos - que obtinha para todas as cooperativas preços compatíveis com um maior poder de compra. A segunda frente foi construir uma fábrica de componentes construtivos, destinada a fornecer com ganhos de escala a todas as cooperativas elementos pré-fabricados em argamassa armada que serão analisados no próximo capítulo.

Estas duas frentes de apoio produtivo (e não apenas administrativo ou institucional) que a Fucvam promovia para suas cooperativas foram desmontadas no maior enfrentamento que a federação manteve em sua história com o Estado uruguaio: a defesa da propriedade coletiva nas cooperativas filiadas à Fucvam, instituído atacado pelo regime militar de 1973/1985.

Em termos práticos, tal “*propriedad colectiva*” significa que a propriedade das unidades habitacionais é escriturada em definitivo para a cooperativa de habitação depois que esta conclui as fases de compra do terreno e edificação das moradias, quando o procedimento comum no mercado habitacional é fracionar e transferir para indivíduos a propriedade de cada unidade habitacional. Portanto, nas cooperativas de habitação por ajuda mútua, a pessoa jurídica criada para contrair o financiamento e viabilizar a construção das habitações não é dissolvida quando estas terminam de ser construídas. Segundo a presidente de uma das mais emblemáticas cooperativas de Montevideo - Covim 9 - “*esto impide en gran parte lo aislamiento de la gente, porque la verdad es que la cooperativa sigue construyendo*”. Melhor dizendo, “*sigue construyendo*” com as tarefas de manutenção das áreas comuns (que não são mais apenas as áreas fora das moradias) e, fora dos limites do terreno, ajudando ou mesmo assumindo a construção de equipamentos comunitários como escolas e postos de saúde (*policlínicas*), frequentemente cedidos posteriormente para uso público.

Do ponto de vista da *Ley de Vivienda*, o prolongamento da pessoa jurídica cooperativa e de seu patrimônio após a fase de obra corresponde apenas a uma passagem, prevista no Artigo 130, do seu objetivo principal, que é “*proveer de alojamiento adecuado y estable a sus asociados*”, para seu objetivo secundário, que é “*proporcionar servicios complementarios a la vivienda*”. Segundo a jurisprudência



Imagem 25: Salão comunitário da Fucvam

No salão comunitário da Fucvam, uma betoneira está pronta para ser enviada a uma cooperativa. No cartaz ao lado está escrito: “*Desarrollo social - Una tarea impostergable porque levantar nuestras casas es el principio y no el final.*”

uruguaia (que é frequentemente consultada sobre o assunto, me disse o dirigente da Fucvam Carlos Cabello), nenhum destes objetivos implica na transferência de propriedade para os associados [59].

Do ponto de vista dos cooperados, o regime de “*propiedad colectiva*” os converte em usuários ao invés de proprietários, uma vez que passam a ser detentores de um “*derecho de uso*” sobre a residência que a cooperativa lhes designar. Dois artigos da Lei de Habitação dão as principais condições para exercício deste direito:

Art. 144 - Las unidades cooperativas de usuarios sólo atribuyen a los socios cooperadores derecho de uso y goce sobre las viviendas. Derecho que se concederá sin limitación en el tiempo, que se transmitirá a los herederos y aún podrán cederse por acto entre vivos, pero sujeto a las limitaciones que se establecen en la presente ley [...] Art. 151- Los asociados deberán destinar la respectiva vivienda adjudicada para residir con su familia y no podrán arrendarla o cederla, siendo nulo todo arrendamiento o cesión, salvo lo dispuesto en los artículos siguientes. Si el usuario no destinara la vivienda para residencia propia y de sus familiares, será causa bastante para la rescisión del contrato de uso y goce, y la expulsión de la cooperativa.

Assim, “*mientras las partes cumplan sus obligaciones*” como diz a legislação uruguaia, o direito de uso tem “*una duración indefinida*”, e sua transmissão por herança implica também na transmissão das obrigações da condição de usuário, a primeira delas é a do herdeiro se incorporar ao quadro associativo da cooperativa, uma vez que o direito de uso deriva desta condição. É esta a base jurídica para impedir sua locação ou mesmo sua cessão gratuita: só a cooperativa (quer dizer, o conjunto de todos os usuários que são seus associados) pode transferir o direito de uso que toca a seu patrimônio.

Outro artigo trata do ponto mais sensível do direito de uso num país que entra numa fase de desemprego estrutural e sustenta uma das maiores taxas de emigração da América Latina: a sua transmissão por vontade do morador e com assentimento da cooperativa:

Art. 153 - Si el retiro se considerara justificado el socio tendrá derecho a un reintegro equivalente al valor de tasación de su parte social, menos los adeudos que correspondiera deducir y menos un 10 % (diez por ciento) del valor resultante.

A cessão do direito de uso significa a saída do morador do quadro associativo da cooperativa, o que não dá direito ao valor de uma venda de imóvel, mas sim ao valor das cotas de capital que ele levou à cooperativa para que esta pagasse os juros e amortizações do financiamento habitacional. “*La vivienda así disponible, es adjudicada a una nueva familia, seleccionada entre los interesados presentados a la cooperativa por los mismos usuarios. Se preservan así las características básicas del colectivo*” (Chávez; Buroni, 1996: 12).



Imagem 26: Moradia vazia na Covimt 9

Após uma entrevista (numa noite de inverno) com dirigentes da Covimt 9, estes mostraram uma unidade recém esvaziada. O novo morador, aprovado pela assembléia geral, vai aportar o equivalente a US\$ 20 mil em cotas-partes para ingressar na cooperativa. A unidade já foi usada por diferentes cooperados e sempre se manteve em bom estado de conservação, com os mesmos metais, louças e equipamentos da construção há mais de 20 anos.

59 O regime de propriedade coletiva igualmente se disseminou entre as cooperativas de consumo por “*ahorro previo*” filiadas à federação Fecovi. O texto da “*Ley de Vivienda*” pode ser consultado em “www.parlamento.gub.uy/leyes/ley13728.htm”

A retenção permanente de 10% da cota social de um cooperado serve para compor diversos fundos sociais da cooperativa. Um destes fundos, chamado de *Fondo de Socorro*, é o grande responsável pela baixa inadimplência e rotatividade de moradores nos empreendimentos por ajuda mútua. Ele serve para cobrir as prestações devidas por uma família em situação de desemprego ou enfermidade. Funciona como um seguro comunitário, capaz de atender as necessidades econômicas de uma família vulnerabilizada socialmente com mais agilidade do que um programa assistencialista e com mais eficiência do que as precauções dos contratos privados. Isto se dá porque o pagamento dos juros e a amortização do financiamento habitacional é uma responsabilidade da cooperativa, isto é, é uma responsabilidade solidária de seus associados e não de cada um deles isoladamente:

A diferencia de lo que se sucede en la generalidad de los barrios construidos por el Estado o por la inversión privada, el usuario cooperativista está respaldado solidariamente por el colectivo ante cualquier situación de emergencia, por lo que nunca corre el riesgo de perder su vivienda por razones económicas (Chávez; Buroni, 1996: 13).

Deflagrado o golpe militar em 1973, as cooperativas de habitação por ajuda mútua e seu regime de propriedade coletiva se tornaram imediatamente um foco de conflito contra a nova orientação da política habitacional, na qual o *“el Estado se convertía en el mero financista y administrador de obras construidas por empresarios capitalistas”* (Chávez; Carballal, 1997: 23), aproximando definitivamente o arcabouço legal da *Ley de Vivienda* do SFH brasileiro.

Até então, o cooperativismo de habitação uruguaio teve sua maior expansão. As 43 cooperativas filiadas naquele momento à Fucvam tomaram emprestado um terço de todo o fundo de habitação entre 1968 e 1973. Nos anos que se seguiram, a expansão das cooperativas de habitação sofre dois ataques. Em 1975 deixam de ser concedidos financiamentos habitacionais e, em 1976, se inicia o longo período em que não é mais concedido *“personerías jurídica”* para as cooperativas de habitação, impedindo definitivamente a expansão da Fucvam.

A primeira reação nacional articulada pela Fucvam acontece em 1983. Depois que o Banco Hipotecário determinou um aumento linear de 15% nas amortizações dos financiamentos habitacionais, a Fucvam organiza entre suas filiadas uma *“huelga de pagos”*, que não era propriamente um calote generalizado, porque os valores seriam depositados em contas bancárias não vinculadas ao BHU. A esta *“greve de pagamentos”* se juntaram rapidamente outras entidades de mutuários do banco, no que se tornou o primeiro questionamento popular de uma medida do regime militar. Inaugurou-se uma fase de acontecimentos que Daniel Chávez e Susana Carballal analisam sob o sugestivo título de *“Fucvam: un problema de seguridad nacional”* (Chávez; Carballal, 1997: 38).

A resposta do regime militar foi um projeto de lei que obrigava as cooperativas de ajuda mútua a aderir ao regime de propriedade individual das moradias, individualizando o financiamento habitacional. Sabendo que o projeto de lei não encontraria oposição num legislativo controlado, a direção da Fucvam aproveita-se de um instrumento de democracia direta preservado na constituição uruguaia e pede a *“plebiscitación”* da lei. Se o pedido fosse subscrito por pelo menos 500 mil eleitores, obrigava que uma lei aprovada no legislativo só entrasse em vigor depois de uma consulta popular. Em poucos dias de



Imagem 27: marcha convocada pela Fucvam em defesa da propriedade coletiva

Foto que registra a manifestação de 1984 em defesa da propriedade coletiva nas cooperativas de habitação, último ano do regime militar uruguaio (acervo Fucvam). *“Las grandes manifestaciones públicas de Fucvam siempre estarán compuestas por familias - niños, jóvenes, adultos mayores y además de mujeres y hombres - que serán complementadas por el colorido de las banderas cooperativistas. Para los detractores del sistema ha sido frustrante el intento de satanizar las expresiones de Fucvam ya que miles de familias no pueden estar equivocadas”* (Soto; Alaggia, 2004: 25).

fevereiro de 1984 foram recolhidas 600 mil assinaturas de apoio ao regime de propriedade coletiva nas cooperativas, no que se tornou uma campanha nacional com adesões de diversas organizações sociais e forças políticas proscritas.

La movilización contra la ley de propiedad permitió que el cooperativismo de vivienda por ayuda mutua dejara de ser el santuario obligado de militantes de izquierda para vanguardizar, en un muy preciso momento histórico, el accionar de todo el campo opositor a la dictadura [...] Exigiendo la plebiscitación de la ley, demandaba la recuperación de la categoría de ciudadanía, coincidiendo así con los planteos coyunturales de los partidos políticos y del conjunto de los movimientos sociales. De esta manera se produjo la integración formal de Fucvam a las sucesivas instancias de coordinación de la acción opositora a la dictadura (Chávez; Carballal, 1997:41).

Segundo Gustavo Soto e Javier Vidal Alaggia, a participação das cooperativas de habitação na queda do regime militar formou uma identidade para a Fucvam reconhecida em toda sociedade uruguaia:

Una de las consecuencias notorias va a ser la fuerte presencia de Fucvam en el imaginario colectivo. La Federación va a ser asociada de manera permanente a “lo cooperativo”, a “las viviendas” y al desarrollo comunitario componente de una noción de hábitat integral y complejo (Soto; Alaggia, 2004: 24).

Em novembro de 1984, o fim do regime militar uruguaio é iminente e o novo legislativo retira o projeto de lei não sem antes impor mais um ataque ao cooperativismo. As cooperativas deviam resolver, não através de sua máxima instância decisória (como reconhecida pelas legislações cooperativistas de todo o mundo) - as assembléias gerais - mas por voto secreto de cada associado, se desejavam ou não alterar o regime de propriedade coletiva. Pela grande maioria dos votos secretos de seus membros, todas as cooperativas da Fucvam optaram pela permanência do regime de propriedade coletiva. Um manifesto da Fucvam publicado pouco depois afirma o seguinte:

Si no existe la propiedad individual de la vivienda es por la sencilla razón de que en asamblea general los socios cooperativistas resolvieron ser usuarios, pero cuentan con la posibilidad de dejar de serlo, renunciando y recuperando lo aportado. Pero sucede que esta primera decisión, de cuando aún no teníamos la vivienda, se ha visto abonada por la experiencia de todos estos años, en los que gracias a ser usuarios pudimos enfrentar los reajustes del BHU, la desocupación que asoló y asola los hogares de los trabajadores, los miserables salarios y jubilaciones, hemos podido conservar ese techo que tanto sacrificio nos ha costado (apud Chávez; Carballal, 1997: 44).

Numa das entrevistas realizadas em Montevidéu, o dirigente da Fucvam Carlos Cabello contou algo que eu não tinha lido em nenhuma das cronologias sobre a Fucvam. Durante o regime militar, a Fucvam foi proibida de ostentar a palavra “Uruguaya” em seu nome, e optou por associar por alguns anos a palavra “Unificadora” à letra “U” de sua sigla. “Hoy”, me diz Cabello, “a justo título Fucvam ostenta su condición de unificadora y de uruguaya”.



Imagem 28: Muro em Montevidéu

Os muros de terrenos reivindicados ou em obras por cooperativas de ajuda mútua sempre se tornam grandes painéis para a Fucvam.

Oito cooperativas por ajuda mútua em Montevidéu

As oito cooperativas apresentadas a seguir, selecionadas de 19 visitadas entre 2005 e 2006 na região metropolitana de Montevidéu, são sem dúvida uma amostra pequena diante das mais de 300 *cooperativas de vivienda por ayuda mutua* espalhadas por todo território uruguaio. A representatividade desta seleção é, portanto, qualitativa, e se baseia em indicações e discussões com dirigentes e assessores da Fucvam (especialmente Benjamín Nahoum e Javier Vidal), além de pesquisadores da *Unidad Permanente de Vivienda*, centro de pesquisa da Faculdade de Arquitetura da *Universidad de la República* (especialmente Raúl Vallés e Jorge di Paula).

Dois critérios nortearam a seleção das cooperativas: as que fossem mais expressivas da origem e formação sindical da ajuda mútua no Uruguai, chegando às de número 1, 3, 4, 5, e as que fossem mais bem sucedidas no enfrentamento da crescente informalização de trabalho e empobrecimento dos cooperados, chegando às de número 2, 6, 7 e 8.

A informação de cada uma está agrupada abaixo tal como aparecem nas imagens 30, 31, 32 e 33.

1 e 2 - Respectivamente “Covimt 1” (“*Cooperativa de Vivienda Matriz de Textiles*”) e “Covilacar” (“*Cooperativa La Carbonera*”): a primeira é a mais antiga cooperativa de Montevidéu, com 30 unidades térreas construídas entre 1971 e 1972 para famílias de trabalhadores da indústria têxtil (ver Chávez, 1988 : 7-9), e a segunda é uma das mais recentes, com igualmente 30 unidades iniciadas em junho de 2005 e destinadas a moradores de um “*cantegril*”.

3, 4 e 5 - Respectivamente “Zona Intercooperativa 6”, “Zona Intercooperativa 3” e “Covimt 9”, isto é, a 9ª “*Cooperativa de Vivienda Matriz de Textiles*”: pertencem ao período de final dos anos 1970, em que as técnicas de pré-fabricação justificavam conjuntos de várias cooperativas e centenas de famílias cooperadas (a maior delas, a “Zona 3”, tem 839 unidades). Ainda tinham partes em obras durante a visita de Guilherme Coelho a Montevidéu 9 (ver Imagem 43).

6 e 7 - Respectivamente “Covitjo” (“*Cooperativa Treinta Jóvenes*”) e “*Cooperativa Tacuabé*”: são cooperativas sem vínculos sindicais, formadas diretamente pela Fucvam fazendo uso da política de aquisição de terras da Intendência Municipal de Montevidéu. A cooperativa Tacuabé, por exemplo, que mesclava trabalhadores de diversas áreas e ex-militantes do grupo de esquerda Montoneros, foi construída num terreno inicialmente ocupado à força pelos cooperados em 1989.

8 - “Covicivi” (“*Cooperativa de Vivienda Ciudad Vieja*”): ocupando dois edifícios da abandonada região portuária de Montevidéu, é uma experiência ainda discreta em reciclagem de edifícios mas promissora para o assentamento de trabalhadores informais em vias de serem expulsos da área central da cidade.

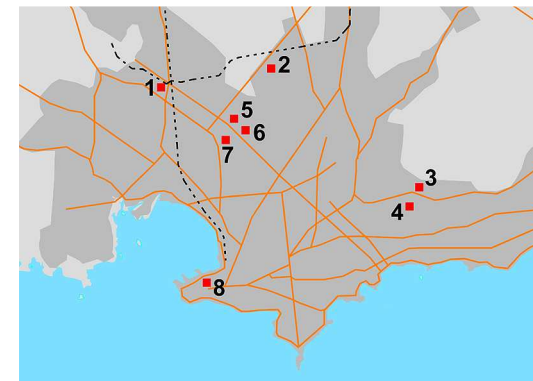


Imagem 29: Localização em Montevidéu das cooperativas de habitação apresentadas
Mapa em escala 1:300.000 (o quadro é um retângulo de 21 km por 15 km)



1



2



3



4

A imagem maior destaca a preservação da qualidade arquitetônica e paisagística da mais antiga das cooperativas por ajuda mútua de Montevideú, a “Covim 1”. A comparação com a cooperativa “Covilacar”, uma das mais recentes a entrar em obras na mesma cidade, permite observar continuidades construtivas apesar da diferença flagrante entre os cooperados de 1971 e os de 2006, pois os primeiros são operários da outrora forte indústria têxtil uruguaia e os últimos são favelados cuja renda do trabalho informal os coloca na penúltima faixa de subsídio do *Fondo Nacional de Vivienda*, acima apenas da cessão quase gratuita de uma “habitação mínima”.

Na configuração arquitetônica das cooperativas, esta diferença de renda aparece no “salón comunal”, presente na Covim 1 [foto 1], mas ausente na Covilacar, que apenas conseguiu reservar uma área para sua futura construção.

A primeira continuidade é a ocupação de áreas periféricas em ambos os casos, com densidade de ocupação relativamente baixa. Ambas também usam o “ladrillo visto” vedando e envolvendo a estrutura comum de concreto [foto 2 e 3]. Note-se também as janelas e portas sob as vigas de amarração, sem uso de vergas. As persianas de PVC da Covim 1 foram compradas recentemente pela cooperativa, em substituição às peças de madeira construídas pelos próprios cooperados. Em 2006, a Covilacar vai adquirir esquadrias industriais de alumínio.

A arquiteta do IAT “Covima”, que assessora a Covilacar, Mirna Sierra (que aparece no centro da foto 4 ao lado do “capataz de obra” com capacete branco) disse na ocasião que estas continuidades construtivas só evidenciam que a verdadeira tecnologia das cooperativas da Fucvam é “organizacional”, “una tecnología invisible”. O IAT Covima planejou a construção para acontecer ao redor do *cantegril* em que moram os cooperados e estes, autogerindo a obra, economizaram em insumos e serviços externos um valor suficiente para aumentar em 20% a área das casas. É a mais eficiente intervenção habitacional em favelas que conheci.

Imagem 30: Pannel das cooperativas uruguaias: origem e atualidade



1



2

Os grandes conjuntos que reúnem diversas cooperativas se destacam não apenas pelo uso de componentes pré-fabricados em obra (ver subcapítulo 3.2), mas por assumir uma escala compatível na relação com o entorno, desenvolvendo um desenho urbano com o bairro através dos acessos e da localização dos pontos comerciais de propriedade das cooperativas.

O comércio é tocado pelas cooperativas com todas as facilidades de uma empresa para comprar, alugar, tomar empréstimos, distribuir ou investir capital e patrimônio. O dinheiro arrecadado é usado em atividades comunitárias, fundos de inadimplência e manutenção dos edifícios, como a pintura recente na **foto 5**.



3



4

Na “Zona 3” [foto 1 e 2], a farmácia e o supermercado serviram por anos aos moradores de bairros vizinhos, mas atualmente sofrem forte concorrência de um hipermercado e um shopping center recém-inaugurados nas proximidades.

Na “Covim 9”, o ponto comercial de frente para a avenida José Batlle y Ordoñez [foto 3] foi por muito tempo usado como uma cooperativa de consumo dos moradores, mas hoje é alugada como quase todos os pontos comerciais das demais cooperativas. Os caminhos internos para os blocos (e que passam sob as elegantes escadarias projetadas pelo engenheiro Luis Eduardo Zaffaroni) têm acesso livre para a rua e são como que prolongamentos das suas calçadas [foto 4].



5



6

Na “Zona 6”, o térreo do bloco lindeiro à rua de acesso [foto 5] abriga não só lojas como também um posto de saúde e a salas de uso comum. Ao final de outro bloco, mais próximo do miolo da quadra, se vê um conjunto de casas que se assemelha a um loteamento clandestino [foto 6]. É um antigo assentamento formado por NBEs no começo dos anos 1990.

Imagem 31: Painel das cooperativas uruguaias: desenho urbano



O primeiro aspecto a destacar nas cooperativas “Tacuabé” e “Covitjo” é a mudança de perfil dos cooperados. São cooperativas formadas fora de sindicatos, por trabalhadores de origens diversas ou famílias unidas por afinidades pessoais (que transparece no nome da “Covitjo” - “Trinta Jóvenes”). Para elas, a função aglutinadora da Fucvam e da assessoria técnica é fundamental.

A “Tacuabé” chegou a se tornar um símbolo de mobilização das cooperativas da Fucvam. Durante o governo Sanguinetti, ocupou à força o terreno em que hoje está implantada. A ocupação provocou a criação da atual política de aquisição de terras por parte da Intendência de Montevideu (a “*Cartera de Tierras*”) e permitiu que novas cooperativas se instalassem em bairros mais centrais da cidade (tratada por Soto; Alaggia, 2004).

A cooperativa Tacuabé, cujas casas foram concluídas em 2000 (foto maior), se destaca também por algumas soluções arquitetônicas da assessoria técnica Invipo, como o isolamento com água na cobertura (ver também a Imagem 66) e a concentração de banheiros e escadas em volumes destacados na fachada e com iluminação zenital. Os telhados mais escuros ao fundo são da cooperativa Vicote, que deu apoio à ocupação de terra iniciada em 1989



A cooperativa “Covitjo”, também da assessoria técnica Invipo, permite ver em construção as mesmas soluções arquitetônicas. Nota-se o apuro construtivo que recebem as edificações subsidiadas para habitação social: erguidas as primeiras paredes de vedação, é aplicado um isolante betuminoso, a ser revestido com outra capa de alvenaria para evitar pontes térmicas [foto 1].

A cooperada da **foto 2** comandava o setor de soldagem, cuja produção, vigas para escadas internas, se vê à direita e, na **foto 3**, posicionadas no local definitivo e mostradas pelo arquiteto Francisco “Pancho” Dilerba. Nos projetos deste IAT, o piso intermediário da escada dá acesso ao banheiro e deixa espaço abaixo da laje para os aquecedores de acumulação necessários nas casas uruguaias e máquina de lavar roupa.

Imagem 32: Paineis das cooperativas uruguaias: *Cartera de Tierras*



1



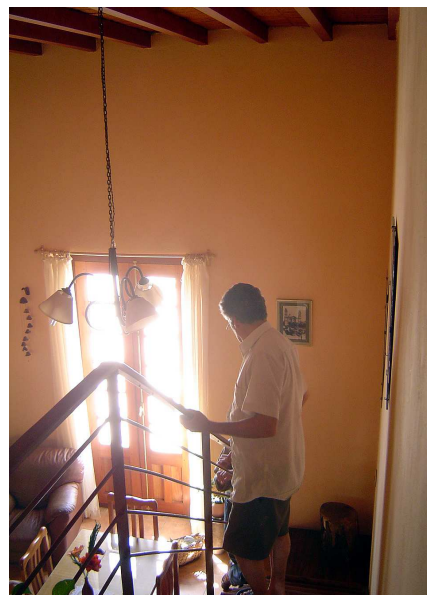
2



3



4



5



6

Os dois edifícios reciclados na região portuária de Montevideu para uso habitacional pela cooperativa de ajuda mútua “Covicivi” foram concluídos em 1998 e ainda são uma experiência restrita dentro do cooperativismo de habitação uruguaio.

Os cooperados são trabalhadores informais da “ciudad vieja” de Montevideu, e foram organizados pela Fucvam para ocupar imóveis abandonados pertencentes à municipalidade. São famílias de baixa renda fixadas numa das regiões da cidade que mais perderam população nos últimos censos demográficos.

A principal dificuldade para o IAT Hacer-Desur foi adaptar a mão-de-obra cooperada para construir dentro de edificações pré-existentes, o que exige capacitação especial e interação com trabalhos específicos de recuperação e preservação de patrimônio.

A **foto 1** mostra a proximidade com a zona portuária e os acessos marcados para os pátios internos. Em um deles, visto em ângulos opostos nas **fotos 2 e 3**, as unidades duplex são acessadas pelo térreo ou pela circulação no topo do edifício, que preserva assim as visuais do edifício original.

Em outro pátio, a escada de acesso à galeria superior mostra por sua estrutura que se trata de uma intervenção nova no edifício **[foto 4]**. As unidades aproveitam com mezaninos as grandes alturas de piso a teto, combinando preservação da fachada e renovação do interior **[foto 5]**. Em outra ala, um edifício inteiro foi construído dentro do pátio existente **[foto 6]**.

Imagem 33: Paineis das cooperativas uruguaias: reciclagens

2.2 A ASSOCIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO PAULISTANA

Ao tratar das condições legais, econômicas e administrativas da habitação social por autogestão no Brasil (e depois especificamente na cidade de São Paulo), o cooperativismo de habitação uruguaio continua presente neste subcapítulo. A começar porque é preciso dar conta da função que ele exerceu como modelo de empreendimento autogerido para a resignificação do mutirão (e, em boa medida, da autoconstrução) na passagem dos programas habitacionais da esfera do BNH para os novos espaços institucionais abertos no governo municipal de São Paulo durante a redemocratização do país.

Ainda é preciso recorrer às *cooperativas de vivienda por ayuda mutua* para avaliar a extensão do que permaneceu ausente na legislação cooperativista e na economia da urbanização de nossas cidades para que este mesmo modelo pudesse ser aqui o que foi no Uruguai: uma alternativa habitacional economicamente competitiva, para além (ou aquém) dos valores morais ou pedagógicos que comporta.

Nos espaços que emendam estas ausências legais e econômicas, aparece a solução jurídica brasileira para que houvesse autogestão onde não podia haver cooperativas: a associação comunitária de construção. Nascidas de uma impossibilidade prática, elas serão ainda assim indutoras de importantes modificações nas políticas de habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Ao escrever “*La proclamation de la Commune*”, Henri Lefebvre se viu na obrigação de reiteradamente identificar o que a Comuna de Paris *não foi* e o que ela *não realizou*, tal a carga de significados e promessas que ela comportava como festa e drama da cidade. Este subcapítulo se anima um pouco das palavras que ele escreveu a propósito desta condição:

C'est au contact, si l'on peut ainsi parler, de ces absences - de ces réalités négatives - au sein d'une réalité positivement constatable et d'autant plus constestable, que les sociologues peuvent reprendre l'élaboration de vieux concepts. Le négatif, l'absent, son aussi réels que le positif et la 'réalité' (Lefebvre, 1965: 40-41).

Legislação cooperativista no Brasil

Segundo Johnston Birchall, só existe uma única intervenção do Estado que, ao invés de restringir, assegura os valores autônômicos do cooperativismo: “*passing good co-operative laws*” (Birchall, 1997: 229). Para as cooperativas criadas para financiar, construir e consumir moradias, a exigência de parâmetros jurídicos ganha ainda mais importância, pois são eles que orientam as políticas públicas que lidam com as complexidades do financiamento habitacional, do controle fundiário e da expansão de

infra-estrutura urbana, além de determinar o predomínio ou não das empresas de investimento privado nestas áreas de atuação governamental. Nenhum dos ganhos de escala que uma cooperativa habitacional quer dar a seus cooperados pode acontecer sem apoio de um ambiente regulado no que diz respeito a financiamento, terra e regime tributário e trabalhista [60].

De forma inversa, a maneira mais imediata do Estado reprimir as cooperativas de habitação é retirar delas as condições para existência legal e, portanto, para a disputa por fundos públicos. Esta foi uma prática de anos no Uruguai para sufocar as cooperativas da Fucvam: negar-lhes a personalidade jurídica prevista na Lei Nacional de Habitação. No Brasil, a sofisticação é ainda maior, pois uma tal personalidade jurídica, autônoma e democrática, nem sequer chegou a existir em textos legais.

Há 35 anos a regulamentação brasileira do cooperativismo está baseada na Lei Federal 5.764, que “institui o regime jurídico das sociedades cooperativas”. Sancionada em 1971 pelo governo militar de Emílio Garrastazu Médici, ela restringe a autonomia das cooperativas ao impor uma série de controles para sua atividade econômica.

Mais útil do que analisar um a um estes controles (e as correspondentes polêmicas jurídicas) é perceber que o seu resultado final “concentrou as cooperativas nas mãos dos grandes produtores e industriais [...] e, ao contrário de permitir o desenvolvimento do modelo cooperativista, criou tantos limites que acabou dificultando a sua constituição e o seu funcionamento” (Rech, 1995: 19-24). Portanto, não se trata propriamente dos dispositivos contidos na lei, mas da sustentação que deram à interpretação de que a cooperativa é uma pessoa jurídica adequada apenas a grandes empreendimentos comerciais. Segundo José Gediel, um dos principais juristas do cooperativismo brasileiro, há uma “evidente inadequação dos instrumentos normativos jurídicos para orientar a vida das cooperativas populares, principalmente as urbanas e as de trabalho, qualquer que seja o seu objeto”:

Com efeito, a Lei das Cooperativas de 1971 tem como principais destinatárias as cooperativas agrícolas, orientadas por uma visão empresarial e agroexportadora, e baseadas na política internacional e nacional da década de 1960, que logrou impedir o desenvolvimento de propostas do cooperativismo agrícola popular e da reforma agrária [...] Dentre as inúmeras razões para este vazio hermenêutico, as mais evidentes são: o escasso conhecimento dessas pessoas jurídicas e seu funcionamento por parte dos juizes, advogados e procuradores; e a total incompatibilidade ideológica desses “operadores jurídicos”, que se recusam a admitir a presença de organizações que atuem no mercado, mas não se orientem apenas pelos valores liberais da concorrência e do lucro (Gediel, 2005: 54-56).

Todas as formas de controle da Lei 5.764 confluíam para um sistema de representação obrigatória para as cooperativas, que culmina na Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, entidade com

60 Existe um ideário *self-help* para o qual a legislação urbana é o único campo de atuação admissível para o Estado na habitação social (Turner, 1989). Ao desconsiderar a centralidade da regulação do financiamento habitacional e do controle sobre as empresas da construção civil, ele inevitavelmente precariza as soluções por autoconstrução que propõe.

origens no agronegócio e que foi alçada a órgão técnico-consultivo do governo federal no modelo dos conselhos profissionais [61].

A filiação de toda cooperativa brasileira às instâncias de representação oficializadas na Lei 5.764 só deixou de ser obrigatória em 1988, quando passou a vigorar o preceito constitucional de que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (CF, Artigo 5º, XVIII), uma vez que “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado” (CF, Artigo 5º, XX).

Atualmente a representação da OCB continua fiel em relação às cooperativas de maior capital social do Brasil. Em 2005, estavam filiadas à entidade 7.518 cooperativas, que possuíam em seus quadros sociais 6.791.054 cooperados e, em suas folhas de pagamento, 199.680 empregados assalariados (OCB, 2005). A composição destes números totais segundo uma classificação por “ramos de atividades” pode ser vista na Tabela 2:

Tabela 2: Associados e empregados das cooperativas filiadas à OCB em 31/DEZ/ 05

RAMO DE ATIVIDADE	ASSOCIADOS	EMPREGADOS	COOPERATIVAS
Consumo	2.181.112	6.938	147
Crédito	2.164.499	20.555	1.101
Agropecuário	879.918	123.368	1.514
Infra-estrutura	600.399	5.213	160
Trabalho	425.181	6.506	1.994
Saúde	287.868	28.599	899
Habitacional	91.299	1.562	355
Educacional	73.951	3.144	319
Transporte	50.600	3.411	783
Produção	17.569	323	173
Mineral	15.212	52	44
Turismo	2.917	9	19
Especial	529	-	10
TOTAL	6.791.054	199.680	7.518

Fonte: “Números do cooperativismo por ramo de atividade” (OCB, 2005)

61 O primeiro ministro da agricultura no governo Lula, Roberto Rodrigues, é um dos maiores representantes deste cruzamento entre a OCB e o agronegócio. Antes de chefiar o ministério, dirigiu a OCB por dois mandatos entre 1985/1991 e foi o primeiro não-europeu a presidir a Aliança Cooperativa Internacional.

As cooperativas de consumo, de crédito e agropecuárias se destacam pela quantidade de associados e de assalariados. Apesar de apenas 36,7% do total dos empreendimentos registrados na OCB pertencer a estes “ramos de atividades”, eles empregam 76,9% dos empregados (concentrados principalmente nas cooperativas agropecuárias) e 75,5% dos cooperados, isto é, 5.225.529 cooperados.

Uma nova estrutura de representação e apoio tem se formado mais recentemente para as “cooperativas populares”, denominação de aceitação internacional (e no Brasil ratificada pela rede universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) para os empreendimentos solidários radicadas na produção autogestionária e que não mantêm relações de trabalho heterônomas (sendo o assalariamento a mais branda delas) no exercício das atividades que compõem sua finalidade comercial, sejam “internas” ou “externas” tal como visto no subcapítulo 1.2. A Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), fundada em 1994, se tornou provavelmente a mais abrangente destas entidades ao apoiar cooperativas que atuam fora de seu recorte original, que é o das cooperativas formadas a partir de empresas falidas ou pré-falimentares.

Para além da Lei Federal 5.764, existem aspectos da legislação tributária e trabalhista brasileira que são determinantes para o desempenho econômico das cooperativas, uma vez que se aplicam de maneira especial ao que aquela lei define como “ato cooperativo” - “praticado entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas para a consecução dos objetivos sociais” (Artigo 79).

Como especificado em parágrafo único, “o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria”. Do ponto de vista tributário, esta caracterização do ato cooperativo permite que este não seja considerado um fato gerador de tributos sobre a valorização e, portanto, seus resultados positivos não pagam imposto de renda ou contribuições sobre o lucro. Isto significa que a isenção de impostos para as cooperativas se restringe a um aspecto contábil que não é sua finalidade e muito menos a essência de sua atividade: a valorização líquida apurada depois de formados todos os fundos coletivos da cooperativa. Todos os demais tributos que incidem sobre empresas de investimento privadas incidem também sobre as cooperativas.

Do ponto de vista da legislação trabalhista, o ato cooperativo não cria vínculo empregatício entre a cooperativa e os cooperados, que são considerados pela Justiça do Trabalho trabalhadores autônomos. Daí há duas conseqüências relevantes.

A primeira é que há uma bitributação na legislação brasileira no que diz respeito à Previdência Pública, pois os cooperados são obrigados a recolher contribuição previdenciária tanto como trabalhadores autônomos quanto como proprietários de uma empresa supostamente empregadora, quando a cooperativa não opera com esta distinção.

A segunda conseqüência já foi mencionada no subcapítulo 1.2. Para a Consolidação das Leis do Trabalho, a inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados se estende para a relação entre um contratante da cooperativa e seus associados, o que se presta a diversas fraudes no

pagamento de direitos trabalhistas. A mais comum é a criação de cooperativas “de mão-de-obra” por parte de empresas de capital privado, para onde estas transferem sob coação seus empregados. Posteriormente, a empresa celebra um contrato de prestação de serviços com a cooperativa e remunera os trabalhadores com um valor que em geral é o mesmo que estes recebiam como salário líquido, mas nenhum outro valor é pago para cobrir obrigações trabalhistas e previdenciárias.

A fiscalização da Justiça do Trabalho sobre as cooperativas “de mão-de-obra” recai, por extensão, sobre todas as cooperativas que se enquadram na classificação oficial de “cooperativas de trabalho”, que em tese produzem bens e serviços com instrumentos e máquinas próprios e em recinto da cooperativa. É sintomático que esta fiscalização procure flagrar vínculos empregatícios supostamente encobertos nas cooperativas de trabalho, pois apenas o assalariamento produz a grande maioria dos direitos trabalhistas no Brasil. O objetivo da justiça trabalhista, então, é impedir que a inexistência destes direitos dentro das cooperativas seja transmitida às empresas de investimento privado, quando frequentemente o que acontece é o inverso: é a precarização dos vínculos de trabalho e a superexploração nas empresas de capital privado que são transferidas para as cooperativas. Daí que uma corrente econômica internacional proponha que os direitos do trabalho sejam incorporados ao rol dos direitos humanos e que os custos de seu cumprimento sejam socializados por todas as formas jurídicas de produção de riquezas:

A generalização dos direitos humanos do trabalho é um objetivo de longo prazo, que pressupõe mudança de mentalidade não só dos órgãos públicos responsáveis pela área mas sobretudo dos próprios trabalhadores, empregadores e contratantes. Como passo inicial desta jornada, deveríamos criar um marco legal para as cooperativas de trabalho [...] para garantir aos sócios a plenitude dos direitos humanos do trabalho (Singer, 2004: 6).

Na etapa de finalização desta dissertação, começou a tramitar no Congresso Nacional um Projeto de Lei que “dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho”. Formulado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, com Paul Singer à frente, a proposta entregue ao legislativo federal reduz para cinco pessoas a quantidade de trabalhadores necessária para constituir uma cooperativa de trabalho (derrubando a barreira de 20 associados que é um dos principais obstáculos impostos pela Lei 5.764), explicita os mecanismos de autogestão da cooperativa e estabelece como relação de emprego a relação existente entre o cooperado pessoa física e a cooperativa pessoa jurídica, para a qual se aplicam todos os direitos de trabalho.

* * *

Uma regulação jurídica interessa de perto a esta dissertação: a das cooperativas habitacionais durante a existência do Banco Nacional de Habitação (BNH), entre 1964 e 1986. Esteve em vigor no período crítico em que o primeiro mutirão de Vila Nova Cachoeirinha tentou implantar em São Paulo o modelo de ajuda mútua e, portanto, foi decisivo para impedir que este modelo assumisse a forma de

cooperativa. É necessário então analisar as características desta regulação brasileira e a alternativa jurídica usada, que é a “associação comunitária de construção”, que, esta sim, perdurou nas políticas públicas de autogestão em São Paulo.

Em 1966, o Decreto 58.377 submete as cooperativas de habitação brasileiras ao consumo financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Elas passariam a ser dessa forma “agentes promotores” da política habitacional implementada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). No mesmo ano, o regime militar publica o Decreto-Lei Nº 59/66, que subordina as cooperativas de habitação à competência normativa do BNH para “conceder autorização ou cancelá-la, baixar e ampliar normas disciplinadoras da constituição, funcionamento e fiscalização, além de fixar e aplicar penalidades e definir os casos de intervenção”.

Estas competências seriam exercidas através de um “órgão assessor” do BNH, o Inocoop - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais. A “orientação” que consta no nome do Inocoop se estendia para todas as fases do empreendimento, do projeto até a entrega individual das unidades habitacionais, passando pela fiscalização de cada etapa de obra através de empreiteiras. Feita a transferência legal das unidades para cada cooperado, o Inocoop providenciava a liquidação e dissolução da cooperativa. A partir de então, o que era um cooperado se torna a parte individual de um financiamento celebrado com os “agentes financeiros” dos empréstimos do BNH, fechando um desenho institucional que durou até a extinção do banco em 1986 [62].

Nesse período, as cooperativas habitacionais funcionavam como meras delegadas do BNH e Inocoop, mantendo-se dependentes do poder público. Embora fossem organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, eram subordinadas ao Estado e não estavam imunes de intervenção. Em última instância, o BNH tinha poderes para fixar normas sobre a constituição e funcionamento da cooperativas habitacionais, bem como poder de fiscalização (Ferreira; Moraes, 2003: doc. eletrônico).

Segundo a pesquisa de Ademir Alves da Silva sobre as cooperativas habitacionais brasileiras dos anos 1980, o Inocoop controlava as cooperativas “como uma espécie de corretora do BNH, das construtoras e agentes financeiros” (Alves da Silva, 1992: 85). Como o resultado prático do Inocoop é solidarizar as empresas privadas que constroem e financiam a habitação ao invés das pessoas que as consomem, a pesquisa propõe a seguinte questão:

Sob tal perspectiva de análise da atuação dos agentes intermediários na relação da cooperativa com o BNH se indaga: por que não estimular, a partir do Estado, a criação de cooperativas que, travando relacionamento direto com o órgão financiador e normatizador, realizem seus projetos sem a onerosa intermediação? (Alves da Silva, 1992: 109).

62 As cooperativas de habitação só saem da esfera do SFH e voltam a atuar como entidades autofinanciadas em 1993.

Ora, era exatamente este o papel que a *cooperativa de vivienda* desempenhava no Uruguai, mesmo sob as dificuldades estudadas na primeira parte deste capítulo. Em entrevista concedida à revista “Proposta” em 1987, Ermínia Maricato faz menção explícita a esta diferença:

No Uruguai o crédito hipotecário vai para a cooperativa, que tem autonomia na gestão desse dinheiro. Se fosse possível algo semelhante em termos do SFH... [...] O que nós teríamos que conquistar realmente seria a mudança na legislação de cooperativas do SFH e garantir que a cooperativa possa ter autonomia no gerenciamento do dinheiro. Seria um salto importante. É uma proposta que uniria todo mundo, todos os movimentos no Brasil, seja de inquilino, de mutuário ou de favelado (Maricato, 1987: 37-38).

Mais recentemente, João Marcos Lopes e Cibele Rizek, ao analisarem as origens das políticas de moradia popular por autogestão nas cidades brasileiras, fazem uma comparação sintética entre os regimes financeiros do Uruguai e São Paulo na qual apresentam a forma jurídica contraposta à *cooperativa de vivienda* que será assumida entre nós pelos movimentos de moradia popular:

Lá [no Uruguai], um plano e uma lei que regula a produção autogestionária de moradia em todo o país; aqui, programas que não compõem sequer uma política habitacional local. Lá, cooperativas que, juridicamente, permitem o mútuo coletivo, a propriedade comum e sua comercialização regulada; aqui, associações comunitárias que mal e mal mantêm sua condição como agente promotor que apenas atua como mediador temporário entre o agente financeiro e o mutuário final (Lopes; Rizek, 2005: 13).

A referência é feita à “associação comunitária de construção”, ou simplesmente “associação de construção”. Seu confronto em São Paulo com a “*cooperativa de vivienda*” aconteceu já no evento que, em agosto de 1984, “foi o início de uma organização que reuniu os movimentos orientados por uma perspectiva autogestionária” (Bonduki, 1992: 52): o “1º Encontro dos Movimentos de Moradia”. Organizado pelos primeiros movimentos de moradia por mutirão da cidade, o Encontro contou com a presença de membros da Fucvam e do mais importante *Instituto de Asistencia Técnica* uruguaio, o *Centro Cooperativista Uruguayo* - CCU.

O contato direto com representantes do cooperativismo uruguaio serviu de estímulo e de referência externa de grande importância frente ao caráter quase embrionário dos movimentos locais, além de demonstrar a importância de entidades de articulação como a Fucvam (Bonduki, 1992: 52).

Apesar do lema do 1º Encontro ser francamente uruguaio - “Por um cooperativismo de ajuda mútua e autogestão” - uma das suas resoluções finais recomenda o seguinte: “que todos os movimentos se constituíssem em associação comunitária, na impossibilidade de formar cooperativas, de modo que pudessem ter existência jurídica e receber recursos a serem administrados autonomamente” (Bonduki, 1992: 53).

A “impossibilidade de formar cooperativas”, como se viu pela legislação que criou o Inocoop, não era de outra ordem que uma impossibilidade legal para manutenção da autonomia dos empreendimentos por

autogestão. Do ponto de vista das políticas públicas de habitação, ou os movimentos de moradia se constituíam em “associações comunitárias de construção” ou se submetiam, como cooperativas, ao controle do BNH através de seus órgãos assessores (dilema abordados por Xavier de Souza, 1999) [63].

Se a resolução final dos movimentos de moradia paulistanos pela associação comunitária não é incoerente diante do quadro jurídico de sua época, nem por isso deixou de ter conseqüências. A distinção entre “associação” e “cooperativa” está ratificada em todas as linhagens jurídicas que são base do direito privado brasileiro. Nele, as cooperativas são sociedades civis autorizadas por legislação própria a desenvolver uma atividade comercial, atividade cujo fim, ainda que não seja o lucro, são serviços de base econômica a seus associados para que estes consumam, produzam, operem crédito etc. Para tanto, a cooperativa pode constituir “capital social” tal como uma sociedade comercial (cujo fracionamento em cotas será índice de responsabilidade civil dos seus membros), remunerar cargos e distribuir excedentes financeiros a seus integrantes.

Já a associação, obrigatoriamente uma sociedade civil sem fins lucrativos, não constitui capital social, o que de imediato a exclui da obtenção de crédito junto a entidades financeiras privadas. Tudo que pode ser propriedade da associação é imobilizado como patrimônio na forma de doações, fundos e reservas. Seus integrantes podem ser reembolsados por despesas realizadas no desempenho de seu cargo, mas nunca remunerados, e todo excedente financeiro deve ser incorporado como bens da associação.

Para um movimento de moradia por mutirão, o elemento crítico no uso da personalidade jurídica “associação” não é, portanto, a capacidade legal para construir, ou seja, para formar patrimônio, mas sim a manutenção, repartição e transmissão deste patrimônio quando ele está construído ou mesmo quando está em construção. Em termos concretos, trata-se da resolução dos problemas da propriedade privada da unidade habitacional em empreendimentos de habitação social.

Em artigo de 1987 na revista *Proposta*, Haroldo de Abreu relata uma “primeira solução” dada pela “coordenação dos movimentos e associações de moradia, ajuda-mútua e autogestão de São Paulo” para dar conta da contradição no mutirão entre construção coletiva e apropriação individual das moradias:

As casas seriam propriedade da cooperativa (associação) dos mutirantes, que teriam a posse individual. Quando algum sócio tivesse que se desligar, por qualquer motivo, da cooperativa, receberia uma

63 Já cabe aqui mencionar o caso de Vila Nova Cachoeirinha: “A fim de acionar e dinamizar o Programa de Cooperativas Habitacionais, o BNH incentivou a formação de entidades destinadas a orientar e assessorar as cooperativas habitacionais de trabalhadores. Surgiram os Inocops com a finalidade de prestar assistência técnica à constituição, organização e funcionamento de cooperativas, colocando-as em condições de receber o financiamento do BNH. Desta forma, a idéia da cooperativa habitacional independente estava descartada, como também se descartou a possibilidade de constituição de uma equipe de assessoria técnica autônoma,” (Reinach, 1984a: 10).

indenização correspondente ao custo de construção da casa ou a seus gastos em trabalho ou dinheiro (Abreu, 1987: 54).

A indecisão presente num texto que escreve “cooperativa (associação)” - como se (ou querendo que) estes termos fossem intercambiáveis - logo teria de se desfazer, uma vez que “a propriedade da associação sobre as casas e os terrenos não tem ainda respaldo legal nas normas de funcionamento da Cohab e do SFH, que financiam as compras dos mutirões”. A solução contemporizadora, continua Haroldo de Abreu, é um tanto limitada: “seria um compromisso de consciência, inexistindo qualquer exigência contratual proibindo a venda da casa por parte do mutirante” (Abreu, 1987: 54).

Como já foi analisado para a legislação uruguaia, a propriedade coletiva numa cooperativa de habitação tem antes de tudo um sentido prático, pois permite regular não só a primeira ocupação da unidade habitacional como também sua posterior transmissão por herança ou venda através da subscrição individual de quotas-partes do capital social da cooperativa, de modo que “*el cooperativista que se retira de la cooperativa no vende la vivienda, sino que la devuelve, recibiendo en cambio el reintegro de los aportes que realizó, incluyendo el valor de su trabajo*” (Nahoum, 2003: 135) [64]. A existência contínua da pessoa jurídica da cooperativa não só controla as transferências de posse da unidade habitacional como também permite dar tratamento diferenciado à inadimplência dos associados, pois quem se endivida perante o financiamento habitacional uruguaio é a cooperativa e não seus integrantes. Uma família em dificuldades financeiras pode ser mantida no imóvel até mesmo com apoio da cooperativa, pois os fundos cooperados podem ser emprestados ou mesmo doados para seus membros.

Se, pelo contrário, a associação de construção se tornasse proprietária das moradias que constrói, não haveria qualquer segurança da posse das unidades por parte dos moradores e nem uma regulação proporcional à participação destes na associação, uma vez que o patrimônio de uma associação de construção não pode ser distribuído a qualquer título entre seus associados. Depois de concluída a obra, geralmente a associação de construção se dissolve doando seus bens a outras entidades sem fins lucrativos (quando então é substituída por uma associação de moradores). Mesmo durante o tempo em que estiver ativa promovendo um mutirão habitacional, a associação não tem qualquer obrigação em relação a uma família que saia do quadro associativo, seja por desistência ou substituição. O trabalho que esta família realizou não produz direitos em relação à entidade coletiva, o que prejudica as tentativas de modernizar a noção de trabalho do mutirão, pois ele continua sendo uma doação por parte dos trabalhadores.

64 Daí que a propriedade coletiva seja identitária da cooperativa habitacional: do ponto de vista da Associação Cooperativa Internacional, a cooperativa de habitação que “*exercise mutual aid in building but then tend to dissolve in favour of individual owner occupation*” é denominada “*housing-building co-op*” e é considerada como um desvio do que Johnston Birchall chama de “*true housing co-ops*”, cooperativas de habitação que são autênticas à medida que “*continue to own and manage the property, with their members being individually tenants, collectively owners*” (Birchall, 1997: 25).

Assim, por trás das fragilidades da associação de construção não há um individualismo supostamente inerente às nossas periferias urbanas. Há sim o autoritarismo do Estado, que evitou ao máximo partilhar o poder público com a sociedade organizada ao instituir leis que impediram que os movimentos de moradia encontrassem formas jurídicas mais adequadas aos seus propósitos coletivistas. Ao contrário do que é aceito ideologicamente, foi a legislação que disseminou o individualismo na apropriação da moradia popular e conduziu o mutirão de São Paulo aos dilemas da propriedade privada das unidades habitacionais, pois, uma vez construída a moradia, era preciso escolher entre a segurança da posse do imóvel que desmobiliza a coletividade ou a mobilização coletiva que torna insegura a posse do imóvel. Para a forma cooperativa de habitação, este é um falso dilema.

A institucionalização da autoconstrução

Benjamín Nahoum diz que uma das condições favoráveis à expansão das cooperativas da Fucvam é que o Uruguai é “*un país de autoconstructores*”. O propósito aqui é meramente descritivo: mostrar que naquele país é comum haver “*gente dispuesta a construir su vivienda con sus propias manos, contando apenas con el auxilio de algún familiar o amigo y del apoyo que podría darle un albañil o constructor en las etapas más difíciles*” (Nahoum, 1999: 25).

Sabemos que esta descrição só se aplica à superfície da autoconstrução no Brasil, onde a moradia que é construída pelos próprios habitantes (com ajuda gratuita de familiares ou ajuda paga de pedreiros profissionais) implica numa série de ações clandestinas em relação ao controle estatal sobre a terra urbana, que começa pela precariedade na ligação com a infra-estrutura pública, passa pela edificação realizada contra qualquer código de obras e chega finalmente ao estatuto jurídico-fundiário do terreno. Bairros inteiros das nossas cidades são, desta forma, autoconstruídos no que diz respeito não apenas a suas edificações, mas também à infra-estrutura e à regulação de posse. Dentro deles, um ativo mercado de compra, venda e locação de imóveis acontece sem registro público de propriedade, o que só faz sentido porque a inserção de seus moradores em diversas esferas juridicamente controladas da cidade (serviços de educação, consumo de bens domésticos, sistema eleitoral, mercado de trabalho) não implica que ele tenha acesso ao sistema formal de financiamento e construção de imóveis urbanos, desde sempre voltado para elites de alta renda (Maricato, 1996).

O caráter constitutivo desta combinação entre atraso e modernidade, pela qual a expansão urbana se apóia na construção clandestina da moradia, aparece nas pesquisas que, a partir dos anos 1970, se alimentaram do debate sobre desenvolvimento e marginalidade. Desde nosso “milagre econômico”, a autoconstrução brasileira se revela “uma magnífica fórmula que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados” (Kowarick, 1979: 61), frase que comenta esta célebre análise de Francisco de Oliveira em “Crítica da razão dualista”:

Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folgas, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, sobretrabalho. Embora esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado - a casa - reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos com habitação são um componente importante - e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (Oliveira, 1972: 31).

Bem entendido, para que a autoconstrução se converta em rebaixamento geral do custo de reprodução da força de trabalho, ela precisa atingir “uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras”, ou, melhor dizendo, atingir a parte mais significativa destas classes, a ponto de tornar os baixos salários um custo socialmente necessário da força de trabalho. Assim, estas pesquisas dos anos 1970 previram corretamente que a autoconstrução se generalizaria nas cidades brasileiras e reforçaria a exclusão das classes trabalhadoras do mercado formal de terras e moradias urbanas, pois esta forma de ocupação do espaço urbano passa a ser uma condição necessária para a acumulação capitalista no Brasil funcionalizar a fragilização do trabalho assalariado [65].

A primeira condição para que as moradias autoconstruídas constituam um mercado imobiliário informal é justamente que este seja o único mercado possível para as classes vítimas do rebaixamento salarial. Quanto ao aparente contra-senso de uma “autoconstrução de mercadoria”, ele se resolve quando se sabe que as habitações à venda ou para alugar neste mercado informal são expansões da casa autoconstruída (o que está exemplarmente sintetizado na expressão “vender a laje”) ou, quando se vende integralmente a moradia, é para haver a apropriação da diferença de valor em relação à autoconstrução de outra moradia. Vê-se então que a autoconstrução brasileira não é bem “uma disposição para construir com as próprias mãos” e muito menos uma opção entre outras para se obter uma moradia a partir da capacidade de trabalho. Ela é uma condição inevitável, “que a imensa parcela da classe trabalhadora precisa adotar para continuar se reproduzindo nas cidade” (Kowarick, 1979: 60).

Aqui há uma diferença entre a urbanização de São Paulo e de Montevideú que é mais reveladora do que as dimensões em área e população de uma e outra cidade, diferença que deve ser concedida às políticas de bem-estar social uruguaias, por mais pálida que seja sua memória: a autoconstrução de que muitos membros das *cooperativas de vivienda por ayuda mutua* se orgulham é um fenômeno restrito à edificação. Em Montevideú ela acontece sobre terra legal, infra-estrutura urbana universalizada e, mais

65 A evolução/involução deste quadro na nossa sociedade foi tratada por Francisco de Oliveira em “O Ornitórrinco”, ensaio justamente acompanhado da reedição de “Crítica da Razão Dualista”. O subcapítulo 1.3 desta dissertação se refere ao ensaio ao tratar dos desafios mais recentes do projeto democratizante do cooperativismo.

importante, num ambiente onde o mercado imobiliário se generalizou do ponto de vista da incorporação, construção e financiamento, não com qualidade uniforme, certamente, mas como único ambiente de negócios em que a unidade habitacional é uma mercadoria. Em outras palavras, a comercialização informal das moradias, quando existe, não é sistêmica como em São Paulo [66].

Portanto, são de cidades radicalmente diferentes que se fala quando o cooperativismo da Fucvam, através de Benjamín Nahoum, diz ter superado a relação entre a autoconstrução por ajuda mútua e a superexploração do trabalhador:

Una vieja discusión hoy ya saldada en Uruguay es si la ayuda mutua constituye o no una sobre-explotación del trabajador, obligado a prolongar su jornada laboral en la cooperativa para satisfacer un derecho inalienable como es la vivienda. No hay duda que es así si no existe autogestión, ya que en esos casos ni siquiera tendrá el derecho de decidir para qué está realizando su esfuerzo. Con la autogestión, en cambio, el trabajador hace la mejor inversión posible de ese esfuerzo, ya que se prueba fácilmente que la satisfacción de su necesidad de vivienda acudiendo al mercado lo obligaría a vender su fuerza de trabajo por un período sensiblemente mayor que aquél que destina a la ayuda mutua. Ello es así porque en ese caso estaría pagando, además de la fuerza de trabajo, los beneficios del capitalista que lo contrata (Nahoum, 2003: 134 - grifo meu).

Um raciocínio semelhante, elaborada pelo *Centro Cooperativista Uruguayo* quase 20 anos antes, esclarece melhor esta “discusión ya saldada”:

La alternativa a la ayuda mutua no es la concesión de la vivienda, sino la compra o el alquiler de la misma, compra o alquiler que debe realizar en el mercado, y por los que debe pagar con un trabajo adicional en su propia ocupación o dividiendo la parte de su salario que destina a otras necesidades básicas no sólo el valor del bien que obtiene sino también las ganancias de los intermediarios que actúan en una economía de mercado para producir ese bien - empresarios, promotores, inversionistas (CCU, 1984: doc. eletrônico).

Está ausente deste argumento, e seria inútil procurar nas demais publicações e documentos do cooperativismo da Fucvam, a discussão se a autoconstrução das *cooperativas de vivienda* promove ou se integra a um padrão de urbanização que causa rebaixamento do nível geral de salários. Afinal, trata-se de cooperativas formadas em grande parte dentro de sindicatos, que sabem que o salário uruguaio pode estar ameaçado pela desindustrialização, pelo Mercosul ou pela globalização financeira, mas não pela autoconstrução da moradia, uma vez que a precocidade e o controle da urbanização uruguaia já embutiram o custo da habitação formal, acessível pelas diversas formas de financiamento privado e estatal, na massa salarial praticada em Montevideu e nas cidades do interior do Uruguai [67]. É de se

66 Talvez aí esteja a maior diferença entre as favelas de São Paulo e os “*cantegriles*” de Montevideu: estes últimos (ainda) não constituem um mercado informal que possa ser funcional para a acumulação capitalista uruguaia

67 É significativo de nossa autoconstrução que os sindicatos brasileiros não tenham se envolvido com o tema da moradia. Rosângela Paz, que assessorou por anos os movimentos de moradia de São Paulo, comentou o seguinte em entrevista a [continua]

questionar se este “mínimo vital”, que é parâmetro para o valor dos salários, não poderia ser afetado pelo recente crescimento da “*pobreza crónica*” nos “*cantegriles*” e se seus habitantes não serão o “novo lumpesinato” de que fala Francisco de Oliveira mais recentemente, capaz de se misturar ao exército industrial de reserva das novas tecnologias produtivas e rebaixar o salários de todos. Mas esta ameaça só interferiria na história futura do cooperativismo da Fucvam, não em sua formação.

O que está presente nos argumentos é que a superexploração do trabalhador é algo que as cooperativas de habitação por ajuda mútua medem em confronto com a alternativa que se apresenta concretamente aos cooperados, que é a “*compra o alquiler que debe realizar en el mercado*”, entendendo-se aqui mercado formal. Desta perspectiva comparativa, a análise da superexploração, ao invés de investigar um rebaixamento salarial, investiga se o trabalho que o cooperado integra à cooperativa como quota de capital corresponde a um aumento da sua capacidade de consumo e se, através dela, o trabalhador “*hace la mejor inversión posible de ese esfuerzo*”. Uma vez que a média salarial e o financiamento público subsidiado uruguaio franqueiam o acesso ao mercado imobiliário formal, sem que este seja regulado pela incipiente autoconstrução em “*cantegriles*”, faz-se a seguinte pergunta: não seria melhor para o trabalhador gastar neste mercado formal o valor das horas trabalhadas na autoconstrução por cooperativas, valor que ele poderia obter estendendo sua jornada de trabalho normal ou economizando ainda mais no orçamento doméstico? A resposta é não.

É uma resposta que prescindir de qualquer defesa do canteiro autogerido ou da qualidade comunitária da arquitetura das cooperativas. O mercado não pode oferecer algo que seja da mesma qualidade - aqui medida objetivamente em termos de área e materiais de construção - porque precisa remunerar o eterno inimigo do cooperativismo: a intermediação. Por isso Benjamín Nahoum vai associar a superexploração apenas a um aspecto qualitativo da autoconstrução, pois se as horas ocupadas autoconstruindo têm uma qualidade heterônoma (digamos que seja um turno extra como empregado numa segunda empresa privada), ele não pode obter nada além do que o mercado fornece e certamente vai obter menos ao optar por aumentar sua renda sob o jugo de interesses alheios. Consequentemente, neste plano (nesta cidade) em que a autoconstrução está ligada ao acréscimo do poder de consumo para além do mínimo vital que é garantido pelas políticas salariais e de financiamento habitacional, as horas gastas numa autoconstrução com qualidades autogestionárias não são superexploração porque, ao construir sem visar a produção de lucro, se contrói mais do que se obteria no mercado. Assim, no Uruguai a ajuda mútua não é uma opção para se obter algo que o mercado não proporciona. É uma opção para se obter algo *melhor* do que o mercado proporciona.

Esta comparação entre construção por empreiteiras e autoconstrução por cooperativa se baseia apenas indiretamente na produtividade do trabalho em um e outro caso. Ela parte de uma verificação objetiva das moradias construídas com mesmo valor de financiamento, mas a comparação só permanece

Ana Amélia da Silva: “parece engraçado, mas o sindicalista não se vê e não fala enquanto morador” (Silva, 1991: 123 *apud* Lopes, 2004: 5).

favorável às cooperativas enquanto elas mantiverem sob controle a quantidade de horas de trabalho necessárias para sustentar a economia que contabilizam com mão-de-obra externa, despesas administrativas, lucros e benefícios de empreiteiras. Enquanto esta quantidade de horas adicionar um valor às moradias que é maior do que o valor que os cooperados recebem em suas fontes normais de renda, a cooperativa segue competitiva em seu enfrentamento das empreiteiras privadas.

É pelo embate entre valor agregado por economia na cooperativa com o valor agregado por rapidez nas empreiteiras que se dá a busca de produtividade para o cooperativismo de habitação por ajuda mútua. É uma produtividade que exigiu por parte das assessorias técnicas ligadas à Fucvam o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a composição e disposição de seus cooperados (tema que será tratado no capítulo 3 desta dissertação) e que sustenta os argumentos de que apenas aspectos positivos da autoconstrução estão incorporados nas obras de habitação social por autogestão.

* * *

Por enquanto, é hora de abordar o seguinte limite da autoconstrução no Brasil: aqui ela é falta de alternativas, pois é praticada por uma população para a qual o mercado formal ou a promoção pública não oferecem produtos habitacionais. Os canais tecnológicos aptos a equiparar sua produtividade à produção por empreiteiras igualmente não são vantajosos para esta população, pois elas são uma alternativa econômica apenas ao investimento que se pode fazer no mercado formal. No mercado informal brasileiro, nada pode ser mais competitivo do que a construção sem responsabilidade técnica, em bairros sem planos e equipamentos públicos e em terrenos sem regularização fundiária. Praticada nestas condições, a autoconstrução não é uma aliada da ajuda mútua, é sua inimiga.

Este raciocínio está de certa forma presente quando Benjamín Nahoum reconhece que a única coisa que torna injustificável o trabalho numa cooperativa em fins-de-semana e feriados é se a moradia, no caso como um “*derecho inalienable*”, fosse resultado de uma política de “*concesión de la vivienda*” [68]. Este problema de fato apareceu no Uruguai através de programas governamentais relativamente recentes que distribuem o “*Núcleo Básico Evolutivo*”. É na verdade uma alternativa distorcida, pois o que se distribui é uma moradia exigua encomendada a empresas privadas como um abrigo a ser posteriormente ampliado e reformado pelos moradores e que tem uma série de problemas de execução

68 “*Estos de todo modo podría ser discutible, porque la construcción en la obra y tomando decisiones en conjunto genera formas de solidaridad y capacidades organizativas que no se obtienen cuando al trabajador se le ‘da’ la vivienda*” (Nahoum, 1984: doc eletrônico). Entretanto, este aspecto moralmente formador da ajuda mútua não cabe na presente argumentação limitada ao aspecto da competitividade econômica da autoconstrução.

e implantação. Ainda assim, é uma “concessão da moradia para autoconstrução” contra a qual o cooperativismo uruguaio teve de fazer um grande esforço para concorrer, como se verá no item 3.2.

Pois este embate atual do cooperativismo uruguaio aconteceu pela primeira vez em Vila Nova Cachoeirinha e está na base de sua formação em confronto com os programas de “moradias evolutivas” ou “casa-embrião” que foram introduzidos em 1975 pelo Banco Nacional de Habitação em todo Brasil.

Até então, os primeiros financiamentos operados pelo BNH na forma de “programas federais” se destinavam ao setor de infra-estrutura e construção civil, beneficiando principalmente empresas urbanizadoras e de saneamento.

Apenas quando já se fazia notar a crise do financiamento habitacional devido ao crescimento de um quadro recessivo no país, o desatendimento crônico à habitação popular resultou na formulação de programas de financiamento que resolveram converter a autoconstrução, de problema, a solução para as políticas públicas de habitação:

O BNH só veio a adotar a autoconstrução em suas políticas no fim dos anos 70 em meio a uma crise de legitimação política que exigia programas mais baratos voltados ao mercado popular - legitimação aliás que corresponde a maior aparência das classes populares organizadas em movimentos reivindicatórios, como as lutas por água e luz nas favelas. Até então, a despeito do forte apelo à manutenção da ordem do regime militar através do acesso à propriedade, a necessidade de reativação da política econômica nacional através da indústria da construção pautava as ações do banco e relegava a questão social ao segundo plano. As políticas de autoconstrução apareceram, portanto, como soluções marginais ao sistema (Carvalho, 2004: 21).

A partir de 1975, estas “soluções marginais” resultam em três programas em âmbito federal de implantação da “habitação inacabada” para famílias de baixa renda: Profilurb, Promorar e “João de Barro”. Os resultados globais foram quantitativamente inexpressivos: até a extinção do BNH em 1986, construíram um total de 287.349 moradias em todo país, utilizando apenas 4,3% dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação (Carvalho, 2004: 20).

A Tabela 3, adaptada do quadro elaborado por Caio Carvalho para sua dissertação de mestrado (Carvalho, 2004), relaciona estes programas de forma sintética com os demais aspectos relevantes da política habitacional operada pelo BNH entre 1964 e 1986:



Imagem 34: Urbanização com NBE

Este loteamento por Núcleos Básicos Evolutivos realizado pela Intendência de Montevideú numa área periférica da cidade (Casavalle) revela uma urbanização precária para padrões uruguaios.

Tabela 3 - Quadro evolutivo dos programas do BNH relacionados a etapas políticas e econômicas do Brasil

Período	1964	1966-67	1968	1970	1971	1972	1975	1977	1979-80	1984-85	1986	
Política	Golpe militar	Consolidação do regime militar e repressão das liberdades civis						Abertura política: movimentos sociais assumem reivindicações por moradia e infra-estrutura urbana				
Economia	Crise econômica e inflação	Criação do FGTS e do SBPE vinculados ao BNH		"Milagre" brasileiro: crescimento econômico e urbanização acelerada				Início da "década perdida": recessão e desemprego descapitalizam o FGTS				
BNH - Instituição	Lei 4380 de 21/08/1964	Conversão em banco de 1ª linha			Conversão em banco de 2ª linha						Extinção a 21/11/1986	
BNH - Operação	Ideologia da casa própria usada pela ditadura: "o proprietário é um aliado da ordem"	Ampliação de funções: linhas de financiamento para desenvolvimento urbano e implantação de infra-estrutura em conjuntos habitacionais; apoio às cadeias produtivas da construção civil; depois do Banco do Brasil, opera o maior volume de recursos no país			Operação através de rede de agentes públicos e privados de promotores, financeiros e depositários		Reforço da produção em massa e operações com terras urbanas das Cohabs estaduais	Aumento da renda em todas as faixas de atendimento habitacional	Institucionaliza as "iniciativas do próprio usuário" contra críticas à provisão massificada, falta de subsídios e desarticulação com programas de desenvolvimento urbano		Financiamento da habitação passa para a Caixa Econômica Federal	
BNH - Programas		Finasa - financia saneamento básico Fimaco - financia materiais de construção para empresas e moradores	Planasa : financia serviços de água e esgoto através da criação de empresas estaduais e promove a perda de autonomia de municípios no setor de saneamento básico	Cura - Comunidade urbana para recuperação acelerada: reforça as Emurbs e possibilita operações imobiliárias do Metrô/SP	Profilurb : núcleo hidráulico em lote urbanizado Planhap : atendimento ao mercado popular	Ficam : financia melhoria habitacional	Promorar : substitui o Profilurb no financiamento à casa embrião em lote urbanizado.	João de Barro : promove a autoconstrução assistida, sobretudo em cidades pequenas do Norte e Nordeste	A extinção do BNH fragmenta os programas de habitação em âmbito nacional por vários órgãos federais			

Adaptado de Carvalho, 2004: 18

O último destes programas, surgido em 1984 com o sugestivo nome "João-de-Barro", financiou cerca de 7 mil unidades habitacionais para famílias de baixa renda que residiam em moradias unifamiliares, isoladas em lotes de bairros periféricos, o que era um fenômeno maciço apenas em cidades pequenas, principalmente no interior do Norte e Nordeste.

Os outros dois programas foram planejados especificamente para serem aplicados em áreas em que avançava a favelização nas grandes cidades brasileiras. Os programas mantêm uma continuidade entre si, uma vez que o Profilurb - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados - lançado em 1975, foi substituído em 1979 pelo Promorar - Programa Federal de Erradicação da Sub-habitação, depois de financiar 73 mil lotes urbanizados (Amaral, 2002: 107).

O Profilurb financiava apenas "tramas saneadas", lotes pequenos dotados de abastecimento de água e afastamento de esgotos sanitários, que é evidentemente muito pouco para assentar famílias de baixa renda. A partir de 1978, estes lotes passariam a contar com um núcleo hidráulico para equipamentos de banheiro e cozinha. Sua substituição pelo Promorar - que financiaria mais de 200 mil "moradias-evolutivas" em todo país - foi uma tentativa de transformar um programa para loteamentos populares

num programa de reassentamento populacional dentro de favelas em áreas de risco ou em desapropriação para obras viárias [69]. O núcleo hidráulico foi convertido numa edificação mínima, com espaço no lote para futuras ampliações, que se sabia desde o começo necessárias em função do tamanho das famílias transferidas. A pressuposição pelo programa da construção complementar por parte do morador acabava se alinhando com os preceitos do *self-help* então em adoção por bancos de desenvolvimento multilaterais e programas internacionais de habitação:

Enquanto o Profilurb era considerado um programa de prevenção contra o crescimento das favelas, o Promorar reconheceu sua existência e a impossibilidade de acabar com elas por meio da relocação dos favelados em lugares novos e distantes. Em outros termos, ele se engajava na mesma direção do Banco Mundial com seus programas de reabilitação de favelas” (SACHS, 1999:150)

Na adesão do município de São Paulo ao programa, a meta era construir 10 mil unidades habitacionais em 36 meses, destinando financiamentos subsidiados de 25 anos para a faixa de renda familiar que até hoje é uma fronteira intransponível para os programas públicos de habitação, a de menos de 3 salários mínimos de renda mensal. Financiou menos de 5 mil moradias, a maior parte delas construídas durante a administração Reinaldo de Barros, do PDS, partido de apoio ao governo no fim do regime militar, entre 1979 e 1983 (período que inclui a gestão interina de Salim Curiati).

Para as políticas de habitação operadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, a “moradia evolutiva” do Promorar não passava de uma nova versão da “casa embrião” que sua empresa de habitação - a Cohab/SP - vinha construindo desde a década anterior em conjuntos habitacionais na periferia da cidade. No maior deles, Cidade Tiradentes (na verdade, o maior conjunto habitacional da América Latina), estão à mostra até hoje características marcantes desta urbanização (Usina, 2004).

É preciso reconhecer que, quando o mutirão confronta políticas públicas de tão pouca qualidade, ele perde muito de seu caráter de alternativa habitacional. É esta frustração que fica registrada em depoimento de Modesto Azevedo, liderança do mutirão Colégio Adventista, para a revista *Proposta*:

É muito importante ressaltar que o mutirão não é uma opção e sim a falta de opção: por que sacrificar o descanso do trabalhador durante um ano e meio? Porque as opções apresentadas são ruins. O Projeto Modelar do Jânio Quadros [projeto piloto de desfavelamento, um dos primeiros com financiamento próprio do município de São Paulo], por exemplo, tem um terreno de 40 m² e 18 m² de construção, com materiais de péssima qualidade e o preço é o dobro daquelas construídas em mutirão. Nós continuamos achando que a construção de casas populares é obrigação do Estado, só que com propostas honestas e não com aquelas que beneficiam empreiteiros privados (Fase, 1987: 18).



Imagem 35: Casas-embrião em Cidade Tiradentes

Na parte superior aparece um dos trechos de Cidade Tiradentes urbanizados pela Cohab com casas-embrião, em foto de 1982. Na parte inferior, outro trecho, em foto de 2003 de Guilherme Petrella (Usina, 2004).

69 Na definição oficial elaborada pelo BNH, o Promorar “se destina à erradicação ou recuperação de favelas, palafitas ou mocambos, através do saneamento e urbanização da área, seguido da construção de moradias compatíveis na área ocupada” (Amaral, 2002: 107).

Entre os oito empreendimentos financiados pelo programa Promorar em São Paulo, um deles acabaria se tornando o primeiro mutirão organizado no modelo das cooperativas de habitação por ajuda mútua da Fucvam: Vila Nova Cachoeirinha, tema do estudo de caso desta dissertação.

A comparação do desempenho do financiamento do BNH em Vila Nova Cachoeirinha e nos demais empreendimentos do Promorar em São Paulo serve como introdução ao impacto causado entre técnicos e movimentos de moradia pelo primeiro dos experimentos autogestionários que seriam desenvolvidos nesta gleba e também como confirmação de seu caráter alternativo à provisão habitacional pública. A Tabela 4 relaciona custos (desconsiderando valor dos terrenos, que em sua maior parte são dominiais do município), áreas e unidades construídas para os oito empreendimentos financiados pelo Promorar em São Paulo, dando destaque à comparação entre os dados de Vila Nova Cachoeirinha, situados na última linha, e as médias dos demais conjuntos, situadas na linha acima:

Tabela 4 - Custo em UPC* dos empreendimentos financiados pelo Promorar no município de São Paulo

Conjuntos financiados através do Promorar	unidades construídas	área das unidades (m ²)	custo da unidade (UPC)	custo por área da unidade (UPC/m ²)	custo da unidade + infra-estrutura (UPC/unidade)
Vila Maria 1 (1980)	290	23,04	180,4	7,83	299,2
Vila Maria 3 (1981)	158	23,04	297,0	12,86	485,5
Fernão Dias (1981)	418	23,04	278,3	21,08	381,2
São Luiz (1982)	703	24,05	274,7	11,42	447,3
Rio Claro (1982)	930	24,05	286,7	11,92	544,0
Sapopemba (1982)	1.112	25,86	292,7	11,32	603,7
Parada (1983)	907	22,50	286,8	12,75	552,0
Valor médio	4.518 (Total)	23,95	279,1	11,65	519,6
Vila Nova Cachoeirinha	333	46,35	256,6	5,54	516,5

Fonte: Bonduki, 1992: 38; Reinach, 1984b:40 * Unidade Padrão de Capital em 08/2006 = R\$ 20,79 (Fonte: Bacen)

Com o dinheiro repassado às empreiteiras para que elas produzissem não mais do que casas-embriões [70], os moradores de Vila Nova Cachoeirinha produziram no começo dos anos 1980 casas assobradadas completas de 46,35 m², com 2 dormitórios, sala, cozinha e banheiros, sem descuidar igualmente das possibilidade de ampliação.

70 Segundo Nabil Bonduki, as empreiteiras faziam menos que isso: “essas casas tinham área reduzida (23 m²) e eram tão mal construídas que logo apresentaram gravíssimos problemas estruturais” (Bonduki, 1992: 33).

A comparação feita diz respeito a duas formas de autoconstrução financiadas pelo mesmo programa do BNH: uma prevista para acontecer após a obra realizada por empreiteiras privadas, e outra, ao longo de um empreendimento por ajuda mútua. Se, ao invés da autoconstrução clandestina funcionalizada pelo acúmulo capitalista, fosse este embate de usos da autoconstrução que se generalizasse como solução habitacional para as classes trabalhadoras de São Paulo, estaria confirmado aqui, como se confirmou no Uruguai, que os dias consumidos no trabalho por ajuda mútua não são uma superexploração do trabalho, mas sim “*la mejor inversión posible de ese esfuerzo*”.

A autogestão nas políticas de habitação em São Paulo

O quadro jurídico e as instituições da política de habitação federal tratadas até agora afetaram os empreendimentos de habitação social em São Paulo através de um ente governamental específico: a Prefeitura Municipal. Enquanto bancos privados, Inocoops e construtoras de diversas ordens eram os elementos ativos do SFH para a demanda solvente da cidade, o atendimento da “demanda insolvente” estava concentrado em dois braços executores muito díspares do poder municipal: na administração direta, a Sehab - hoje Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, herdeira dos serviços assistenciais com que a prefeitura tentara resolver o crescente favelamento da cidade nos anos 1970; na administração indireta, a Cohab/SP - Companhia Metropolitana de Habitação, que, apesar do nome, é o braço privado dos programas de habitação executados pela prefeitura de São Paulo e do qual será preciso fazer uma análise detida mais adiante neste subcapítulo.

Tomando o intervalo de 1982 a 1992 como o período formador dos programas de moradia por autogestão de São Paulo, é preciso reconhecer que não foram anos fáceis para se implantar políticas de habitação inovadoras apoiadas no governo municipal. A começar porque nestes 10 anos, 6 prefeitos se sucederam no cargo [71]. Quatro destes eram interinos ou legitimados apenas pela nomeação do governador estadual, tal como ainda impunha o regime militar: Reynaldo de Barros, Salim Curiati, Altino Lima e Mário Covas. A primeira administração eleita, do ex-presidente Jânio Quadros, teve o mandato encurtado pela Constituição de 1988 e a segunda, da assistente social Luíza Erundina, enfrentou obstáculos em várias frentes políticas para implantar seus marcantes programas na habitação.

71 Administrações municipais entre 1982 e 1992: Reynaldo de Barros (prefeito nomeado): julho de 1979 a maio de 1982; Antonio Salim Curiati (prefeito nomeado): maio de 1982 a março de 1983; Francisco Altino Lima (prefeito interino): março a maio de 1985; Mário Covas (prefeito nomeado): maio de 1983 a dezembro de 1985. Jânio Quadros (prefeito eleito): janeiro de 1986 a dezembro de 1988; Luíza Erundina (prefeita eleita): janeiro de 1989 a dezembro de 1992

A capacidade de atuação do município também foi afetada pela extinção em 1986 do principal ponto de articulação do Sistema Financeiro da Habitação - o BNH - e pelas alterações nas competências e atribuições federativas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. A combinação destes eventos fragmentou a política habitacional do país nas esferas de governo e tornaram as atribuições municipais ao mesmo tempo maiores e mais sobrepostas à atuação das companhias de habitação estaduais e dos programas de moradia que a União conseguia manter de forma errática até a criação do atual Ministério das Cidades [72].

Temos como resultado uma pulverização de programas que não se articulam, que às vezes se superpõem tanto no território físico como em relação à demanda de atendimento. Essa fragmentação não pode ser considerada um acidente de percurso, mas sim uma estratégia de implementação desta política social. Diferentemente de outras políticas sociais como da saúde, em que houve transferência de atribuições da esfera federal para a local, na habitação, essa política continua desarticulada (Rossetto, 2003: 96).

Foram nestes anos que os empreendimentos de moradia social por autogestão passaram de experiências-pilotos estritamente controladas pela companhia habitacional do município a parte ativa e integrante das políticas de promoção habitacional da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Para João Marcos Lopes e Cibele Rizek, São Paulo seria acompanhada de Fortaleza e Belo Horizonte como “únicas cidades brasileiras em que ações voltadas para a produção habitacional por ajuda mútua, orientadas a partir de pressupostos autogestionários, articularam-se na forma de programas e no bojo de planos habitacionais mais orgânicos” (Lopes; Rizek, 2005: 14). Ainda assim, se o município de São Paulo não esteve sozinho ao institucionalizar os empreendimentos habitacionais autogeridos, ele foi “o lugar onde se logrou o programa mais acabado de produção de moradias por mutirão, com uma estrutura institucional que não é vista em outras cidades” (Carvalho, 2004: 9).

Foi esta “estrutura institucional” que permitiu associar o termo “mutirão” à produção habitacional por autogestão, no que talvez tenha sido a contribuição mais disseminada pelo país das experiências de moradia social paulistanas. Depois do decênio 1982-1992, o termo “mutirão” deixa de ser uma expressão oriunda da solidariedade rural para se tornar expressão da ambivalência de objetivos que a autogestão, como se viu no primeiro capítulo, carrega do cooperativismo: é uma organização do trabalho, em que se ensaia, em aliança com técnicos, controles econômicos e tecnológicos que visam produzir de forma competitiva sem a submissão do trabalho ao capital, e é ao mesmo tempo um posicionamento político, em que se valoriza a participação democrática da sociedade organizada no acesso a serviços públicos sem a submissão do indivíduo ao domínio clientelista do Estado.

Portanto, não foi uma casualidade que, entre os novos significados agregados ao mutirão, os mais importantes tivessem origem no cooperativismo por ajuda mútua do Uruguai. Entre a “*cooperativa de*

72 Esta errância das políticas de habitação pela esfera federal está relatada no atual PNDU - Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (Brasil, 2005).

vivienda” e a “associação de construção” se impunha um programa comum para o enfrentamento tanto da provisão habitacional quanto da intervenção estatal num contexto de redemocratização das instituições públicas. No primeiro caso, ambas vão defender a economia e a qualidade dos processos de ajuda mútua contra a racionalidade construtiva de empreiteiras. No segundo, ambas vão reivindicar a reversão da intervenção estatal em prol de empresas privadas e a participação da sociedade organizada na definição de políticas públicas de habitação social. A ação de personagens isolados na transmissão destes significados entre São Paulo e Uruguai não faz sentido sem este pano de fundo [73].

No Brasil, estes novos significados do mutirão precisavam se formar dentro das restrições impostas pelo autoritarismo do Estado tanto na legislação contra cooperativas autônomas (principalmente na habitação) quanto na generalização da autoconstrução clandestina como controle do custo de vida das massas trabalhadoras. No entanto, sem renovar o sentido de nossas velhas palavras seria impossível ao mutirão (uma palavra de origem indígena) combater estas restrições autoritárias. Sem que os movimentos sociais brasileiros manuseassem novos significados, muitos dos sucessos obtidos na legislação urbana e cooperativista, por exemplo, não existiriam [74].

Resta ainda quase intocado o enfrentamento da nossa autoconstrução periférica, mas as iniciativas que, em São Paulo, puseram uma cunha autogestionária nesta questão são igualmente devedoras de sentido ao cooperativismo de habitação uruguaio. Pelo menos é para esta idéia que convergem diversas pesquisas que analisam a formação do mutirão autogerido em São Paulo:

Faz-se necessário então remontar algumas matrizes de referência que auxiliaram a verificar como o binômio mutirão/autogestão havia sido apropriado pelos movimentos sociais [...] o processo de provisão habitacional instaurado no Uruguai desde o final dos anos 60 acabaria compondo talvez a principal referência para a construção desse imaginário autogestionário de produção de moradias (Lopes; Rizek, 2005: 8-9).

As cooperativas uruguaias, organizadas em torno da Fucvam e assessoradas pelo CCU (*Centro Cooperativista Uruguayo*), acabaram se tornando o principal modelo de organização dos mutirões autogeridos dos movimentos de moradia de São Paulo (Arantes, 2002: 182).

A influência do cooperativismo uruguaio no surgimento de propostas autogestionárias na luta por moradia foi enorme, tanto pelos excelentes resultados alcançados em termos de qualidade, custos e participação popular como por apontar uma proposta habitacional alternativa numa conjuntura onde se buscava novas soluções [...] a experiência uruguaia influenciou, na verdade, todos os segmentos que buscavam alternativas, como o movimento da Zona Sul, de São Bernardo e os órgãos como o Laboratório de Habitação (Bonduki, 1992: 35-36).

73 Devo esta observação ao “*coordenador de proyectos*” da Fucvam, Javier Vidal.

74 “Para que um povo oprimido por séculos saiba expressar a transformação social, é preciso inventar uma pedagogia que ainda ensine que o impossível é possível” (Arantes, 2002: 224).

A última citação dá oportunidade para desdobrar a importância do cooperativismo uruguaio nos “três segmentos” que Nabil Bonduki menciona e que são os núcleos fundadores dos novos sentidos do mutirão em São Paulo.

1) O “movimento da Zona Sul” refere-se às organizações de bairro que se unificaram num movimento de moradia após a invasão de uma gleba pertencente ao IAPAS na periferia sudoeste da cidade - a Fazenda Itupu - em setembro de 1981. A mobilização resultou em conquistas de terra e financiamento junto ao poder público para implantação de mutirões e levou à realização do já referido “1º Encontro dos Movimentos de Moradia - por um cooperativismo de ajuda-mútua e autogestão”, cuja coordenação central se tornaria o antecessor de entidades supra-regionais como União dos Movimentos de Moradia e Fórum dos Mutirões.

2) “São Bernardo” refere-se à Associação Comunitária de São Bernardo, formada em 1983 para gerir o fundo de greve do Sindicato dos Metalúrgicos e que promoveu um mutirão - a Vila Comunitária - com financiamento da companhia estadual que viria a ser a atual CDHU. Os resultados da experiência liderada pelo arquiteto uruguaio Leonardo Pessina acabariam estendendo para o interior do Estado os programas de mutirão (Gohn, 1987).

3) O “Laboratório de Habitação” da Faculdade de Belas Artes se tornou a principal referência em São Paulo da aproximação do ensino de arquitetura em relação à “cidade real”, até ser fechado pela direção da faculdade em 1986. Estabeleceu um marco inicial para a militância dos arquitetos pelo mutirão autogerido ao prestar apoio técnico à urbanização da favela Recanto da Alegria (Bonduki, 1992), formando diversos profissionais que posteriormente trabalhariam em assessorias técnicas de mutirão e administrações do Partido dos Trabalhadores [75]:

* * *

Os empreendimentos autogeridos de habitação social em São Paulo - os mutirões - precisam ser entendidos antes e depois da administração municipal de Luíza Erundina, ponto final e ponto alto do período de 1982 a 1992, que é o período formador dos canteiros autogeridos em São Paulo. Não se quer com isso rebaixar a importância de iniciativas ocorridas em outras administrações, mas apenas assinalar um momento de inflexão que deu significado comum às experiências anteriores

75 “O Laboratório funcionava em moldes semelhantes à disciplina integrada do primeiro ano [da FAU/USP, ministrada sob coordenação de Rodrigo Lefèvre com um programa que visava democratizar o desenho arquitetônico] e, por outro lado, era inspirado na cooperativa do sindicato de arquitetos de São Paulo (que também dava apoio a grupos de sem-teto) e no cooperativismo uruguaio, tendo, assim, objetivos mais ambiciosos: implementar concretamente suas iniciativas e interferir na política habitacional da cidade” (Arantes, 2002: 179).

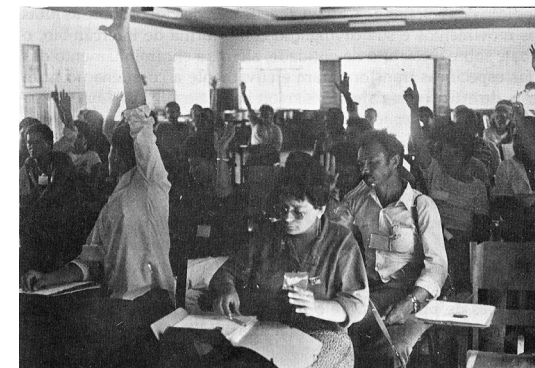


Imagem 36: 1º Encontro dos Movimentos de Moradia

O evento de 1984 reuniu os movimentos de moradia da cidade em torno de temas do cooperativismo uruguaio (Bonduki, 1992)



Imagem 37: Favela Recanto da Alegria

A foto mostra obras de pavimentação da urbanização da favela em 1984, que teve apoio técnico do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes (Bonduki, 1992)

(principalmente da administração Mário Covas) e que incorporou o mutirão autogerido como legado às três administrações municipais completadas até a presente data de 2006 - Paulo Maluf, Celso Pitta e Marta Suplicy -, legado a ser reprimido pelo primeiro ou modificado pela última, mas não reinventado.

Também é preciso ver que o elemento constituinte deste ponto de inflexão não foi apenas um quadro de governo específico que assumiu o poder municipal em 1989, mas sua correspondência a grupos técnicos e movimentos de moradia cuja organicidade e capacidade de mobilização vinham crescendo desde 1982, com os pólos de formação mencionados. Talvez uma das maiores inflexões ocorridas na administração Erundina tenha sido a transformação que estes mesmos movimentos organizados sofreriam posteriormente, passando de entidades autônomas da sociedade civil a partes cada vez mais interessadas no destino de máquinas partidárias e, portanto, igualmente inseridas em suas crises de representatividade política.

A marca que seria, isso sim, específica da administração Erundina apareceria logo após a posse do novo secretariado, quando, em fevereiro de 1989, a nova equipe da Secretaria de Habitação divulga um “Programa de Ação Imediata” [76]. Entre as “diretrizes gerais” para a ação da secretaria na provisão de habitação social consta o seguinte:

Nos novos projetos habitacionais será dada prioridade à demanda organizada pelos movimentos de luta por moradia ou de urbanização de favelas [...] As cooperativas de habitação ou associações comunitárias de construção geridas pelos próprios associados, assim como as entidades de assessoria à habitação popular e de desenvolvimento tecnológico reconhecidas publicamente, receberão apoio e estímulo da administração municipal (*apud* Ronconi, 1995: 20)

Este “apoio e estímulo” às entidades que integravam os movimentos organizados de moradia provocou uma dupla transformação da estrutura de ação da secretaria: um sistema de financiamento interno à esfera do governo municipal e um sistema de gestão participativa de seus recursos.

Para o sistema de financiamento municipal, recuperou-se um fundo público herdado pela Sehab de suas origens na assistência social: o Funaps - Fundo de atendimento à população moradora de habitação subnormal, cujo uso se limitava até então ao auxílio a moradores favelados (ver a respeito Gomide; Tanaka, 1997). O uso de recursos de um fundo público tinha uma dupla vantagem para uma gestão democrática: estava desvinculado das contingências e anualidades do orçamento municipal e previa a participação da sociedade organizada através de conselhos gestores, impedindo que esta se confundisse com a função executiva de governo. Desta forma, a flexibilidade operacional do fundo é balanceada com a composição de forças sociais em sua gestão, e o Funaps se tornou ponto de articulação de diferentes programas de atendimento e promoção à habitação social da Sehab, em que um deles, o apoio a associações comunitárias de construção, se tornou o mais destacado:

76 Programa que, segundo Reginaldo Ronconi, precisou ser redigido na casa de um dos signatários por não haver computadores na Sehab.

Dentre os diversos programas no âmbito da gestão e particularmente aqueles lastreados no Funaps - da aquisição de terras através de Decreto de Interesse Social (que se mostrou um processo dispendioso e ineficiente) à atuação em situações de risco nas favelas, passando por programa de urbanização comunitária Urbanacom - de fato o programa de provisão habitacional por mutirão, chamado Funaps Comunitário (ou Funacom) foi aquele que recebeu maior destaque (Carvalho, 2004: 32).

À medida que a partilha de poder entre governo e sociedade civil se mostra como uma característica inerente à gestão de um fundo público, reduzir sua participação nos gastos de governo (ou impedir que capte recursos) se torna um sinal claro de uma administração de propósitos centralizadores. A Tabela 5, elaborada por Rossella Rossetto, mostra o percentual dos empenhos com recursos do Funaps ao longo de 20 orçamentos anuais da Sehab (observando que, na prefeitura Covas, se usam dados de sua antecessora, a Sebes - Secretaria de Bem-Estar Social). É uma tabela que mede, portanto, o grau de compromisso democrático de cada administração municipal na gestão de sua política habitacional:

Tabela 5 - Participação do Funaps no orçamento da Sehab e deste no orçamento total da PMSP - 1984-2002

Administrações	Covas		Jânio			Erundina				Maluf				Pitta			Suplicy		
Balanco anual	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02
% Fundo / Total Sehab	3	2	20	35	23	41	53	56	77	70	23	8	9	11	6	3	12	10	11
% Sehab / Total PMSP	0,3	0,2	1	2	1	2	3	4	4	2	2	2	4	3	4	4	4	3	3

Fonte: balanços anuais da PMSP; elaboração: Rossella Rossetto (Rossetto, 2003: 43)

A singularidade da administração da Sehab entre 1989 e 1992 está destacada na tabela. Em 1991, ano em que o orçamento da Sehab chegaria pela primeira vez a 4% do orçamento municipal (porcentagem que não seria mais superada), os recursos do Funaps ultrapassavam a metade (56%) do orçamento empenhado pela secretaria. No ano seguinte, seriam mais de três quartos (77%).

Fora deste período, duas outras coisas são notáveis. A primeira é que a participação de 70% do Funaps nos empenhos da Sehab no primeiro ano da administração Maluf foi determinada pelo orçamento do último ano da administração Erundina. A segunda é que o retorno do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de São Paulo nas eleições municipais de 2000 não significou uma recuperação do fundo municipal de habitação em 2001 e 2002 (a tabela, elaborada em 2003, não inclui os anos restantes da administração Marta Suplicy).

Quanto à transformação no sistema de gestão na administração Erundina, ele estava implicado no próprio volume de uso do Funaps entre 1989 e 1992, que facilitava a celebração de convênios com

entidades privadas [77]. Para o programa de mutirões, o financiamento subsidiado acontecia mediante convênio com as associações de construção comunitárias, que contratavam o assessoramento técnico junto a entidades sem fins lucrativos cadastradas na Sehab e se submetiam, para obtenção das parcelas do financiamento, à supervisão e medição de produtividade por parte da Superintendência de Habitação Popular da Sehab. Alguns depoimentos dados a Ana Amélia Silva em 1994 desfazem a dúvida se a presença governamental nos ciclos de liberação e supervisão dos recursos caracterizariam uma co-gestão de recursos entre prefeitura e associação, comprometedor do caráter autogestionário de um movimento de mutirão:

[Depoimento de Leonardo Pessina] Entendo a autogestão como um processo pelo qual se repassam os recursos públicos para comunidades organizadas, associações, movimentos de sem-terra, cooperativas etc., que passam a administrar e gerenciar esses recursos de acordo com certas normas e no interior de programas negociados em conjunto. Isso não quer dizer que não haja parceria com o poder público, mas nem por isso deve ser chamada de co-gestão [Depoimento de Reginaldo Ronconi] O que quer dizer autogestão? É a gestão de uma empresa pelos trabalhadores. Então, quando os mutirantes se propõem a construir as suas casas por eles mesmos, isto não constitui, para mim, nem mesmo uma dúvida semântica. Eu acho que a questão é de fundo político mesmo. Alguns grupos no governo achavam que a gente estava abrindo demais, quer dizer, perdendo demais o controle. Acredito que as regras, o controle pautado por regras, em hipótese alguma desmerecem o processo de autogestão (Silva, 1994 *apud* Carvalho, 2004: 172)

De qualquer forma, o controle governamental de uma obra que se caracteriza pela autogestão produziu uma nova organização dos órgãos de gestão da política habitacional da prefeitura, que Reginaldo Ronconi define como “um colegiado com estrutura matricial, para operacionalizar as decisões e realizar democraticamente as discussões” (Ronconi, 1995: 25). Neste organograma em matriz, as diretorias de obras, projetos, planejamento e regularização fundiária se cruzam com escritórios regionais da Sehab e criam pontos de controle dos mutirões ao mesmo tempo abrangentes e regionalizados. Sobre este organograma, foi possível para a Sehab contratar diversas obras por empreiteiras e introduzir até mesmo o que posteriormente se tornaria uma necessidade permanente em seu funcionamento, que é o gerenciamento privado. Era um formato de gestão que desfazia assim uma falsa polêmica:

Um lado afirma a viabilidade do mutirão enquanto outro defende a construção maciça de moradias por empreiteiras. Essa polêmica é um dos indicadores da identificação entre Estado e classe dominante (nesta situação representada pelas empreiteiras), ou não teria razão de ser, pois o movimento popular não reivindica o fim das empreiteiras, mas a viabilização do mutirão” (Ronconi, 1995: 10).

77 As contestações judiciais a este respeito, impostas posteriormente ao 1º escalão da Sehab por parte do Tribunal de Contas do Município, dizem respeito apenas à “incompatibilidade ideológica” mencionada pelo jurista José Gediel na citação à página 78 desta dissertação.

A última frase - “o movimento popular não reivindica o fim das empreiteiras, mas a viabilização do mutirão” - repõe na habitação social deste período as discussões que Paul Singer faz a respeito da coexistência possível e necessária entre cooperativas e empresas capitalistas no subcapítulo 1.3. As transformações no sistema de financiamento e gestão da Sehab na administração Erundina não implicaram que recursos deixassem de ser licitados para empresas privadas. Elas estabeleceram que estas não seriam as únicas formas empresariais em que se basearia a política pública de habitação e que era preciso reconhecer a diferença entre socializar o poder e privatizar o poder:

Se o objetivo do grupo é produzir moradia para seus associados – moradia de qualidade a um custo socialmente justo – e se também seria objetivo do Estado mediar condições para que a provisão de moradia de boa qualidade e preço justo se realize como um de seus papéis, então, coadunando objetivos, estabelece-se um padrão de relação entre grupo e Estado diferente daquele estabelecido entre Capital e Estado [...] Isto é, trata-se de *um partilhamento de um poder fracionado e não de uma parceria privatista de um poder centralizado* (Lopes; Rizek, 2005: 20-21).

Foi muito, então, o que se perdeu quando a administração Maluf iniciou a descapitalização do Funaps e estabeleceu que a única parceria da prefeitura na gestão da política urbana se daria com empresas privadas de gerenciamento, projeto e construção (parceria cujo ponto alto é analisado em Fix, 2001). O Funaps foi posto à parte do principal e quase exclusivo programa habitacional da Sehab, o “Programa Cingapura”, que implantava edifícios multifamiliares em áreas faveladas através de empreiteiras cuja fiscalização era feita diretamente pelo gabinete da secretaria [78].

O financiamento do Cingapura provinha do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, e impunha uma contrapartida municipal que consumia mais da metade do orçamento da Sehab (Rossetto, 2003). A participação deste banco multilateral na gestão do programa acrescentou ao centralismo do poder governamental métodos gerenciais da iniciativa privada, numa combinação que dificilmente será revertida na administração municipal (Arantes, 2004a).

O abandono do Funaps confirmava então que a competição mais dura que os empreendimentos autogeridos precisavam enfrentar com as empresas capitalistas era no acesso aos fundos públicos:

É justamente a derrota na disputa por fundos públicos e políticas públicas que tem imposto grandes limites à experiência autogestionária dos mutirões, dado seu vínculo orgânico à disponibilidade de fundos públicos e políticas que lhes dão suporte. Sua força e debilidade residem nesse vínculo estrutural entre autogestão e Estado. Força porque carrega consigo a virtualidade de uma política pública, um sentido de direito social e universalidade, e debilidade porque sofre imensamente com os revezes políticos,

78 Ainda que o Cingapura, por suas características, seja um programa definitivamente fora do foco desta dissertação, a construção de um conjunto de 19 blocos de edifícios por parte do programa na área central da gleba de Vila Nova Cachoeirinha, anteriormente destinada a área de lazer, tornará necessário voltar ao assunto no estudo de caso.

mudanças de gestão, interrupções de financiamentos e práticas kafkanianas de um estado cartorial (Arantes; Diniz; Tone; Lopes, 2005: 50) [79].

Em 1994, a lei municipal 11.632 converteu o Funaps em “Fundo Municipal de Habitação” (FMH) e instituiu como único operador deste fundo uma empresa notória por seu centralismo na habitação social de São Paulo: a Cohab/SP, a empresa de economia mista da qual a Prefeitura de São Paulo é proprietária de 99% das ações preferenciais.

A atuação da Cohab anterior à criação do FMH, quando operava quase que exclusivamente recursos do SFH, já tinha deixado patente a incompatibilidade de seus métodos de gerenciamento com a participação da sociedade organizada na gestão do financiamento público da habitação. Nabil Bonduki relata da seguinte forma os obstáculos enfrentados nos anos 1980 pelos movimentos de moradia que acessavam os programas de moradia social do BNH através desta empresa municipal:

A prefeitura e a Cohab buscaram limitar ao máximo o poder dos usuários. Se por um lado a prefeitura teve de responder aos movimentos comprando-lhes terra, por outro fez com que eles caíssem numa estrutura administrativa que não era sensível às suas propostas, já que elas contrariavam sua mecânica centralizada de decisão e funcionamento [...] A ação da Cohab foi a de tentar sistematicamente negar ou colocar obstáculos às propostas mais autogestionárias dos movimentos, procurando tratá-los como uma clientela de programas definidos por ela própria (Bonduki, 1992: 49).

A primeira consequência da transferência da operação do FMH para uma empresa privada é o estreitamento dos limites para a prefeitura praticar uma política de subsídios habitacionais, que é decisiva para conferir caráter público a qualquer política de moradia social:

Enquanto o Fundo esteve na administração direta, era entendido como cumprindo um papel eminentemente social. Dificilmente com as regras estabelecidas para o financiamento das unidades, associadas à maneira de administrar de uma empresa, haverá o atendimento da população inicial do fundo, aquela de renda inferior a 5 salários mínimos. Não porque isso deva ser imutável, mas porque são nestas faixas de renda que se concentra o déficit habitacional urbano (Rossetto, 2003: 70).

A administração dos recursos pela Cohab, supostamente mais ágil do que na Sehab, acabou provocando uma série de obstáculos a esta mesma agilidade, a começar pela duplicação de diretorias e instâncias decisórias entre a administração direta e indireta, além da cobrança de taxas administrativas para intermediar recursos de um fundo público. O próprio repasse de valores entre o fundo e a Cohab se burocratizou, uma vez que deve se submeter à legislação que fiscaliza o aumento de capital nas sociedades anônimas.

79 Um dos autores deste artigo escreve o seguinte em 2002: “se a política de mutirões tivesse tido continuidade desde a gestão de 1989-1992, certamente estaríamos noutro patamar, consolidando mais espaços de negação da construção civil capitalista” (Arantes, 2002: 219).

O resultado mais grave, e independente de questões relativas ao desempenho contábil, diz respeito ao controle público do FMH, uma vez que as operações financeiras da Cohab estão fora do sistema de prestação de contas da prefeitura municipal. É uma situação que mostra como as barreiras contra a democracia podem ser continuamente reinventadas pela centralização do poder:

Depois da informatização do orçamento, da Internet e, especialmente, depois da lei de responsabilidade fiscal, tornou-se mais fácil um cidadão controlar as despesas de qualquer dotação da prefeitura do que entender onde estão sendo gastos os recursos do fundo municipal de habitação” (Rossetto, 2003: 63).

João Marcos Lopes e Cibele Rizek (Lopes; Rizek, 2005) falam por todos que já tiveram contato com a “impecabilidade do processo burocrático” exigida pela Cohab nos projetos de habitação social, de cujo financiamento ela é apenas a intermediadora, quando mostram que os “processos de análise e revisão de projetos intermináveis” que resultam deste controle - inconstantes, obscuros, casuístas - são em todos os aspectos o inverso do que deve ser um controle público [80].

O controle externo de um empreendimento autogestionário se torna efetivamente uma contradição, cuja explicação está além da própria gestão administrativa, pois, ao poder centralizado não interessa mais anular o mutirão, mas sim submetê-lo à suas benesses:

Se, numa outra vertente, o poder público é simpático à implementação da prática [do mutirão], também daí deriva uma avaliação falha, uma vez que é obscurecido, nos meandros das rotinas operacionais, o caráter *político* da prática, diluindo as dimensões efetivamente autogestionárias no grosso caldo da prática clientelista” (Lopes; Rizek, 2005: 21 - grifo no original).

* * *

Em 2002 (ano do último balanço da Tabela 5), tive a oportunidade de trabalhar na Superintendência de Habitação Popular da Sehab [81]. Pude então verificar que os programas habitacionais do município de

80 Cumprem desta forma a previsão de Alexis de Tocqueville sobre a ameaça que a democracia cria a si mesma ao instituir como poder soberano um poder central administrativo: “Após ter assim tomado em suas mãos poderosas cada indivíduo e após ter-lhes dado a forma que bem quis, o soberano estende os braços sobre toda a sociedade; cobre-lhe a sua superfície com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniformes, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais vigorosas não conseguiriam aparecer para sobressair na massa. Não dobra as vontades - amolece-as, inclina-as e as dirige. Raramente força a agir, mas opõe-se frequentemente à ação. Não destrói, impede o nascimento. Não tiraniza - atrapalha, comprime, enerva, arrefece, embota. Reduz, enfim, cada nação a não ser mais que uma manada de animais tímidos e industriais, cujo pastor é o governo” (*apud* Lebrun, 1984: 93).

81 O desaparecimento e a burocratização deste escalão atingia níveis tão grandes que tive de concordar com uma colega que dizia: “aqui você vai aprender mais sobre superintendências do que sobre habitação popular”.

São Paulo na administração Marta Suplicy estavam organizados predominantemente em função de poderes centralizados, financiamentos internacionais e gestão partilhada unicamente com empresas de gerenciamento privado. Invertiam, portanto, os pólos onde se assentavam os programas habitacionais da primeira administração do Partido dos Trabalhadores:

1992	organograma matricial	fundo público municipal	gestão partilhada com movimentos sociais
2002	organograma centralizado	financiamento internacional	gestão partilhada com gerenciadoras privadas

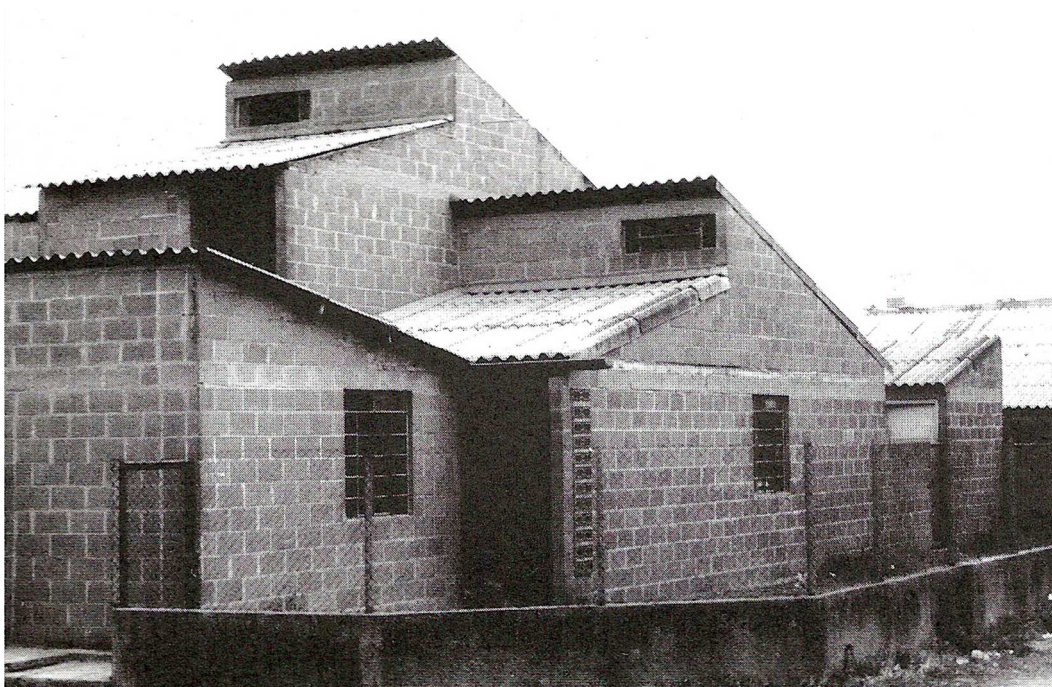
As condições institucionais em que o mutirão foi resignificado na administração Erundina se alteraram substancialmente: os fundos públicos municipais estão inoperantes e os controles de governo se fragmentaram pela imposição de padrões privados de gestão. Talvez tudo isso ainda seja reversível, mas parece ser mais difícil contornar a ausência para as “associações comunitárias de construção” de uma representação mobilizadora como a exercida pela Fucvam entre as *cooperativas de vivienda por ayuda mutua* uruguaias, uma vez que os movimentos de moradia de São Paulo correm o risco cada vez maior de se especializarem como forças de apoio dentro da política profissional brasileira. Se esta tendência se confirmar, aumentará ainda mais a distância entre os empreendimentos de moradia social por autogestão e os centros de decisão da política de habitação do município.

Este é o ponto atual da história dos mutirões de Vila Nova Cachoeirinha. Pode-se agora recontá-la, neste pedaço de São Paulo, desde seu início.

3. UM CANTEIRO POR AJUDA MÚTUA EM SÃO PAULO

Quando o Guilherme veio pra gente tinha aquele filmezinho dele, que ele ia, passava, mostrava em tudo que era favela [...] Aí ele passou o Projeto do Uruguai. Quando ele passa, então, ele explicou bem o que era Ajuda-Mútua, que a gente tinha que ajudar um ao outro [...] Nós ia saber o que era uma comissão de compras, nós ia construir a nossa casa, sabe? Ia ver o que era uma casa de boa qualidade, nós ia tomar consciência. E quando ele explicou tudo direitinho, ele com toda a calma, passando parte por parte do filme, a partir daquele momento eu sentia que o pessoal, assim, já tinha ficado encantado. Vimos que o Promorar não tinha nada a ver. Pensamos: agora nós vamos chegar lá! Aí todo mundo no ônibus: “a gente vai batalhar por esse projeto, a gente vai trabalhar pra esse projeto sair”. Nesse momento, a gente encostou junto do Guilherme e falou: “Olha Guilherme, você nunca mais vai deixar a gente”.

Jacira Rodrigues - Depoimento em “Arquiteto Pau-de-Arara”



Mutirão N. Sª da Penha, Vila Nova Cachoeirinha

3.1 VILA NOVA CACHOEIRINHA

Neste subcapítulo, a apresentação dos empreendimentos de habitação social de Vila Nova Cachoeirinha procura reconstituir os acontecimentos ligados às discussões do capítulo anterior sobre legislação para a autogestão, o enfrentamento da autoconstrução e as relações com as políticas e práticas de habitação social da prefeitura de São Paulo. Esta reconstituição também será uma ponte para a discussão, no próximo subcapítulo, sobre o assessoramento técnico nestes empreendimentos.

As informações que não aparecem na forma de citação direta são provenientes de depoimentos dados para esta pesquisa, dos quais destaco os dos moradores Raimundo Souza, Noemi Alves e José Batista, do arquiteto Henrique Reinach e do engenheiro Leandro Coelho. A legislação sobre a área foi conferida na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e as principais referências bibliográficas consultadas sobre Vila Nova Cachoeirinha são de Henrique Reinach (1984a; 1984b), AluÍzia Fonseca de Lima (Fonseca de Lima, 1989), Paulo Sérgio Souza e Silva (1989; 1998 [1991]) e Alexander Yamaguti (2003).

O mestrado de Paulo Sérgio Souza e Silva, “Morada evolutiva” (1989), tem o seguinte subtítulo: “Do Promorar ao Penha”. É uma referência ao programa do BNH que indica sua suplantação pelo projeto por ajuda mútua “Nossa Senhora da Penha”, realizado em Vila Nova Cachoeirinha entre 1985 e 1987, uma esperança daquela dissertação de que a política de habitação autoritária estivesse dando lugar a uma outra, participativa. No presente subcapítulo, a descrição de Vila Nova Cachoeirinha da perspectiva de 2006 é intitulada “Do Promorar ao Cingapura” e indica uma evolução mais cambaleante da habitação social em São Paulo.

A gleba municipal e os caminhos da Zona Norte

No início do século XX, o povoamento à margem direita do Tietê na altura da cidade de São Paulo se limitava às concentrações de casas e chácaras em Santana e Freguesia do Ó. Um século depois, a mancha urbana na região norte da cidade já atingia a linha de encosta da Serra da Cantareira com um arco de loteamentos clandestinos e favelas que parte do eixo rodoviário Anhanguera e chega até o eixo rodoviário Fernão Dias. É uma expansão cujos pontos de articulação se desvincularam daqueles antigos povoamentos formados nas margens do Tietê opostas ao centro histórico de São Paulo.

Os empreendimentos habitacionais por ajuda-mútua que são estudo de caso desta dissertação ocuparam a gleba municipal de Vila Nova Cachoeirinha entre os anos 1980 e 2000 e foram

provavelmente a última expansão urbana significativa ainda conectada às centralidades de Santana e Freguesia do Ó. Na verdade, a primeira geração de integrantes da Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha era de moradores das últimas áreas livres do Jaçanã, isto é, saíram da mais distante região-satélite de Santana para a mais distante região-satélite da Freguesia do Ó.

A ocupação de Vila Nova Cachoeirinha era assim o último ponto da ligação urbana de mais de 250 anos entre a Freguesia de Nossa Senhora do Ó e o centro de São Paulo.

* * *

Diferentemente dos relatos de exaltação que acompanharam a história da “Ponte Grande” que unia o centro de São Paulo ao diversificado núcleo urbano de Santana (onde hoje está a Ponte das Bandeiras), a ponte pouco nomeada que ligava a economia rural da Freguesia do Ó à “cidade” se caracterizava pela precariedade desde sua primeira menção em Ata da Câmara de São Paulo, datada de 3 de fevereiro de 1741:

A Câmara incumbe a três pessoas, Manuel João, Diogo Rodrigues e Francisco Rodrigues da Costa, a que tomassem a seu cargo a ponte do Tietê, caminho de Nossa Senhora do Ó [...] Para tal serviço aprazariam os moradores vizinhos a que concorressem com seus membros, sob pena de multa e cadeia (*apud* Barro, 1977: 17) [82].

A ponte para Freguesia do Ó era parte de um trajeto com poucas derivações nas duas margens do Tietê chamado “Caminho do Manuel Preto”, nome que perpetuava a lembrança do traficante de escravos indígenas e dono na primeira metade do XVII de uma fazenda que ocupava praticamente tudo o que hoje é a Zona Norte de São Paulo [83]. No começo do século XX, esta memória bandeirista foi sobreposta de chofre pelas homenagens da industrialização, quando todo o caminho ganhou o nome oficial de “Santa Marina”, fábrica de vidros até hoje instalada no início deste caminho, no bairro da Barra Funda. Até 1954, este trajeto mantinha a única ponte para a Freguesia de Nossa Senhora do Ó, ainda de madeira. Foi demolida após a construção, 500 metros à montante do Tietê, da atual ponte Nossa

82 Para esta ponte, construída pelos próprios moradores da região “sob pena de multa e cadeia”, foi instituído um pedágio que durou até o século XIX.

83 “O ápice da fazenda deve ter sido alcançado após os anos 1623-1624. Naquela época Manuel Preto, retornando dos célebres massacres nas reduções jesuíticas do Guairá, chegou a ter mil índios trabalhando nas suas terras. Alguns vieram acorrentados pelos lábios” (Barro, 1977: 38). A igreja de Nossa Senhora do Ó ocupa o terreno originalmente dedicado à capela desta fazenda e foi consagrada em 1630 depois da seguinte negociação: “em troca das doações” da capela e terras adjacentes, Manuel Preto “tem assegurada a posse da igreja para seus filhos em linha direta, mais a obrigatoriedade de cinco missas anuais pela sua alma” (Barro, 1977: 36).

Senhora do Ó. Restou a Avenida Santa Marina, seguindo uma única numeração em dois trechos separados pelo canal do Tietê.

Depois da inauguração da nova ponte Nossa Senhora do Ó, o jornal “A Gazeta” de 4 de agosto de 1956 publica o seguinte:

Para chegar à Freguesia, o paulistano de 1956 dirige-se ao Largo do Paissandu, entra numa fila que a certas horas mede 50 braças e depois de aborrecer-se durante 60 elásticos minutos, aboleta-se em desconjuntado ônibus [...] A viagem leva três quartos de hora. Paga três cruzeiros e meio, mas pode admirar algo de novo, ou melhor, algo de velho. Da Barra Funda para diante, o carro mete-se por um aterro que, segundo parece, ainda não está concluído. Roda para a ponte há pouco inaugurada sobre o Tietê. Antes, porém, de lá chegar, há uns pontos movimentados onde caminhões descarregam lixo [...] O ônibus salva a ponte, dá uma volta e entra-se afinal pela estrada da Freguesia do Ó [...] Lá em cima, as vorazes cavadoras mecânicas, tirando aterro, deixaram descobertas e nuas algumas pedras superpostas que lembram dolmens, esfinges. Dali partem estradas primitivas, às vezes lamacentas, onde os veículos atolam (*apud* Barro, 1977: 22-3).

Estas “estradas primitivas” são as que partem das extremidades da avenida Nossa Senhora do Ó, avenida que corre paralela à margem direita do Tietê no que era o limite de sua área inundável. Da extremidade leste, junto ao córrego do Mandaqui, parte a estrada que hoje se tornou a avenida Deputado Emílio Carlos. Da extremidade oeste, do Largo da Matriz de N. S^a do Ó, parte a ainda hoje denominada Estrada de Itaberaba. Ambos os caminhos convergem de cada lado do córrego Cabuçu até se encontrarem em torno de 4 km ao norte, num ponto de cruzamento próximo de sua cabeceira. Lá, encontram também uma terceira estrada, hoje Avenida Imirim, proveniente de Santana. Neste cruzamento das vias de penetração da zona norte da cidade formou-se uma primeira concentração urbana no cinturão verde de chácaras e sítios da região.

Lá se instalou a partir de 1930 uma comunidade de japoneses e descendentes em moldes semelhantes aos núcleos de pequenas propriedades rurais em Itaquera e Campo Limpo. Foi a fundação de uma associação de imigrantes japoneses em 1933, a “Associação Nipo-Brasileira de Vila Nova Cachoeirinha”, que deu pela primeira vez a designação oficial a esta região. Já a designação informal de “Largo do Japonês” para o centro comercial de Vila Nova Cachoeirinha se deve ao empório e depois loja de materiais de construção pertencentes a japoneses neste cruzamento de vias junto ao córrego do Cabuçu (Ponciano, 2004: 323).

Hoje, as principais linhas de ônibus municipais que ligam o centro de São Paulo à Freguesia do Ó e bairros adjacentes continuam a partir do Largo do Paissandu. Nelas, ainda é possível “admirar algo de novo, ou melhor, algo de velho”. A vitoriosa expansão do sistema viário sobre as várzeas do Tietê modificou o percurso destes ônibus logo que partem do Largo do Paissandu. Permaneceram trafegando no eixo “da Barra Funda para diante” apenas os ônibus que buscam a Ponte do Piqueri. Após deixar o Largo do Paissandu, os ônibus que buscam as pontes da Casa Verde e de Nossa Senhora do Ó trafegam quase que inteiramente ao norte dos trilhos da Sorocabana, pelo corredor da Avenida Marquês de São Vicente. Do outro lado do rio, quase todos deixaram de percorrer os antigos caminhos



Imagem 38: Sistema viário entre Santana e Freguesia do Ó

Centro de Vila Nova Cachoeirinha assinalado sobre mapa do Guia 4 Rodas 2005 da editora Abril, com a região central da cidade de São Paulo destacada no canto inferior direito. Observe-se a convergência de diversas vias da zona norte de São Paulo na cabeceira do córrego do Cabuçu, hoje canalizado sob a av. Inajar de Souza. Os círculos concêntricos que irradiam da região da Sé marcam distâncias de 1 Km, como é característico deste guia.

altos e tortuosos que circundam o Largo de Nossa Senhora do Ó. Agora, se concentram na via de fundo de vale da Avenida Inajar de Souza, canalização do córrego do Cabuçú que abriu frente para as típicas ocupações de espaços rodoviaristas (comércio de veículos, postos de gasolina, supermercados), até chegar ao terminal de ônibus construído na administração Erundina, no ponto em que se cruzam os caminhos que partem de N. S. do Ó (estrada Itaberaba), do Limão (av. Dep. Emílio Carlos) e de Santana (av. Imirim). Este cruzamento é o centro de Vila Nova Cachoeirinha, distrito da atual Subprefeitura da Casa Verde onde, segundo projeções do censo demográfico de 2000, residem mais de 150 mil pessoas.

O relato jornalístico de 1956 fala de aterros vorazes e depósitos de lixo clandestinos nas imediações de um Tietê há pouco retificado. Nos anos 80, estes pontos de agressão ambiental já tinham se deslocado mais ao norte do rio Tietê.

Uma queda d'água marcava a região da cabeceira do córrego do Cabuçú e é provável que nos anos 1960 ainda fosse um ponto de lazer da pequena população das redondezas. Foi em torno desta cachoeira que se constituiu a gleba de terras dominiais da prefeitura da São Paulo [84].

Hoje, a queda d'água e o córrego não existem mais. Os moradores mais antigos das redondezas só se lembram deste talvegue seco por seu uso como aterro de material inerte administrado de forma precária pela empresa de limpeza pública municipal Limpurb. Muito do material retirado das movimentações de terra na calha do Tietê foi lá depositado. Outro uso, fartamente tolerado pelo governo municipal, foi o de lixão clandestino. Mais adiante se compreenderá a dimensão das conseqüências desta prática.

Segundo a impressão de Paulo Sérgio Souza e Silva no começo dos anos 90,

A drenagem natural é bastante comprometida pela ação antrópica, não havendo sequer indícios da queda d'água que teria dado nome à área e à avenida João dos Santos Abreu na sua denominação primitiva: estrada da Cachoeirinha. As águas convergem para uma galeria subterrânea, obstruída e subdimensionada, que corre *grosso modo* paralela à divisa sul do terreno [...] Inexiste no local vegetação relevante ou outros elementos notáveis no que se refere à paisagem. Sua aparência é medíocre” (Souza e Silva, 1991: 150).

A desapropriação desta gleba nos anos de 1960 por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo não aconteceu por uma motivação ambiental, fosse ela a preservação da cachoeira ou a criação do aterro sanitário. Ela se destinava a implantar o cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, equipamento que até hoje

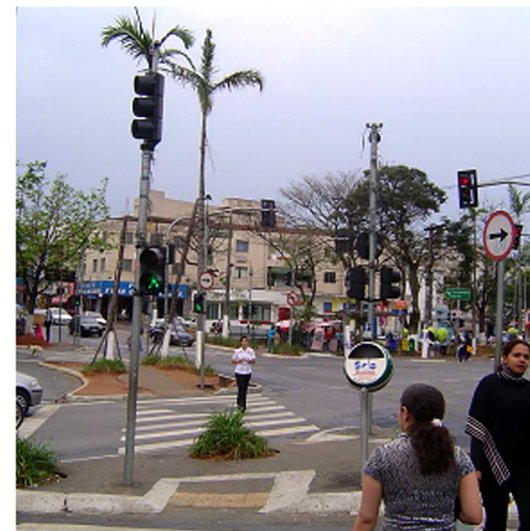


Imagem 39: Largo do Japonês

Local da convergência de caminhos da Zona Norte de São Paulo, popularmente conhecida como “Largo do Japonês”.

84 “A cachoeira era onde está hoje a maternidade do bairro” (Ponciano, 2004: 323).

parece superdimensionado [85]. O cemitério nunca ocupou mais do que a metade da gleba ao norte, mais alta e mais próxima do centro urbano do distrito.

Ao longo da década de 1970, a canalização do córrego do Cabuçu criou em pedaços sucessivos a Avenida Inajar de Souza, que se tornaria a principal ligação viária e de transporte público entre a região central da cidade e Vila Nova Cachoeirinha. A porção da área mais à oeste da gleba, lindeira à avenida Dep. Emílio Carlos no trecho em que se comunica com a avenida Inajar de Souza, foi reservada para a implantação da Maternidade-Escola da Prefeitura Municipal de São Paulo, construída em etapas, seguindo um consagrado projeto do Arq. Sigbert Zanettini. Na década seguinte, parte desta área, antes reservada para a expansão da Maternidade-Escola, foi destinada à construção de um Hospital Geral, que hoje funciona sob gestão estadual. Ambos equipamentos estão indicados no mapa da Imagem 40.

A área restante ao sul do cemitério será chamada por Paulo Sérgio Souza e Silva de “Complexo Vila Nova Cachoeirinha”. Do ponto de vista urbano, o Complexo, tão próximo de centros dinâmicos do distrito, se encontra confinado pelas extensas divisas de fundo do cemitério e dos hospitais, resultando num conjunto de 1100 metros na direção leste-oeste e 250 metros na direção norte-sul cujo arruamento serve apenas a trânsito local.

Em dezembro de 1982, assim que foi concluída a casa-modelo do “projeto Vila Nova Cachoeirinha”, a Câmara Municipal de São Paulo autoriza a doação desta área municipal para a Cohab/SP, formalizada pela Lei Municipal 9.577 de 6 de janeiro de 1983: “Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a doar à Cohab-SP área de propriedade municipal situada à av. João dos Santos Abreu [...] destinada à implantação de um conjunto habitacional e lotes urbanizados em conformidade com as diretrizes da Secretaria da Família e Bem-Estar Social - Fabes”. O decreto 19.243 de 17 de novembro de 1983 estabelece que os memoriais descritivos do programa Promorar seriam considerados “normas especiais para implantação de habitação de interesse social” a prevalecer sobre o antigo Código de Edificações de 1975.

Na foto aérea de 2005 que integra a Imagem 41, é possível verificar a seguinte associação entre a topografia da região e o arruamento que circunda a gleba: a rua Mendonça Jr, à oeste, é um divisor de águas e sua inflexão na rua Joaquim de Souza marca a crista dos sucessivos aterros que destruíram a queda d’água do terreno; a av. João dos Santos Abreu é uma linha de drenagem para o córrego do Cabuçu, que corre abaixo da av. Inajar de Souza. A numeração de 1 a 4 junto às fotos panorâmicas permite identificar na foto aérea o ângulo em que foram feitas.

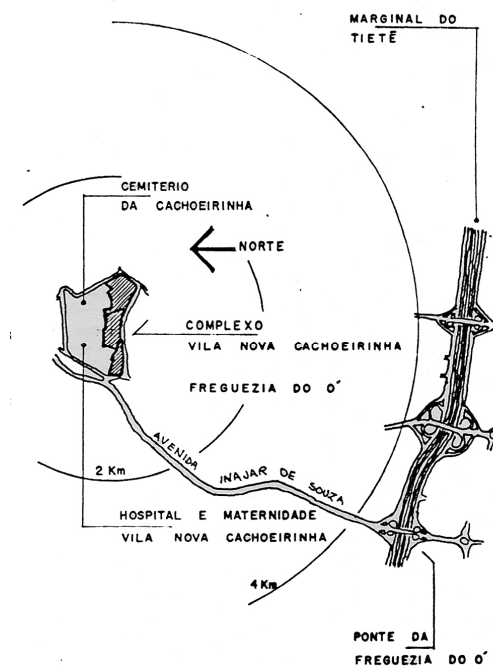
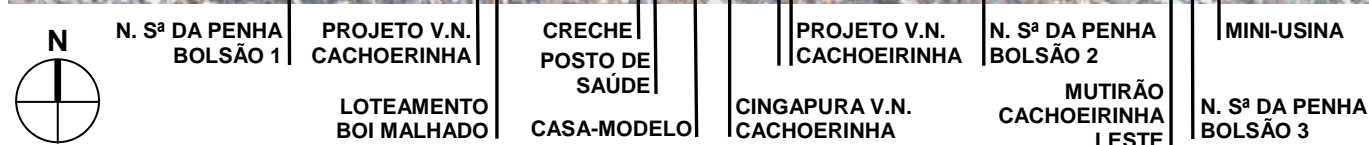


Imagem 40: Acesso a Vila Nova Cachoeirinha

Acesso à gleba de Vila Nova Cachoeirinha pela av. Inajar de Souza, em mapa elaborado por Paulo Sérgio Souza e Silva, cuja orientação horizontal, como se pode ver pelo desenho do rio Tietê, é Norte-Sul.

85 “O Complexo de Vila Nova Cachoeirinha constitui parte de gleba maior, objeto de desapropriação pelo município para implantação de cemitério.” (Souza e Silva, 1991: 149). Situação semelhante aconteceu na gleba desapropriada pela Prefeitura Municipal de São Paulo para a construção do cemitério São Luís, na zona sul da cidade. Um importante conjunto do Promorar foi construída em parte destas terras dominiais.



Mutirão Cachoeirinha Leste (foto: Peabiru)



Projeto N. S^a da Penha e Hospital Geral



Projeto V. N. Cachoeirinha e Cingapura



Projeto Vila Nova Cachoeirinha

Imagem 41: Paineil da gleba municipal de Vila Nova Cachoeirinha - escala aproximada de 1:7.000

Do Promorar ao Cingapura

Prólogo: as cooperativas uruguaias num “Super 8”.

“Parece incrível dizer que a figura de uma pessoa pode mudar o movimento de moradia, mas isso aconteceu”. Feitas todas as ressalvas do capítulo anterior sobre o que distancia as *cooperativas de vivienda* da evolução urbana de São Paulo, é difícil discordar desta declaração de Ermínia Maricato (Maricato, 1987: 31) sobre o principal defensor da união destas mesmas cooperativas a este mesmo meio urbano, o engenheiro Guilherme Coelho. Sua obstinação em divulgar a habitação por ajuda mútua e depois implementá-la em Vila Nova Cachoeirinha transformou o canteiro autogerido antes de tudo num fato consumado, passando por cima de possibilidades históricas. É significativo que a população que realizou o primeiro mutirão autogerido de São Paulo estava até então mobilizada para reivindicar vagas no programa Promorar. De fato, o movimento de moradia nunca mais seria o mesmo.

Impressiona também as recordações vivas que Guilherme Coelho deixou entre quem participou há 24 anos desta experiência em Vila Nova Cachoeirinha - e impressiona ainda mais quando se vê o mesmo entre os cooperados uruguaios que o conheceram. São recordações ligadas a fatos que se precipitaram com muita rapidez entre 1981 e 1982:

Em outubro de 1981, realizava-se no IPT o “Simpósio latino-americano de racionalização da construção e sua aplicação às habitações de interesse social”. A delegação uruguaia, presente ao simpósio, apresentou os resultados de uma experiência de dezessete anos com cooperativas habitacionais por ajuda-mútua. Com o objetivo de aprofundar as informações e conhecimentos sobre esta alternativa habitacional, o engenheiro Guilherme Henrique Pinto Coelho, pós-graduando da Escola Politécnica da USP, visitou o Uruguai em dezembro de 1981 (Reinach, 1984a: 7).

Nesta viagem, Guilherme Coelho registra imagens de cooperativas em construção ou recém-construídas com uma filmadora de bitola “Super 8”, sem gravação de som, então um meio mais acessível que a fita magnética para captar e, principalmente, reproduzir imagens em movimento.

Em São Paulo, o filme dá um novo rumo aos movimentos sociais urbanos organizados em torno de demandas por moradia. Para eles, uma proposta habitacional por autogestão permitiria casar a luta pela universalização dos serviços públicos com a luta contra o autoritarismo de um Estado ainda sob governo militar. Neste sentido, a decisão de Guilherme Coelho em não exibir o filme apenas para governantes ou para a tecnocracia da época conta tanto quanto o seu conteúdo. Ele organizou sessões

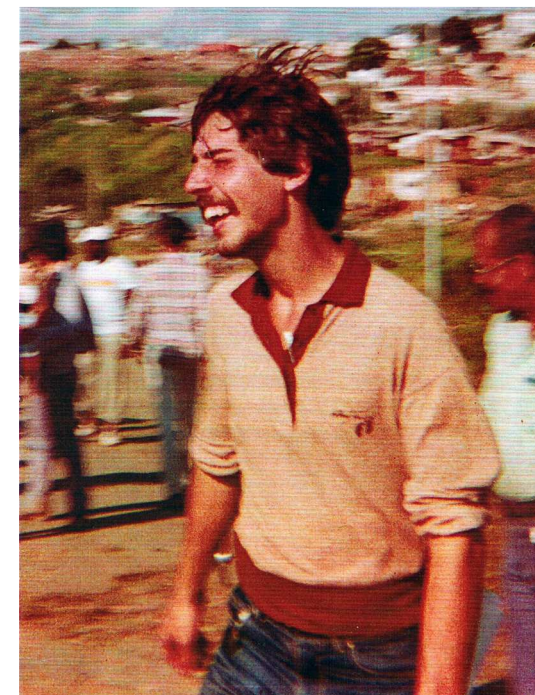


Imagem 42: Guilherme Coelho

Fotografia tirada durante a primeira limpeza de terreno de Vila Nova Cachoeirinha em março de 1982 (acervo pessoal de Sérgio Coelho).

para moradores de favelas e loteamentos clandestinos, associações de bairro, estudantes, políticos de esquerda e técnicos que começavam a militar por alternativas aos programas do BNH [86].

A atuação do engenheiro Guilherme Coelho [...] a partir de uma intensa exposição de um filme *super 8* das cooperativas uruguaias, consegue contaminar o imaginário das periferias e de engenheiros e arquitetos paulistanos no início dos anos 80 (Lopes; Rizek, 2005: 10).

Foi através dessa ação pontual e independente que o engenheiro Guilherme Coelho marcou a história dos mutirões ao divulgar na Vila Nova Cachoeirinha a experiência das cooperativas uruguaias. O intercâmbio com essa experiência e seus Institutos de Assistência Técnica se tornou mais intenso depois da visita de um grupo de arquitetos ao Uruguai em 1981 (Carvalho, 2004: 61).

Com um filme *super 8* debaixo do braço percorre as periferias, os gabinetes, as escolas tentando ganhar adesões. Foi o primeiro que tentou construir utopias” (Bonduki, 1992: 37).

Em fevereiro de 1982 este filme é exibido para 600 famílias moradoras na Zona Norte de São Paulo, num encontro arranjado por assistentes sociais da prefeitura. Estas famílias pressionavam a Cohab para serem incluídas nos programas de “moradia evolutiva” do BNH fazendo uso de dois instrumentos que começavam a operar desimpedidos na redemocratização brasileira: os protestos de rua e a imprensa. Em março começam as negociações com a Cohab para que este grupo ocupasse parte da gleba municipal de Vila Nova Cachoeirinha com um projeto por ajuda mútua.

Pouco tempo depois de iniciado o primeiro canteiro de ajuda mútua de São Paulo, em agosto de 1982, Guilherme Coelho morre num acidente de carro perto de sua casa, na Vila Madalena, quando se dirigia a uma reunião com as famílias da Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha.

O filme que ele realizou foi digitalizado em 2004 para a abertura do Seminário de Pesquisa “Políticas habitacionais, produção de moradia por mutirão e processos autogestionários”, o que permitiu reproduzir nesta dissertação as principais seqüências (que em conjunto será a Imagem 43). Como Guilherme Coelho costumava interromper a exibição de tempos em tempos para explicar aspectos da ajuda mútua presentes no filme, acrescentei alguns comentários que seriam possíveis para cada seqüência, muitos deles originados da re-exibição do filme para os cooperados uruguaios em 2006.

A leitura das imagens como um texto (da esquerda para direita, de cima para baixo) obedece à ordem do filme tal como aparece na versão digitalizada. As fotografias à direita dos textos explicativos foram feitas em 2006, tentando encontrar os mesmos ângulos das tomadas realizadas por Guilherme Coelho em 1981. Por elas, é possível avaliar o sucesso que as cooperativas tiveram em preservar as qualidades comunitárias cuja construção ficou registrada neste filme *Super 8*.

86 Muito diferente portanto do Programa Cingapura, que surgiu de um “*briefing*” de uma consultoria internacional para o 1º escalão da Prefeitura Municipal de São Paulo, posteriormente repassado para avalistas do BID.



O filme começa com a construção de painéis de tijolos maciços, técnica comum nas cooperativas uruguaias. Pode ser feito sobre solo nivelado, com uma guia simples. Exige relativamente pouco especialização e torna flexíveis os turnos de trabalho da ajuda mútua.



Pré-fabricação e construção artesanal na Covimt 9. O renque de casas mostra blocos (que serão revestidos com tijolos), marcos e batentes fabricados numa usina paga pelo financiamento das moradias. A escada de concreto moldado *in loco* mostra a importância da mão-de-obra externa, pois tem um desenho excepcionalmente elaborado.



Muito provavelmente estas são imagens da usina de pré-fabricação do CCU - "Centro Cooperativista Uruguaio". Mostra o transporte de peças deformadas pelos cooperados e um estoque de painéis de laje, responsáveis por uma das principais economias das obras por ajuda mútua.



O filme dedica um bom tempo para o que era apelidado de "Palácio das Direções" no Conjunto J.P. Varela, composto por várias cooperativas. Lá os diretores e membros de comissão se reuniam com técnicos para discutir a obra, o que deve ter chamado a atenção de Guilherme Coelho





Tipologias de sobrados em renque, que formam galerias cobertas por varandas e banheiros em balanço na “Zona 3” do conjunto J.P. Varela. Os painéis de laje, marcos e batentes são fabricados numa usina operada pelos próprios cooperados e que mais tarde seria desmontada. Esta usina fornecia os mesmos componentes para os edifícios multifamiliares abaixo.



As obras em concreto moldado *in loco*, que incluem os pórticos nos edifícios de 4 andares, foram realizadas por uma empreiteira. Os cooperados trabalharam nos vedos instalações e montagem dos componentes pré-fabricados. O filme dá atenção a esquemas de circulação por galerias soltas dos edifícios, com acessos diretos do térreo para o 2º andar.



Outra parte significativa do filme é dedicada à integração entre casa e área livre, com cenas de lazer em que não se distingue com precisão se acontecem num recuo privado ou num espaço coletivo.

A casa da “Mesa Intercooperativa 1” mostra o desencontro de águas de telhado característico dos projetos do CCU



O final do filme destaca os equipamentos coletivos erguidos pelas cooperativas da “Mesa 1”, como a escola (junto às bandeiras) e os serviços de saúde no térreo de um renque de moradias duplex, acessadas por uma galeria no 2º andar.



1982: Projeto Vila Nova Cachoeirinha

Como mencionado anteriormente, as 600 famílias que viram o filme “Super 8” de Guilherme Coelho em fevereiro de 1982 já formavam um grupo mobilizado para obter o financiamento do Promorar. O principal produto desta mobilização foi o compromisso da Prefeitura Municipal em ceder para estas famílias residentes em bairros da zona norte uma parte ainda desocupada da gleba de Vila Nova Cachoeirinha, entre o lixão semi-clandestino a leste e os fundos do Hospital e da Maternidade a oeste. É então fundada a Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. Após a intervenção de Guilherme Coelho, o segundo compromisso que este grupo obtém é que a Cohab, operadora dos financiamentos do Promorar, permita a construção das moradias por ajuda mútua.

Como uma contraprova de que a porta de entrada do cooperativismo uruguaio em São Paulo foi Vila Nova Cachoeirinha, uma das motivações para os técnicos da Prefeitura utilizarem o termo “ajuda-mútua” para este empreendimento, numa tradução direta da “*ayuda mutua*” uruguaia, era justamente se distanciar do antigo significado da palavra “mutirão”:

No mutirão a participação popular se dá apenas na fase de construção das moradias, ou seja, utiliza-se a força de trabalho do grupo na etapa de construção somente [...] Na ajuda-mútua, a população não é chamada a participar apenas na etapa construtiva, mas em todas as etapas do processo, desde a concepção do espaço urbano, passando pela discussão do projeto arquitetônico e definição dos regulamentos de trabalho [...] A população é co-responsável por todas as decisões, tomadas através de mecanismos democráticos (Reinach, 1984: 6).

Esta diferenciação só se tornou redundante quando o mutirão agregou ao esforço coletivo os valores organizacionais e políticos da autogestão, como visto no subcapítulo 2.2. No entanto, um elemento essencial da experiência uruguaia não seria incorporado ao mutirão - a pessoa jurídica cooperativa:

A criação de uma Cooperativa de Construção por Ajuda Mútua, juridicamente independente e que pudesse obter empréstimo para a construção diretamente do BNH, foi uma das primeiras reivindicações do grupo. Ao mesmo tempo, pensava-se em constituir paralelamente uma Cooperativa de Técnicos que assessorasse a população durante todo o transcorrer do projeto e da construção. Tal não foi possível, entretanto, pois a estruturação do sistema legal que rege a construção habitacional no país não permite a constituição de cooperativas com as características pretendidas. Dessa forma, a idéia de criação de uma Cooperativa de Construção por Ajuda-Mútua e de uma cooperativa de técnicos estava descartada como solução a curto prazo” (Reinach, 1984b: 25).

A equipe técnica formada era minúscula, com três assistentes sociais e o arquiteto Henrique Reinach cedidos dos quadros da prefeitura, além de Guilherme Coelho como técnico informal e não remunerado. O projeto proposto e sua execução serão objeto de uma análise mais atenta no próximo subcapítulo.

A absoluta novidade em organizar um mutirão que não fosse um acordo de familiares e vizinhos, além da dificuldade em formalizar o financiamento do Promorar, levou o modelo de ajuda-mútua a uma tipologia habitacional térrea, descartando as tipologias verticalizadas presentes no próprio filme de Guilherme Coelho. Um primeiro cálculo sobre o terreno - baseado em lotes de 5 x 15 m (75 m², que é

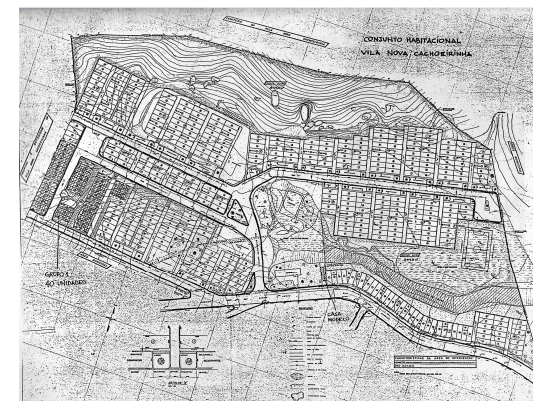


Imagem 44: Planta geral do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha”

A planta mostra a concentração do acesso por carro em poucas ruas, fazendo as casas se abrirem para caminhos de pedestres. Os lotes destinados às famílias da favela Boi Malhado são os mais distantes a oeste do acesso pela av. João dos Santos Abreu (Reinach, 1984a).

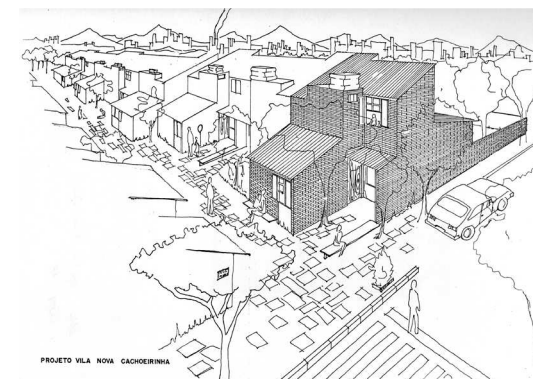


Imagem 45: Perspectiva do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha”

O desenho (publicado sem indicação de autoria em Fonseca de Lima, 1989) apresenta a unidade habitacional com as ampliações previstas para os recuos de frente e fundo (comparar com a Imagem 71).

2/3 do mínimo exigido pela Lei Lehman), onde se construiriam casas de 46 m², reduziu para 256 (de uma previsão inicial de 333) o número de famílias que fariam parte do que a Cohab chamava de “Projeto Vila Nova Cachoeirinha” (com a palavra “projeto” indicando aqui um caráter experimental ao empreendimento). “O critério adotado para proceder a seleção foi o da efetiva participação das famílias no movimento reivindicatório desde seu início” (Reinach, 1984b: 26) e foi executada por uma comissão interna da Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha, entidade que vai representar no plano jurídico das políticas de habitação a determinação de seus integrantes em “construir uma comunidade enquanto vai construindo moradias” [87].

Neste terreno já havia se instalado em 1980 uma pequena favela de 105 barracos. A incorporação destes moradores sem mobilização mais do que sem renda mostrava as divisões internas que atingiam a população demandatária de moradia em São Paulo.

Foi intenção dos técnicos integrar os dois grupos na mesma proposta de construção do conjunto habitacional, mas o grupo organizado da Cachoeirinha decidiu por soluções que fossem próprias a cada um deles e refletissem o grau de envolvimento ao processo de luta (Fonseca de Lima, 1989: 22).

As 1.504 pessoas que compunham o que se tornaria conhecido por “famílias do projeto” tinham uma inserção mais qualificada e de maior renda no mundo do trabalho. Mais de 50% destas famílias tinham renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos e, neste caso do “milagre brasileiro”, mais de 82% de seus chefes são assalariados com emprego formal. Quase todos os restantes se declararam como autônomos e apenas 1% se declarava subempregado ou com emprego instável. Já a mediana da renda familiar das 406 pessoas que compunham as “famílias da favela” era igual a 0,4 salários mínimos em 1984, o que em muito se deve à precariedade de suas fontes de renda, a exemplo do “lixão” que prosperava em conjunto com aterro de Vila Nova Cachoeirinha e que era fonte de renda para 20% destas famílias (Reinach, 1984: 13).

O contrato de financiamento com a Cohab só foi assinado em março de 1983, o que necessitou de pressões contínuas por parte das famílias do “projeto” [88]. Os conflitos que se seguiriam pelo poder de decisão sobre a obra já estavam todos concentrados num evento anterior, em que as famílias ergueram uma “casa-modelo” do projeto em setembro de 1982 para manifestar a viabilidade e, mais ainda, a competitividade da construção por ajuda-mútua. É o que diz Henrique Reinach em depoimento para Aluísia Fonseca de Lima:

87 Na expressão feliz da principal liderança da associação, Jacira Rodrigues.

88 “O caso de Vila Nova Cachoeirinha é um exemplo de como a Cohab conseguiu anular todas as propostas autonomistas do movimento” (Bonduki, 1992: 49).

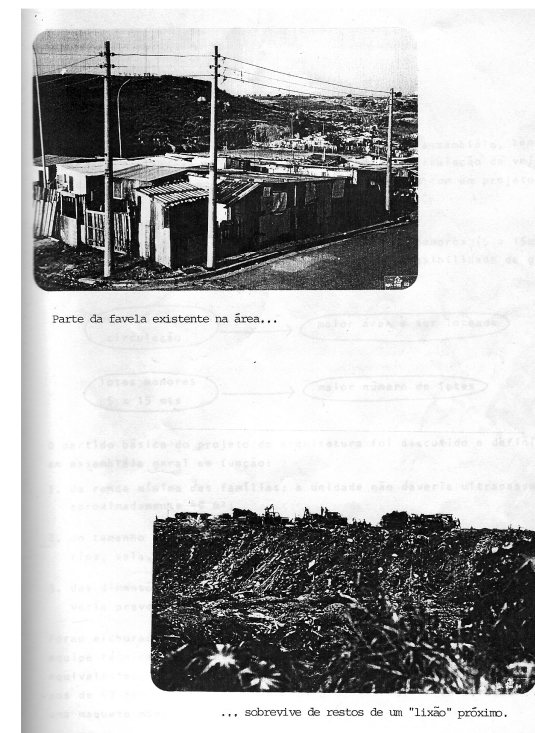


Imagem 46: Favela Boi Malhado e “lixão” de Vila Nova Cachoeirinha

Estas fotos, reproduzidas tal como aparecem na monografia de Henrique Reinach (Reinach, 1984a), são as únicas imagens publicadas da favela Boi Malhado e do “lixão” de Vila Nova Cachoeirinha. Os moradores da favela foram reassentados em lotes urbanizados distantes da av. João dos Santos Abreu (cujá guia é visível na foto) e o depósito semi-clandestino de lixo e entulho foi aterrado pela prefeitura de São Paulo.

A gente precisou fazer [a casa-modelo] quando teve o impasse com a Cohab, que não queria mesmo financiar o projeto, alegando que o custo do orçamento apresentado não era real, que, no fundo, esta casa precisaria de muito mais pra ser construída (Fonseca de Lima, 1989: 122).

A morte de Guilherme Coelho no mês anterior, somada aos entraves burocráticos sobre o financiamento, levaram esta população a uma aposta arriscada ao construir a casa-modelo, pois nem sequer estava formalizado um compromisso sobre o terreno em que ela seria assentada. Em três meses, a casa estava construída. Sua inauguração contou com a presença de jornalistas e do secretário de habitação da recém-empossada administração Mário Covas, num ato de apoio que não deixava de ter a ambigüidade do aliciamento político (ver a respeito Bonduki, 1992: 47). Para os participantes do primeiro canteiro por ajuda mútua de São Paulo, importava que era uma aposta ganha. O financiamento de todo o projeto aconteceria em 1983 e, em 1985, a última casa foi concluída.



Imagem 47: Construção da casa-modelo de Vila Nova Cachoeirinha (acervo pessoal de Henrique Reinach)

1985: Projeto Nossa Senhora da Penha

O “Projeto Nossa Senhora da Penha” foi o segundo empreendimento a ocupar a gleba de Vila Nova Cachoeirinha com financiamento do programa Promorar. Desta vez, a Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha contava com assessoria do arquiteto Paulo Sérgio Souza e Silva, funcionário da Empresa Municipal de Urbanização da prefeitura de São Paulo (Emurb). As 160 famílias que faziam parte desta etapa novamente foram mobilizadas em paralelo ao sistema de cadastramento da Cohab-SP e também impunham previamente a autogestão de projeto e obra:

Efetivamente, se o Penha existe é porque o governo municipal optou por atender à reivindicação de um grupo de 160 famílias, a maior parte delas então habitando uma favela situada na zona norte do município, a poucos quilômetros do local onde viria a ser implantado o empreendimento. Esse grupo estabelecia como premissa a adoção da ajuda-mútua (mutirão) como sistema de construção de suas futuras casas [...] Eram consideradas inaceitáveis para o grupo, também como premissa, soluções análogas àquelas produzidas pelo Promorar” (Souza e Silva, 1984: 35).

A mobilização em torno da autogestão inseriu estas famílias dentro do programa Promorar, mas também as levaram a uma posição de enfrentamento contra as políticas governamentais de habitação.

Cabe ainda ser esclarecido que o Penha foi se caracterizando, paulatinamente e por contingência, como um ‘projeto alternativo’, vale dizer, como algo que trazia implícito o questionamento a determinadas práticas então consagradas por setores da máquina oficial. Essa conformação não foi gratuita nem premeditada. Ela foi, na verdade, se desenhando ao longo do tempo, como uma reação espontânea aos obstáculos que se colocavam, um após outro, à viabilização do empreendimento (Souza e Silva, 1989: 38).

Paralelamente, acontecia também dentro da gleba uma autoconstrução muito mais convencional por parte dos moradores da antiga favela Boi Malhado, para os quais coube menos que uma “moradia evolutiva”, apenas um lote urbanizado pela prefeitura na parte mais alta do conjunto. Para Paulo Sérgio Souza e Silva, trata-se de uma sobreposição entre renda e mobilização:



Imagem 48: Casa-modelo de Vila Nova Cachoeirinha em 1983 (acervo pessoal de Henrique Reinach)

Os moradores dos projetos Vila Nova Cachoeirinha e Nossa Senhora da Penha possuem uma experiência existencial análoga: em ambos os casos as habitações foram edificadas mediante ajuda-mútua, o que pressupõe um patamar mínimo de organização. Suas histórias são semelhantes. O mesmo já não ocorre com os moradores do Boi Malhado, que vêm erguendo suas casas por autoconstrução, num processo que não implica na sua aglutinação em torno de objetivos comuns” (Souza e Silva, 1991: 153).

O mutirão começa em julho de 1985. A Cohab encomendou o desenvolvimento e a racionalização do projeto das unidades residenciais ao IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas -, num momento em que a Divisão de Edificações desta entidade se tornava uma frente de pesquisa sobre ajuda mútua em todo o Estado de São Paulo [89]. O projeto previa uma tipologia unifamiliar em renques e permitia uma densidade de ocupação um pouco maior do que a unidade do “projeto Vila Nova Cachoeirinha”. A ampliação planejada para ocupar o recuo frontal admitia desde o início o uso comercial de parte da habitação, o que precisou constar num decreto municipal, tal a restrição da Cohab a este uso misto [90].

Foram construídas duas casas-modelo para representar opções diferentes de ampliação da etapa inicial padronizada (e que estão representadas na foto de abertura deste capítulo). Uma possibilidade seria a ampliação vertical para um segundo pavimento, preferida pela equipe técnica da Cohab. Outra, a ampliação horizontal para os recuos de frente e fundo, preferida pelos futuros moradores (Souza e Silva, 1989: 36), o que hoje soa inútil, uma vez que as ampliações acabaram sendo muito mais intensas. Em todas estas variantes se utiliza a ventilação pelo desencontro das águas dos telhados, como nos projetos adotados em diversas cooperativas uruguaias.

A distribuição das 160 unidades na gleba precisou lidar com a descontinuidade dos espaços mais qualificados para construção. Foram criados três bolsões (identificados na foto aérea da Imagem 41). O bolsão 1, com 53 unidades, ocupou um terreno junto ao Hospital-Escola Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, anteriormente ocupado com um “sacolão” da secretaria municipal de abastecimento. O bolsão 2 e 3 ocuparam áreas próximas ao aterro que recobriu o “lixão” de Vila Nova Cachoeirinha e que foram consideradas pela Cohab estáveis para edificações térreas: o bolsão 2, com 48 unidades, uma área pequena, no encontro da saia do aterro e a avenida João dos Santos Abreu; e o bolsão 3, com 68 unidades, o começo de crista do aterro, com frente para a rua Joaquim Afonso de Souza. Esta divisão em áreas fracionou a mobilização da população a ponto de hoje apenas o Bolsão 3 ser chamado por “N. S^a da Penha” - de forma equivocada, pois inclui o mutirão que seria implantado posteriormente nesta parte alta do aterro. As outras partes do empreendimento são chamadas apenas por “Bolsão 1” e “Bolsão 2”.

89 “Dentre as várias linhas de atuação da Divisão de Edificações do IPT, uma tem sido objeto, nos últimos três anos [isto é, 1985-1987], de ênfase especial: a relativa ao estudo de alternativas de produção de habitações que contem com a participação da população e sejam adequadas às realidades regionais do país” (Salata; Kaupatez; Souza e Silva, 1987).

90 Decreto 21.821, de 30/12/1985, último dia da gestão Covas.

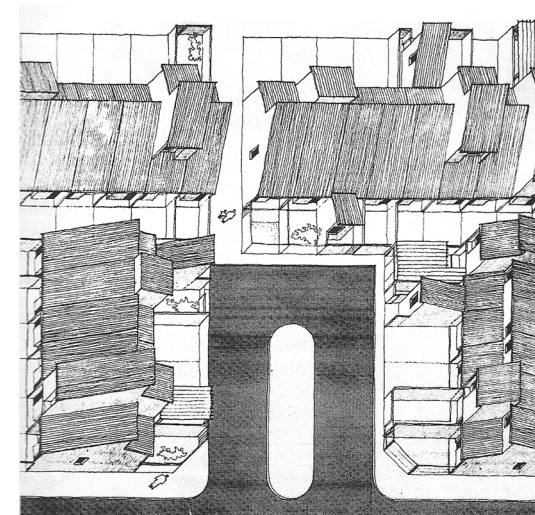


Imagem 49: Projeto Nossa Senhora da Penha.

A perspectiva mostra a disposição das casas unifamiliares do “Bolsão 3” em torno de praças. O desenho apresenta também as possibilidades de ampliação das tipologias, todas prevendo a ventilação no desencontro das águas do telhado (Souza e Silva, 1998 [1991]).

O “projeto Nossa Senhora da Penha” foi acompanhado de um Plano Diretor da Cohab para a gleba de Vila Nova Cachoeirinha que reservava uma área de ampliação para a Maternidade-Escola (que foi a área ocupada pelo Hospital-Geral de Vila Nova Cachoeirinha) e outra para a construção de escolas municipais, onde hoje estão as EMEI Vicente Paulo da Silva e EMEF Clóvis Graciano, na altura do nº 80 e 60 da rua Mendonça Jr.

1992: O mutirão Cachoeirinha Leste (ou “Nossa Senhora da Penha”).

O terceiro canteiro por ajuda mútua a se instalar na gleba de Vila Nova Cachoeirinha é o primeiro a assumir a identidade integral de “mutirão autogerido”. É também o mais ousado do ponto de vista construtivo. Nele, a comparação com as cooperativas de habitação uruguaia tem que se dar não apenas no plano das intenções de política pública que comporta, mas também nos processos de racionalização do canteiro de obras pelo emprego de elementos pré-fabricados em argamassa armada.

Como mencionado, o mutirão é chamado de “Nossa Senhora da Penha” pela proximidade com o “Bolsão 3”, com quem compartilha o relativo isolamento da implantação na parte alta do aterro sanitário que cobriu o antigo lixão, uma condição que teve conseqüências desastrosas, como se verá.

No mestrado de 1984, em que avalia os empreendimentos do Promorar à luz da experiência do “Projeto Nossa Senhora da Penha”, Paulo Sérgio Souza e Silva faz uma antecipação, como “situação ideal”, da política de mutirão da prefeitura de São Paulo:

Em princípio a situação ideal seria atingida quando os futuros usuários se organizassem e estabelecessem seus programas e suas premissas e procurassem os projetistas de sua preferência, aos quais seria então delegada a concepção e a coordenação do empreendimento. Ao Estado caberia tão-somente garantir financiamento, terra e a implantação dos serviços e equipamentos públicos necessários. É o que teria ocorrido nas cooperativas habitacionais do Uruguai. A experiência paulista nessa modalidade é ainda incipiente (Souza e Silva, 1984, p. 96).

Se os primeiros “projetos em ajuda-mútua” de Vila Nova Cachoeirinha eram antes de mais nada enfrentamentos das regras de financiamento e gestão da habitação social em São Paulo, o “mutirão” de Vila Nova Cachoeirinha - denominado oficialmente “Cachoeirinha Leste” - se apresentava em continuidade com o novo padrão de financiamento e assistência técnica aos movimentos de moradia da administração municipal Erundina. Como analisado no subcapítulo 2.2, este novo padrão incluía o financiamento municipal de empreendimento autogeridos por movimentos organizados de moradia através do programa “Funaps Comunitário”, que Paulo Sérgio Souza e Silva, agora em 1991, descreve assim:

O programa da Sehab tem entre seus pré-requisitos a aglutinação da população interessada em grupos sociais organizados e a adoção de processo de produção das habitações baseado na ajuda-mútua, também conhecido por mutirão, devidamente assessorado por equipe técnica não-governamental,

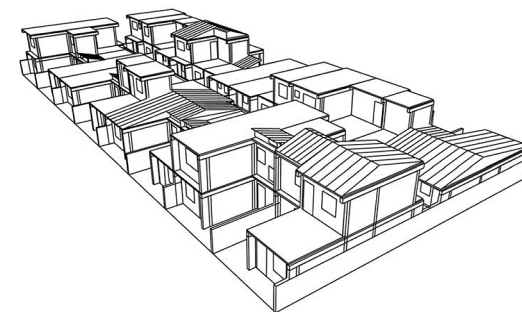


Imagem 50: Perspectiva do mutirão Funacom Vila Nova Cachoeirinha

O desenho de Alexander Yamaguti mostra as possibilidades de ampliação a partir do térreo construído com uma retícula de vigas e pilares fundidos dentro de pré-formas de argamassa armada, no mais inovador dos projetos realizados em Vila Nova Cachoeirinha (Abiko; Coelho, 2006).

escolhida e remunerada pela comunidade em questão [...] Estão sendo ensaiadas formas inovadoras de organização das comunidades interessadas, opções anteriormente desconhecidas no tocante aos materiais e técnicas construtivas, novas modalidades de aquisição - e futura administração - do terreno e de concepção das habitações e espaços coletivos” (Souza e Silva, 1998 [1991]: 145).

A primeira coisa a notar nesta observação é que, dez anos depois que Guilherme Coelho trouxe a palavra “ajuda-mútua” do Uruguai, ela já é tratada por Paulo Sérgio Souza e Silva como um equivalente do mutirão, consolidando seu sentido atual. No caso do mutirão promovido pela Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha a partir de 1990, em que ele e o arquiteto Alexander Yamaguti prestam assessoramento técnico através da ONG Oficina de Habitação, vale em especial a observação de que o ensaio de formas inovadoras “no tocante aos materiais e técnicas construtivas” se dá em função da flexibilidade deste financiamento municipal:

Através do fundo municipal destinado à construção habitacional por ajuda mútua com ênfase às experiências autogestionadas, foi possível um salto qualitativo que viabilizou o acesso e a implementação de novas alternativas tecnológicas entre os movimentos de moradia de São Paulo (Yamaguti, 2003, p. 41).

A tecnologia de argamassa armada empregada no mutirão, que será analisada no próximo subcapítulo, foi transferida para Vila Nova Cachoeirinha pelo Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos da Emurb (Cedec) quando o mutirão já tinha sido iniciado. Foi construído um protótipo habitacional usando pré-formas de argamassa armada para construção de vigas e pilares e, dadas as possibilidades do financiamento pelo programa Funaps Comunitário, o mutirão se propôs a incorporar na produção autogestionária não só a montagem como a pré-fabricação dos componentes:

Os mutirantes aprovaram o protótipo e passaram a manifestar seu interesse na adoção do material e sistema construtivo nas unidades restantes do empreendimento. Nesse sentido, a Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha passou a considerar a possibilidade da fabricação dos elementos de argamassa armada no próprio canteiro do mutirão, tendo em vista a participação dos mutirantes não somente nas montagens, mas na fabricação das peças (Souza e Silva, 1998 [1991]: 162)

Com apoio técnico do Cedec, a casa-protótipo se expandiu para uma mini-usina de argamassa armada com mesas vibratórias, sistema de talhas e tanques para cura submersa dos componentes construtivos, instalações que se juntavam ao maquinário para produção no local de blocos de concreto. É um capital instalado promissor e, controlado pelos moradores de Vila Nova Cachoeirinha, parecia levar a autogestão para possibilidades além da produção da moradia: a geração de renda e emancipação do trabalho. É esta esperança que transparece no depoimento dado por Jacira Rodrigues em agosto de 1991 para o arquiteto Alexander Yamaguti:

Hoje o pessoal está pensando muito em cooperativa, então, de repente, a gente tá conseguindo montar a cooperativa, a fábrica de blocos aí. Além disso a gente está começando a montar a usina de pré-moldados. Mesmo com todo mundo morando, essa usina e essa fábrica de blocos não vão parar, são futuras cooperativas, né. Para a sobrevivência do pessoal, para a gente levar com um custo mais barato, e para também a gente estar atendendo outras populações. Tem o Romualdo, que já trabalha na casa dele com a officininha de sapato. Entende bem do ramo. Ele pensa em montar uma cooperativa de calçados.



Imagem 51: Casa-protótipo do mutirão Vila Nova Cachoeirinha

A foto de 1991 mostra a casa-protótipo recém-construída com os componentes pré-fabricados do Cedec-Emurb. Hoje ela está incorporada na mini-usina de elementos de argamassa armada e abriga a sede da Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha (Yamaguti, 2003).

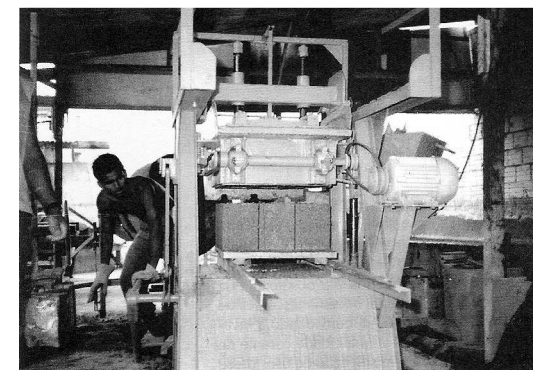


Imagem 52: Fabricação de blocos em 1991

A fabricação de blocos de concreto em Vila Nova Cachoeirinha complementava a produção da usina de pré-moldados de argamassa armada. Todos os componentes de estrutura e vedação eram construídos no próprio mutirão (Souza e Silva, 1998 [1991]).

Tem pessoas que são serralheiros aqui e já estão me procurando assim: “vamos montar um projeto para uma futura serralheria”, para uma marcenaria, tudo cooperativa. Isso é futuro e acredito que vai acabar acontecendo (apud Souza e Silva, 1998 [1991]: 157).

Em 1993, o bloqueio do financiamento aos mutirões pela administração Paulo Maluf atingiu em cheio estas possibilidades. Apenas 68 das 206 unidades do mutirão em Vila Nova Cachoeirinha foram concluídas naquele ano. A construção de outras 69 foi retomada em 1997, através de novo convênio da Cohab com a assessoria técnica Peabiru e está novamente interrompida. As restantes ainda aguardam a conclusão de obras de infra-estrutura urbana. O motivo destes atrasos não está ligado a uma incapacidade dos mutirantes e serve como um epílogo aos empreendimentos por ajuda mútua/mutirão de Vila Nova Cachoeirinha. Antes disso, é útil abordar a construção, no centro desta gleba, da antítese destes empreendimentos.

1997: O “Cingapura” Vila Nova Cachoeirinha.

“Conheço famílias que saíram da Boi Malhado e foram para o lote urbanizado, saíram dali e foram para a Morro da Esperança, saíram dali e foram para o Cingapura e, agora, estão vendendo o apartamento do Cingapura e vão ter que sair de Vila Nova Cachoeirinha”. Esta declaração de José Batista, presidente da associação de moradores “Guilherme Coelho” (que representa as famílias do “projeto Vila Nova Cachoeirinha” na condição de moradores desde que a Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha concluiu esta primeira obra em 1986), resume a história de mobilização desta parte de São Paulo por seu lado mais sombrio, em que a autoconstrução clandestina e a ausência de políticas sociais em São Paulo obrigaram centenas de famílias a viver numa precariedade habitacional de gerações na vizinhança dos empreendimentos por ajuda mútua descritos até agora.

A “Morro da Esperança” a que José se refere é a favela que ocupou a encosta ao fundo do cemitério Vila Nova Cachoeirinha assim que as casas do “projeto Vila Nova Cachoeirinha” foram construídas em sua base. Com este nome denegatório, a favela marca bem sua diferença em relação à favela “Boi Malhado”, embora muitos dos seus habitantes fossem os mesmos, após venderam clandestinamente os lotes urbanizados fornecidos para seu reassentamento ao lado do projeto por ajuda mútua. Enquanto uma era espalhada, plana, feita com materiais de segunda mão, outra era densa, em área de risco, com muitas casas em alvenaria e concreto. Em 1997, a administração municipal Celso Pitta decidiu transferir os moradores da favela para um conjunto habitacional do “Programa Cingapura”, cuja gestão e financiamento foram abordados no capítulo anterior. O conjunto iria contrariar uma marca constante deste programa de verticalização de favelas: construído geralmente próximo a eixos viários de grande visibilidade, estes edifícios seriam implantados no centro da gleba de Vila Nova Cachoeirinha, numa área planejada para ser uma grande área de lazer.

Não era uma destinação aleatória, pois esta área central é a antiga várzea que dominava o pé da queda d’água que existia na região, o que impõe condições difíceis para suporte de edifícios, principalmente



Imagem 53: Mini-usina de pré-fabricação de Vila Nova Cachoeirinha

A foto de 2005 mostra os tanques de cura cobertos e as peças estocadas na mini-usina do mutirão de Vila Nova Cachoeirinha. Todas as ferramentas, máquinas e instalações estão protegidas, esperando o retorno de políticas públicas inovadoras para habitação social.

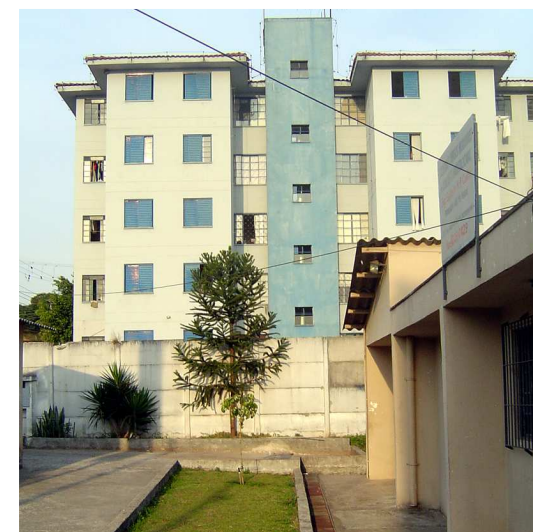


Imagem 54: Bloco 1 do Cingapura Vila Nova Cachoeirinha

A construção em primeiro plano é a associação de moradores “Guilherme Coelho”.

prédios de apartamentos. As obras de fundação exigiram dezenas de estacas de mais de 20 metros de comprimento, maior portanto que os edifícios de 5 andares. Outro contra-senso foi a construção de uma galeria de águas pluviais de 4 m² que só existe sob o Cingapura, a montante do curso d'água.

O 19º e último bloco foi concluído no último mês da administração Pitta, em dezembro de 1999, completando 380 apartamentos. É o maior dos empreendimentos de habitação social de Vila Nova Cachoeirinha e também uma prova de como a tecnologia construtiva na habitação social é ineficaz se está à serviço de uma relação de tutela entre Estado e população. Num cálculo informal dos próprios moradores, um terço das famílias transferidas da favela “Morro da Esperança” já vendeu (numa operação informal) os apartamentos em que foram alojadas pela prefeitura e quase todas as restantes é inadimplente com as prestações, que variam de R\$ 11 a R\$ 37 mensais. Recentemente, a Cohab enviou cartas de despejo para estas famílias e, se elas forem cumpridas, a regressividade desta política habitacional será completa, pois o terço que paga em dia as prestações é composto de famílias de renda mais alta, que puderam comprar uma vaga nos edifícios e, entre outras coisas, construir um estacionamento no térreo para seus automóveis.

Este episódio permite uma comparação pontual com as *cooperativas de vivienda por ayuda mutua* que é esclarecedora. A mais bem sucedida construção em altura e grande escala que estas cooperativas realizaram em Montevidéu é a “Zona Intercooperativa 1”, parte de um conjunto maior, o “José Pedro Varela”. Depois que alguns moradores me apresentaram os pontos comerciais explorados pelas cooperativas nos térreos dos edifícios, voltados para as ruas de maior porte (ver Imagem 31), eles fizeram questão de mostrar uma edificação baixa com sete garagens, de arquitetura nada atraente e que estava voltada para uma rua interna do conjunto. Estavam orgulhosos deste bloco: após meses de discussões em assembléia, decidiram onde seriam construídas algumas vagas de estacionamento de propriedade e gestão coletiva, cujo aluguel permitiria expandir ainda mais os serviços comunitários da “Zona 1”. Para eles, era um sinal de força da cooperativa e da sua democracia.

Foi uma escala nova para perceber a defesa que os arquitetos da “Zona 1” Norberto Cubría e Jorge Di Paula fazem destes “grandes conjuntos cooperativos de ayuda mutua”:

Además de los resultados positivos que alcanzaron en el aspecto económico y en la calidad de vida que han permitido generar, han favorecido asimismo la participación de la población de bajos ingresos, desde su visión local, en los grandes debates de la democracia: la producción de ciudad, la industrialización de la construcción, la gestión en microempresas comerciales y productivas, en fin, la capacitación como ciudadanos (habitantes de una ciudad) superando el mero rol de vecinos (habitantes de un barrio) (Cubría; Di Paula, 1999: 173)



Imagem 55: Garagens na “Zona 1” e no Cingapura Vila Nova Cachoeirinha

Acima, vagas de estacionamento privatizadas no térreo dos blocos construídos pelo programa Cingapura em Vila Nova Cachoeirinha. Abaixo, vagas de propriedade coletiva no pátio de acesso interno dos blocos da “zona intercooperativa 1”, em Montevidéu.

Epílogo: uma cobrança do passado

No última fase de preparação desta dissertação, houve o desfecho de um conflito entre a Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha e a Cohab/SP que motivou o atraso de anos na conclusão do mais inventivo dos empreendimentos por ajuda mútua desta associação: o mutirão Cachoeirinha Leste / Nossa Senhora da Penha. O terrapleno sobre o antigo “lixão” de Vila Nova Cachoeirinha, do fim dos anos 1980, não foi realizado com os cuidados sanitários necessários e, segundo laudos da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), o “risco iminente” de contaminação pelo material orgânico do subsolo exige a desocupação de todas as moradias sobre o aterro.

O principal argumento que a associação sustenta para tentar permanecer no local é que a Cohab/SP deverá realizar um processo de descontaminação não importa se terreno, do qual é a proprietária, esteja ocupado ou não. No entanto, é um argumento respondido pela própria suspeita de alguns moradores: “a Cohab acha que isso aqui é bom demais para pessoas como nós”, considerando a proximidade de hospitais e centros urbanos desta parte de São Paulo que é a fronteira avançada do povoamento de Nossa Senhora do Ó e de suas conexões centenárias com o centro de São Paulo.

De qualquer forma, é um passado de agressões ambientais, degradação social e descaso governamental que parece sair do subsolo desta gleba para cobrar sua parte nos 25 anos de empreendimentos por ajuda mútua que aconteceram à superfície. Também confirma a história de Vila Nova Cachoeirinha como a entende Paulo Sérgio Souza e Silva: “uma história de luta constante e sem trégua contra resquícios de burocracia, autoritarismo, tecnocracia e imobilismo, que persiste em marcar, de forma irreversível, a cultura de setores da administração pública” (Souza e Silva, 1998: 145).



Imagem 56: Projeto Cachoeirinha Leste hoje

Setor inacabado do mutirão de Vila Nova Cachoeirinha em agosto de 2005. As obras para finalizar as casas aguardavam a conclusão dos laudos de contaminação do solo da Cetesb.

3.2 O ASSESSORAMENTO TÉCNICO

A abordagem do assessoramento técnico aos empreendimentos por ajuda mútua em Vila Nova Cachoeirinha num subcapítulo à parte da sua apresentação cronológica e factual visa integrar a análise dos desafios técnicos que lá foram enfrentados com um quadro sintético dos IATs (*Institutos de Asistencia Técnica*), as entidades que, junto com a Fucvam, sustentaram e transformaram o cooperativismo de habitação uruguaio ao longo de sua história.

Não se trata de apresentar em paralelo as assessorias técnicas e os IATs. O que se quer evidenciar é que os diferentes ambientes legais e governamentais em que a ajuda mútua se desenvolveu no Uruguai e em São Paulo convergem para temas semelhantes do ponto de vista da técnica de construção e gestão do canteiro de obras, a saber: a amplitude de escopo do assessoramento técnico à autogestão, a adaptação de materiais e sistemas construtivos de pré-fabricação à mão-de-obra cooperada, a combinação entre produtividade e pedagogia nos processos de trabalho, o confronto de custos e técnicas com as empresas de investimento privado.

É uma discussão antiga transplantada para a habitação social, se lembrarmos com Paul Singer o que foi a primeira concepção do socialismo:

Um projeto alternativo ao capitalismo em que se combinam as novas forças produtivas com relações sociais de produção concebidas para superar a exclusão social e suscitar uma repartição equânime da renda e, portanto, dos ganhos decorrentes do avanço das forças produtivas. Na Inglaterra do alvorecer do século XIX, este projeto foi formulado principalmente por Owen” (Singer, 1998: 109).

Trata-se então de observar em que aspectos as forças produtivas que o assessoramento técnico modifica e põe à disposição dos canteiros de obras autogeridos estão também a serviço de relações sociais de produção política e economicamente mais democráticas.

Os *Institutos de Asistencia Técnica*

Que as *cooperativas de vivienda por ayuda mutua* recorram ao apoio de uma rede de escritórios de assessoria técnica não é apenas uma necessidade prática imposta pela complexidade financeira, jurídica e construtiva de um empreendimento habitacional. Isto é uma obrigação legal imposta dentro do quadro institucional criado no Uruguai com a Lei de Habitação de 1968. Nele, só podem se qualificar para o obter recursos do *Fondo Nacional de Vivienda* as cooperativas de habitação que tenham

contratado um *Instituto de Asistencia Técnica* (IAT), entidade sem fins lucrativos cujo papel é “*proporcionar al costo a las cooperativas y otras entidades sin fines de lucro, servicios técnicos en los siguientes campos: jurídico, educación cooperativa, financiero, económico, social de proyecto y dirección de obras*” (Art. 170).

Desde logo se vê que os serviços que um IAT presta às cooperativas de habitação são mais variados do que os prestados pelas assessorias técnicas de São Paulo às associações de construção. São serviços multidisciplinares, que extrapolam os aspectos projetuais e construtivos, ainda que não possam ser remunerados com mais do que 7% do custo total do empreendimento. Abarcam assessoramento jurídico (conversão da cooperativa em pessoa jurídica, elaboração de estatutos, escrituração fundiária e contratos de serviços com terceiros), administrativo (apoio à contabilidade e ao controle de fluxo de caixa da cooperativa) e social (formação de quadros de direção, prática de autogestão e atividades comunitárias). O não cumprimento destas funções acarreta o cancelamento de seu estatuto jurídico, uma punição que tem razão de ser. Em Montevidéu não é incomum haver institutos que, em bom espanhol do Prata, são chamados de “*truchos*”, isto é, fraudulentos, meros atravessadores do financiamento público da habitação social (o que não deixa de ser revelador do volume e constância do fundo de habitação uruguaio).

Na listagem mantida pela Fucvam em sua página institucional na internet, que relaciona os IATs atualmente em atividade junto às cooperativas de ajuda mútua filiada à Fucvam, consta o seguinte aviso: “*existen además otros institutos registrados en el Ministerio de Vivienda [...] con comportamiento insatisfactorio o directamente desnaturalizando el sistema. La información sobre estos últimos casos puede obtenerse en Fucvam*”. A listagem mais recente, consultada em agosto de 2006, relaciona 15 IATs atualmente trabalhando em colaboração com a Fucvam em todo Uruguai na assessoria técnica de 29 cooperativas em obras e outras sete “*en trámites*” para aquisição de terras (Fucvam, 2006).

Entre as iniciativas do regime militar para concentrar a política de habitação no Banco Hipotecário Uruguayo esteve a extinção, através de uma lei de 1977, tanto dos órgãos de planejamento da administração direta quanto das assessorias técnicas ligadas ao cooperativismo por ajuda mútua. Foram autorizados a continuar em atividade apenas os IATs ligados às cooperativas com financiamentos já aprovados quando do golpe militar. Antes que esta lei fosse revogada com a redemocratização, esta extinção legal “*originó la liquidación de la inmensa mayoría de los casi sesenta equipos técnicos interdisciplinarios que se constituyeron en los primeros años de la década del 70 para cumplir esta tarea, y que llevaron adelante la construcción de más de 7.000 viviendas por el sistema cooperativo de Ayuda Mutua*” (CCU, 1984: 10).

Nas cooperativas de habitação de Montevidéu, a diversidade de suas assessorias técnicas é marcante. Com pouco tempo já é possível reconhecer características projetuais e soluções técnicas que são típicas de um ou de outro IAT, mesmo porque alguns deles chegam a ser mais antigos que o próprio cooperativismo de habitação uruguaio.

É o caso do mais importantes dos IATs, o *Centro Cooperativo Uruguayo (CCU)*, formado nos início dos anos 60 por iniciativa da ala progressista da Igreja Católica [91]. Antes de ser uma assessoria técnica para cooperativas de habitação, o CCU é uma entidade de apoio às diversas organizações cooperativadas no Uruguai, das agrícolas às de prestação de serviços, num conjunto que soma milhares de cooperados [92].

O apoio às cooperativas de habitação é, desta forma, apenas uma modalidade específica de assessoramento técnico, abrigada no “*Sector Vivienda*” da entidade. É um setor prestigiado, pois foi o responsável direto pela criação da própria Fucvam em 1970. Quatro anos antes, em 1966 (e portanto dois anos antes da existência da *Ley de Vivienda*), auxiliou famílias de trabalhadores ferroviários e de funcionários públicos a constituírem projetos pilotos de ajuda mútua para construção de moradias em três cidade fora de Montevidéu, viabilizados como “cooperativas de consumo” uma vez que ainda não havia a forma jurídica *cooperativa de vivienda por ayuda mutua*. Eram apenas 95 famílias, que “*estaban construyendo sus viviendas y simultáneamente una forma de organización en la que todo estaba por inventar*” (Nahoum, 1999: 28), uma vez que estas cooperativas serviram como modelo prático para a redação do capítulo sobre cooperativas da *Ley de Viviendas*, abordado no subcapítulo 3.1.

Em entrevista concedida em 2005, a coordenadora do *Sector Vivienda*, a arquiteta Teresa Buroni, informou que o quadro de profissionais estava reduzido, que é como ela qualifica uma equipe de 25 pessoas, formada por advogados, contadores, topógrafos, assistentes sociais e engenheiros de diversas especializações, além de 6 arquitetos plenos. Esta equipe cuidava então de 6 cooperativas em obras e 33 em fase de “*promoción*”, como é chamado o longo caminho de formalização antes de se adentrar com os pedidos de financiamento pelo *Fondo Nacional de Vivienda*.

Uma vez obtido financiamento público, a *cooperativa de vivienda* obtém do IAT apoio em três frentes:

- 1) Formação administrativa dos associados para integrar uma cooperativa e, mais ainda, um empreendimento de construção civil, o que é conhecido como “*preobra*”;
- 2) Assessoramento para as tarefas de gestão do canteiro de obras, que é basicamente o controle financeiro da construção, cuja decisão soberana é da cooperativa;
- 3) Responsabilidade técnica tanto do projeto quanto do canteiro de obra, cuja decisão soberana é da assessoria técnica:

91 Esta corrente da Igreja Católica foi um importante disseminador do cooperativismo na América Latina, adaptando-o à visão cristã do trabalho como meio de aperfeiçoamento espiritual. Em São Paulo, o caso mais exemplar para arquitetos é a fundação da cooperativa moveleira Unilabor pelo frei dominicano João Batista Pereira dos Santos (Claro, 2004).

92 O CCU também publica duas revistas e é uma das entidades mais ativas da influente *Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas*.



Imagem 57: “Sector vivienda” do CCU.

O sector ocupa uma edificação acoplada à sede do CCU, na mesma rua que a sede da Fucvam em Montevidéu.

A primeira frente de apoio é compartilhada entre IAT e outras organizações voltadas ao cooperativismo de habitação, com destaque claro para a Fucvam [93]. A segunda, por sua vez - o assessoramento da gestão de obra - não confere nenhum papel diretivo ao IAT: é um campo de decisões que está inteiramente dentro da autonomia da cooperativa e que é da mesma ordem que a responsabilidade que ela vai assumir na gestão das moradias após a fase de construção. Já a terceira frente de atuação, - a responsabilidade técnica - é um campo soberano do IAT, a ser exercido de forma democrática tanto internamente quanto na relação com as cooperativas, mas também com convicção sobre a competência específica destes profissionais, cujo assessoramento é uma exigência legal imposta pelo financiamento público mais do que uma escolha por parte da cooperativa.:

Esto supone una estrecha y a veces compleja relación cooperativa x IAT, en la que ambos interactúan persiguiendo el mismo objetivo pero en la que a veces aparecen conflictos, sobre todo cuando una de las partes extralimita su campo de actuación invadiendo el de la outra: el de la cooperativa, la responsabilidad de la gestión, y el del Instituto, la responsabilidad técnica (Nahoum, 2003: 133).

Note-se que os conflitos podem aparecer quando os campos de atuação são ultrapassados, mas os próprios campos e seus limites, estes são clara e mutuamente reconhecidos por cooperativas e IATs.

* * *

Para analisar exaustivamente a contribuição dos IATs para a renovação das cooperativas de habitação por ajuda mútua seria necessário montar um quadro das tecnologias incorporadas pelo assessoramento técnico uruguaio ao longo de uma história de 40 anos do cooperativismo de habitação, o que não está no campo das possibilidades desta dissertação: a pequena amostra das *cooperativas de vivienda* presente no subcapítulo 2.1 já é indicativa da diversidade que este quadro teria que dar conta [94].

93 Há relatos de uma atividade semelhante à “*preobra*” durante a administração municipal Erundina, realizada principalmente por assistentes sociais, pois o apoio às associações comunitárias de construção exigia da prefeitura de São Paulo até mesmo formalizar estas entidades: “Alguns programas executados por mutirão pressupunham uma tal organização prévia da população que o trabalho de assistência social, que deveria ser de acompanhamento à Associação de Moradores, acabava sendo de organização da população e de sua comissão de moradores [...] e estes programas habitacionais acabavam sendo instrumento para a organização política da população” (D’Alessandro, 1999: 65).

94 Inutilmente procurei na *Universidad de la República* (UdelaR) alguma obra que tratasse os IATs de forma abrangente e que desse conta da sua evolução conjunta com a cooperativismo de habitação uruguaio. Na *Facultad de Arquitectura*, com exceção do pequeno centro de investigação da “*Unidad Permanente de Vivienda*”, a atenção dada à produção das cooperativas de habitação é desproporcionalmente baixa em relação à sua qualidade e quantidade.

No entanto, a análise de um enfrentamento técnico mais restrito e recente pode evidenciar o permanente apoio dos IATs aos valores autonômicos do cooperativismo por ajuda mútua, cujo maior inimigo no Uruguai não é propriamente o crescimento da pobreza (nas condições em que ela se dá neste país), mas o recrudescimento das políticas públicas de clientela que buscam prender esta pobreza num círculo de interesses privados tanto de empresas quando de governos.

O enfrentamento começou contra os programas habitacionais assistencialistas realizados pelos governos de Julio Sanguinetti e Lacalle de Herrera nos anos 1990, que reavivavam o velho bipartidarismo entre “*blancos*” e “*colorados*” (mencionado no capítulo 2.1). Daniel Chávez e Susana Carballal chamam este período de “*continuismo neoliberal*” do regime militar, no caso do primeiro governo *colorado* de Sanguinetti, e simplesmente de “*el desencanto*” [95] para o governo *blanco* de Lacalle. Para estes pesquisadores, “*los planes siguieron siendo diseñados en la oficina de un banco*”, em moldes semelhantes ao ocorria com nosso programa Promorar:

Seguendo los criterios predominantes a nivel internacional, la llamada “estrategia facilitadora” promovida por el Banco Mundial y otros organismos de cooperación y desarrollo, en este período se produjo una profunda reestructura institucional en la gestión de la política habitacional. El Estado pasa a asumir un rol esencialmente subsidiario, delegando en el sector privado - en sentido estricto, como sinónimo del sector mercantil - el rol protagónico” (Chávez; Carballal, 1997: 27).

É dentro deste “*enabling approach*” que em 1990 é elaborado o projeto de “*beneficiencia pública*” do Núcleo Básico Evolutivo (NBE). Trata-se de uma moradia térrea que encerra em 30 m² banheiro, cozinha e um espaço único de estar e dormitório - um “*embrión*” como nossas “casas-embrião”. No Uruguai, este programa implicou no rebaixamento dos padrões legais de habitabilidade, além de alterações na Lei de Habitação para permitir que os NBEs fossem inteiramente construídos por empreiteiras e depois cedidos para a demanda de baixa renda, que deixaria assim de figurar como população não atendida pelos programas de financiamento habitacional. É um programa em que o Estado se concentra em facilitar a provisão de habitação através de incentivos e normas de descentralização do poder e foca sua ação na população mais empobrecida, tal como recomenda as agências multilaterais de desenvolvimento. Para contrastar com os esforços exigidos pelas cooperativas de habitação por ajuda mútua, o programa de distribuição de NBEs se chamaria “*llave en mano*”.

No anuário de 1991, a Fucvam classifica o NBE como “*una solución que ha probado ser un remedio peor que la enfermedad: construcción de cantegriles de un nuevo tipo que no mejoran en absoluto la calidad de vida de los usuarios si no se instrumentan otros mecanismos de apoyo financiero para la terminación del embrión, y que no están previstos en este caso*” (apud Chávez; Carballal, 1997: 27).



Imagem 58: Núcleo Básicos Evolutivos em construção

Conjuntos de NBEs em construção na periferia de Montevidéu (Casavale). Notar que, antes mesmo da ocupação das moradias alguns painéis de vedação estão rompidos.

95 “*Ni la visión optimista de un nuevo comienzo ni la visión pesimista de un retorno al militarismo, parecen ya adecuadas*”.

A criação do *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* (MVOTMA) em 1991 também integra a reforma facilitadora na área da habitação. Além de liberar o Banco Hipotecário do Uruguai para atender preferencialmente uma demanda de renda média e alta, o MVOTMA passaria a oferecer todos os seus programas de habitação social por licitação e sem reservas legais. Abriu então suas linhas de financiamento subsidiadas para a livre concorrência entre empreiteiras, ONGs e cooperativas de habitação, estabelecendo “*una ‘competência igualitária’ entre actores muy desiguales - en los hechos se equipara a una cooperativa de doce familias de bajos ingresos con una empresa constructora constituida por capitales millonarios en dólares*” (Chávez; Carballal, 1997: 29) [96]. Como declarou em entrevista o engenheiro Juan Almiratti, do IAT “Invipo”, “*es absurdo que sea considerada eficiente una empresa capaz de construir más NBEs en menos tiempo, ella debería más bien ser considerada criminalosa*”.

Ao longo dos anos 1990, diversos IATs que obtiveram financiamentos para construção de NBEs através de cooperativas de habitação se dedicaram a provar que o acúmulo de experiência em projetos e obras em habitação popular, aliado à capacidade de trabalho da ajuda mútua, produziram resultados melhores que o projeto padrão do *Ministério de Vivienda*.

A prova mais bem sucedida é o “*sistema cáscara*” - sistema casca - implantado com variações pelos IATs Covima e CCU. Neste sistema, a técnica das paredes de alvenaria pré-fabricadas em canteiro é adaptada para produzir uma casa de dois pavimentos na qual estaria ausente a laje intermediária entre o piso térreo e a cobertura. Esta “casca” de pé direito duplo e área inicial de 37 m² vai abrigar como único espaço encerrado um banheiro, cuja parede hidráulica alimenta também uma bancada de cozinha voltada para o estar e o *comedor*. Uma pequena laje cobre esta área molhada. Acessada por uma escada, pode servir como dormitório independente.

O crescimento da casa (seu caráter “evolutivo”) acontecerá portanto dentro das paredes externas já erguidas através da expansão da laje que cobre a área molhada. Para isso está pronta uma linha de apoio embutida ao longo de todas as paredes, além de duas vigas centrais que fazem o travamento de todo conjunto contra flambagens. Três dormitórios podem ser acrescentados no interior da “casca” já construída, aumentando para até 72 m² a área útil da moradia. As novas lajes podem ser acrescentadas com sistemas estruturais secos, como vigas de madeira ou perfis metálicos.

Na primeira cooperativa em que o sistema foi utilizado, uma das avaliações positivas dos cooperados era que o resultado final tinha uma identidade de projeto com as demais cooperativas de habitação,

96 Mero transferidor de recursos, o início do novo ministério uruguaio foi semelhante ao início do nosso Ministério das Cidades: “*dada las limitaciones de personal e infraestructura - y el permanente recambio de ministros, con el consecuente recambio de programas a desarrollar - la actuación del MVOTMA en los tres primeros años se caracterizó por una inoperancia prácticamente total. En las sucesivas ‘rendiciones de cuentas’ presentadas al Parlamento, el MVOTMA registraba permanentes desequilibrios entre os planes de inversión y la acción efectiva*” (Chávez; Carballal, 1997:27).

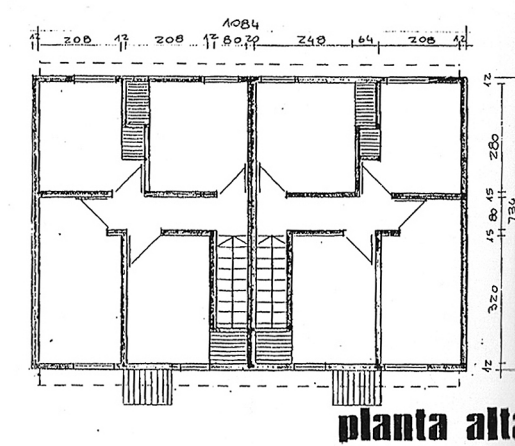
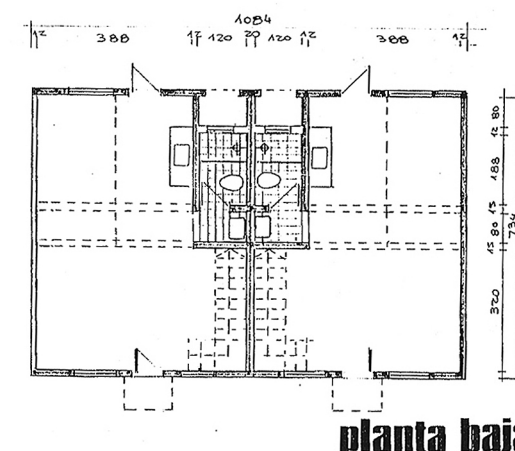


Imagem 59: “*Sistema cáscara*” na Coviitu 78

Nestas plantas esquemáticas do “sistema cáscara” empregado numa cooperativa de Montevidéu, a “planta baja” indica por linhas tracejadas os únicos elementos construídos no pavimento superior da moradia antes da ampliação: duas vigas e uma laje sobre o banheiro e parte da cozinha. Na “planta alta” aparecem todas as ampliações possíveis (Nahoum, 1999).

retirando o estigma da habitação pobre para moradores pobres: “desde el principio, pero más aún al evolucionar, las señas de identidad se acercan mucho a las de una cooperativa ‘tradicional’ de ayuda mutua, una imagen querida por el grupo” (Nahoum, 1999:130).

Há ainda a preocupação em atender necessidades arquitetônicas que são inimagináveis para o grosso dos gestores de políticas habitacionais que lidam com programas de “casa-embrião”: “la forma en que ese crecimiento se opera, se garantiza también que el resultado arquitectónico del mismo no modificará el paisaje urbano proyectado originalmente, sino para mejorarlo” (Nahoum, 1999:130).

Uma modificação nas políticas de habitação do MVOTMA está em curso com a recente vitória da Frente Ampla nas eleições gerais de 2005, depois de governar o Departamento de Montevidéu por 10 anos, tornando a cidade um laboratório de alternativas às políticas habitacionais assistencialistas dos governos do bipartidarismo Blanco/Colorado. O Plan Quinquenal de Vivienda, elaborado por seu ministério para os anos de 2005-2009, apresenta restrições ao programa de NBE:

Esta producción encierra la paradoja de estar destinada a un sector sin posibilidad de inversión en vivienda y del otorgamiento de un subsidio de capital de carácter único, por lo cual la posibilidad de evolucionar se torna si no imposible altamente improbable [...] Se agregó a este proceso la falta de integralidad en la concepción de las políticas, la focalización y homogenización hacia la población que están dirigidas. En suma esta política fue funcional a los procesos de segmentación socioespacial que viven nuestras ciudades, y el estado en su aplicación el responsable de sus efectos” (Uruguay, 2005: 65) [97].

É uma visão crítica que seria impossível sem as experiências concretas empreendidas pelos IATs junto ao cooperativismo de habitação por ajuda mútua.

* * *

Durante a visita de Guilherme Coelho a Montevidéu, em 1981, estava em curso uma das experiências mais marcantes do cooperativismo de habitação uruguaio: a construção mediante componentes pré-fabricados em usinas de argamassa e concreto pertencentes às próprias cooperativas. Nos empreendimentos que reuniam até milhares de famílias em “Mesas” e “Zonas” intercooperativas, os *institutos de asistencia técnica* orientavam a construção e operação destas usinas (“plantas”) com recursos do financiamento das habitações, cujo investimento era amortizado com apenas 200 unidades construídas (Cumbría, Di Paula, 1999).

97 Uma crítica da Fucvam do descompromisso do Plano Quinquenal em executar suas boas e muito bem escritas intenções pode ser consultada em Nahoum, 2005.

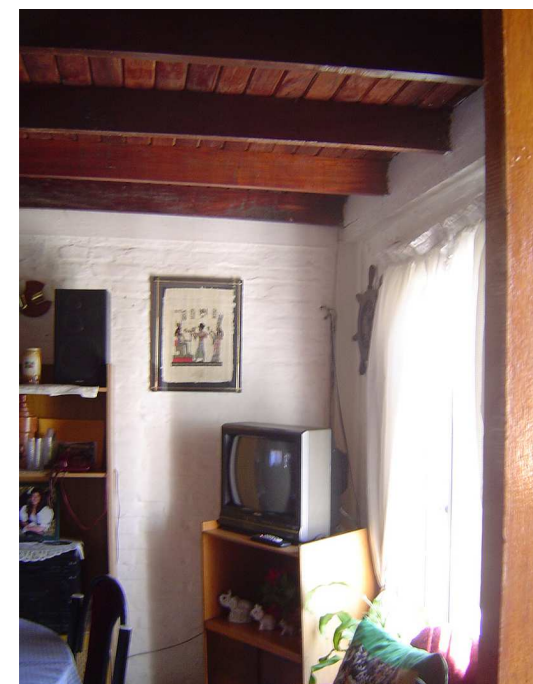


Imagem 60: Cooperativa Covifú

Cooperativa na periferia de Montevidéu com casas construídas pelo “sistema casca” a partir de financiamento para NBEs. Em algumas casas, a ampliação do andar superior foi realizada com assoalho e vigas de madeira.

As *plantas* eram compostas por uma área de recebimento, estocagem e mistura por dosagem de peso acoplada a uma segunda área coberta, sempre com duas linhas de montagem. A primeira era destinada à produção de marcos e batentes de janelas em argamassa armada, com mesa vibratória e uma estufa para cura a vapor das peças dentro de formas metálicas, além de espaço para desforma e estoque. A segunda era destinada à construção de vigas e painéis de laje de concreto armado protendidos, com trilhos onde corria um carrinho de vibração e coberturas provisórias para abafar a cura das peças. Nas usinas montadas pelo Centro Cooperativista Uruguaio havia pistas de protensão para a fabricação de painéis de laje, diferentemente das usinas do IAT “Cedas”, responsável pelas “Zonas Intercooperativas”.

Estas plantas produtivas eram na verdade sobrevivências de uma experiência na produção em escala ainda mais ousada. Seguindo uma tendência universal das redes cooperadas em internalizar ao máximo a produção e o consumo, as plantas eram naturalmente um elemento agregador dos esforços das cooperativas e, em 1971, a própria Fucvam implantou uma fábrica de componentes construtivos em Montevideu. A “*planta de Fucvam*”, como ficou conhecida, foi montada com equipamentos provenientes de canteiros por ajuda mútua em empreendimentos já concluídas pelas cooperativas de habitação. A intenção era tornar perene o uso destes equipamentos na Fucvam, pois a legislação uruguaia impede que as cooperativas de habitação atuem na construção de outros empreendimentos além da moradia de seus associados.

Uma tal produção em escala industrial de componentes construtivos através de um regime de trabalho cooperativo ainda é inédita no Brasil e a experiência que poderia orientá-la durou poucos anos, acabando de forma inconclusa. A partir de 1976, quando o regime militar uruguaio suspendeu os financiamentos e cancelou a formação de cooperativas de habitação, a “*planta de Fucvam*” perdeu a totalidade de seus consumidores e foi fechada. Segundo Benjamín Nahoum, “*la grave restricción de créditos a las cooperativas durante los años de la dictadura comprometió gravemente el destino de la Planta, que no podía producir para obras cooperativas - porque no las había - ni para abastecer a terceros*” (Nahoum 1999: 172). Em artigo sobre “*Ayuda mutua y tecnologia*”, o engenheiro Walter Kruk acrescenta o seguinte:

Las soluciones basadas en la producción seriada dejaron de justificarse económicamente [...] esta planta, a diferencia de las utilizadas hasta esse momento por las cooperativas, tenia costos fijos importantes y requeria un personal estable para poder perfeccionar sus productos. Por ello tenia una gran sensibilidad a las variaciones del mercado. Esa situación se asimilaba a la de muchas otras plantas de prefabricación instaladas en América Latina que prontamente quedarán fuera de servicio [98] (Kruk, 1999: 63).

98 Entre as “*otras plantas de prefabricación instaladas en América Latina*” pode ser incluída perfeitamente a mini-usina de pré-moldados de Vila Nova Cachoeirinha.

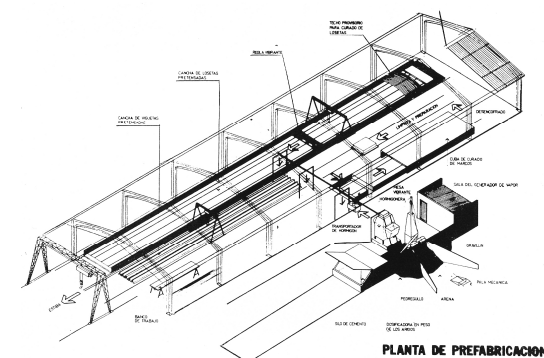
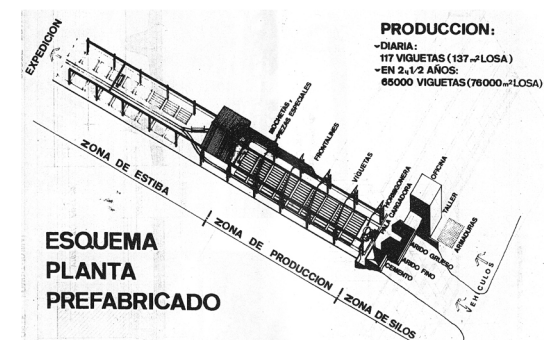


Imagem 61: Usinas de pré-fabricação dos IATs Cedas e CCU

As dimensões das plantas de pré-fabricação da CCU (abaixo) são maiores que as da Cedas pois precisam abrigar a construção de lajes e vigas protendidas que integram seu repertório construtivo e arquitetônico.

É interessante analisar porque, diante da repressão às cooperativas, a planta de Fucvam não podia “abastecer a terceiros” e seus produtos “dejaran de justificarse económicamente”. Os autores se referem aqui à tentativa da Fucvam em vender no pequeno mercado de componentes de construção uruguaio os produtos originalmente desenhados e produzidos para uso nas cooperativas de habitação. Com o surgimento deste concorrente em potencial, a “Cámara del Cemento”, entidade que representa a cadeia comercial de cimento no Uruguai, pressionou as entidades fiscais do governo para que as obrigações tributárias da Fucvam fossem as mesmas de suas empresas afiliadas (Chávez; Carballal, 1997: 34). O efeito destas obrigações nos custos de produção da planta tornaria os produtos muito mais caros na concorrência com os demais fabricantes de dentro e de fora do Uruguai.

Vê-se então que o desenho e a qualidade da execução dos componentes construtivos da Fucvam, quando eram oferecidos como mercadorias, não eram economicamente viáveis numa disputa comercial com empresas capitalistas. Sua função econômica só tinha sentido como um produto interno ao cooperativismo de habitação, onde substituíam com vantagem os componentes comerciais porque eram produzidos pelos cooperados para si mesmos. Ao longo dos anos 1980, a produção em escala industrial nas cooperativas de habitação por ajuda mútua foi sendo abandonada pela compra de componentes pré-fabricados por empresas capitalistas. O mercado em que estes componentes são ofertados se tornou concorrencial o suficiente para que as cooperativas sejam um comprador influente e se beneficiem de bons preços.

A renúncia à fabricação em escala não significou, por outro lado, um retorno a técnicas tradicionais da autoconstrução por parte das cooperativas de habitação por ajuda mútua, mas sim um impulso de racionalização do canteiro de obras. Segundo Walter Kruk (1999: 60) esta racionalização vai se dar em duas frentes: uso mais econômico do *ladrillo visto* (nosso “tijolo aparente”, mas que se estende também para o bloco sem revestimento), técnica fortemente enraizada nas obras uruguaias, e emprego constante da “*prefabricación liviana a pie de obra*”, a pré-fabricação leve em canteiro.

A racionalização do uso do tijolo maciço é uma investigação eminentemente arquitetônica. Ela implica em potencializar seu uso estrutural pela correta disposição das paredes e das aberturas, além do planejamento das instalações para reduzir ou até mesmo evitar completamente a interferência de tubulações e dutos de eletricidade. Mesmo o uso como revestimento é cuidadosamente planejado nos IATs para evitar desperdício e facilitar a aplicação de acabamentos e impermeabilizações.

Quanto à pré-fabricação leve, esta é a tecnologia hoje mais desenvolvida pelo IATs nas cooperativas uruguaias. Sua origem responde a uma condição própria da mão-de-obra por ajuda mútua que é a distribuição irregular ao longo do tempo. Uma construção tradicional, como a manufatura orgânica de que trata o “Capital”, requer uma dosagem precisa da força de trabalho de acordo com o fluxo produtivo, e para ela o excesso de mão-de-obra é tão improdutivo quanto sua falta. A construção no próprio canteiro de elementos leves, que podem ser estocados e utilizados posteriormente, introduz um componente da manufatura seriada na construção das moradias cooperadas e torna mais produtiva a distribuição irregular da dedicação de horas trabalhadas por parte das famílias em regime de ajuda

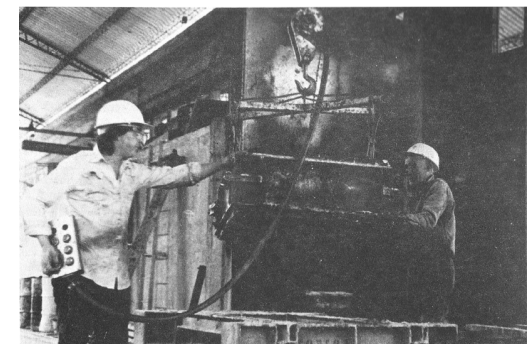


Imagem 62: Linha de montagem na “planta de Fucvam” nos anos 1980 (Chávez, 1988)

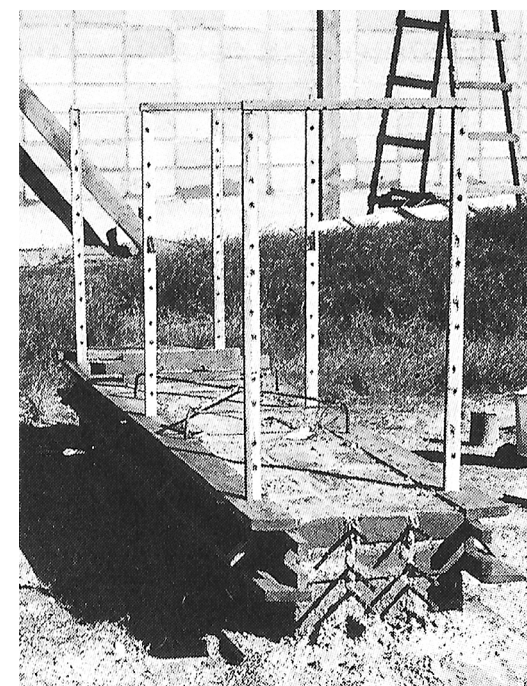


Imagem 63: Pré-fabricação de painéis de tijolos nos anos 1970

A versão mais elaborada desta pré-fabricação permitia o empilhamento das forma ao longo de guias perfuradas (Nahoum, 1999).

mútua, que geralmente concentra vários trabalhadores nos fins de semana. A insistência com que apareciam nas imagens do filme “Super 8” de Guilherme Coelho mostra que ele estava consciente desta vantagem (cf. subcapítulo 3.1).

O principal produto da pré-fabricação leve são os trechos de laje compostos de tijolos unidos em suas faces laterais por argamassa. Formam painéis enrijecidos por uma ferragem mínima, construídos dentro de guias de madeira num chão nivelado. Estas “*losetas de ladrillos*” já se integraram em vários sistemas estruturais e atravessaram a história das cooperativas desde a pioneira Covimt 1. Num país que conta com a presença viva das obras de Eladio Dieste, é natural que a concepção arquitetônica destas “*losetas*” tenha se diversificado muito pelas cooperativas de habitação, que chegam a cobrir com esta técnica construtiva grandes salões comunais.

Não é tanto o valor pequeno dos financiamentos que motiva esta racionalização, mas sim a preocupação em tornar a construção uma tarefa fácil de ser executada pela mão-de-obra cooperada:

Esto significaba que la mayor parte de la mano de obras no estaría capacitada, que asistiría fundamentalmente los fines de semana y que podría llegar a ser aportada por mujeres, ancianos o jóvenes con poca capacidad física. Estos recursos humanos fueron el punto crítico y también la gran cantera de las realizaciones del cooperativismo (Nahoum, 1999:58).

O aporte deste recurso humano - a mão-de-obra cooperada - de fato é objeto de uma extensa regulamentação interna, discutida e votada em Assembléia Geral. A maior variação desta regulamentação se dá em especificar a periodicidade e as atividades associadas à dedicação de horas trabalhadas por parte de cada família. O montante total destas horas não é objeto de controvérsias: em todas as cooperativas visitadas esta dedicação oscila entre 20 e 24 horas semanais por núcleo familiar, dedicação que é adotada, segundo técnicos da Fucvam, desde os anos 1970. Trata-se de uma verdadeira tecnologia de gestão do canteiro e da mão-de-obra apropriada pelo cooperativismo uruguaio. Algumas vezes é especificada uma porcentagem fixa de horas de trabalho para os homens adultos da cooperativa, ainda que atualmente existam cooperativas integradas apenas por chefes de família mulheres ou até mesmo portadores de dificuldades locomotoras.

É o rendimento desta equipe de trabalhadores que determina a racionalização arquitetônica, invertendo a ordem de causa e efeito que opera numa obra dominada pelo capital, em que a especialização nas atividades construtivas se distribui em hierarquias internas rígidas e o trabalhador não-especializado só é admitido ao trabalho sob fiscalização estrita, sem precisar compreender nada além da tarefa designada. Nos canteiros de obras da ajuda mútua, é a mão-de-obra menos especializada que contrata o auxílio de trabalhadores especializados, à semelhança de quem contrata um professor particular. Para



Imagem 64: Laje de cobertura da cooperativa Covimt 1

Na mais antiga cooperativa de Montevidéu, as “*losetas*” de tijolos continuam sem vazamentos nas lajes inclinadas desde 1968.

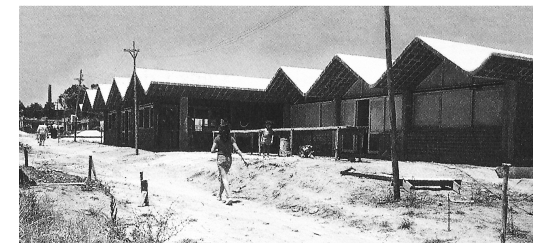


Imagem 65: Cobertura com laje de “*losetas de ladrillos*” plissada

A cobertura da foto é da “Zona Intercooperativa 6” (ver Imagem 31) e hoje sua visão está escondida por árvores (Nahoum, 1999).

tanto, os cooperados e precisam de projetos que sirvam tanto para construir como para ensinar a construir, como se fossem materiais didáticos [99].

A atividade de projeto que lhe corresponde é compromissada com a produtividade da mão-de-obra, certamente, mas uma produtividade baseada na compreensão de todas as etapas do trabalho, no isolamento das atividades que exigem habilidades profissionais e na redução dos esforços físicos:

La obra debe ser pensada, desde el proyecto hasta la planificación, como una obra de ayuda mutua: las tipologías y los sistemas constructivos deben estar concebidos para facilitar una fuerte utilización de mano de obra no especializada y eso requiere procedimientos simples, seguros y repetitivos, porque no se trata de que los cooperativistas se transformen en oficiales de la construcción sino de que hagan bien un conjunto de cosas lo menos variadas posible, pero que se complementen entre si (Nahoum, 2003: 133).

Algumas vezes, a ajuda mútua produz resultados especiais até mesmo em técnicas muito convencionais. As lajes maciças de concreto armado projetadas pelo IAT “Invipo”, apesar de preverem soluções de construção até mesmo antiquadas, como os cimbramentos com pequenas toras de eucalipto, introduzem soluções que acabam sendo sofisticadas justamente para respeitar o limite de especialização da mão-de-obra. No topo das lajes de cobertura deste IAT há sempre uma camada isolante de água, mantida desde as primeiras etapas da cura do concreto, uma solução de impermeabilização e controle térmico que no Brasil, e mais especificamente na arquitetura paulista, só é utilizada em construções de alto padrão. Diante da minha surpresa, o arquiteto do IAT Invipo Francisco Dilerba me explica que “*los cooperados tienen mucho aprecio por esta solución, pues es la camada de aislamiento que pueden poner con más facilidad*”.



Imagem 66: Isolamento com água na cooperativa Tacuabé

As Assessorias Técnicas em Vila Nova Cachoeirinha

Como um produto legítimo do cooperativismo, a ajuda mútua não pode acontecer sem o desenvolvimento de uma tecnologia apropriada, quer por seus objetivos político-pedagógicos, quer por seus objetivos comerciais. Como já foi mencionado anteriormente, são objetivos inseparáveis nas cooperativas. Não é um acaso que as *cooperativas de vivienda por ayuda mutua* tenham nascido no Uruguai pelas mãos do Centro Cooperativista Uruguaio. Não foi também por acaso que a história do

99 Esta observação do engenheiro Juan Almiratti chama a atenção porque não é contraditória com a função dos projetos técnicos de aumentar a produtividade da cooperativa, assim como não era contraditório para Robert Owen que suas fábricas tivessem escolas: produção e educação não são separados no cooperativismo.

assessoramento técnico aos movimentos de moradia por autogestão tenha começado pela iniciativa do engenheiro Guilherme Coelho em Vila Nova Cachoeirinha.

Não cabe dúvidas sobre a importância da mobilização das famílias que vieram a integrar a Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha, mas é preciso reconhecer que, nos termos da política de habitação social do início dos anos 1980, a Associação teria de se conformar com uma casa-embrião cujo desenvolvimento seria inevitavelmente a autoconstrução precária com que foram premiadas outras associações de moradia em São Paulo.

Segundo Nabil Bonduki, o assessoramento técnico tinha um papel formador em relação aos movimentos de moradia de São Paulo, sem o qual estes não conseguiriam se tornar interlocutores do poder público nem portadores de políticas alternativas de habitação:

Sem a presença de assessoria técnica teria sido impossível na época aos movimentos formularem programas alternativos, estabelecerem formas de controle da ação do poder público e assumirem integralmente a gestão do processo de produção da moradia. Negar a importância deste papel é não reconhecer que existe um saber técnico que os setores populares não dominam [...] Não é por outra razão foram buscar esta assessoria - e não o contrário -, aspecto que merece ser ressaltado e que valoriza muito a presença dos técnicos (Bonduki, 1992: 46).

O próprio Nabil Bonduki, além de Guilherme Coelho e os arquitetos que o sucederam nos anos 1980 nos “projetos” por ajuda mútua em Vila Nova Cachoeirinha - Henrique Reinach e Paulo Sérgio Souza e Silva - pertencem à geração que Maria da Glória Gohn vai chamar de “novos assessores”, diferenciados pelas circunstâncias do Brasil da redemocratização da geração oriunda da militância contra o regime militar de 1964:

Os antigos são assim designados não tanto em função da idade, mas da experiência anterior. Trata-se de ex-militantes de movimentos estudantis da década de 60, os quais viveram períodos críticos da história política do país, tanto no que se refere aos movimentos e tensões que participaram, como pelo preço que pagaram por esta participação - prisões, interrogatórios, torturas, exílios etc. Os assessores novos fazem parte de um grupo minoritário de arquitetos, formados nos últimos dez anos [Maria da Glória Gohn escreve em 1988], os quais se dedicam a assessorar os movimentos populares [...] a experiência política desta categoria de técnico-assessor foi obtida, na maioria das vezes, diretamente nos trabalhos com o movimento, na época da formação acadêmica, como estagiário de algum trabalho coletivo sobre problemas sociais; ou após a conclusão da graduação como profissional” (Gohn, 1988: 42).

Em São Paulo, os representantes mais evidentes da geração de técnicos que tiveram a trajetória de militância barrada pelo regime militar são Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre. Já Guilherme Coelho seria um claro representante dos “novos assessores” ao tentar resolver diretamente no plano dos movimentos sociais os impedimentos que nossa legislação e nossa autoconstrução impunham à implantação do cooperativismo de habitação uruguaio, os mesmos impedimentos, aliás, que levaram Rodrigo Lefèvre ao resguardo profissional enquanto não se iniciava época de transição para uma sociedade socialista.

Diante da dificuldade da tarefa, toda a equipe técnica que Guilherme Coelho conseguiu montar se limitou a três assistentes sociais, uma estagiária e um arquiteto, Henrique Reinach, cedidos pela Secretaria da Família e do Bem Estar Social do Município de São Paulo (Fabes), antecessora da Sehab [100]. Nesta que foi a primeira assessoria técnica de movimentos de moradia em São Paulo, Guilherme Coelho teria que trabalhar sem direito a qualquer remuneração, uma vez que uma cooperativa independente de técnicos não seria apoiada pela Cohab/SP.

A permanência deste profissional no projeto, mesmo depois de sua institucionalização [pela Cohab], deveu-se a um esforço da população na tentativa de realizá-lo segundo o modelo uruguaio, embora o projeto original previsse uma assessoria profissional sem vinculação com os órgãos oficiais, para afastar a máquina do Estado. Sabia-se que o grande número de órgãos e instâncias decisórias terminaria por interferir no projeto, enquanto que uma equipe independente teria maior versatilidade e liberdade de ação (Fonseca de Lima, 1989: 26).

Esta equipe independente, que já vimos que tomaria a forma de uma cooperativa, nunca aconteceu e a morte de Guilherme Coelho no começo do “projeto Vila Nova Cachoeirinha” representou a queda de uma barreira contra o domínio do canteiro de obras pela Cohab/SP e Emurb. Ainda assim, através da organização das tomadas de decisão no canteiro de obras é possível avaliar em que medida esta experiência de ajuda mútua se aproxima da gestão de obra das cooperativas uruguaias.

No desenvolvimento do projeto por Henrique Reinach, o ponto de partida foi de fato muito próximo ao que ocorria simultaneamente nas cooperativas uruguaias, ao menos quanto a dois procedimentos:

1. Projeto urbano e projeto arquitetônico discutido em assembléia.
2. Discussão de projetos através de métodos de apresentação didáticos, como a “maquete móvel” e a construção de casa-modelo.

Segundo moradores e técnicos que participaram destas primeiras discussões, o recurso a apresentações didáticas do projeto foi bem sucedido para mobilizar a Associação de Moradia, ainda que estivessem vinculados a momentos distintos de um canteiro autogerido. A “maquete móvel” verificava opções de projeto que precisavam estar consolidadas quando foi preciso arriscar a construção da casa-

100 Atualmente, Henrique Reinach é sócio de um conhecido escritório de arquitetura, a estagiária, Naila Mourad, chegou a uma das diretorias do Ministério das Cidades depois de participar de diversos governos do Partido dos Trabalhadores, e as assistentes sociais ainda pertencem ao quadro funcional da Sehab, sendo que pelo menos uma delas, Inês Beltrão, teve participação destacada nos programas do Funaps durante a administração Erundina.

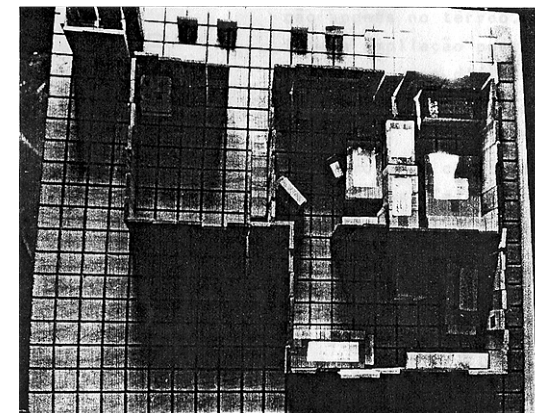


Imagem 67: Maquete móvel do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha” (Reinach, 1984a).

modelo, cujo rendimento pedagógico se limitava a verificar opções construtivas, ainda que o rendimento político fosse reafirmar a viabilidade da ajuda mútua contra a Cohab/SP [101].

Já sobre o primeiro procedimento - a discussão de projetos em assembléia - é difícil avaliar em que medida foi bem sucedido. Para Aluísia Fonseca de Lima, o autoritarismo nestas discussões se disfarçava sob a competência técnica:

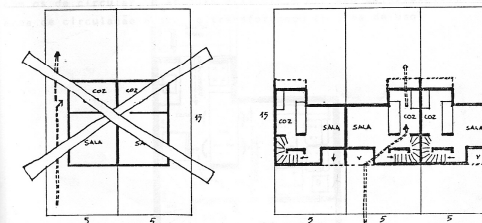
Fez parte do discurso dos técnicos dizer que a população foi co-responsável por todas as decisões tomadas, mediante mecanismos democráticos, as assembléias, e que esse nível de participação garantiu uma credibilidade do grupo no processo. De fato, as assembléias existiram e a população opinou durante a elaboração dos projetos urbanísticos e de arquitetura. Entretanto, na vivência do processo de construção no canteiro de obras, a população esteve de um lado e os técnicos de outro. O conhecimento formal esteve contrapondo-se ao saber popular e só na medida do possível os referidos planejamentos de obra e a execução dos ofícios da construção se tornaram um ato reflexivo da vontade do grupo popular” (Fonseca de Lima, 1989: 23-24) [102].

Como partido urbanístico, o projeto da primeira fase de Vila Nova Cachoeirinha optou por aumentar a densidade habitacional restringindo os espaços de circulação e eliminando os recuos laterais, aproximando-se das soluções em renques de casas uruguaias. Talvez fosse o máximo em densidade que se poderia obter em 1982. O projeto de arquitetura, por sua vez, combinava uma tipologia assobradada com possibilidades de expansão a partir de um estudo de circulação ao redor de uma mesa fixa, de onde partiam caminhos para o andar superior bem como para as ampliações do térreo para frente e fundos do lote, facultadas pela aberturas na alvenaria estrutural vedadas com blocos com junta a prumo. A integração entre sala e cozinha foi um ponto debatido entre arquitetos e moradores que mostra que as assembléias não deixavam de ser espaços de legitimação para solução de projetos não-convencionais: “Ficava sempre a pergunta: ‘tenho que passar pela sala para chegar à cozinha?’ [...]”

101 É difícil não pensar que a construção desta casa-modelo, preservada até hoje pela Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha, foi uma espécie de travessia do Rubicão para os movimentos de moradia em São Paulo.

102 Anos depois e refletindo sobre o percurso do mutirão desde Vila Nova Cachoeirinha, Caio Santo Amore Carvalho recoloca esta discussão em termos definitivos: “todos esses esforços em tornar os elementos técnicos compreensíveis são absolutamente inovadores para a relação entre usuário e o produto da habitação social de promoção pública. Pode-se mesmo afirmar que instauram uma dimensão de interlocução com o “cliente de massa”. Mas, mesmo considerando que possam ser instrumentos de uma discussão amplificada da qualidade de vida, o termo “projeto participativo” acaba supervalorizando esse processo, criando um “mito da participação” que acaba, numa operação ideológica no seu sentido mais ortodoxo, por iludir não apenas o mutirante ou usuário, mas também os técnicos envolvidos que conduzem os processos” (Carvalho, 2004: 77)

O Projeto arquitetônico definido pela população (projeto “três”) teve como linha mestra de seu desenvolvimento, a diminuição ao máximo da área de circulação interna. Nesse sentido optou-se pela geminação de ambos os lados, o que criou uma certa surpresa por parte da população: Ficava sempre a pergunta: “Tenho que passar pela sala para chegar à cozinha?”. Era muito frequente a expectativa do corredor lateral que unisse a frente ao fundo do lote. A equipe técnica mostrou então a necessidade de se economizar este precioso espaço para que se ganhasse em custo (maior geminação) e em área interna.



A circulação da unidade se dá de maneira simples e direta em ambos os pavimentos, numa tentativa de se evitar ao máximo espaços ociosos. As duas previsões de ampliação no pavimento térreo formam uma linha de circulação perfeitamente definida e paralela à circulação mais frequente que é a da cozinha.

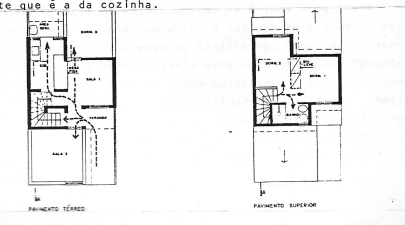


Imagem 68: Unidade habitacional do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha”

Os desenhos publicados por Henrique Reinach (Reinach, 1984a) fazem uma exposição didática do projeto, enfatizando a geminação das casas, a organização da circulação interna e as possibilidades de expansão.

Esta mesa separatória foi outro ponto de polêmica junto à população quando da discussão dos projetos” (Reinach, 1984, p. 21-2) [103].

Talvez a decisão mais importante oriunda das assembléias entre técnicos e moradores tenha sido a adoção de uma técnica construtiva específica, que antecedia até mesmo a discussão de alternativas tipológicas da “moradia-evolutiva”: a alvenaria estrutural com blocos cerâmicos. A começar porque “a posterior ampliação - que sem dúvida ocorreria - possuiria uma mesma linguagem construtiva, facilitando o trabalho individual de cada família, que por sua vez já havia sido treinada no decorrer do processo” (Reinach, 1989: 17), o que mostra uma preocupação em adotar procedimentos construtivos que possam ser permanentemente controlados por sua mão-de-obra:

O processo tradicional de construção parecia aquele onde a possibilidade de fracasso da mão-de-obra seria menor. Com relação a processos construtivos mais arrojados ou industriais, a equipe técnica considerou pela necessidade, no primeiro momento de implantação de um processo de construção por ajuda-mútua, de utilizar ao máximo a linguagem construtiva de domínio geral. Nesta fase do processo era necessário dar uma maior importância à mobilização e organização, que já era em si uma grande novidade” (Reinach, 1989: 17).

Os entraves burocráticos com o BNH eram tão grandes que a Cohab financiou diretamente um primeiro grupo de casas depois que a pressão das famílias chegou à prefeitura. Ainda assim, a empresa imporia como condição que apenas um grupo de 40 famílias fosse financiado por vez, e este teria de concluir suas moradias para que outro grupo iniciasse as suas. Esta imposição desmontava o cronograma de obras que Guilherme Coelho elaborou com base nos canteiros de obra por ajuda mútua que visitou no Uruguai. Nestes cronograma, seriam criados grupos de 40 famílias especializados numa tarefa construtiva e que ingressariam pausadamente nos trabalhos de canteiro complementando o trabalho iniciado por uma equipe anterior até que todos estivessem trabalhado simultaneamente, embora cada parte do canteiro estivesse numa etapa construtiva diferente. Certamente ele teve contato com esta organização nos grandes conjuntos intercooperativos uruguaios, onde as equipes eram compostas por 40 famílias (ou 80 trabalhadores, supondo dois por família) e trouxe este parâmetro para a experiência paulistana. Até hoje, as *cooperativas de vivienda* mantém a organização por equipes, ainda que atualmente poucas delas ultrapassem a quantidade de 100 famílias cooperadas.

Outra aproximação conflitiva que aconteceu entre o “projeto Vila Nova Cachoeirinha” e as tecnologias de gestão das cooperativas por ajuda mútua se deu a respeito da regulação das horas de trabalho. A primeira decisão da assembléia da Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha foi contar as horas trabalhadas tal como eram realizadas, fossem produtivas ou não, o que induzia as famílias a competirem entre si para acumular horas trabalhadas e não serviços realizados.

103 Passados 24 anos, nenhuma destas mesas sobreviveu, mas as alterações nas edificações e na composição das famílias moradoras foram tão maiores que é difícil avaliar o acerto ou não da proposta de otimização de espaço.



Imagem 69: Canteiro de obras da cooperativa Covilacar

A foto mostra dois renques de casas em fases diferentes de construção e foi feita a partir de um renque construído até o telhado. A Covilacar é o mais recente experimento da Fucvam com moradores de “*bajos ingresos*” (ver Imagem 30).

A solução para esse problema veio do próprio grupo, decidindo o regulamento da “tarefa”. Uma equipe se responsabiliza por uma determinada tarefa em troca de um número maior de horas que o normal. A princípio houve uma alta resistência a esta prática, já que ela significava a “mercantilização” das horas trabalhadas. Mas logo que o sistema foi experimentado, ele mostrou seus bons resultados. Os “pedreiros” revoltados [com o sistema que premiava apenas o acúmulo horas dedicadas ao trabalho] montaram equipes poderosíssimas, que apresentaram em pouco tempo resultados inimagináveis. A tarefa mostrava ser uma possível saída para um maior equilíbrio entre horas trabalhadas e horas produzidas (Reinach, 1984b: 33).

Foram necessárias várias discussões com a equipe técnica para se reverter a primeira decisão e implantar o sistema de “tarefas”, que no fundo são abstrações que permitem fazer uma comparação de trabalhos socialmente necessários e agrupar os indivíduos segundo afinidades produtivas [104].

Após a conclusão das 40 moradias do “Grupo 1”, a Cohab admitiu realizar o restante da obras com o cronograma originalmente proposto por Guilherme Coelho baseado em equipes especializadas em determinadas tarefas. Foi neste momento que a arquiteta Alúzia Fonseca de Lima passou a acompanhar o “projeto Vila Nova Cachoeirinha” para realizar sua pesquisa de mestrado (que seria “uma vivência realizada no canteiro de obras”). Segundo suas observações, o sistema por tarefas produzia um resultado pedagógico e político relevante:

Com a vivência na obra, as pessoas foram encontrando as atividades com as quais sentiram mais afinidade e melhor desempenho [...] as equipes foram sendo formadas, especializando-se em serviços determinados, mas sem perder a noção do conjunto [...] Cada equipe destas possui seu respectivo encarregado escolhido em assembléia [...] Apesar desta decisão ter ficado atrelada ao comando da equipe técnica, o grupo não pôde ser bloqueado no seu processo de auto-organização interna, dando mostra a cada passo de que se tornaria capacitado para a obra (Fonseca de Lima, 1989: 32).

Já o ponto de vista de Henrique Reinach, arquiteto que assumiu a direção técnica depois da morte de Guilherme Coelho, os resultados produtivos destas equipes de trabalho poderiam ser maiores, principalmente se houvesse uma composição mais balanceada dos seus integrantes. No “Grupo 1”, por exemplo, das 40 famílias, 7 eram compostas por mulheres sozinhas e idosas, o que mostrava que “os grupos deveriam ser formados [...] de forma a proporcionar um maior equilíbrio na força de trabalho, e não apenas seguindo critérios de vizinhança e afinidades como foi feito” (Reinach, 1984a: 35):

O regulamento definido foi baseado na experiência uruguaia, muito específica em função da própria população a que se destina e da estruturação das cooperativas no Uruguai. No caso uruguaio, os vínculos

104 “O dilema central da cooperativa de trabalho é a discussão sobre a medição do trabalho dos seus sócios. No caso de atividades específicas, a remuneração tem sido feita de acordo com o cumprimento do trabalho; mas quando o trabalho é comum a diversas pessoas, sempre existe a dificuldade de saber definir a equiparação ou a diferenciação do volume de trabalho para fins de remuneração. Somente uma discussão democrática permanente e um alto grau de consciência cooperativa poderão superar este situação” (Rech, 1995: 45).

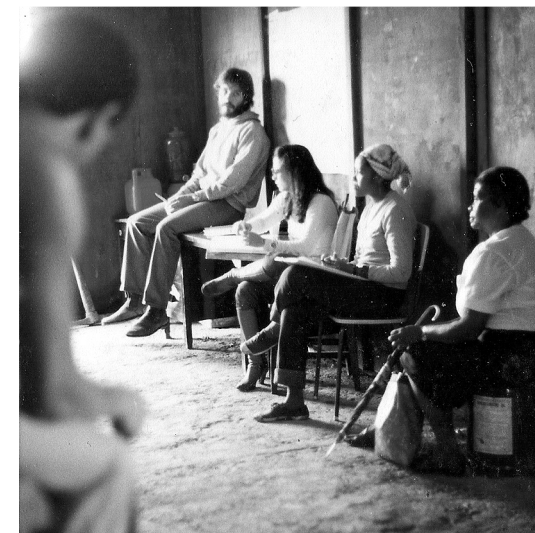


Imagem 70: Reunião da Associação de Moradia em dezembro de 1982.

Foto do acervo pessoal de Henrique Reinach, que aparece ao fundo, sentado sobre a mesa.

anteriores dos grupos que constituem a cooperativa são mais fortes, pois a origem das cooperativas é, muitas vezes, sindical ou provenientes de associações de bairro ou organizações afins. Em Vila Nova Cachoeirinha a população começou a se organizar a partir de seu processo reivindicatório, com o agravante que, em São Paulo, a Ajuda-Mútua não foi formalmente resolvida, estando totalmente atrelada aos órgãos públicos municipais, comprometendo sua autonomia e mesmo responsabilidade decisória (Reinach, 1984a: 32).

O personalismo e o autoritarismo, estas complementaridades que caracterizam a sociedade brasileira, não deixaram então de se misturarem nos métodos de organização e gestão da ajuda mútua em Vila Nova Cachoeirinha. Ainda assim, restava o resultado econômico desta organização, incontestável quando se considera apenas o custo das unidades habitacionais (cf. Tabela 4, subcapítulo 2.2). Segundo Henrique Reinach, o baixo custo de edificação da unidade - que hoje seria menos de R\$ 120 / m² - não se devia apenas ao fim de custos administrativos, bonificação e despesas indiretas, mas também a acréscimos de produtividade:

O processo de ajuda-mútua implica na racionalização e tecnificação do processo de trabalho, reduzindo o número de horas trabalhadas por unidade, com o objetivo de diminuir ao máximo o sobre-trabalho coletivo” (Reinach, 1984a: 6)

* * *

Cabe agora observar as diferenças que aparecem quando a Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha voltou a realizar o canteiro de obras por ajuda-mútua na administração Erundina, através do convênio assinado em 1992 como o programa Funaps Comunitário para constituição do mutirão “Cachoeirinha Leste”.

O primeiro passo é entender a mudança na concepção estrutural que era central para os projetos de ajuda-mútua dos anos 1980: a alvenaria estrutural. Para Henrique Reinach, com a alvenaria estrutural, os moradores “não só controlam sua própria mão-de-obra, como também a qualidade e custo do material adquirido. Material este que se encontra no mercado, já que o processo construtivo é o mais tradicional” (Reinach, 1984: 4). Para Paulo Sérgio de Souza e Silva, os blocos cerâmicos estruturais foram escolhidos como material construtivo dos bolsões do projeto “Nossa Senhora da Penha” pelo “sentido simbólico deste material e acabamento, usados no mutirão de Vila Nova Cachoeirinha [o “projeto” Vila Nova Cachoeirinha], exemplo e referência básicos para o grupo-meta”:

Ao longo da obra essa opção se revelou vantajosa, por facilidades inerentes à geometria das paredes e vãos, simplificada pela modulação dos blocos, e também, do ponto de vista didático, dado estimular a disciplina e o zelo no assentamento dos blocos, na limpeza e recuperação das sobras de argamassa e cuidados análogos, o que não teria ocorrido em paredes destinadas por definição ao revestimento (Souza e Silva, 1984: 43)



Imagem 71: Unidade do “Projeto Vila Nova Cachoeirinha” em 2006

Esta casa é a mais preservada da primeira leva de construção por ajuda mútua. A destruição das demais pela autoconstrução não aconteceu por um impulso individualista, mas para abrigar os filhos dos primeiros moradores. Ao fundo, o “Cingapura” Vila Nova Cachoeirinha.

Havia uma adequação entre o bloco estrutural e os procedimentos de ajuda mútua no canteiro de obras que não parecia poder ser transferida para outro sistema construtivo.

Já para o principal arquiteto do “Mutirão Cachoeirinha Leste”, Alexander Yamaguti, a alvenaria estrutural implantada nos anos 1980 pode ser avaliada como contrária à própria idéia de “moradia evolutiva” que sempre acompanhou os canteiros autogeridos de Vila Nova Cachoeirinha:

Com o tempo, em função da dinâmica familiar e do questionamento de técnicos da áreas de habitação, surgiu a necessidade de expansão e mudança de layout dos projetos originais. Neste momento as limitações impostas pelo sistema estrutural frustraram a vontade dos usuários em expandir suas moradias e modificar o uso dos espaços internos [...] Em função dessa necessidade de flexibilizar o uso do imóvel devido às mais diversas razões, a população passou a questionar o modelo em uso até então (Yamaguti, 2003: 38-40).

Assim, ao invés da alvenaria estrutural, que nos anos 1980 era considerado um processo construtivo “mais tradicional”, Yamaguti propõe um sistema estrutural de viga e pilar, pois “a solução mais adequada passou a ser um modelo em estrutura convencional que é adotado pela maior parte da população de autoconstrutores no Brasil” (Yamaguti, 2003: 40).

Mas o que é uma concepção estrutural convencional “para a maior parte da população de autoconstrutores”, em Vila Nova Cachoeirinha vai se revelar como uma inovação de execução, pois as vigas e pilares seriam compostos de elementos pré-fabricados em argamassa armada. São pré-formas em perfil “U” que servem tanto à fundição das vigas e pilares *in situ* quanto auxiliam na transmissão de carga. A adequação deste método construtivo para a autogestão da produção pelos movimentos de moradia estava no potencial que tinha para o alívio do esforço físico e a formação para a produção.

Mais do que dar liberdade para as futuras ampliações da “morada evolutiva”, a pré-fabricação de vigas e pilares a tornava menos trabalhosa. Ao invés de lidar com pesadas paredes estruturais, a construção e ampliação das residências se dava através de peças estruturais delgadas, que possibilitam realizar as vedações com blocos leves e mais fáceis para erguer ou demolir. Esta redução do esforço físico é importante num regime de trabalho por mutirão, em que não é possível separar quem administra de quem executa as edificações [105]. Outra das vantagens perseguidas com a adoção de pilares ao invés de paredes estruturais era a possibilidade de uso de sapatas isoladas para as fundações:

Mantido o processo construtivo em alvenaria armada, as duas alternativas de fundação - “radier” ou sapata corrida - tinham custos incompatíveis com os recursos disponíveis, além de implicarem em um volume considerável de escavações, a serem executadas manualmente pela população, em uma operação extremamente penosa” (Yamaguti, 2003: 40).

105 É preciso lembrar também que, das 206 famílias do Mutirão Cachoeirinha Leste, 60% delas eram chefiadas por mulheres, num perfil característico de população de baixa renda.

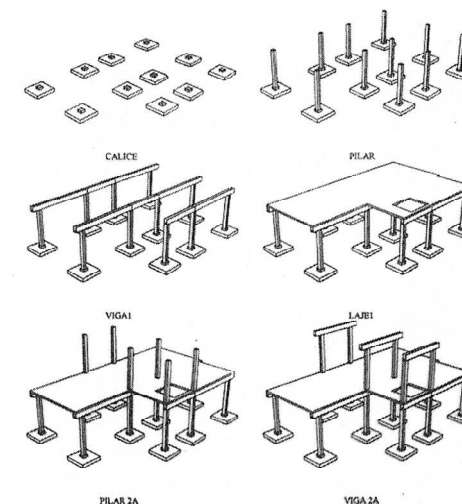


Imagem 72: Esquema construtivo do mutirão Vila Nova Cachoeirinha

As lajes assentadas sobre a retícula estrutural construída com pré-formas de argamassa armada deixavam um buraco para escada (Yamaguti, 2003).



Imagem 73: Construção dos vedos no mutirão Vila Nova Cachoeirinha

O sistema construtivo com vigas e pilares exigiu apenas blocos leves para vedação (foto de Leandro Coelho).

No entanto, se o único objetivo da pré-fabricação fosse eliminar toda operação considerada “penosa”, a inovação tecnológica empreendida pelo canteiro de obras autogerido seria apenas reativa. É importante então perceber que ela visa também a formação produtiva de quem a opera, aproximando-se da proposição básica do cooperativismo de produção, que é transformar o trabalhador pelo trabalho. Assim, em canteiros autogeridos, a inovação técnica é imediatamente transferência de conhecimento:

A efetiva transmissão de conhecimento técnico e *know-how* específico para a produção de pré-fabricados, inserido em processo autogestionário foi um grande salto qualitativo na produção de moradias e formação de mão-de-obra especializada além de técnicos qualificados no manejo deste conhecimento. Dentro deste contexto, a questão da introdução de um sistema pré-industrializado potencializa desdobramentos a partir da produção das moradias, entre outros, no interesse da comunidade em formar cooperativas para a produção de componentes e elementos construtivos visando o mercado formal [...] Para tanto, procura-se formar os profissionais necessários durante o decorrer do processo, por meio de monitorias e grupos ou equipes de trabalho. Aliás, o mutirão se torna, em certos momentos, uma grande escola [...] A produção da unidade habitacional é o objetivo primeiro da associação de moradia, mas se espera também que, após a obtenção da casa própria, continuem mobilizados na execução de projetos comunitários, quer sejam nas cooperativas de trabalho, quer sejam nas melhorias do complexo habitacional” (Yamaguti, 2003: 46-8).

Na “mini-usina” de mutirão montada pelo Cedec/Emurb algumas inovações técnicas partiam justamente de seus limites produtivos. Foi assim com a mesa vibratória, montada a partir de materiais descartados e um motor elétrico usado, e com as formas de madeira, para as quais “foram incorporadas melhorias ao projeto original das mesmas fôrmas a partir de observações feitas pela própria população na operação da mini-usina. Isto resultou em uma maior durabilidade das fôrmas e em conseqüente aumento da capacidade produtiva da unidade” (Yamaguti, 2003: 44).

Assim, o canteiro de obras autogerido não é apenas o destinatário da inovação tecnológica promovida pelas assessorias técnicas de mutirão, mas também etapa necessária de transformação, uma vez que qualquer tecnologia trazidas de fora deste canteiro (a das pré-formas de argamassa armada do Cedec, por exemplo, vieram de pesquisas européias) são avaliadas através da sua operação por mão-de-obra mutirante e demandam alterações de acordo com a gestão financeira e de trabalho do mutirão:

A relação estreita e a avaliação permanente do canteiro de obras e das condições de trabalho do operário também resultaram em algumas alternativas tecnológicas (e não ‘tecnologias alternativas’, em sentido pejorativo), que pretenderam minimizar e qualificar os processos produtivos. Passam a ser adotados sistemas construtivos pré-moldados ou processo com algum grau de industrialização (que vão da utilização de concreto bombeado à produção de peças no próprio canteiro ou até à utilização de estruturas metálicas (Carvalho, 2004: 163).

Seria possível para as tecnologias aperfeiçoadas para o canteiro de obras autogerido que elas saíssem do mutirão e ganhassem o mercado da construção civil? Pedro Arantes menciona o caso, em São Paulo, do bloco de alvenaria estrutural “J” (Arantes, 2002: 214), criado nos mutirões para evitar a especializada construção de formas nas laterais das lajes e que hoje consta de qualquer catálogo de fabricantes de alvenaria estrutural. No entanto, os exemplos de investimentos muito maiores e que



Imagem 74: Fundações e pilares no mutirão de Vila Nova Cachoeirinha

As escavações do mutirão eram menores que as valas exigidas pelas paredes estruturais dos projetos anteriores (Souza e Silva, 1998 [1991]).



Imagem 75: Montagem de escola com componentes pré-fabricados do Cedec
Foto de Reginaldo Ronconi

fracassaram como mercadorias, como os produtos da “*planta de Fucvam*”, indicam que os canteiros autogeridos são bons laboratórios apenas para as produtos que eles mesmos necessitam:

As soluções tecnológicas [das assessorias técnicas de mutirão] padecem de uma conexão com a atrasada indústria da construção civil em geral. As tentativas de montar micro-pólos de produção nos canteiros de obra findaram fracassadas em sua maioria. Mesmo quando a associação comunitária apóia e investe em sistemas alternativos - como as pré-fôrmas de argamassa armada utilizadas em fase recente do mutirão Vila Nova Cachoeirinha -, não existe mercado que dê vazão aos produtos, restringindo assim a experiência àquela obra (Carvalho, 2004: 164)

De qualquer forma, não é na inovação tecnológica que os mutirões autogeridos precisam ser competitivos, mas sim na execução de políticas públicas de habitação. E, para isso, precisam do assessoramento técnico porque o caminho inverso - que transporta tecnologias existentes no mercado da construção civil para o canteiro autogerido - leva ao mutirão materiais e sistemas construtivos desenhados para que empresas de investimento privado aumentem sua valorização pela velocidade da produção de edifícios e mantenham regimes de dominação entre trabalho especializado e não especializado [106].

Talvez seja melhor dizer que a autogestão incorpora e adapta para suas relações de produção a inovação tecnológica que é criada, no campo da construção civil, pela combinação de centros de pesquisa especializados e interesses de empresas de grande capital. Ainda assim, é possível assumir que, para a habitação de interesse social, a única inovação tecnológica capaz de levar os moradores a novos patamares de desenvolvimento humano é a que acontece no interior de canteiros autogeridos pela interação entre movimentos sociais de moradia e organizações não-governamentais na figura de assessorias técnicas:

É preciso reconhecer que as iniciativas provavelmente mais instigantes e transformadoras na produção do habitat que nasceram neste período [de invenção de canteiros de obras geridos pelos trabalhadores] não estiveram nas mãos dos grandes arquitetos e de seu desenho, mas sob coordenação dos movimentos populares e das assessorias técnicas que os apoiaram. Ao menos foram eles os únicos a indicar que, em sociedades especialmente desiguais como a brasileira, a democratização da arquitetura exige não só imaginar a melhor maneira de levá-la a todos, mas, principalmente, na forma de relações sociais de produção mais igualitárias (Arantes, 2004b: 201).

* * *



Imagem 76: Preparação de forma na mini-usina de Vila Nova Cachoeirinha

A operação autogestionada da usina permitiu aperfeiçoamentos na manutenção das formas (Souza e Silva, 1998 [1991]).

106 Numa cooperativa em obras ao lado da Covimt 9, um cooperado me disse o seguinte a respeito do sistema de painéis de concreto celular usados, com bastante maquinaria, na construção de um edifício vizinho: “*esto sirve para construir viviendas, no una política de vivienda*”.

Uma discussão subsequente sobre a ajuda mútua depois da administração Erundina precisa abordar o que foi denominado por órgãos de governo, movimentos de moradia e assessorias técnicas de “mutirão de 2ª geração” justamente para marcar uma diferença em relação aos convênios de mutirão assinados entre a Cohab e as associações comunitárias de construção segundo regras formuladas no final da administração Celso Pitta. O modelo destas regras veio do governo do Estado de São Paulo, no rastro da incorporação dos mutirões por programas da companhia de habitação estadual CDHU e que foram implementados a partir de 1995 com apoio da União de Movimentos de Moradia:

Já se indicava uma estrutura mais “profissional”, pretensamente menos baseada na militância e paixão dos técnicos. O “profissionalismo” foi assumido também pelo Movimento. Na verdade, foi o sucesso do programa Mutirão-UMM na CDHU que provocou o interesse do secretário municipal de habitação em iniciar negociações com esse Movimento. As mudanças nas porcentagens, sobretudo aquelas destinadas à mão-de-obra especializada acabaram atendendo à reivindicação que desde o início da década de 90 vinha sendo entoada pelos Movimentos: “menos mutirão, mais autogestão!”. (Carvalho, 2004: 47-48).

Nesta geração de mutirões, a participação das empreiteiras seria regulada com mais intensidade do que nas experiências da administração Erundina:

A idéia de autogestão se descola dos processos de produção de moradia por ajuda mútua [...] cedendo lugar a um processo - sutil, num primeiro momento - de incorporação das bandeiras de luta: “menos mutirão, mais autogestão”, por exemplo, justificou nos anos Covas [no governo estadual, de 1995 a 2001], o ingresso das empreiteiras executando fundações e superestrutura (o “paliteiro” ou “canela seca”, como diz o povo), liberando os mutirantes de grande parte do tão propalado sobretrabalho. O detalhe é que esta tarefa consumia 60% dos recursos previstos para a produção de toda a unidade habitacional - contra os tradicionais, no máximo, 30%. E mais: quem contratava as empreiteiras, sem nenhum processo licitatório e por indicação da própria CDHU, eram as associações, que se prestavam a testas-de-ferro [...] Neste processo, o que havia de novo acaba dando lugar às velhas práticas obscuras de administração do erário público (Lopes, 2004: 43-44).

Portanto, as empreiteiras que vão atuar nos mutirões de segunda geração não desempenham um papel apenas técnico de produzir estruturas para construção de edifícios em altura: elas estão a serviço de uma clientela política.

Não fosse por isso, a cessão do canteiro de obras autogerido para empresas capitalistas não seria mais do que o deslocamento de uma modalidade do cooperativismo de habitação baseada na produção para uma outra, baseada no consumo. No Uruguai, equivaleria a uma transição entre as *cooperativas de vivienda por ayuda mutua*, representadas pela Fucvam, para as *cooperativas de vivienda por ahorro previo*, representadas pela Fecovi - “*Federación de cooperativas de viviendas de usuarios por ahorro previo*”. Nestas cooperativas, os associados integram uma poupança prévia (“*ahorro previo*”) no valor de 15% do financiamento público do Fundo Nacional de Habitação uruguaio e contratam as obras com empreiteiras mantendo na cooperativa e com apoio da Fecovi a gestão de compras de insumos, projetos e serviços complementares. É preciso ver que as *cooperativas de vivienda por ahorro previo*

também conseguem economias significativas na contratação de moradias junto a empreiteiras privadas à medida que contam com serviços da sua própria rede de assessorias técnicas:

Los Institutos de Asistencia Técnica que las capacitan para la auto administración de las obras logran constituir a las cooperativas en empresas constructoras, que contratan directamente materiales y mano de obra logrando así un costo de construcción promedio sensiblemente inferior a la promoción privada (Fecovi, 2006: doc. eletrônico).

Veja-se que as regras de financiamento dos “mutirões de segunda geração” de São Paulo transformam o próprio dispêndio de trabalho do mutirante numa “poupança prévia” (a expressão é oficial), que tem a forma de um valor atribuído para a mão-de-obra de cada família mutirante que, ao invés de aparecer diretamente na produção da habitação, se torna um desconto no valor do imóvel quando acontecer a amortização final do financiamento. Permanece nesta regra a ausência de compromisso de natureza econômica entre o mutirante e a associação: trata-se aqui apenas de facilitar a aquisição das unidades habitacionais como propriedade individual.

De qualquer forma, a ênfase na gestão e na política de compras por parte dos novos mutirões paulistanos não deixa de ser tributária do cooperativismo e do valor que este movimento confere ao consumo solidário desde a cooperativa de Rochdale, pelo qual as cooperativas procuram dar destinação coletiva ao valor que deixam de pagar à intermediação comercial, de que os fundos para inadimplência ou para educação cooperativa são um exemplo permanente [107].

Ainda que toda autogestão seja uma apropriação da produtividade do trabalho pelo próprio trabalho, seu convívio com empresas de investimento privada não impede que estas continuem a reverter unicamente para seus proprietários os lucros advindos da gestão autocrática ou, de forma mais violenta, do compadrio com a gestão governamental dos programas de habitação social no Brasil.

Mais ainda, ao se dissociar da produção da habitação, o mutirão acabaria perdendo a capacidade de aferir custos diretamente ligados à construção e seus processos de trabalho, que são onde as empreiteiras encontram uma larga margem para aumentar sua lucratividade para além da rubrica oficial dos “benefícios e despesas indiretas”. Para João Marcos Lopes e Cibele Rizek, este controle de custos produtivos realizado pelos mutirões seria tão oportuno que poderia até mesmo reverter em benefício das próprias políticas públicas de habitação:

107 Talvez a permanência de resultados coletivos de um consumo baseado na cooperação pudesse conformar a integrante do mutirão “Ernesto Che Guevara”, Edna de Jesus Stein, que deu um depoimento para Caio Carvalho assim transcrito: “Ao avaliar o processo de mutirão, Edna considera que ‘perdeu um pouquinho’ devido à diminuição do trabalho gratuito: ‘hoje é tudo por empreiteira. Tudo bem... tem aqueles que não estão a fim, mas tem aqueles que gostariam de participar. Porque atualmente só quem está participando somos nós [coordenação do mutirão], que estamos aqui todos os dias. Não vai ser a mesma coisa - eu construí. Vai ser - eu compre!’” (Carvalho, 2004: 157 - grifos no original).



Imagem 77: Cooperados da Fecovi inspecionam uma obra

A bandeira da Fecovi, com triângulos verdes alusivos ao pinheiro cooperativista, está no centro da foto (Fecovi, 2006)

A produção a preço de custo, promovida pelos mutirões autogeridos, permite uma verificação, em tempo real, das distorções ou ajustamentos entre qualidade dos materiais aplicados, custos orçados e serviços realizados no conjunto do mercado da construção civil. Trata-se, portanto, de algo próximo a uma *auditoria permanente do setor*“ (Lopes; Rizek, 2005: 23-24 - grifo no original).

No entanto, esta auditoria da autogestão exigiria estratégias de financiamento por parte do poder municipal diferentes dos programas de mutirão passados e atuais da Cohab/SP, que licitam as obras para as organizações que congregam as associações comunitárias de construção com base em tabelas oficiais de preços de insumos e serviços e que são elaboradas a partir dos procedimentos viciados do mercado construtor privado.

Além disso, como contabilizar os custos impostos à mobilização social pela própria intermediação dos fundos públicos por órgãos de governo?

O investimento desperdiçado no esforço de moção da vontade do Estado é enorme: desde mobilizações populares até as extensas avaliações técnicas provando a eficiência do processo parecem consumir até mais que o necessário para se investir no próprio processo. Mesmo que uma decisão política estabeleça a prática, o nível técnico-operacional acaba implicando pesadíssimos investimentos alheios (movimentos, ONGs, universidades, agências internacionais etc.) para a cobertura dos custos de trabalho prévio exigido para avaliações que não conduzem a conclusões técnicas, aferições e justificativas de preços para o ajuste aos termos de referência impostos pelo gestor público (muitas vezes, as planilhas estabelecidas como referência para contratação de empreiteiras - mas não aquelas calculadas para pagamento dessas empreiteiras) (Lopes; Rizek, 2005: 21).

Há muitos obstáculos ainda para que a economia da autogestão (aqui em sentido de poupança e também de atividade econômica) seja universalmente aferida no campo da habitação social e possa entrar em competição real com a economia que é oferecida aos mutirantes pelas empreiteiras, que prometem com isso eliminar o sobretrabalho em seus canteiros de obra. Estes obstáculos são desafios necessários para a habitação social por ajuda mútua, pois o que vai decidir o futuro do mutirão é sua competitividade, e esta, para acontecer sob autogestão dos trabalhadores, precisa que o assessoramento técnico continue a fazer convergir a mobilização empreendedora dos mutirantes e a inovação em materiais, sistemas e técnicas construtivas.

CONCLUSÃO

Não é linear o percurso que sai da fábrica de Robert Owen em New Lanark para chegar aos canteiros por ajuda mútua de Vila Nova Cachoeirinha. Nesta dissertação, ele foi organizado em três etapas.

Na primeira, o programa original de Robert Owen para as cooperativas - formar o trabalho solidário a partir das forças produtivas do capitalismo - é transformado pelo cooperativismo, quando este se torna um movimento internacional, em princípios para o controle do capital em empresas de gestão democrática e propriedade coletiva de trabalhadores. Esta empresa cooperada confronta em graus diferentes as empresas de gestão autocrática e propriedade privada de investidores como um modo de produção subordinado da formação social capitalista. Ela reforça assim o propósito de avançar a democracia econômica contra tendências antidemocráticas do capital, um programa político relevante para a América Latina à medida que suas economias circunscrevem cada vez mais o trabalho em políticas compensatórias.

Na segunda etapa, se observou o desenvolvimento do cooperativismo nas condições sócio-econômicas passadas e presentes do Uruguai e o surgimento de uma modalidade de cooperativa habitacional em que o acesso a fundos públicos se dá mediante a produção direta da moradia pelos cooperados. Esta modalidade por ajuda mútua se torna uma força social representada pela Fucvam, resistente o suficiente para atravessar a repressão militar e enfrentar dois desafios urbanos impostos pela desestruturação da sua economia: o despovoamento dos centros e a favelização da periferia. O transplante e adoção deste modelo em São Paulo por uma nova geração de técnicos durante a redemocratização brasileira é truncado pelo autoritarismo da nossa legislação cooperativista, cuja ênfase, na área da habitação, era incentivar a apropriação privada da moradia. A cooperativa uruguaia acaba se inserindo na cidade sem sua forma jurídica e competindo com uma autoconstrução que se generaliza comandada pela própria acumulação de capital e pelas políticas de clientela. Ainda assim, a política municipal de habitação da administração Erundina, de 1989-1993, baseada no acesso a um fundo público com assessoramento técnico, leva as associações comunitárias de construção a um patamar de atuação política próximo da *cooperativa de vivienda*.

A última etapa foi acompanhar a evolução das políticas habitacionais do município nos empreendimentos baseados em canteiros autogeridos em Vila Nova Cachoeirinha. A evolução do assessoramento técnico do primeiro “projeto de ajuda mútua” ao primeiro “mutirão autogerido” aproximou as experiências de racionalização construtiva e formação humana através do trabalho de experiências similares realizadas pelos *Institutos de Asistencia Técnica* uruguaios, enquanto que a transferência de população entre a favela “Morro da Esperança” e o “Cingapura Vila Nova Cachoeirinha”

mostrava de uma só vez a tutela da pobreza mediada por empreiteiras e a persistência da autoconstrução atomizada, a maior inimiga do projeto emancipatório do mutirão.

Ao buscar a referência uruguaia, as famílias da Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha queriam apenas uma moradia de qualidade melhor do que a disponível pelos programas públicos da época. Entre 1982 e 1985, com dificuldades de toda ordem, foi o que conseguiram. Vinte anos depois, soterradas estas moradias pela autoconstrução e pelas políticas erráticas do clientelismo, as conclusões que Vila Nova Cachoeirinha suscita são prospectivas em relação ao passado e ao futuro. O que ficou do cooperativismo que quis trazer para São Paulo? O que ele ainda pode aportar para o mutirão autogerido em São Paulo?

* * *

Analisado da perspectiva do cooperativismo, o mutirão autogerido também carrega uma ambivalência de objetivos, em que é preciso fazer coincidir o esforço pedagógico e moral dos processos de trabalho no canteiro de obras com o esforço econômico em torná-los competitivos no quadro da política habitacional de São Paulo.

Para lidar com estes objetivos, o mutirão se alinha com o cooperativismo como forma de transição entre capitalismo e socialismo, que é capaz de incorporar e transformar as forças produtivas criadas pelo capital, mas não de criar novas forças produtivas, específicas do modo cooperado de produção. Ao produzir a habitação que consome, o mutirão autogerido, tal como a *cooperativa de vivienda por ayuda mutua*, é um empreendimento coletivo e democrático que utiliza técnicas, materiais e instrumentos desenvolvidos por empresas capitalistas, com todas as inaptidões que estas podem comportar para o trabalho livre [108]. Não é outra a natureza das polêmicas que cercam sua interação com empreiteiras.

O mutirão autogerido acaba assumindo assim o mesmo desafio das cooperativas de produção, que é transformar em vantagem competitiva o que na verdade é um fim pedagógico e moral: a desalienação do trabalhador. Ao tratar da “cooperativa operária” como a tipologia cooperativa que mais avançou no confronto com o capital, Paul Singer fala “da fragilidade desta forma de transição” do capitalismo ao socialismo:

108 “A questão da alta tecnologia é, assim, de uma ambiguidade extrema. Jamais se deve abandonar as conquistas da razão, do saber, mas cada um desses saberes, como foram criados para e pelo capital, trazem consigo sempre algo de perigoso, traiçoeiro, escorregadio” (Ferro, 2006 [2005]: 425).

As cooperativas operárias não são portadoras de forças produtivas novas, que só seriam compatíveis com as relações de produção cooperativas ou socialistas. É possível que, no futuro, tais forças produtivas surjam, mas não dá para desenvolver um projeto de revolução social socialista a partir desta hipótese. O que a experiência comprova é que as cooperativas, tomando todas em conjunto, apresentam vantagens comparativas em relação às empresas capitalistas, do ponto de vistas dos produtores e dos consumidores. Mas estas vantagens não tomam a forma de forças produtivas, mas da desalienação de consumidores e produtores. A vantagem oferecida pelas cooperativas, e que explica grande parte do seu êxito relativo, é que a forma cooperativa de organização, seja do consumo ou da prestação de serviços ou da produção para os mercados, *permite e compele o diretamente interessado a participar nas discussões e negociações sobre questões de seu interesse*. Obviamente não se trata de uma vantagem competitiva como seria uma tecnologia superior. Esta característica do cooperativismo só se torna vantagem se houver predisposição das pessoas para participar em atividades econômicas como sócio com direitos e responsabilidades iguais aos dos demais sócios (Singer, 1998: 129-130 - grifos no original).

Nas cooperativas, a desalienação gravita em torno de um sentido comercial, pois a eliminação de atravessadores e o controle do capital ampliam o domínio do cooperado sobre as atividades econômicas da cooperativa e permitem que elas sejam exercidas, ainda que em graus variáveis, pelos próprios cooperados.

Daí que a importância da educação para o movimento cooperativista seja direcionada mais especificamente para a “educação cooperativa”, voltada para o trabalho por autogestão, pois para esta vertente do pensamento socialista interessa coletivizar o empreendedorismo, recurso humano que, no capitalismo, é restrito a um conjunto pequeno de especialistas: os empresários. No caso da cooperativa de habitação por ajuda mútua - ou do mutirão autogerido - esta desalienação resultaria nas seguintes vantagens competitivas para as políticas públicas de moradia: qualidade de execução da edificação, controle de desperdícios de obra e permanência da vida associativa [109].

Assim, a primeira conclusão é que as transformações pedagógicas e morais que o mutirão autogerido promove no canteiro de obras são a essência da sua diferenciação e da sua vantagem comparativa em relação às empresas capitalistas, e pode-se dizer que a desalienação do trabalho é sua única tecnologia própria. A relação com empresas privadas no canteiro de obras ou sua dependência de instâncias de governo e sua tendência a criar clientela política precisam ser avaliadas em função da preservação deste objetivo pedagógico.

109 É esta desalienação que faz Simone Weil ver uma sociedade livre no canteiro de obras: “Uma equipe de trabalhadores de linha de montagem vigiados por um contramestre é um triste espetáculo, enquanto que é bonito ver um punhado de operários da construção, por alguma dificuldade, a refletir cada um de seu lado, a indicar diversos meios de ação, e a aplicar unanimemente o método concebido por um deles, o qual pode indiferentemente ter ou não ter uma autoridade oficial sobre os outros. Em tais momentos a imagem de uma coletividade livre parece quase pura” (Weil, 2001 [1934]: 127).

No entanto, e assumindo agora a perspectiva mais específica do cooperativismo de habitação uruguaio, é preciso reconhecer que o necessário caráter formador do mutirão autogerido é insuficiente para que seu desempenho na execução de uma política pública de habitação se sobressaia em relação às empreiteiras, para não falar da autoconstrução de nossas periferias.

As experiências brasileiras sobre a desalienação do trabalho no canteiro de obras antecedem e tiveram um curso independente do cooperativismo uruguaio. Pedro Arantes traçou em definitivo este “fio da meada” da história do mutirão estabelecendo seu ponto inicial nas obras da Arquitetura Nova, com sua defesa do trabalho livre e de uma poética da economia (Arantes, 2002), cujo resultado para o mutirão chega a lembrar o programa fourierista do trabalho atraente:

Se os mutirões não constituírem uma qualidade arquitetônica própria, na qual se encontre engenho e criação, continuarão presos ao reino das necessidades, com trabalhadores empilhando blocos sem produzir algo gratificante. A autogestão será assim amarga: apenas uma forma barata de fazer edificações (Arantes, 2002: 213).

No entanto, a função econômica do mutirão autogerido continua presente dentro da função pedagógica do canteiro de obras. É o que percebe Caio Santo Amore Carvalho ao discutir um “embaralhamento” da relação entre trabalhadores braçais e intelectuais nos mutirões:

Se, por exemplo, uma solução construtiva pensada na prancheta ou na tela do computador do “engenheiro” não é adequada ao trabalhador ou às condições locais de equipamentos, ferramentas, etc., o mutirante pode se negar (e o faz) a executar o serviço, obrigando o arquiteto ou o engenheiro de obra a oferecer uma explicação clara e convincente ou a mudar a solução, adaptando-a à situação local. Esse “embaralhamento” não se dá, contudo, pela redenção do trabalhador através do domínio de todo o processo e do reencontro com o produto do seu trabalho, mas por uma questão comercial primária: o operário é o contratante do seu supervisor” (Carvalho, 2004: 167).

Aparece aqui o sentido econômico da desalienação do mutirante, que independe “do reencontro com o produto do seu trabalho” no canteiro de obra. É um sentido que cobra uma permanente correspondência entre a participação do mutirante nas tarefas de construção e planejamento e os ganhos revertidos para sua moradia. Ao relatar as experiências de autonomia nos canteiros de obras que realizou antes do exílio, Sérgio Ferro comenta as conseqüências de um descompasso entre a participação no trabalho e a participação na valorização aportada pelo trabalho:

Só em alguns casos a participação real se transformou em vantagens, de salário ou outras. Objetivamente, ainda uma vez, graças às economias obtidas pelo respeito à lógica produtiva, melhorado pela participação dos trabalhadores, eu aumentava simultaneamente a mais-valia relativa e o lucro possível. Não foi por nada que eu saí de banda, pendurei meu chapéu de arquiteto (Ferro, 2006 [2005]: 426).

Para atender a este sentido econômico da participação desalienada do trabalho, é preciso que a ação política do mutirão autogerido saia do canteiro de obras. Assim, seria inútil (além de injusto) procurar nas experiências diretamente envolvidas em formar e desalienar o trabalhador parâmetros para modificar a legislação ou o financiamento habitacional à construção por autogestão.

O mesmo já não pode ser dito do cooperativismo de habitação da Fucvam.

Esta dissertação acompanhou as duas bases de sustentação das *cooperativas de vivienda* uruguaias, uma interna ao canteiro de obras - os *Institutos de Asistencia Técnica* - e outra externa - a Fucvam. Esta oposição entre interno e externo diz respeito à direção do jogo de forças entre as cooperativas de habitação e o ambiente institucional da política de habitação uruguaia. Assim, os IATs internalizam nas cooperativas as condições legais, econômicas e políticas criadas por órgãos de governo, agências financiadoras, lobbies de empreiteiras, burocratas e políticos profissionais. Quem externaliza as demandas das cooperativas para estas instituições sociais é a Fucvam. Sem esta face pública do cooperativismo uruguaio a reunir e direcionar sua força política na sociedade envolvente, estes canteiros autogeridos não poderiam existir e, depois, se transformarem junto com a sociedade e as novas condições econômicas [110].

O que é modelar no cooperativismo uruguaio não é tanto o canteiro de obras (que aplica valores pedagógicos à sua ação com sucesso variável, como acontece nos mutirões brasileiros ou em qualquer escola do mundo inteiro), mas sua capacidade de exprimir publicamente a defesa do cooperativismo. O suporte que as *cooperativas de vivienda* têm na legislação de habitação uruguaia não teria sobrevivido a décadas de políticas autoritárias (em que o regime militar chegou a tornar esta legislação letra morta) se estas mesmas cooperativas não tivessem uma ação política unificada e persistente. Os novos desafios ao cooperativismo de habitação uruguaio, que são o desmonte da base sindical e o empobrecimento da nova geração de cooperados, só poderão ser enfrentados enquanto a Fucvam conseguir mobilizar a renovação constante das políticas de governo, como as que resultaram nos terrenos adquiridos através da *Cartera de Tierras* nos anos 1990 ou, mais recentemente, nos edifícios reciclados para promover a reocupação da área central de Montevideú.

Para que o mutirão autogerido assuma o mesmo papel em São Paulo, ele precisa ser igualmente uma plataforma de transformações institucionais e não um receptáculo de eventuais programas de habitação. Só então ele pode reivindicar ser um integrante pleno das políticas públicas de habitação social, competindo com as empreiteiras e companhias estatais como forma de provisão habitacional, e se engajar na mais urgente das nossas tarefas urbanas: anular a função mercantil da autoconstrução nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Daí a segunda conclusão: não é possível fazer uma mudança institucional em prol dos canteiros autogeridos enquanto estes não se tornarem uma força autônoma na sociedade. Indo mais além, o

110 “Não quero que os brasileiros pensem que a ajuda mútua se deve a alguma característica especial dos uruguaios em termos de mobilização ou algo assim. Aqui a ajuda-mútua é feita por pessoas simples, e não por militantes, porque elas percebem que funciona como acesso à habitação de qualidade” - esta foi uma advertência feita várias vezes a mim pelo atual presidente da Fucvam, Mario Figoli.

lugar natural para esta força é a autonomia das formas cooperadas de economia, e isto não porque o cooperativismo uruguaio está na origem do mutirão autogerido em São Paulo, mas porque sua evolução em Montevideu se deu enfrentando com sucesso problemas urbanos que são os mesmos das grandes cidades latino-americanas.

Em 1982, Guilherme Coelho precisou adaptar o cooperativismo uruguaio às condições institucionais da habitação social em São Paulo. Talvez tenha chegado a hora de fazer o movimento contrário e tentar aproximar estas instituições das *cooperativas de vivienda por ayuda mutua*.

* * *

Quanto a Vila Nova Cachoeirinha, esta dissertação registrou o estágio terminal dos seus empreendimentos de habitação social por autogestão, os primeiros da cidade de São Paulo. A possível demolição do conjunto Nossa Senhora da Penha é, neste sentido, um acontecimento simbólico e seu papel como porta de entrada do cooperativismo de habitação por ajuda mútua em São Paulo só persistirá como memória.

Paul Lambert (1959: 20) conta que, num dos cursos que ministrou no Collège de France, Charles Gide fazia uma exposição sobre as experiências cooperativistas quando foi interrompido por um aluno que dizia ser inútil estudar experiências que não duravam. Gide respondia alegando outras razões para a validade das inúmeras cooperativas que “morreram com o tempo”, quando encerrou a discussão da seguinte forma: “*Et puis, qu’importe? La véritable marque de vitalité, ce n’est pas de durer, c’est de renaître*”.

A decadência das experiências de Vila Nova Cachoeirinha é evidente. Em pouco tempo, os elementos inovadores construídos por gerações de técnicos e integrantes da Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha terminarão de ser sufocados e vão morrer. E então - assim como aconteceu com o cooperativismo da Fucvam - renascerão em outro lugar.



Imagem 78: Casa-modelo de Vila Nova Cachoeirinha em setembro de 2006

A foto da Imagem 48 foi realizada do mesmo ângulo, 23 anos antes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIKO, Alex; COELHO, Leandro (2006). *Mutirão habitacional*. Porto Alegre: Antac.
- ABREU, Haroldo de (1987). "O enfrentamento da propriedade da terra". *Revista Proposta*. Ano XII, nº 35. São Paulo: Fase.
- ALVES DA SILVA, Ademir (1992). *Política social e cooperativas habitacionais*. São Paulo: Cortez.
- AMARAL, Ângela (2002). *Habitação na cidade de São Paulo*. São Paulo: Pólis / PUC-SP.
- ANDREW, Roberts (1997). *Social Science History and the 1834 Poor Law*. Edição on-line no sitio da Universidade de Middlesex (www.mdx.ac.uk/www/study/ssh5.htm) consultada em maio de 2005.
- ANTUNES, Ricardo (2001). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ARANTES, Pedro (2002). *Arquitetura Nova*. São Paulo: Editora 34.
- ARANTES, Pedro (2004a). *O ajuste urbano*. São Paulo: Dissertação de Mestrado - FAU/USP.
- ARANTES, Pedro (2004b). "Reinventando o canteiro de obras". In: ANDREOLI, Elisabeta; FORTY, Adrian (orgs). *Arquitetura moderna brasileira*. Londres: Phaidon.
- ARANTES, Pedro; DINIZ, Heloísa; TONE, Beatriz; LOPES, João Marcos (2005). "Paradoxos dos canteiros autogeridos". In: *Reportagem*, ano V, nº 64.
- ARANZADI, Dionisio (1976). *Cooperativismo industrial como sistema, empresa y experiencia*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- BARRÁN, José (1995). *El Uruguay pastorial y caudillesco en la primera mitad del siglo XIX*. Edição on-line no sitio da "Red Academica Uruguay" (www.rau.edu.uy) consultada em março de 2006.
- BARRO, Máximo (1977). *Nossa Senhora do Ó*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo (série "História dos bairros de São Paulo" - volume 13).
- BARTHES, Roland (1990). *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Brasiliense.
- BEECHER, Jonathan (1987). *Charles Fourier*. Berkeley: University of California Press.
- BENEVIDES, Maria Vitória (1994). *Democracia e Cidadania*. São Paulo: Polis.
- BEY, Hakim (1991). *The lemonade ocean & modern times*. New York: Hermetic.
- BIRCHALL, Johnston (1994). *Co-op: the people's business*. Manchester: Manchester University Press.
- BIRCHALL, Johnston (1997). *The international co-operative movement*. Manchester: Manchester University Press.

- BIRCHALL, Johnston (2005). *Co-operative principles ten years on*. Apresentação on-line no sítio www.coop.org/coop/principles consultada em dezembro de 2005.
- BLOY, Marjie (2005). *Robert Owen and Trade Unions*. Edição on-line no sítio www.historyhome.co.uk consultada em novembro de 2005.
- BOBBIO, Norberto (1983). *Qual socialismo?*. São Paulo: Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto (1992). *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto (2001). *Estado, governo, sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.
- BOLLAFI, Gabriel (1986). "Os mitos sobre o problema da participação". In: *Espaço e Debates*, nº 17. São Paulo: Neru / Cortez.
- BONDUKI, Nabil (1992). *Construindo territórios de utopia*. São Paulo: Fase.
- BRASIL, (2004). *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*. Brasília: Ministério das Cidades.
- CARVALHO, Caio (2004). *A lupa e o telescópio*. São Paulo: Dissertação de Mestrado - FAU/USP.
- CCU - Centro Cooperativista Uruguayo (1984). "El cooperativismo de ayuda mutua en el Uruguay". In: *Informes de la Construcción*, v. 36, nº 362. Madrid: Instituto Eduardo Torroja.
- CHAUÍ, Marilena (2004). "Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização". In: *Pólis*, nº 47. São Paulo: Instituto Pólis.
- CHÁVEZ, Daniel (1988). *Fucvam, a história viva*. São Paulo: Fase / Forja Editorial.
- CHÁVEZ, Daniel; BURONI, Teresa (1996). *El movimiento cooperativista de vivienda por ayuda mutua del Uruguay*. Cidade do México: Habitat Coalition.
- CHÁVEZ, Daniel; CARBALLAL, Susana (1997). *La ciudad solidaria*. Montevideo: Nordan-Comunidad.
- CLARO, Mauro (2004). *Unilabor*. São Paulo: Senac
- COLE, George (1944). *A century of co-operation*. Manchester: Co-operative Union.
- COLE, George; POSTGATE, Raymond (1964). *The common people 1746-1946*. Londres: University Paperbacks.
- CUBRÍA, Norberto; DI PAULA, Jorge (1999). *El desafío de la escala*. In: NAHOUM, Benjamín (org.) *Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas*. Sevilla/Montevideo: Junta de Andalucía / Intendencia Municipal de Montevideo.
- D'ALESSANDRO, Maria Lúcia Salum (1999). *Avaliação da política de urbanização de favelas em São Paulo no período 1989/1992*. São Paulo: Dissertação de Mestrado - FGV/EAESP.
- ENGELS, Friedrich (2004 [1880]). *Socialism: utopian and scientific*. Edição on-line em Marx/Engels Internet Archive (marxists.org) consultada em 2004.
- FASE - Federação de órgãos para assistência social e educacional (1987). Revista *Proposta*, nº 35, ano XII. São Paulo: Fase.

FECOVI - Federación de cooperativas de viviendas de usuarios por ahorro previo (2006). *Quienes somos*. Página on-line no sítio www.fecovi.org.uy consultada em agosto de 2006.

FERREIRA, Angela; MORAIS, Maria (2003). "Cooperativas habitacionais". In: *Scripta Nova*, v. 7, nº 146.

FERRO, Sérgio (2006 [2005]). "O desenho hoje e seu contra-desenho". In: *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify.

FIX, Mariana (2001). *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo.

FOLLMAN, José Ivo (1980). "Participação cooperativa e mudança social". In: *Perspectiva Econômica*, v. 10, nº 27. São Leopoldo: Unisinos.

FONSECA DE LIMA, AluÍzia (1989). *Arquiteto Pau-de-arara*. São Paulo: Dissertação de Mestrado - FAU/USP.

FOURIER, Charles (1973 [1829]). *Le nouveau monde industriel e sociétaire*. Paris: Flammarion.

FUCVAM - Federación uruguaya de cooperativas de vivienda por ayuda mutua (2006). *Institutos de asistencia técnica que asesoran a cooperativas federadas*. Listagem em arquivo ".xls" consultada em agosto de 2006 e disponível no sítio www.fucvam.org.uy.

FREINET, Célestin (1998 [1949]). *A educação do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.

GEDIEL, José (2005). "Cooperativas populares: a legislação como obstáculo". In: Leser de Mello, Sylvia (org) (2005). *Economia solidária e autogestão*. São Paulo: Nesol-USP / ITCP-USP / PW.

GIANNOTTI, José Arthur (2001). "Pílulas de contra-utopia". In: *Sexta-Feira*. São Paulo, nº 6 (p.199-210).

GOHN, Maria da Glória (1987). *Lutas pela moradia popular em São Paulo*. Tese de Livre-Docência - FAU/USP.

GOHN, Maria da Glória (1988). "O trabalho de assessoria dos arquitetos dos movimentos populares". In: *Sinopses*, nº 11. São Paulo: FAU/USP

GOMIDE, Renata; TANAKA, Marta (1997). *A política heterodoxa de habitação popular operacionalizada em São Paulo através do Funaps*. São Paulo: FAU-USP (Cadernos de Pesquisa do LAP).

HEILBRONER, Robert (1999). *The Worldly Philosophers*. New York: Simon & Schuster (7th edition).

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas (1988). *Manual de tipologias de projeto e de racionalização da intervenções por ajuda-mútua*. São Paulo: IPT (publicação 1721).

IMM - Intendencia Municipal de Montevideo (1998). *Plan de ordenamiento territorial*. Edição on-line no sítio www.chasque.apc.org consultada em abril de 2004.

INE - Instituto Nacional de Estadística da República Oriental del Uruguay (2005). *Estimaciones de pobreza por el metodo del ingreso*. Edição on-line no sítio www.ine.gub.uy consultada em março de 2006.

INE - Instituto Nacional de Estadística da República Oriental del Uruguay (2006). *Encuesta nacional de hogares ampliada*. Edição on-line no sítio www.ine.gub.uy consultada em março de 2006.

KOWARICK, Lúcio (1979). *A espolição urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- KREIS, Steven (2005). *Lectures on modern european intellectual history*. Edição on-line no sítio www.historyguide.org consultada em novembro de 2005.
- KRUK, Walter (1999). *Ayuda mutua y tecnología*. In: NAHOUM, Benjamín (org.) *Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas*. Sevilla/Montevidéo: Junta de Andalucía / Intendencia Municipal de Montevidéo.
- LAMBERT, Paul (1959). *La doctrine cooperative*. Bruxelas: Propagateurs de la cooperation.
- LEBRUN, Gérard (1984). *O que é poder*. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense.
- LEFEBVRE, Henry (1965). *La proclamation de la Commune*. Paris: Gallimard.
- LEITÃO, Karina (2003). *Gestão participativa e qualificação urbana*. São Paulo: Dissertação de mestrado - Prolam/USP.
- LENIN, Vladimir Ilich (1948 [1923]). "Sobre o cooperativismo". In: *Obras escolhidas*. Moscou: Editions en langues étrangères.
- LOPES, João Marcos (2004). *Das utopias sem lugar aos lugares sem utopia*. São Paulo: mimeo.
- LOPES, João Marcos; RIZEK, Cibele (2004). *O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica*. São Paulo: Finep / Usina / Cenedic.
- LÓPEZ, Alvaro (2000). *Uruguay: territorio, espacios y participación ciudadana*. Edição on-line no sítio da "Red Academica Uruguayaya" (www.rau.edu.uy) consultada em março de 2006.
- MACPHERSON, Ian (1996). *Co-operative principles for the twenty first century*. Geneva: ICA.
- MARICATO, Ermínia (1987). "Os mutirões de São Paulo e a reforma urbana". In: *Proposta*, nº 35, set. 87. Rio de Janeiro: Fase (entrevista para Alberto Lopes Mejía e Haroldo Baptista de Abreu).
- MARICATO, Ermínia (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec.
- MARX, Karl (1959 [1867]). *Das Kapital*. Berlin: Dietz.
- MARX, Karl (1990 [1867]). *Capital: Volume I*. Londres: Penguin (tradução inglesa de Ben Fowkes).
- MELGAR, Alicia; CANCELA, Walter (1985). *El desarrollo frustrado*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental.
- MONDRAGÓN (2004). *Perfil 2004*. Mondragón: [s.n.] (disponível em www.mcc.es).
- NAHOUM, Benjamín (1999). "De la autoconstrucción individual a las cooperativas pioneras". In: Nahoum, Benjamín (org.) *Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas*. Sevilla/Montevidéo: Junta de Andalucía / Intendencia Municipal de Montevidéo.
- NAHOUM, Benjamín (2003). "Las cooperativas de ayuda mutua uruguayas, de Isla Mala a Fucvam". In: Zenha, Ros Mari. *Anais do IV seminário ibero-americano da rede CYTED XIV.C*. São Paulo: IPT (publicação IPT 2.953).
- NAHOUM, Benjamín (2005). "Plan Quinquenal de Vivienda 2006-2010". Artigo de outubro de 2005 transcrito no sítio da Fucvam (http://www.fucvam.org.uy/spip/article.php3?id_article=160) e consultado em março de 2006.
- OCB - Organização das cooperativas brasileiras (2006). *Números do cooperativismo por ramo de atividade*. Página no site www.brasilcooperativo.coop.br consultada em fevereiro de 2006.

- OCB - Organização das cooperativas brasileiras (2006). *Cooperativismo*. Página no site www.brasilcooperativo.coop.br consultada em fevereiro de 2006.
- OLIVEIRA, Francisco de (1972). "A economia brasileira: crítica à razão dualista". In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 2. São Paulo: Cebrap (republicado em Oliveira, 2003).
- OLIVEIRA, Francisco de (1998). *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes
- OLIVEIRA, Francisco de (2003). *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, Francisco de (2004). "Há vias abertas na América Latina?". In: *Margem Esquerda*, nº 3. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, Francisco de (2005). "O capital contra a democracia". In: *Pólis*, nº 47. São Paulo: Pólis.
- OLIVEIRA, Francisco de (2006). "O vício da virtude". In: *Novos Estudos*, nº 74. São Paulo: Cebrap.
- ORTELLADO, Pablo (2004). "A autogestão do capital". In: *Autogestão hoje*. São Paulo: Faísca.
- OWEN, Robert (2005 [1815]). *Observations on the effect of the manufacturing system*. Edição on-line no sítio do departamento de economia da Universidade de Bristol (www.ecn.bris.ac.uk/het) consultada em novembro de 2005.
- OWEN, Robert (2005 [1816]). *A new view of society*. Edição on-line no sítio do departamento de economia da Universidade de Bristol (www.ecn.bris.ac.uk/het) consultada em novembro de 2005.
- OWEN, Robert (2006 [1817]). *Report to the Committee for the Relief of the Manufacturing Poor*. Edição on-line no sítio da biblioteca da Universidade de Cornell (www.library.cornell.edu) consultada em janeiro de 2006.
- PINHO, Diva Benevides (1961). *Cooperativismo nos meios capitalistas e socialistas*. São Paulo: FFCL/USP.
- PONCIANO, Levino (2004). *São Paulo: 450 bairros, 450 anos*. São Paulo: Senac.
- RECH, Daniel (1995). *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: Fase.
- REINACH, Henrique (1984a). *Projeto Vila Nova Cachoeirinha*. São Paulo: s.n. (monografia apresentada no 2º Seminário Internacional do Programa de Estudios de Vivienda em América Latina - Universidad Nacional de Colombia).
- REINACH, Henrique (1984b). "Projeto Vila Nova Cachoeirinha". In: *Espaço & Debates*, nº 14. São Paulo: Cortez.
- RIAL, Juan; KLACZKO, Jaime (1981). *Uruguay, el país urbano*. Montevideo: Clacso-EBO.
- RONCONI, Reginaldo (1995). *Habitações construídas com gerenciamento dos usuários, com organização do trabalho em regime de mutirão*. São Carlos: Dissertação de Mestrado - EESC/USP.
- ROSSETTO, Rossella (2003). *Fundo Municipal de Habitação*. São Paulo: Pólis / PUC-SP.
- SACHS, Céline (1999). *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Edusp.
- SALATA, Robinson; KAUPATEZ, Ros Mari; SOUZA E SILVA, Wanda (1987). "Tipologias de projeto e racionalização das intervenções por ajuda mútua". In: *A Construção São Paulo*, nº 2.047. São Paulo: IPT
- SILVA, Ana Amélia (org.) (1994). *Moradia e cidadania*. São Paulo: Instituto Polis.

- SINGER, Paul (1998). *Uma utopia militante*. Petrópolis: Vozes.
- SINGER, Paul (1999). "Cooperativismo e sindicatos no Brasil". In: CUT Brasil. *Sindicalismo e economia solidária*. São Paulo: CUT.
- SINGER, Paul (2000). *Para entender o mundo financeiro*. São Paulo: Contexto.
- SINGER, Paul (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, Paul (2004). "O novo pensamento econômico socialista". In: *Forum*, nº 20. São Paulo: Publisher Brasil (entrevista para Renato Rovai e Anselmo Massad).
- SINGER, Paul (2005). *Cooperativas de trabalho*. Edição on-line no sítio do ministério do trabalho e emprego www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria consultada em abril de 2005.
- SOTO, Gustavo; ALAGGIA, Javier Vidal (2004). *A la luz del día*. Montevideo: Fucvam.
- SOUZA, Roberto de; KAUPATEZ, Ros Mari (1985). "A construção de moradias por ajuda-mútua". In: *A construção São Paulo*, nº 1.943.
- SOUZA E SILVA, Paulo Sérgio (1989). *Morada evolutiva*. São Paulo: Dissertação de Mestrado - FAU/USP.
- SOUZA E SILVA, Paulo Sérgio (1998 [1991]). "Ajuda mútua e autogestão na produção da habitação de interesse social e do ambiente urbano". In: Sampaio, Maria Ruth (coord.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAU/USP - Fapesp.
- TERRA, Juan Pablo (1969). *La vivienda*. Montevideo: Nuestra Tierra.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1977 [1831]). *A democracia na América*. São Paulo: Edusp - Itatiaia.
- TURNER, John (1989). "Da provisão centralizada à autogestão local". In: Mascaró, Lúcia (coord.). *Tecnologia e Arquitetura*. São Paulo: Nobel.
- URUGUAY - Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (2005). *Plan Quinquenal de Vivienda: 2005-2009*. Montevideo: MVOTMA.
- USINA - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (2003). *Plano de Ação Habitacional e Urbano - Cidade Tiradentes*. São Paulo: Usina / Sehab-PMSP.
- WEIL, Simone (2001 [1934]). "Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social". In: *Opressão e Liberdade*. Bauru: Edusc.
- XAVIER DE SOUZA, Maria Tereza (1999). *O programa de cooperativas habitacionais do BNH*. São Paulo: Dissertação de Mestrado - FAU/USP.
- YAMAGUTI, Alexander (2003). "Pré-fabricação por ajuda mútua". In: Sampaio, Maria Ruth (org.). *Profissionais da cidade*. São Paulo: FAU/USP / Unesco.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)